Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico

Edna Maria Nóbrega Araújo
Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega
Martinho Guedes dos Santos Neto
Vilma de Lurdes Barbosa
(organizadores)

Nestas páginas estão reunidos vinte artigos que registram temáticas de história e historiografia como proposto no XIII Encontro Estadual de História realizado em 2008, na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus de Guarabira, e que, pela sua diversidade e expressividade, configuram preocupações com a produção do conhecimento relacionadas à pesquisa e ao ensino de história, elementos esses inerentes ao ofício do historiador.

Vilma de Lurdes Barbosa

ANPUH-PB
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO REGIONAL DA PARAÍBA

CAPES
www.capes.gov.br

EDUFCG

Assim como os contadores de histórias, nossas narrativas são sempre diferentes, mas não excludentes – isso é o que anuncio aos futuros leitores dessa obra Historiografia e(m) debate. Utilizado como recurso estilístico, o nome dessa obra apresenta um parênteses como signo. Toda historiografia é diversa no sentido de que são produtos de diferentes artesãos, mas a historiografia que se pretende "em" diversidade, explicita tanto a multiplicidade característica das narrativas historiográficas, como também, ao fazer uso de uma preposição, indica um lugar específico de produção.

Historiografia e(m) diversidade é o resultado dessa experiência coletiva, prenhe de diferenças, que espacializou uma nova paisagem no Centro de Humanidades.



Organizadores

Historiografia e(m) diversidade:
artes e artimanhas do fazer histórico

ANPUH-PB

EDUFCG

BIÊNIO 2006-2008

DELEGADOS

Helder Jorge – Patos
Iranilson Buriti – Campina Grande
Martinho Guedes S. Neto – João Pessoa
Isamarc Gonçalves Lobo – Cazajeiras
Edna Maria Nóbrega Araújo – Guarabira

DIRETORIA EXECUTIVA

Vilma de Lurdes Barbosa – Diretora
Elisa M. M. Nóbrega – Vice Diretora
Waldeci Ferreira Chagas – 1º Secretário
Paulo Giovani Antonino - 2º Secretário
Mozart Vergetti de Menezes - 1º Tesoureiro
Uelba Alexandre do Nascimento - 2º tesoureiro

COMISSÃO ORGANIZADOR

Vilma de Lurdes Barbosa
Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega
Joedna Reis de Meneses
Waldeci Ferreira Chagas
Paulo Giovanni Antonino Nunes
Mozart Vergetti de Menezes
Regina Célia Gonçalves
Edna Maria Nóbrega Araújo
Martinho Guedes dos Santos Neto
Lidiane Gomes da Costa

CONSELHO FISCAL

José Otávio Aguiar
Regina Célia Gonçalves
Maria da Vitória B. Lima

COMISSÃO DE EDITORAÇÃO

Vilma de Lurdes Barbosa
Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Lidiane Gomes da Costa
Andreza de Oliveira Andrade
Carlos Adriano Ferreira de Lima

COMISSÃO CIENTÍFICA

Vilma de Lurdes Barbosa
Regina Célia Gonçalves
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Joedna Reis de Meneses
Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega
Waldeci Ferreira Chagas
Alarcon Agra do Ó
Josemir Camilo de Melo
Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Osmar Luiz da Silva Filho

Edna Maria Nóbrega Araújo
Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega
Martinho Guedes dos Santos Neto
Vilma de Lurdes Barbosa
(organizadores)

Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico

ANPUH-PB

EDUFCG

Copyright © 2010 - Autores
ISBN -978-85-8001-020-7

Layout do livro:
Martinho Guedes dos Santos Neto

Editoração eletrônica:
Mídia Gráfica e Editora

Revisão ortográfica e gramatical:
Os autores revisaram seus respectivos textos

Arte da capa:
Kelly Cristine Cordeiro
Andreza Oliveira Andrade

Efetuado o depósito legal na Biblioteca Nacional,
Conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Dados de catalogação na Publicação
Biblioteca Central/UFPB - Universidade Federal da Paraíba

H673 Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico / Edna Maria Nóbrega Araújo, Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega, Martinho Guedes dos Santos Neto e Vilma de Lurdes Barbosa (Orgs.). João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010.

1. Historiografia - Paraíba 2. História - Ensino 3. História - cultura 4. Poder 1. Araújo, Edna Maria Nóbrega II. Nóbrega, Elisa Mariana de Medeiros III. Santos Neto, Martinho Guedes dos IV. Barbosa, Vilma de Lurdes.

ISBN -978-85-8001-020-7

310 Páginas

CAPES
www.capes.gov.br

UFPB/BC CDU - 930.2(813:33)

Sumário

APRESENTAÇÃO
Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico 7
Edna Maria N. De Araújo, Elisa M. de Medeiros Nóbrega,
Martinho G. dos Santos Neto e Vilma de Lurdes Barbosa

História e historiografia: entre o nacional e o regional 9
Rosa Maria Godoy Silveira

O Cotidiano dos lavradores dos Cariris Velhos: Um Lugar de Táticas 29
Mariângela de Vasconcelos Nunes

Sobre nomes e sobrenomes. Família na Paraíba, séculos XIX e XX 51
Marisa Tayra Teruya

SECA: recursos e assistência como política de Estado na Paraíba (1930 - 1940) 66
Martinho Guedes dos Santos Neto

A botija encantada e o mundo avarento 86
Maria do Socorro Cipriano

Narrativas orais: a impossibilidade do retorno de Teseu? 97
Auricélia Lopes Pereira

A cidade e as memórias revisitadas: ou de como as memórias (re)inventam cidades 110
Antonio Clarindo Barbosa de Souza

Corpo e poderes: a relação dialógica entre corpo e moda 122
Mayrinne Meira Wanderley

O culto ao corpo feminino através da mídia 133
Edna Maria Nóbrega Araújo

Arte-manhas da História: narrativas sobre o amor em Ana Cristina César 146
Telma Dias Fernandes

A Paraíba na Primeira República: a oligarquia de Álvaro Machado (1892-1912) 163
Monique Cittadino

Movimento Feminista, História das Mulheres e Gênero: política, poder e saber 178
Simone da Silva Costa

Trajetórias históricas e culturais da população negra na Paraíba 191
Ivonildes da Silva Fonseca e Solange Pereira da Rocha

Sala de aula não é igreja, "birô" de professor não é altar 202
José Luciano de Queiroz Aires

Nas teias da história global, descortina-se a história local. Experiências na pesquisa e na produção didática 211
Vilma de Lurdes Barbosa

Eis que (s)urge o tempo presente 224
Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega

A era das revoluções e o continuum temporal 241
Isamarc Gonçalves Lôbo

Um maldito governo constitucional: As juntas governativas na Paraíba (1821-1823) 252
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

Discursos historiográficos que se tecem: apropriações do conceito de Nordeste e de industrialização 263
Joedna Reis de Meneses

A quebra da ordem constitucional e a ditadura militar no Brasil 278
Paulo Giovani Antonino Nunes

Cinema e história: um diálogo contemporâneo e suas possibilidades 295
Regina Maria Rodrigues Behar

Apresentação

HISTORIOGRAFIA E(M) DIVERSIDADE: ARTES E ARTIMANHAS DO FAZER HISTÓRICO

- Como é que as pessoas costumam começar a narrar suas histórias?
O Cronista encolheu os ombros.
- A maioria simplesmente conta o que lembra. Depois eu registro os acontecimentos na ordem apropriada, retiro as partes desnecessárias, esclareço, simplifico, esse tipo de coisa.
Kvothe franziu a testa.
- Acho que isso não vai funcionar.
O Cronista deu um sorriso tímido.
- Os contadores de histórias são sempre diferentes. Preferem que não mexam em suas histórias. (ROTHFUSS, 2009, p. 55).

Ao ler o diálogo entre os personagens Kvothe e o Cronista, da obra de ficção **O nome do vento**, tive o impulso de sublinhá-lo, para que ao voltar a esse texto, ele me lembrasse dessa sensação, em que as dúvidas e os procedimentos operatórios sobre a escrita dos contadores de história, daqueles ocupados em nomear o vento, figurasse como um belo emblema avizinhado ao que nós, da tribo de historiadores, nos mobilizamos quando nos pretendemos as artes e as artimanhas do fazer histórico.

Assim como os contadores de histórias, nossas narrativas são sempre diferentes, mas não excludentes – isso é o que anuncio aos futuros leitores dessa obra **Historiografia e(m) debate.** Utilizado como recurso estilístico, o nome dessa obra apresenta um parênteses como signo. Toda historiografia é diversa no sentido de que são produtos de diferentes artesãos, mas a historiografia que se pretende "em" diversidade, explicita tanto a multiplicidade característica das narrativas historiográficas, como também, ao fazer uso de uma preposição, indica um lugar específico de produção.

Esse lugar é habitado por toda uma experiência, também ela histórica, ocorrida em 2008, quando um grupo de historiadores, de diferentes instituições de saber, se reuniram para compartilhar de suas artimanhas e dar vazão àquela que talvez seja a mais coletiva de nossas experiências (e por que não fraterna?!): nossos encontros estaduais que, organizados pela ANPUH-PB, agrimensou, na cidade de Guarabira, no Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, o XIII Encontro Estadual de História.

Historiografia e(m) diversidade é o resultado dessa experiência coletiva, prenhe de diferenças, que espacializou uma nova paisagem no Centro de Humanidades. Colegas que há muito não se viam, puderam se abraçar e compartilhar suas novas histórias. Colegas nem tão chegados, puderam sentar-se na mesma sala. Alunos, em suas primeiras experiências,

puderam experimentar os vários sentidos de começarem a se instituírem enquanto historiadores. Professores da disciplina histórica (ensino médio e fundamental), longe dos corredores acadêmicos, puderam esbarrar nas obras e nas prosas daqueles que se ocupam dos ritos institucionais de divulgação da pesquisa histórica e das muitas reflexões epistêmicas que orientam suas formas de ver e de significar o mundo.

Na ocasião, enquanto Vice-Diretora da Anpuh-Pb, tive o prazer de recepcionar, no meu espaço de trabalho, com a ajuda da então Diretoria Estadual, bem como com a parceria, sempre tão profícua dos meus colegas de Departamento, tão queridos e tão sabidos, os muitos sujeitos que se presentificaram nesse evento, que tinha como eixo discursivo "História e historiografia: entre o nacional e o regional", figurados na mandala que se fez imagem-corpo nos cartazes e nos muitos meios de divulgação do evento.

A mandala, preenchida de obras referenciais da historiografia paraibana, monumentalizou também essa experiência coletiva. Do sânscrito, etimologicamente, a mandala representa um círculo de energias, de "magias" que, no nosso caso, pretendeu representar simbolicamente essa compreensão da história e(m) diversidade.

Enquanto lugar, transmutado em espaço pelas presenças, prosas e narrativas, nossa mandala permitiu as mais diversas experiências energéticas: falou-se de terra e poderes; de narrativa e subjetividade; de gênero, corpo e poder; de produção didática e ensino da história local; de cidadania e linguagem política; de memória e preservação, etc. Muitos foram os círculos traçados nesse círculo maior de nossa experiência-mandala.

Tempos depois me vejo na tarefa de criar uma artimanha para anunciar as narrativas produzidas naquela historicidade, monumentalizadas nesses muitos capítulos a seguir, circulada nessa obra. Mas assim como o personagem Kvothe, que dedicou sua vida a apre(e)nder o nome do vento, e o Cronista, seu interlocutor, também acho que essa não é uma boa arte, afinal pode não funcionar, pois os contadores de histórias ainda preferem que não mexam em suas histórias.

Ao leitor, diante dessa experiência-mandala, convido, a que também sejam habitantes desse lugar e(m) diversidade, fazendo de seus volteios pelas páginas, o embaraço que os nomes e os ventos produzem nas paisagens (às vezes, tão estagnadas).

Edna Maria Nóbrega Araújo
Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega
Martinho Guedes dos Santos Neto
Vilma de Lurdes Barbosa
(organizadores)

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: ENTRE O NACIONAL E O REGIONAL

Rosa Maria Godoy Silveira[1]

INTRODUÇÃO

O tema proposto para este Encontro e esta Conferência é assim como "Deus e sua obra". Mais um vasto programa de pesquisas, a ser realizado por muitas mentes e mãos do que considerações limitadas de uma expositora limitada em tempo limitado.

Quais as intencionalidades da ANPUH/PB nesta proposição? Uma remissão ao passado ou uma reflexão sobre o presente? Ou ambas?

A proposição temática remete a três conjuntos de relações distintos:

- **História e Historiografia**, abrangendo, respectivamente, processos configurativos de temporalidades e de representações sobre temporalidades, que, em última instância, confluem uns para os outros, posto que, sendo o tempo uma dimensão vivencialmente irreversível, a ela só podemos acessar mediante as representações que do tempo fazemos. Assim, nestes termos, a historiografia já significa um conjunto de territorialidades representacionais, demarcando os modos como apreender e interpretar as experiências humanas, comunicando-as para o Outro, no próprio presente da nossa existência ou para o seu futuro.
- **Nacional e Regional**, abrangendo, respectivamente, processos configurativos de territorialidades[2] materiais-simbólicas, político-simbólicas, tomadas em escalas distintas, enquanto efetuações concretas e representacionais, o que, em última instância,

[1] Mestre, Doutora e Pós-Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora aposentada da UFPB. Docente dos Programas de Pós-Graduação em História eda UFPB e da UFPE; e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas/Área de Direitos Humanos, da UFPB.

[2] Os termos nacional e regional representam escalas de um território, a sua dimensão espaço-temporal. Para efeito dessa exposição, de forma sintética, território é entendido como uma parte da superfície terrestre apropriada por uma coletividade, e demarcado política e simbolicamente. Territorialização é a ação de apropriação e demarcação de um território. Por Nação, aqui é entendido um coletivo de pessoas constituídas por uma etnia, língua, hábitos, tradições culturais comuns e, a partir desses vínculos, portadoras de sentimentos de identidade e de uma vontade política de querer viver coletivamente.

conflui com o conjunto História-Historiografia, uma vez posta a indissociabilidade entre tempo e espaço[3];

- **História e Historiografia- Nacional e Regional**, abrangendo as relações entre os dois conjuntos, articulações e/ou desarticulações, aproximações e enfrentamentos, familiaridades e estranhamentos, uma vez que, entre tais conjuntos, não há um recobrimento pleno.

Para costurar essa complexidade desafiadora, selecionamos, entre as várias possíveis, três linhas: **a narrativa historiográfica, ela própria, como territorialidade; a narrativa historiográfica sobre territorialidades (nacional e regional) enquanto uma delimitação de identidade;** e, portanto, **a narrativa historiográfica como uma delimitação de poder** (de fechamento identitário), **envolvendo, assim, disputas de sentido** (BOURDIEU, 1989) Linhas essas aqui distinguidas para efeitos didáticos de exposição, mas igualmente confluentes e que, ao longo do tempo em que configuraram e configuram a História, vão estabelecendo os nós de amarração dos seus processos.

Lembremo-nos, à partida, da afirmativa de Ricouer (1994), de que a narrativa histórica "é uma síntese de heterogêneos". Em outras palavras, os historiadores buscam, em seu ofício, juntar os vestígios ou fragmentos do passado para dar-lhes sentido-significação e, ao fazerem-no, dão-lhe sentido-orientação, mesmo quando não admitem fazê-lo. Até a perspectiva rizomática de Deleuze e Guattari (1995), abrindo os sentidos, polissemicamente, contra o sentido único, dominante e hierarquizador, contorna, dá contornos ao sentido da operação histórica: apresenta as várias possibilidades de sínteses de heterogêneos, de corporificação das poeiras dos acontecimentos em narrativas sempre transitórias.

---

[3] Por esse entendimento, consideramos inadequadas as denominações histórta nacional e histórias regionais para a abordagem do tema proposto. Tenhamos em mente que a história nacional é sempre produzida a partir de certa(s) territorialidade(s), a(s) dos autor(es) que a faz(em) e essa nomenclatura expressa uma certa pretensão um tanto quanto megalômana de dar conta de uma totalidade territorial tanto mais complexa quando do porte (não apenas físico-territorial) do Brasil. Do mesmo modo, as chamadas histórias regionais, assim tipificadas por serem produzidas em territorialidades particulares e, usualmente, fora dos centros hegemônicos, nem sempre tratam de suas particularidades. Nessa linha de pensamento, estaremos utilizando as expressões história do nacional e histórias do regional/regionais, entendendo-as como comportando representações, respectivamente, sobre problemáticas nacionais (abrangentes, referentes a um território mais amplo) e problemáticas regionais (mais circunscritas, referentes a um território particular, no âmbito de um território mais amplo). As abordagens que visualizam o território em um papel passivo, como simples base física e político-administrativa, palco-receptáculo não-interativo com os sujeitos-atores que nele habitam, portanto, não são problematizadoras, são descritivas de processos históricos em uma base física. As abordagens que visualizam o território com um papel ativo, interativo com os sujeitos-atores, fazendo parte dos processos sociais, são problematizadoras das relações espaço-tempo.

1. A HISTORIOGRAFIA DO NACIONAL: FUNDINDO OS BRASIS, FUNDANDO O BRASIL

O primeiro trecho do processo histórico-historiográfico sobre *o nacional* e *o regional/os regionais*, no âmbito da sociedade brasileira, teve por recorte temporal o processo de configuração do Estado Nacional, ao longo do século XIX.

Até então, não havia a tessitura representacional de uma nação e de uma nacionalidade unificadoras das várias partes da América Portuguesa, nem uma perspectiva diferenciadora em relação à metrópole. Quase às vésperas de 1822, ainda se falava e se propugnava [em] uma unidade luso-brasileira, a despeito dos movimentos particularistas regionais de contestação à ordem colonial, e se nomeava os habitantes do Império lusitano, dos dois lados do Atlântico, como membros de uma só nação ... portuguesa. Este é o significado de *nacional* dos fins do século XVIII até as duas primeiras décadas do século XIX. Ao mesmo tempo, também se exprimiam e circulavam percepções, representações e declarações particularistas, explicitando os muitos Brasis internos à América Portuguesa, que, a muitos olhares, se apresentava como se unificada fosse.

Essa primeira constatação é indispensável para que não percamos de vista o jogo entre forças sociopolíticas de sístole e de diástole (HOLANDA, 1976), estas últimas, usualmente, subsumidas por uma historiografia fundadora da brasilidade, que foi elaborando uma representação-matriz homogeneizante do passado como ***a*** Colônia, oposta a outra representação homogeneizada – a metrópole.

É interessante o cotejo dessa representação-mãe (da pátria) com aquela da América Inglesa enquanto *as 13 Colônias*, o que acentua as particularidades dos domínios britânicos na América do Norte. Se, em ambas as experiências históricas, houve processos de unificação política autonomista em relação a sua respectiva metrópole, por que a historiografia norte-americana manteve (até mantém) a referência particularista ao passo que a historiografia brasileira nascente se inaugura com uma ênfase generalizante, nacionalizante, praticamente apagando as particularidades territoriais? É certo, contudo, que, paulatinamente, a historiografia estadunidense foi se elaborando de uma perspectiva também nacionalizante e tão generalizante a ponto de suas representações da territorialidade norte-americana se extravasarem de suas fronteiras político-territoriais e ignorarem as demais singularidades político-territoriais do continente. "A América somos nós" continua a ser um discurso mítico e fundador no imaginário social dos Estados Unidos.

Até para além disso, essa representação fundadora foi revestida de uma atemporalidade condensada na idéia do 'destino manifesto'[4]. Os Estados Unidos como *a* América, como *o* guardião da liberdade, tem sido uma operação simbólica de longa e profunda eficácia econômica, política e cultural.

A' "síntese dos Brasis" empunhada por nossa historiografia fundadora utilizou-se de dupla estratégia na elaboração do *nacional brasileiro*: em relação ao plano interno ao Estado Nacional, procedeu pelo apagamento das regionalidades e sua integração subordinada em uma nacionalidade unificadora, enquanto, no plano externo, demarcava a sua singularidade distintiva em relação aos países constituídos da fragmentação da América Espanhola. A representação de uma monarquia coesa, estável, e única no continente, posta como contrastiva à instabilidade dos seus vizinhos, é uma das mais arraigadas elaborações historiográficas no imaginário social brasileiro, e materializada no ensino de História do Brasil.

Não vamos nos deter nas construções historiográficas do IHGB como sínteses de heterogeneidades históricas, instituindo o Estado Nacional brasileiro, reduzindo a Nação ao Estado, constituindo-se como a dimensão político-ideológico-simbólica do projeto unitarista imperial, politicamente vencedor, porque são muitos – e conhecidos - os estudos sobre essa mega-operação de Cultura Histórica. Sem perder de vista que essa historiografia instituinte do *nacional* se edifica a partir de uma territorialidade singular – a Corte, Rio de Janeiro, lócus de unificação nacionalizante da hegemonia de um grupo regional (cafeeiro fluminense), parece-nos mais fecundo prospectar que a domesticação repressiva das expressões regionais e de seus agentes e o seu encobrimento simbólico-historiográfico não as dissolveram.

Desde muito antes de 1822, se não traduzida historiograficamente, as expressões do *regional* se manifestam historicamente, processualmente, em experiências vividas de pernambucanidade, baianidade, mineiridade, para falar das mais visivelmente opostas e incômodas aos agentes do centralismo metropolitano. Ao longo do Império, essas expressões regionais continuaram se extravasando: como não vê-las em cada uma das décadas do Dezenove? Mesmo quando não eram dotadas de suas próprias historiografias, que as interpretassem de suas perspectivas, é possível

[4] O **Destino Manifesto** consitui-se, historicamente, em uma crença, presente no imaginario social norte-americano, de que o seu povo foi eleito por Deus para comandar o mundo. Esse discurso, originário do século XIX, tem servido de justificativa para o expansionismo norte-americano, inicialmente, no seu próprio território; depois, externamente. Exemplo desse pensamento é a frse do presidente Buchanan, em 1857: "A expansão dos Estados Unidos sobre o continente americano, desde o Ártico até a América do Sul, é o destino de nossa raça (...) e nada pode detê-la".

registrar essas territorialidades regionais pelo avesso da historiografia *do nacional* chancelada pelo IHGB. Possível vê-las até mesmo na literatura dos viajantes estrangeiros do século XIX, muitos dos quais, a despeito do seu olhar eurocêntrico, elaboraram representações das diversidades regionais. Aliás, o que é esta historiografia se não um enfrentamento político-simbólico (BOURDIEU, 1989) contra as dissonâncias regionais? O que é esta historiografia, se não – parafraseando, caboclamente, Boaventura Santos (2006)[5] – um localismo ou regionalismo nacionalizado?

Não tão depois dela, começa a instaurar-se uma historiografia *do regional*, como conjunto de interpretações sobre processos históricos diferenciados e específicos, no âmbito do Estado brasileiro, sob perspectivas distintas de visualização no e do país, em relação àquelas elaboradas a partir do centro do poder político. Já desde os anos de 1850 emergem corografias situadas, localizadas, singularizadas, em decorrência de processos de provincianização[6], que vão apontando os contrastes regionais e, em muitos casos, o desconhecimento e o descaso do Centro (a Corte) de poder e de seus agentes para com as demais particularidades constitutivas do Brasil[7].

A partir de 1862, com a fundação do IAHGP (PE), a que se seguiram o IHGAL (AL), o IHGC (CE), o IHGB (BA), ainda durante o Império, a historiografia, melhor dizendo, as historiografias *do regional*, vai (vão) se institucionalizando. Muito embora as suas operações historiográficas tivessem por referências teórico-metodológicas os padrões do IHGB, suas temáticas são singularizadas pelas territorialidades de sua inserção. Por outro lado, se tais territorializações historiográficas constituem afirmações distintivas, algumas, dissidentes, do discurso fundador ihgbiano, não expressam rupturas políticas, nem discursivas radicais, na tessitura *do nacional*. As representações elaboradas não só por operações historiográficas, mas históricas, ao sabor dos movimentos sociais do Império, parecem ter sido mais enfáticas em certas rupturas com *o nacional*, a exemplo daquelas proferidas por Frei Caneca.

Esses pensares e fazeres singularizadores da História adquirem materialidade em Histórias provinciais e, adentrando a República, em Histórias estaduais que vão dando ossatura ao eixo do *regional* diante do eixo do *nacional*. No entanto, é preciso não ignorar que representavam, também eles, sínteses de heterogêneos, embora em outra

---

[5] O autor trabalha com a idéia de localismo globalizado, a exemplo do liberalismo, que, originário de Europa ocidental, se expandiu e se internacionalizou.

[6] Esses processos tanto expressam situações de crise de espaços regionais, como a área açucareira, quanto de territorizações emergentes, como era o caso do Ceará algodoeiro.

[7] A exemplo da obra A Província, de Tavares Bastos (1870).

escala territorial. Tais histórias se enquadram em duas perspectivas: ou reproduzem os mesmos e notáveis acontecimentos, geralmente políticos, já erigidos em fatos pela historiografia *do nacional* mas territorializando-os especificamente; ou representam acontecimentos e os constroem como fatos, de uma determinada territorialidade, de forma isolada da territorialidade *do nacional*. Desse modo, esse último enfoque pode aparentar ruptura ou descontinuidade com o *nacional*, mas é preciso atentar que o *nacional brasileiro* aí é subjacente ao regional explícito.

O embate entre os agentes sociais portadores dessas perspectivas de territorialidade, ao longo da República, foi configurando a História e a Historiografia do e no Brasil.

2. O PÊNDULO DAS TERRITORIALIDADES: ENTRE SÍNTESES NACIONALIZANTES E SÍNTESES REGIONALIZANTES

A trajetória da historiografia *do nacional* e *do regional* não pode ser dividida em fases auto-excludentes e estanques: muitas vezes, as duas perspectivas de escalas convivem nas mesmas conjunturas. Por exemplo, a concepção localista de *história do regional*, presente nos Institutos Históricos, se prolongou até quase os últimos anos de 1970. Ao passo que, nesse período, foram sendo elaboradas outras concepções *do regional* e *do nacional*.

Realizada a mudança da Monarquia para a República, a problemática da territorialidade, entre *o nacional* e *o regional*, ganha novos contornos, mesmo porque foca uma das questões-chave da disputa política concernente ao Estado Nacional, suscitando críticas ao centralismo imperial e a proposta de federalismo.

A implantação da República federalista não fez refluir a historiografia *do nacional*, tanto que, desde seus primeiros anos, vai se engendrando uma historiografia de talhe monarquista (JANOTTI, 1986) e uma historiografia jacobina (QUEIROZ, 1986), estreitamente vinculadas ao debate político da época, entre, respectivamente, os defensores do regime decaído e os legitimadores do novo regime vigente, em torno da organização do poder. Debate e embate esses, localizados, ainda, em seu centro, agora a Capital Federal.

Mas a autonomia dos estados-membros, conferindo maior espaço político a grupos regionais e configurando a composição oligárquica do Estado, em seus diversos níveis político-administrativos (federal, estadual e municipal), enseja maior vigor à historiografia *do regional*, tendo nos Institutos Históricos e Geográficos estaduais os seus lugares,

por excelência, de preservação da memória social e de construção da História. Vários outros Institutos surgiram depois da República, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1905). A história colonial, um pouco a imperial e mais alguns grandes marcos da História brasileira são revisitados, sob essa ótica regional, em busca da identidade histórica específica de cada uma das unidades políticas, em suas relações com a nova ordem republicana. Tratava-se de promover uma releitura do passado em decorrência do novo *status quo*. A um ponto tal que, a um historiador paraibano, foi verossímil encontrar o republicanismo já no ato fundante da Paraíba! (OLIVEIRA, 1996). Parece ter sido verossímil, portanto, a localização historiográfica das identidades históricas regionais, territorializadas estadualizadamente, recobrindo os espaços das oligarquias e narrando a sua saga. Remarcantes e diferenciadas dessas abordagens foram as obras de Euclides da Cunha (1902) e de Capistrano de Abreu (1907), apresentando uma outra abordagem: *o regional* descolado dos contornos estadualizadores, apreendendo um território mais amplo, com características geo-históricas próprias, o que já apontava para uma etapa de transição historiográfica.

A chamada "crise dos anos 20" possibilitou uma maior visibilidade da historiografia *do nacional*. O conjunto de processos e acontecimentos do período – 1ª Guerra Mundial, industrialização, urbanização, tenentismo, Semana de Arte Moderna, fundação do Partido Comunista, Coluna Prestes, crise de 1929, culminando com o movimento de 1930 – propicia um momento mais intenso de reflexão e interpretação da Nação e da brasilidade. Daí muitos historiadores da historiografia brasileira denominarem esse período de *A Redescoberta do Brasil*. Novo instrumental teórico, fornecido pela Sociologia, a Antropologia, a Economia, possibilitando novas interpretações, diferentes das então predominantes, que dicotomizavam as relações entre a esfera política e a esfera social e privilegiavam a primeira

> *A partir da década de 30, a historiografia brasileira em geral sofreu mais amplamente o impacto das influências e outros setores das ciências sociais. O processo histórico passou a ser relacionado mais completo, numa análise mais documentada (...) a fundação das Faculdades de Filosofia (São Paulo, 1934 e Rio de Janeiro, 1935) e da Escola de Sociologia Política de São Paulo (1933) acentuava tais mudanças. Paulatinamente, a produção intelectual da elite que freqüentava os estabelecimentos superiores começou a sair de uma arraigada infância de academicismo (aqui entendido como a linha herdada dos Institutos Históricos) para um período de amadurecimento científico. A escola histórica alemã, que perpetuara de Varnhagen ao próprio Capistrano, cedeu lugar ao modelo francês... (SILVEIRA: 1978, p. 10)*

As obras seminais do período têm uma perspectiva nacionalizante. Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre produzem sínteses abrangentes, de configuração do Brasil, sob abordagens diferenciadas: respectivamente, a concepção materialista de História; a culturalista alemã weberiana; a culturalista norte-americana antropo-sociológic.

Mesmo a obra de Freyre, que, à primeira vista, parece pertencer à historiografia *do regional*, problematiza-o como *o nacional*, em suas relações de diferenciação e integração territorial, elabora uma visão *do nacional* (o todo) pelo regional (a parte), pois faz do patriciado agrário açucareiro nordestino a tessitura de longa duração da sociedade brasileira, da Colônia ao Império. Essa teia histórica urdida pelas relações sociais e culturais que constitui o seu *imprinting* historiográfico, chamado Nordeste, não elimina do seu pensamento a permanência de uma representação vigorosa do Império, o *Norte*: o Nordeste freyreano do seu Manifesto Regionalista ainda se delineia como um somatório de unidades político-administrativas. Por outro lado, essa operação reflexiva recupera ou reconfigura uma meso-região, territorialidade intermediária entre o nacional e os estados-membros.

As elaborações sobre *o nacional* continuam nas décadas seguintes, propiciadas pela conjuntura política, um regime (varguista) politicamente centralista e ideologicamente nacionalista; e, depois, pelo processo nacional-desenvolvimentista, que corresponde a uma nova unificação territorial, pelo mercado, com a "dissolução" das regiões (OLIVEIRA, 1978). Sodré (1939), Vianna (1949), mais tarde, Faoro (1958) tratam de questões nacionais. Deste período data uma primeira História da República (BELLO, 1940), antes uma História do Brasil do que uma História nacional (PETERSEN, 2001/2003). Esse período, nacionalizante, econômica, política e culturalmente, não elimina a história tradicional *do regional*, no sentido provincianizante-estadualizante, apesar de toda a maquinaria de simbolização que o regime varguista empreendeu no sentido de combater as expressões regionais. Também emerge umaoutra variante da historiografia *do regional*, que tematiza problemática abrangentes, como a estrutura do poder, mas cujo conteúdo representacional toma como experiências históricas certas territorialidades subnacionais, a exemplo de Costa Pinto (1942) e Leal (1948).

Processos e acontecimentos de âmbito internacional, como o desenvolvimento capitalista e a 2ª Guerra Mundial começam a infletir mais fortemente sobre a perspectiva historiográfica *do nacional* , fazendo com que este começasse a ser pensado e representado em suas articulações com territorialidades externas às fronteiras brasileiras. Como já o fizera

Prado Jr. Estas repercussões também se estendem à historiografia *do regional*, que não só produz representações das articulações dos espaços subnacionais com a territorialidade nacional, mas, também, com a territorialidade internacional. Tal inflexão de escala se acentua desde os fins dos anos 40 e inícios dos anos 50, com a inserção, na agenda político-simbólico-historiográfica, das problemáticas do desenvolvimento-subdesenvolvimento, da fome e das diferenças regionais, confluentes entre si e remissivas ao sistema capitalista.

As diferenças/desigualdades regionais orientam o olhar historiográfico para a compreensão dos contrastes entre as várias territorialidades inscritas no país: territorialidades agrário-latifundiárias, representadas, então, como "arcaicas", "atrasadas", "subdesenvolvidas", opostas a territorialidades urbano-industriais, interpretadas como "modernas", "progressistas", "desenvolvidas". A visão dualista da relação *nacional-regional* se corporifica em interpretações como as de Josué de Castro (1946, 1951) e Celso Furtado (1959), além de precursores brasilianistas dessa tese, como Lambert (1959) e Morazé (1954).

O contexto do país, na década de 50, apresentava maior diversificação socioeconômica, diversidade sociopolítica mais plural e espectro ideológico mais amplo, adensando o debate e o embate de idéias. Momento de revisões interpretativas acerca do país:

> *Em função desta diversidade de interesses, caberia à esquerda fornecer as opções mais inovadoras em termos de idéias. O caráter "redemocratizante" do período ensejava uma reviravolta nas ciências sociais brasileiras e o seu enriquecimento ou pelo inédito dos temas tratados ou pelas revisões teórico-metodológicas imprimidas aos temas conhecidos. O amadurecimento da experiência do ensino superior possibilitava aos estudiosos um melhor preparo e domínio mais exato do instrumental conceitual da ciência política. Os trabalhos adquiriram, assim, foros mais científicos. O interesse pelos assuntos políticos, manifesto a partir de uma situação atual à época e com intenções de ser atuante, repercutiu no mercado editorial com a novidade das revistas especializadas e dos institutos e centros de pesquisa de cunho político.*
> *A tendência mais evidente através do debate político da época era a convergência socialismo=nacionalismo, irmanados pelas insatisfações econômicas e culturais... (SILVEIRA, 1978, p. 18).*

Essa orientação político-ideológica gera representações historiográficas tanto sobre a relação nacional-regional quanto a nacional-internacional, melhor dizendo, nacional-antinacional. Este ultimo é o embate da época, embora nele esteja contido o outro embate.

O ISEB se instituiu como o lugar de produção das representações

nacionalistas- nacionalizantes, de pensadores como Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, nenhum deles, historiador por titulação, mas cuja preocupação comum era rever a história brasileira em torno da questão do nacionalismo e, muitos deles, à luz de conceitos marxistas. O temário político e econômico era predominante.

Mas a cultura também constituía parte do temário do *nacional*, que problematizava, impulsionada pela mobilização social e política, a criação de uma cultura *popular* no sentido de *para o povo.* ISEB, UNE, CPC, MEB e tantas outras entidades e movimentos podem ser considerados como lugares de produção historiográfica, de cariz esquerdista.Esses pensadores, raramente, eram historiadores: sociólogos, economistas, literatos, críticos de arte e literários. Os historiadores, à época, eram pouco sintonizados com as problemáticas do seu presente histórico. Entre outras razões, e essa é antes uma hipótese de trabalho do que uma certeza, porque as Faculdades de Filosofia formavam mais professores do que pesquisadores. A pesquisa histórica só adquire maior relevância a partir dos anos 1961970. Mesmo considerando o reduzido número de historiadores-pesquisadores, a segunda razão seria o descomprometimento com o presente histórico, talvez explicável por uma concepção de História como ciência do passado, a despeito da Missão Francesa na USP nos anos trinta.

> *[...] a historiografia brasileira se ressente de uma crítica ao poder vigente, i. é, nas diferentes etapas que privilegiamos na sua evolução, notamos que como crítica científica, ela não é contemporânea ao regime político e às instituições das quais participa, sendo raros os exemplos de historiadores que se engajavam com os demais cientistas sociais para, através de sua obra, promover a análise crítica do coetâneo. Este é um motivo, entre outros, para explicar a defasagem que há nesse sentido entre a História do Brasil e ciências como a Sociologia, a Política, e mesmo a Antropologia entre nós. (LAPA, apud SILVEIRA, 1978, p. 39-40).*

Já nos anos 70, Amaral Lapa observava o absenteísmo dos historiadores brasileiros, a sua acomodação no passadismo e o seu descomprometimento em relação às questões do tempo presente. D e fato, no início dos anos 60, as reflexões mais vigorosas e influentes sobre o *nacional* eram produzidas pelas Ciências Sociais, especialmente, situadas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. A chamada Escola de Sociologia paulista, tendo por mentor intelectual Florestan Fernandes, desenvolveu, no período, um amplo programa de pesquisas sobre novos temas, suscitados pela maior complexidade da sociedade brasileira, com a industrialização e a urbanização, a conseqüente formação de uma sociedade de classes/massas e sua maior participação

política. Temas como escravidão/relações do negro na sociedade, homens livres na ordem escravocrata, povo-sociedade cafeeira, operariado-sindicalismo, empresariado-desenvolvimento, classes populares-participação política, em suma, temas cuja tônica eram as relações de classes. A abordagem dualista já começava a ser questionada.

A ebulição político-cultural dos inícios da década é atingida pelo golpe de 64. Esse acontecimento demarca novas territorialidades históricas e historiográficas, alavancando um processo de revisão crítica de interpretações sobre o país,/o nacional, fazendo emergirem estudos sobre movimentos revolucionários, ideologias, Estado, militares, desenvolvimento, subdesenvolvimento. Esse revisionismo representacional, ainda hegemonizado por sociólogos e economistas, sobretudo os primeiros, resulta em análises dotadas de espessura diacrônica.

A retração cultural derivada da conjuntura repressiva tem um contraponto positivo na implantação dos primeiros Cursos de Pós-Graduação em História, com a produção de dissertações e teses acadêmicas, configurando a ascensão de uma historiografia elaborada por historiadores profissionais, de maior visibilidade na década seguinte. Esta historiografia se aproximava da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política e da Economia, expressando maior consistia teórico-metodológica. Abandonava uma visão passadista da História. Abria o leque de tematizações: a esfera econômica continua em relevo, mas ao lado de temas políticos (instituições, partidos, oligarquias, idéias). A História Social ganha força, com estudos sobre grupos sociais e processos migratórios, por exemplo. As periodizações mais contempladas na História do Brasil continuavam a ser a História Colonial e a História do Império, mas apontando uma tendência para a História da República (LAPA, 1976).

A historiografia acadêmica contemplava tanto temas *do nacional* quanto *do regional*, especial, mas não exclusivamente, sobre São Paulo, mas, considerando-se que a quase soberania única da USP na Pós-Graduação de História no país, à época, provocou o deslocamento de docentes de outros estados para realizarem suas titulações naquela Instituição[8]. A historiografia *do nacional* também é reforçada com o aparecimento de coleções de história, de textos e de revistas cujo lócus de produção é o Sudeste, particularmente São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, no tocante a essa relação *nacional-regional*, na produção sudestina, pode-se vislumbrar duas tendências: a elaboração de interpretações calcadas em

[8] Um exemplo: grande parte de professores universitários da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), à à época, se titulou na USP. O mesmo vale para os historiadores da UNICAMP, instituição instalada oficialmente em 1966.

análises sobre estas territorialidades, mas com certa intencionalidade generalizante para o país como um todo; e uma outra, com preocupação de refletir sobre as diversidades regionais de processos históricos, a exemplo da coleção organizada por Holanda (1962-1972).

Uma característica marcante dessa historiografia dos anos 70, embora não inédita foram os estudos acerca do Brasil realizados por *brasilianistas*, isto é, historiadores, sociólogos, economistas, cientistas políticos, estudiosos de literatura, estrangeiros, com forte presença norte-americana. Integrando uma tendência mais geral, de interesse pela América Latina, decorrente tanto da Revolução Cubana quanto dos inúmeros golpes militares do período, as análises dos brasilianistas se concentraram na História Política e republicana, com especial predileção pela temática das oligarquias, o que ensejou uma historiografia brasilianista *do regional*, a exemplo de Love (1975), Pang (1979), Levine (1980) e Wirth (1982). Tais trabalhos apontaram novos referenciais teóricos, distintos da influência francesa dos *Annales*, e novos procedimentos metodológicos referentes a fontes históricas.

Ainda na mesma década, Cursos de Pós-Graduação em geral, e em História, em particular, começam a territorializar-se fora da USP e de São Paulo. É um avanço lento: o único Curso de Pós-Graduação em História na região Nordeste, até o ano de 1990, era o da UFPE. Depois, surge o da Bahia. Os demais, hoje existentes, é processo recente. A desconcentração da Pós-Graduação de História e as transformações históricas e historiográficas a partir dos anos 70-80, iriam incidir para uma inflexão quantitativa e, sobretudo, qualitativa, na historiografia *do nacional*, mas talvez até mais forte, *do regional*.

3. POR CONCLUSÃO, O INCONCLUSO: A HISTORIOGRAFIA *DO NACIONAL* E AS HISTORIOGRAFIAS *DO REGIONAL* NO CONTEXTO DO TEMPO PRESENTE

A periodização mais atual, da história das historiografias *do nacional* e *do regional, grosso modo*, começa a instituir-se a partir desde meados dos anos 60, firma-se nos anos 70 e consolida-se na década de 1980. Diz respeito, portanto, ao tempo recente, ao tempo presente.

Na dimensão processual, abrangente, as mudanças historiográficas guardam relação com a globalização do capitalismo, que, há quase quatro décadas, vem desencadeando amplas e profundas desterritorializações e reterritorializações econômicas, políticas, sociais, culturais. Relação, também, com a desagregação do, então chamado, Segundo Mundo, o bloco socialista, com o arrefecimento das utopias revolucionárias de

emancipação social e nacional.

Na dimensão da produção e circulação do conhecimento, as mudanças historiográficas se inserem em um processo demarcado pela chamada Revolução Cultural de 1968, que se irradiou por países tão diferentes como a França, a Alemanha, os Estados Unidos, a Tchecoslováquia, o Japão, o México, o Brasil. Esse processo, alavancado pelos movimentos estudantis desses países, ancorados em movimentos sociais de novo talhe (étnicos, de gênero, de orientação sexual, entre outros), tornou explícito que tanto as instituições produtoras de conhecimentos – especialmente as Universidades – estavam despreparadas para a formação de recursos humanos para esses novos tempos quanto, mais profundamente, os referenciais teóricos de análise, explicação, compreensão do mundo estavam superados e não davam mais conta dos processos históricos em ocorrência. Essa crítica conflui com as reflexões de uma parte dos próprios pensadores (filósofos, sociólogos, antropólogos, historiadores), muitos dos quais já vinham repensando os referenciais para compreender as mudanças em curso.

De suas próprias autocríticas e das interpenetrações interdisciplinares de outras áreas do conhecimento, a História-conhecimento vai adquirindo, então, novas configurações epistemológicas, assim caracterizadas, em suas linhas mais gerais:

a) **alargamento do campo temático**: constituição de novos objetos de estudo, a ponto de suscitar o registro de uma "História em migalhas", a par da revisão de temas já instituídos pela historiografia anterior. No primeiro caso, a ênfase recai em temas relativos à vida privada e às ações do sujeito, decorrentes do processo de individualização da vida contemporânea;

b) **novos referenciais teóricos**, constituídos por várias vertentes: a 3ª geração dos *Annales*, procedendo à revisão de sua herança historiográfica, imprimindo-lhe novas direções mas sendo-lhe fiel na pluralidade teórica; a História Cultural, imbricada com a *Nova História* mas não recoberta por esta, sendo forte tributária da Antropologia e da Lingüística; a História Social Inglesa, de vertente marxista, que já vinha procedendo a revisões de seus referenciais desde antes de 1968; a Microhistória, desenvolvida pela historiografia italiana, trazendo uma contribuição original para a questão da *escala* dos estudos históricos. Fora dos canteiros da História, a contribuição de filósofos como Foucault, Guattari, Deleuze, Ricouer, entre muitos outros. Esse conjunto de perspectivas, críticas quanto aos limites da epistemologia racionalista, às metanarrativas e à tradição marxista ortodoxa, atinge fronteiras mais distantes: algumas de suas vertentes se direcionam para rupturas entre a realidade e a representação;

c) **novas fontes**, em decorrência de novos objetos, bem como novos procedimentos próprios às suas peculiaridades, daí emregindo o conceito de documento/monumento e a redefinição do *fato histórico como construção*, distinto do *acontecimento*;

d) **novas metodologias** para realizar a operação histórica em todas as suas etapas, do testemunho à constituição da prova documental, à elaboração da explicação/compreensão, culminando com a narrativa histórica;

e) **novas formas de narrativa**, conjunto de procedimentos, equivocadamente, chamado de "o retorno da narrativa", e resultante da maior aproximação História e Literatura, História e Lingüística, e, em âmbito mais amplo, da configuração de um mercado editorial de massas.

Realizando um balanço crítico das repercussões de tais mudanças epistemológicas na

Historiografia brasileira, Petersen (2001) aponta o melhor preparo teórico dos nossos historiadores atuais, mas adverte para aspectos problemáticos do ofício nas terras brasílicas: pouca originalidade de elaborações teóricas próprias, com forte predominância do empirismo; "a apropriação epidérmica de campos complexos"; falta de preparo de nossa profissão para o exercício da interdisciplinaridade; exacerbado entusiasmo pelo *novo*:

> *Refiro-me a uma certa legitimação que este termo dá a quase qualquer coisa que lhe seja agregada e que se proponha substituir um presumível "velho". Neste sentido, e revelando a ignorância do historiador com respeito à história de sua própria disciplina, muito do que é visto como novo às vezes não passa da recuperação de tendências já constituídas – ainda que não dominantes – na historiografia desde o século XIX (para não ir mais longe) e outras vezes, de tensões permanentes que atravessam a história do conhecimento social. (PETERSEN, 2001, p. 6-7),*

a exemplo da relação sujeito-estrutura, subjetividade-objetividade, micro-macro.

Retomando, então, a questão da historiografia *do nacional* e as historiografias *do regional*, à luz dessas transformações processuais e epistemológicas referidas, em que teria havido mudanças? Qual o seu estatuto, presentemente?

Não farei aqui o inventário dos trabalhos realizados sob o influxo de tais mudanças, por impossível a tarefa no exíguo espaço dessa conferência, e por se tratar a mesma de um vasto e complexo programa de pesquisas a serem realizadas pelos cursos de Pós-Graduação. Apontarei

as tendências que consigo vislumbrar neste domínio da História.

Uma primeira repercussão, quase "natural", tem sido a **revalorização das historiografias *do regional,*** agora especificado como local, em detrimento da historiografia do nacional, qualificado como metanarrativa indesejável. *Local*, requalificado de suas origens de crônica positivista, e reterritorializado, nesse contexto histórico-historiográfico, como lócus do cotidiano, da experiência vivida, de seres humanos situados, enraizados. Local enquanto identidade. Trata-se de uma resposta historiográfica ao amplo movimento de complexificação da sociedade contemporânea e de constituição e instituição identitárias de estranhamento e inserção em um mundo globalizado.

Uma segunda conseqüência tem sido a **sua apreensão, análise, explicação e compreensão em duas perspectivas: a cultural e a política reequacionada.** A perspectiva cultural, porque considerada possibilitadora de visualizações, até então, não entrevistas ou vistas pelas frestas e margens, e que, para muitos historiadores, passa a ser considerada como mais abrangente enquanto uma dimensão imaginário-simbólica. Quase uma escandalosa nova totalidade. A perspectiva política reequacionada, porque considerada revalorizadora da ação dos sujeitos históricos, antes subsumida pelas metanarrativas estruturalistas.

Uma terceira tendência é uma **reconceituação teórica *do regional-local.*** Na historiografia brasileira, de um modo geral, ainda são bastante arraigadas certas concepções: o *local* como lócus da crônica positivista e, assim, localista; o *regional* como duas territorialidades: o Nordeste e o Sul do país; o *nacional* como territorialidade hegemônica (Sudeste), assim construída, historiograficamente, como localismo e regionalidade nacionalizada, tomando a parte como o todo. Metanarrativa de dominantes, para usar palavra que causa ojeriza a muitos, mas sem a qual não se entende esse processo historiográfico. Hegemonia discursivamente elaborada como nacional, a partir de uma hegemonia de produção do conhecimento, que a desconcentração dos Cursos de Pós-Graduação no país está quebrando, ao dar representação e visibilidade às diversidades territoriais.

Este efeito de reequacionamento teórico ainda é bastante incipiente porque muitos historiadores, mesmo aqueles que absorvem as mudanças historiográficas mencionadas, ainda permanecem com referenciais positivistas sobre o *local-regional*, como palcos inertes dos processos sociais, simples recortes de Geografia física ou de História Administrativa. Citando, mais uma vez, a historiadora Sílvia Petersen:

> *Outra observação é sobre o uso indevido que "regional" tem na nossa historiografia. Recortes espaciais de qualquer natureza muitas vezes*

> *são alçados à categoria de "regionais". Neles, no entanto, o conceito "região" não tem outro significado do que um território que se deliberou estudar. Tais trabalhos não incorporam outras reflexões, que envolvam as relações entre o local, o regional e o global; os próprios conceitos de região, espaço, fronteira, não prestam nenhum serviço teórico ao alargamento da análise histórica. (IDEM, p. 8)*

Um quarto aspecto é a **atualização das representações historiográficas sobre o *regional* a partir de problemáticas do presente histórico neste âmbito inscritas**, reconfigurando a sua compreensão e as suas identidades. O enriquecimento das representações historiográficas por novos temas *do* e *no regional*, embasadas em novas fontes e novos procedimentos teórico-metodológicos tem implicado em desterritorializar visões e imagens passadistas, quase congeladas, acerca das diversidades históricas regionais-locais e construir explicações e compreensões, não só para nós próprios historiadores, mas para a sociedade abrangente, acerca do tempo presente.

Nestes termos, a **historiografia do nacional também vem sendo afetada e reelaborada**: as suas representações estão sendo dotadas de maior complexidade, maior aproximação com a tangibilidade das experiências vividas, emprenhadas que estão sendo pelas representações das diversidades regionais-locais. Por outro lado, ambas as escalas, emprenhadas pela escala do global.

Por isso, termino com uma provocação a uma reflexão abrangente.

As mudanças históricas do tempo recente/presente e as mudanças epistemológicas que as acompanham, em muitos casos, têm conduzido a historiografia para uma mera mudança de mão no trânsito: da objetividade para a subjetividade, do material para o simbólico, do macro para o micro, do universal para o particular, do nacional para o regional-local? O sentido das transformações não me parece ser este: se assim compreendidas e concretizadas, continuaremos com insuficiências epistemológicas e, portanto, com incompreensões da própria História-processo. Em outras palavras, se a rejeição de um paradigma homogeneizante, expresso em metanarrativas, for sua substituição por outro paradigma de um diferencialismo radical, não daremos conta da complexidade porque incorremos na mesma simplificação e reducionismo que estamos tentando desconstruir.

A título de exemplo, intencionalmente provocador, pensemos na crise financeira em curso (2008) e cujos alcances ainda não podemos avaliar em todas as suas dimensões. Esta crise ressuscita fantasmas que, talvez, muitos historiadores, seduzidos apenas por esse *novo* em sentido contrário, supunham enterrados. Pois ela projeta vários processos subjacentes: **a sua escala global**, mas articulada, repercutindo nas escalas nacionais e locais, de que já é evidência o encarecimento do custo de vida em

nosso cotidiano; **a sua materialidade**, portanto, que comporta aspectos simbólicos, mas não se circusncreve a eles; **a sua dimensão pública**, que está **na** mas muito além da nossa vida privada; **a sua dimensão econômica mas, sobretudo, política, colocando questionamentos ao fetiche fundamentalista do mercado e recolocando a importância, para sua solução, ou atenuação, de organizações supranacionais, mas também dos Estados Nacionais.**

Durante a crise de 2008, a Internet trouxe notícias de que, em vários países da Europa, cresceu a venda das obras de Marx, inclusive, compradas por muitos empresários capitalistas. O SPD alemão rachou e formou uma nova organização partidária chamada A Esquerda, em que estão ingressando muitos jovens, desencantados com o "canto do cisne" do individualismo neoliberal, que os deixou na mão sem emprego, enquanto as gerações mais velhas da Alemanha estão desencantadas por uma velhice sem dignidade.

O que quero dizer com isso?

Não estou querendo uma volta saudosista às epistemologias do século XIX, e a sua História que, a julgar pelas obras de Marx, longe estava de ser um paraíso terrestre.

Estou querendo dizer que a iconoclastia epistemológica do *novo*, que apenas inverter a rota ao avesso, não dará conta dos tempos que se prenunciam. Pois, se essa iconoclastia foi – e tem sido extremamente positiva, no sentido de desocultar da História as experiências desperdiçadas (SANTOS, 2004), ainda que derrotadas, de fazer emergir das sombras do tempo as vozes silenciadas por discursos metanarrativos hegemônicos, não podemos ignorar que a globalização é uma metanarrativa mais poderosa do que foi o socialismo real, à qual se combate historiograficamente – esta é a minha percepção - muito mais do que à metanarrativa neoliberal, o *discurso único*.

O *novo* epistemológico, efetivamente novo, em tempos de alta modernidade ou capitalismo tardio, não está em trocar uma coisa pela outra, a epistemologia da homogeneização pela epistemologia das diferenças, pois isto continuará a ser uma epistemologia dos dualismos e maniqueísmos. A nosso ver, nem a epistemologia das semelhanças nem a epistemologia das diferenças, isoladamente, darão conta da complexidade social. O *novo* epistemológico, efetivamente novo, está, como diria Ricoeur (1988), diante de nós e não oculto no texto, inscrito no tempo presente. É necessária uma epistemologia da complexidade (MORIN; LE MOIGNE, 2000) ou da singularidade, que represente as articulações entre sujeito e estrutura, objetividade e subjetividade, material e simbólico, macro e micro, geral e particular, global-nacional-regional-local. Que junte nossas semelhanças e dessemelhanças enquanto seres humanos.

***

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. (1907). **Capítulos de História Colonial.** 1ª edição: 1907. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 (fac-simiar)..

BELLO, José Maria. **História da República**. Rio de Janeiro: Nacional, 1940.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** São Paulo: Difel, 1989.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro> Editora O Cruzeiro, 1946.

_____. **Geopolítica da Fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

COSTA PINTO, Luiz. **Lutas de famílias no Brasil** (Introdução ao seu estudo). São Paulo: Nacional, 1949 (Coleção Brasiliana).

CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34. 1995 (v. 1 e v. 2); 1996 (v. 3), 1995 (v. 4) e 1997 (v.5).

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine.** O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do Patronato Político Brasileiro- Porto Alegre: Globo, 1958. 2 v.

FURTADO, Celso.**Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** São Paulo: Difel, 1962-1972. 7 v. OBS: os demais volumes da coleção foram dirigidos por Boris Fausto.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis.** Rio de Janeiro, MEC, 1959.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A História em questão.** Historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** O município e o regime

representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1948.

LEVINE, Robert. A **velha usina:** Pernambuco na Federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LOVE, Joseph. O **Regionalismo Gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MORAZÉ, Charles. **Les trois âges du Brésil. Essai de Politique.** Pars: Librairie Armand Colin, 1954.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade.** 2.ed. Tradução de Nurimar Maria Falci. São Paulo: Petrópolis, 2000.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias**, 1889-1943. A Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião.** Nordeste, planejamento e conflito de classes. 2.ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Instituições Políticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. 2 v.

PETERSEN, Silvia. O pensamento histórico brasileiro: relações com vertentes européias e americanas; tendências temáticas e teóricas recentes. Texto apresentado no Simpósio "Historiografia en América Latina" do X Congreso de la Federación Internacional sobre America Latina Y El Caribe. Instituto de Latinoamérica/ Academia De Ciencias de Rusia. Moscou, 25 a 29 de junho de 2001. Publicado em: **História em Revista**, Pelotas, v 9, dez. 2003.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**: jacobinismo, ideologia e ação. 1893-1897. São Paulo, Brasiliense, 1986.

RICOEUR, Paul. **Conflito das Interpretações**. Porto/Portugal: Rés,1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente:** "um discurso sobre as ciências" revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A gramática do tempo:** por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanismo e Federalismo:** um estudo da implantação da **República** Brasileira, 1889-1902. Brasília: Senado Federal, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. São Paulo: Nacional, 1939.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. **A Província:** estudo sobre a descentralização no Brasil. Rio de Janeiro: Garnier, 1870.

WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

O COTIDIANO DOS LAVRADORES DOS CARIRIS VELHOS: UM LUGAR DE TÁTICAS

Mariângela de Vasconcelos Nunes[9]

Este texto é uma parte do primeiro capitulo da minha tese de doutorado: "Entre o capa verde e redenção: a cultura do trabalho com agave nos Cariris Velhos (Paraíba 1937-1966)"[10] Aqui enfoco alguns aspectos relacionados à questão da terra na Paraíba, no período citado considerando, sobretudo a perspectiva dos lavradores, notadamente, o significado que estes atribuíam a terra e aos seus roçados, enfim as experiências que viveram no trabalho agrícola antes do cultivo do agave, planta introduzida, na região nos anos de 40 e 50 do século passado. Buscando compreender o universo dos trabalhadores rurais utilizei entrevistas realizadas por mim entre 2003 e 2005, com antigos moradores dos Cariris Velhos. Para interpretar estas falas me inspirei em alguns trabalhos teóricos, a exemplo de Michel de Certeau,(1994) Michel de Foucault (2001) e Clifford Geertz (1978).

MORADORES E MEEIROS ENTRE "FAVORES" E TENSÕES

Na área em estudo homens e mulheres registraram e registram suas pegadas lançando-se às rodas da história. Mas, são principalmente, as pessoas que pertencem aos extratos econômicos mais pobres, que procuro mostrar na história que contarei. Para iniciá-la, apresentarei rapidamente D.Maria do Carmo Dantas, nascida em 08 de agosto de 1924, filha de pais órfãos, ambos adotados por uma mesma família, de

[9] Profesora doutora pela UnB e atualmente professora da UEPB, Departamento de Geo-Historia, Campus 3, Guarabira

[10] Mariângela de Vasconcelos Nunes. Entre o capa verde e a redenção: A cultura de trabalho com agave nos Cariris Velhos (1937-1966, Paraíba) Tese Unb.2006. Brasilia . As áreas estudadas na pesquisa de doutorado foram os municípios de Cuité, e seus antigos distritos de Barra de Santa Rosa e Nova Floresta; e o de Picuí, notadamente, os antigos distritos de Cubati e Pedra Lavrada. Todavia, neste texto, recorrerei apenas aos depoimentos dos lavradores destas duas últimas localidades que até os anos 50, do século passado, estavam conforme o a categorização do IBGE situadas no Médio Sertão dos Cariris Velhos. Menos de uma década depois, tais distritos foram emancipados, e englobados na zona da Borborema Oriental. Optei, entretanto, por utilizar a expressão Cariris Velhos para designar esta área por várias razões, uma delas é o recorte espacial imaginário presente nos entrevistados, que se autodefiniram como "caririseiros".

grandes proprietários de terra. D.Maria casou-se aos 14 anos, com o Sr. Evaristo, e, como muitas mulheres parideiras do Sertão nordestino, deu à luz 22 crianças. Entretanto, para além desta partilha com outras mulheres, a história de vida desta narradora aponta outras identidades que ultrapassaram a fronteira do gênero e mostraram-se comuns a todo um grupo social, como aflora no texto abaixo, narrado por ela sobre seu passado e dos seus pais:

> *Era nas terras dos pais de criação deles. Num era deles. Eles não tiveram pais. Foram criados órfãos, foram tomados pelo Juiz de menor. Foi o tempo que fiquei, meus avós morreram, nós fiquemo lutando com seu avô, era Mané Cirilo, ele ficou como administrador, e veio comprando de lá pra cá, quando seu avô morreu nós tava morando aqui nas terra dele. Aí ficaram naquela agonia, vai ser inventariado, pra donde vocês vai, eu digo, enquanto quiser nós aqui nós tamos*[11]

Esta narrativa apresenta vários temas da vida da entrevistada como, por exemplo, a constituição social dos seus pais e a luta cotidiana pela sobrevivência. Mas chamarei a atenção para um fator que era comum a um grande número de lavradores e lavradoras: trata-se da falta de terra e a dependência destes atores sociais aos grandes e médios proprietários da região estudada. Como seus pais, que moraram, em terras de terceiros: "padrinhos-patrões", configurando a relação de apadrinhamento no interior do Nordeste e da Paraíba, D.Maria também tinha seus patrões, o que tornava sua vida imprevisível e a deixava mais vulnerável diante deles.

Assim, a decisão de morar em uma casa, em um lugar, não lhes cabia, inteiramente. A qualquer momento, esta narradora poderia deixar a sua casa, a terra e o seu lugar de trabalho tendo que reorganizar toda a sua vida. Não acredito que esta submissão, que parece transparecer na fala desta informante, fosse vivenciada passivamente, pois parto da compreensão de que estas relações entre patrões e trabalhadores são práticas constantes que têm como lastro um tecido ambíguo, marcado pelo conformismo pelos conflitos, pois são relações de poder, (FOUCAULT, 2001). Todavia, na figura do proprietário de terra, concentrava-se mais poder.

Esta relação desigual denunciava o perfil distributivo da terra no Brasil, que se baseava na formação dos grandes propriedades orientadas

[11] Maria do Carmo Dantas, 79 anos. Nasceu no município de Pedra Lavrada, onde morava com seus pais em terra de terceiros. Esta informante trabalhou na lavoura cultivando o milho, feijão e algodão e no desfibramento do agave. A idade que consta neste texto, tanto para esta narradora como para os demais entrevistados, corresponde à idade que estes tinham quando foi gravada a entrevista. Entrevistada Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

para a monocultura. Este modelo agrário teve sua formação no período colonial, a partir da concessão de grandes sesmarias, e continua até hoje. Assim, na área em estudo, dos Cariris Velhos da Paraíba, D.Maria, mencionada acima, e muitos outros atores sociais, estavam privados da propriedade da terra, e, em certa medida, subjugados aos sujeitos que a detinham. Portanto, os homens sem-terra deveriam trabalhar e morar em terras alheias, enquanto aqueles que possuíam pequenas faixas de terras apresentavam-se também dependentes de grandes e médios proprietários.

Em regra geral, estas duas categorias dividiam parte das suas terras em vários pequenos roçados que eram cultivados com gêneros alimentícios como o milho, o feijão entre outros e a lavoura comercial: o algodão. Tais roçados eram concedidos aos homens que não possuíam terras ou a pessoas que as possuíam reduzidamente. Assim, o vínculo entre os diferentes grupos se estabelecia em torno do uso da terra. Pois, os proprietários, para concederem os roçados e proteção aos moradores, lhes impunham condições, entre as quais a defesa dos interesses daqueles, embora esta fosse percebida pelos dependentes como a defesa deles próprios: da sua terra, da sua morada, do seu roçado, enfim, da sua sobrevivência. (ALBUQUERQUE JR.,1985)

Compreendo que, na área estudada, para os lavradores terem acesso a terra o cultivo do algodão era um ponto importante. Pois, devido a esta lavoura as camadas economicamente mais pobres recebiam, temporariamente, dos médios e grandes proprietários, pequenos lotes de terra, que deveriam ser cultivados com o algodão, o milho, o feijão e outros produtos alimentícios. Assim, na área investigada, os trabalhadores sem-terra e agregados não foram privados de seus roçados, uma vez que as práticas tradicionais do uso da terra, baseados em relações de moradia, parceria, e em tipo de relação denominada de conga, estavam sendo reescritas com a expansão da lavoura algodoeira, a partir de meados do século XIX.

No caso das relações de moradia, o morador residia com sua família no interior da fazenda de um grande ou médio proprietário e devia zelar pelas terras do fazendeiro e cultivando-as com as lavouras já citadas, sendo uma parte da produção destinada ao proprietário, ao qual cabia metade do algodão e um terço ou a meia do milho e feijão. Além disto, o morador trabalhava cerca de dois ou três dias por semana para o patrão, geralmente consertando cercas, fazendo desmatamentos, e outras atividades, recebendo pelo seu serviço uma baixa remuneração. Sobre as obrigações na propriedade dos patrões, retomo o depoimento de D.Maria:

> *Trabalhava no meu roçado, no roçado de casa e merecia obrigação de quando o proprietário tinha um serviço, fosse morador tinha que fazer. Nós não tinha nem direito de dizer assim eu vou trabalhar acolá, não, se o fulano tem serviço, nós é quem faz. Recebia um pouco mais recebia* [12]

A fala de D.Maria demarca o lugar de poder dos proprietários. Pois estes se arrogavam o direito de exigir que seus moradores priorizassem o serviço na "fazenda grande". Morar em terras alheias significava, para os moradores, obediência aos seus patrões e prioridade nas atividades por eles determinadas. Ademais, revela a baixíssima monetarização dos trabalhadores o que os deixava extremamente vulneráveis as elites agrárias. Neste contexto, proprietários e agregados mantiveram as práticas, dos empréstimos. Os primeiros cediam aos lavradores uma quantia em dinheiro, que era usada nas suas despesas semanais e de sua família, tais como café, sal, querosene e outros produtos não cultivados na lavoura e obtidos nas feiras locais.

O Sr. Severino Batista de Oliveira falou sobre os empréstimos contraídos junto aos fazendeiros e algumas das suas finalidades:

> *Mais o patrão arrumava dinheiro, ele arrumava o dinheiro. Eu morei dezesseis ano mais, dezesseis ano num é dezesseis dia. Aí toda semana a mulher ia pra rua e eu ficava no roçado no Sábo. Ia pra feira e eu ficava no roçado trabalhando eu e uma menina que eu tinha uma moça eu nunca vi uma mulher que trabalhar dentro daquela qualidade ela, hoje, mora em João Pessoa....*[13]

O trecho mencionado acima aponta um jogo recíproco marcado por obrigações e deveres entre senhores de terra e homens sem-terra, como o Sr. Severino, por isto este lavrador achava "natural" que o seu patrão, para quem ele havia trabalhado vários anos, lhe financiasse empréstimos que eram usados nas suas despesas básicas, "Afinal de contas, dezesseis ano num é dezesseis dias", resmungava o depoente. Quantas vezes, durante todo este tempo, o Sr. Severino não havia abandonado o seu próprio roçado ou sido interditado de outros afazeres do seu interesse, para servir ao seu patrão? Nesta ótica, era justo, portanto, que esse o apoiasse na hora da sua necessidade, quando o narrador precisasse dos seus empréstimos para fazer frente às suas despesas semanais. Esta prática expressava o

---

[12] Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

[13] Severino Batista de Oliveira, 76 anos. Antigo trabalhador de agave. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003. Este narrador nasceu no município de Araruna, na Paraíba, onde morou até os 17 anos com os avôs, em terras da família. Posteriormente, morou em vários lugarejos da Paraíba e até mesmo no Piauí. Entre os anos de 1960/1970, foi morar em Cubatí onde ficou conhecido como Severino de Josete. Usarei apenas o nome Severino para me referir a este narrador. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

reconhecimento do proprietário pela dedicação do trabalhador esmerado. Neste sentido, favor e dívida não se encontravam em pólos opostos, representados pelos proprietários e os agricultores, respectivamente, mas se "complementam", transitando de um ponto a outro, pois "uma mão lava a outra", como diz o adágio popular, constituindo-se, assim, um campo de tensão Era mesmo uma via de mão dupla: assim, nem sempre o zelo do trabalhador em relação ao proprietário da terra representava apenas o cumprimento de um dever ou a retribuição de muitos favores. A postura do trabalhador era também tática, um lugar de contabilidades, uma caderneta de anotações onde estavam registrados: a dedicação, a abdicação, os impedimentos e favores dos sujeitos envolvidos nesta movimentação, provavelmente, naquele cenário pintado por cabrestos e porteiras, este diário imaginário era um lugar de ganhos "que no momento certo" deveria ser cobrado. A renúncia, neste sentido, pode ser entendida não como simples submissão, mas, fazendo parte do que denominei de cultura da esperteza, um conjunto de fazeres e até dizeres, acionados por determinados grupos sociais para jogar um jogo com regras estabelecidas pelo outro: mais forte e barulhento. È nas palavras de Michel de Certeau "a arte dos mais fracos," elaborada em um território de interdições, onde criativamente vão sendo tatuadas as marcas do não autorizado, isto é as táticas destes para sobreviver ao mundo dos mais fortes. Para referir-se as diferentes intervenções dos diversos sujeitos o referido autor usou duas categorias denominadas por ele de estratégias e táticas:

> *Chamo de 'estratégia 'o calculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um 'ambiente' Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo este modela estratégico.*
> *Denomino ao contrário 'tática' um calculo que não pode contar com um próprio, nen portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente , sem apreendê-lo por inteiro, sem pode retê-lo a distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O 'próprio' é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo vigiando para 'captar no vôo' possibilidades de ganho (CERTEAU, 1994, p. 46-47).*

Percebo ainda que as relações de reciprocidade eram também fundamentais para a hegemonia dos proprietários em relação aos

trabalhadores sem-terra. Nesta perspectiva, entendo que as relações de poder não se encontram localizadas em nenhum ponto específico da sociedade, estando, portanto, pulverizadas entre os demais grupos sociais, e dentro destes. Michel Foucault, ao formular suas considerações teóricas sobre o poder, destacou que este não emana do Estado, dos poderes individuais, ele se constitui na relação social. Roberto Machado, discutir tais inferências teóricas, diz: "o poder não existe, existe sim práticas ou relações de poder, o que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona" (FOUCAULT,2001:XIV)

Outro tipo de relação de trabalho, na área estudada, era a parceria. Os agricultores parceiros não moravam nas terras dos proprietários, muitas vezes eram minifundiários, e a extensão de suas terras era insuficiente para prover o seu sustento; assim, eram também muito dependentes dos grandes e médios proprietários, que recebiam dos seus agregados uma renda pelo uso da terra, geralmente, o equivalente a 50% da produção de algodão.

Conforme os dados obtidos na pesquisa de campo, esta também era uma relação bastante conflituosa. Tais tensões afloravam, sobretudo, no momento da partilha da colheita, durante a pesagem destas, quando usavam pedras como medidas de peso. Este era um momento tenso para os ambos os segmentos. Em regra gera, os tais pesos eram questionáveis: muitas vezes, uma pedra que equivalia a uma arroba, isto é, 16 quilos, poderiam pesar um pouco mais, chegando até a 18 ou 20 quilos, "mais só valia por 16 quilos", como relatou um produtor da região, que não quis ser identificado, confessando, também, que tal prática era uma conduta comum, [14] Acredito que casos de fraudes deste tipo ocorreram com muita freqüência na Paraíba, pois, além das fontes orais, outros documentos impressos também se referem à existência de pesagens desreguladas, que sempre favoreciam os fazendeiros. [15]

Outros relatos também indicam a presença de fraudes, O Sr. Severino Batista de oliveira, por exemplo, que tinha um roçado de meia com o seu patrão, lembrou os conflitos em relação à pesagem das suas safras:

> *Dr.Pedro Galvão disse 'vamo botar um roçadim' trabalhei mais de oito mês saí de lá que o dministrador dele num prestava me roubou que só a molesta, roubou meu algodão todinho, roubou meu calvão que eu fazia robava tudo.*
> *..Era de meia eu ficava com a metade outro ficava com a metade aí*

[14] A conversa em que o proprietário assumiu tal postura, não foi gravada e o próprio informante pediu para não ter seu nome mencionado.

[15] Sobre isto ver, por exemplo, Ademar Vidal. "O Algodão", In A **União Agrícola**, dom., 20 jul. 1941, p.3.

Doutor Pedro Galvão morava no Rio, no Rio de Janeiro doutor Pedro Galvão. Agora Zé de Melo era o ministrador aí pediu algodão botei quinhentos e oitenta quilo de algodão pesei na balança lá em casa e entreguei a ele ele pegou e levou botei quatrocento e oitenta saco de calvão. Quando Dr. Pedro chegou deu conta de duzentos quilo de algodão, cem saco de calvão. Eu chamei tudo de ladrão você, doutor Pedro, e seu empresaro. Ele matava porco de doutor Pedro dizendo era um cachorro pra comer os porco, era, comia os bode os carneiro de doutor Pedro Galvão tudim era Zé de Melo matava e enterrava os couro no estrume do curral eu digo porque sei quando eu e os capanga fumo limpar o curral um dia achemo mais de cem couro enterrado era. [16]

As relações descritas pelo Sr. Severino evidenciam o precário equilíbrio que permeavam as relações paternalistas, denunciando que estas não eram tecidas apenas por solidariedade, mas também por conflitos constantes. Nas relações cotidianas também podiam aflorar ressentimentos, notadamente, quando os lavradores se sentiam injustiçados, pelo o proprietário, de quem aquele esperava ajuda. Entretanto, ele o trapaceava em lugar de apoiá-lo, roubando parte do que lhe sobrava da sua suada colheita. Neste momento, o patrão, homem que lhe concede a terra, entre tantos outros "favores" também poderia se transformar em um ladrão, como afirmou o Sr. Severino, anteriormente, ao referir-se a seus patrões: "eu chamei tudo de ladrão".

Conforme o entrevistado, ele também teria externalizado, sua revolta, fora dos domínios da propriedade: "em Rocha", compreendo esta prática também como uma tática, tal lugar, palco dos desaforos do narrador era um espaço mais seguro e, ao mesmo tempo, menos privado e com testemunhas. Ora, por um lado, esta era uma forma de se proteger contra uma eventual revanche do seu patrão e gerente que foram desacatados e ofendidos. Assim, naquela região várias pessoas tomariam conhecimento do conflito envolvendo o lavrador e os seus superiores, homens fortes amparados nas suas próprias regras, na força e outros artifícios criados sempre para lhes favorecer. Desta forma, restava ao lavrador mobilizar-se, acionar suas defesas: publicizar tal conflito era uma das armas possíveis, num mundo de capangas e coronéis. Por outro lado, entendo que as ofensas dirigidas ao patrão, palavras que denegriam a sua imagem de proprietário, doutor, homem sabido, que morava na cidade e a denuncia sobre os crimes secretos do administrador faziam parte de um plano, uma forma de expô-los publicamente, e neste ultimo caso,de fazer os delitos do gerente chegarem até os ouvidos do patrão, que também era enganado e tinha poder para puni-lo. Esta também era uma forma do Sr. Severino

[16] Palavras de Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

se sentir reparado das injustiças de que fora vítima.[17]Assim, entendo que o cotidiano relacional dos lavradores e proprietários era marcado por conflitos expressos em atitudes, olhares e até insultos, piadas e desacatos, enfim, um arsenal quase "imperceptível," fincado no universo cultural dos trabalhadores..

Além das relações sociais baseados no sistema de meia, e de morada e de arrendamentos, era muito freqüente o uso do conga, prática comum nas terras produtoras de mandioca. Os trabalhadores pagavam um "conga" para a utilização da casa de farinha dos proprietários, isto equivalia a um litro por cuia deste produto, "*Toda vez que um trabalhador arrenda uma casa de farinha, ele paga um litro por cuia de farinha produzida, ao proprietário da casa. Uma cuia possui 10 litros. É comum ainda, o sistema de meia de farinha quando a terra encontra-se arrendada*" (SANTOS, 1972, p. 32).

Conforme a documentação estudada, antes da concessão dos roçados patrões e agricultores, comumente, faziam um acordo verbal em que eram estabelecidos direitos e deveres para ambas as partes. Assim, eram definidas questões como o tipo de relação: meia, parceria e conga, as lavouras a serem cultivadas, quase sempre, algodão, milho e feijão. Tais produtos faziam parte da cultura agrícola dos patrões e lavradores. Entendo que a adesão ao algodão, entre os diversos segmentos sociais, ocorreu por razões diferentes. Para os grandes proprietários, o cultivo do algodão, baseado no sistema de meia e morada, reduzia os custos de produção neste ramo agrícola, visto que os grandes e médios proprietários se livravam de assalariar os trabalhadores, uma vez que estes produziam seus próprios alimentos. Este grupo basicamente, não recebia nenhuma remuneração. Assim, a produção dos alimentos lhes era fundamental. Ademais, moravam em uma sociedade culturalmente marcada pela fome, pela sede, pela seca, com lembranças incrustadas em seu imaginário; pela exploração dos senhores de terra, que ficavam com parte da pequena produção dos trabalhadores rurais. Vivendo no limiar da fome, esta sociedade aprendeu a valorizar e até sublimar as lavouras alimentícias, ou aquelas como o algodão, que, embora não se prestassem para a alimentação humana, não atrapalhava a existência dos roçados.

Os contratos acerca dos roçados vigoravam por no máximo um ano, de acordo com o ciclo agrícola de todas as lavouras plantadas No final deste prazo, a terra era restituída ao proprietário, "Após a safra do algodão, o campo é entregue para servir de pasto ao gado que se alimenta

[17] Sobre uma leitura de fontes que considera os significados que os sujeitos imprimiram as suas práticas ver Clifford Geertz. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. O impacto do trabalho produzido por Geertz evidenciou-se nas análises culturais realizadas na historiografia ocidental. Dentre os historiadores inspirados por este antropólogo, destaco aqui o nome de Robert Darnton (1986).

do restolho da cultura já colhida". (SANTOS,1972:30)

Percebo que este momento em que o roçado se transformava em um pasto era importante porque, simbolicamente, representava o fim do contrato entre patrão e trabalhadores rurais. Assim, ambos estavam livres para renovar ou não os tais acordos. Neste último caso, cabia ao lavrador desocupar a terra do proprietário e partir em busca de uma nova morada. Sobre isto, o Sr. Agenor contou: "*Pai aí pedia uma morada, ele dava. Aí ele só fazia dar o roçado a gente, pra gente trabalhar, pagar aquela meia a eles, aquela porcentagem, e dali, eles viviam até quando ia dando certo, quando eles se zangavam, ou um ou o outro, aí entregava. A gente procurava outra.*"[18]

Conforme os dados colhidos no campo, os proprietários só deveriam pagar indenizações para os seus trabalhadores quando os expulsavam das terras antes do final da colheita. Por esta razão, os lavradores estavam interditados de plantarem determinadas lavouras, como disse o Sr. Odon Nunes, antigo produtor da região: "*Não, a gente não arrendava nem deixava o morador plantar sisal, porque podia complicar. O morador pode criar problemas. O agave demora muito para ser destocado. Se eu botasse ele pra fora, ele exigia que eu pagasse indenização.*"[19]

Esta fala reafirma a existência de conflitos entre trabalhadores e proprietários, razão que os faziam temer contrair com aqueles quaisquer tipo de vínculo mais longo. A narrativa do depoente também mostra que os trabalhos dos lavradores só eram passíveis de indenizações quando eles eram postos para fora da propriedade, antes do término das colheitas que, comumente, duravam cerca de um ano. Penso, ainda, que este prazo era um período relativamente curto, e por isso era importante para os patrões demarcarem o seu lugar, frente aos seus trabalhadores, mostrando, assim, a sua vulnerabilidade, isto é, que caso estes não fossem obedientes e "passivos", poderiam perder a terra e a casa onde viviam. Uma casa e uma terra que, muitas vezes, eram testemunhas de suas histórias, onde seus filhos, e eles próprios, haviam nascido e crescido. Todavia, ao serem demitidos pelos patrões, desde que já houvessem coletado suas safras, saiam sem nenhum dinheiro ou qualquer bem que possibilitasse a sua sobrevivência e de sua família, por alguns dias, restando-lhes apenas o desconhecido: a nova terra, o novo patrão e outra casa.

Desta forma, os proprietários jamais permitiam que os lavradores

[18] Agenor Cassimiro de Oliveira, 72 anos. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003. Este agricultor nasceu na região do Brejo. Aos 11 anos, foi morar com os pais no atual município de Cubati. Desde então, juntamente com a sua família, passou a trabalhar em terras alheias. A partir dos anos de 60/ 70, do século passado, ele foi deslocado para o trabalho no agave. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

[19] Odon Cirilo Nunes, 66 anos. Antigo proprietário e produtor de agave da região. Entrevistado em Cubati, em julho de 2005.

cultivassem agriculturas com ciclo agrícola longo, como relatou o Sr. Agenor:

> *Porque é bens. Muitos era problema. Das épocas que, digamos, a gente trabalhava cinco, 6 ano, se tiver dez, doze mil pé de palma, pronto. Pra ele pagar é um sacrifício. A mesma coisa é do agave. Aí eles num deixa o caba prantar, não.*
> *...Ninguém deixa. Ninguém deixa. Porque é um problema muito perigoso, sobrar bem, o morador fica com direito. Aí eles num deixa, não.*
> *E o agave pra o proprietário. E então o futuro para a gente ganhar, porque só os proprietários mesmo é quem pode prantar o agave.*
> *...Não, prantei não, porque a condição num dava, e nem eu tinha terra, e o proprietário num vai aceitar o caba prantar agave, palma. O proprietário num aceita.*[20]

Percebo que o plantio de algumas lavouras, a exemplo do agave, cuja vida pode ser de até vinte anos, representava "direitos" para o agricultor que o cultivasse, mesmo em terras alheias, "o morador fica com direito", isto porque ele havia incrustado seu trabalho na lavoura: cavando, plantando, realizando as capinas anuais, portanto lhe caberia desfrutar dos ganhos proporcionados. E, caso fosse mandado embora da terra, antes da ultima coleta mereceria uma indenização referente aos lucros que ainda poderiam ser gerados por aquela agaviais. Assim, o acesso a terra, isto é a presença dos roçados não poderiam significar estabilidade para os agricultores por isso o plantio do agave por parte dos lavradores fora sistematicamente rejeitado pelos patrões/proprietários.

"O DESPAIRECIMENTO DA VIDA": o roçado como prática de liberdade

Em regra geral, os roçados dos meeiros e moradores, usualmente, eram pequenos e mediam de 5 a 10 hectares de extensão. Por isto, os lavradores estavam sempre buscando aumentá-los, como disse o Sr. Zuza:

> *Pra aumentar assim, mais ou menos um hectare, ou mais um pouco, isso foi a maior luta do mundo. Sem ele querer deixar. Porque, na época ele criava, num sabe? Ele só pensava em criar mesmo. E ele criava gado. Aí ele achava, se a gente, o roçado, da gente aumentasse, diminuía a forragem pro gado. Eu acho que era aquilo que ele pensava. Então, isso aquilo dali era de ração, assim, soltando bem de pouquinho assim, e você ficando só. Aí ele fazia isso, mas no outro lado, ele num dava manutenção do caba. Ele num cobria mais nada não.* [21]

[20] Agenor Cassimiro de Oliveira.. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

[21] José Alves dos Santos, 74 anos. Ele possuía alguns poucos hectares de terra que herdou do pai. Este antigo trabalhador também exerceu funções no desfibramento do agave. Ele é conhecido na região onde

A narrativa acima aponta para um campo de forças configurado, nas palavras do entrevistado como a "maior luta do mundo", entre homens com noções distintas de mundo que concebiam a terra a partir de óticas diferentes: de um lado, senhores de terras, do outro, homens sem-terra. Os primeiros preferiam usar as terras com vistas, sobretudo, ao mercado ligado à criação de gado e, a partir dos anos de 1940/50, à produção de fibras de agave. O segundo grupo não concebia a terra dentro de uma perspectiva capitalista, mas a interpretava como um lugar de acolhimento e de onde tiravam o sustento, um local de cultura. Nesta leitura, a terra era usada para prover os alimentos, era segurança e espaço onde desenvolviam sua cultura. Nesta compreensão, o tamanho dos roçados era um ponto de conflito entre os dois segmentos sociais, nem sendo uma imposição unilateral dos proprietários de terras nem tampouco uma determinação dos moradores e meeiros, mas um espaço forçado de negociações que ocorriam dentro de uma perspectiva de poder bastante assimétrica, pois favorecia os patrões, mas também onde os lavradores poderiam ser vitoriosos, como no caso do Sr. Zuza que expandira seu roçado em "mais ou menos um hectare ou mais um pouco".

Embora os acordos, quase sempre, beneficiassem os patrões, não anulava os trabalhadores. Entretanto, alguns estudiosos questionam a autonomia dos lavradores:

> *A idealização da pequena produção como atividade autônoma que permeia o discurso sobre a sujeição reflete, assim, a percepção de uma realidade localizada, em que não se questiona a pequena produção no contexto de um modelo de desenvolvimento econômico que tende a favorecer as grandes unidades produtoras, à produção em grande escala. Assim, a "autonomia" referida revela-se extremamente restrita, consistindo, na verdade, em pequenas decisões quanto ao tipo de cultura ou quanto ao horário de trabalho, havendo uma ênfase acentuada com relação a este último aspecto (PANDOLFI, 1978, p. 127).*

Assim, para esta autora, a grande propriedade, conectada à economia mais ampla, sufocava a autonomia dos pequenos estabelecimentos. Concordo que, de fato, a produção dos roçados favorecia o desenvolvimento dos grandes e médios proprietários. Mas, fundamentada na pesquisa de campo, entendo o roçado como um tapete ambíguo, tramado por interdições em que se entrelaçavam os fios de "liberdade", que podem ser evidenciados na fala do Sr. Zuza:

> *Naquele tantin, era eu quem mandava ali. Mas que é a mesma coisa*

vive por Sr. Zuza, tratamento que adoto neste texto. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

> *de hoje. Hoje, coisa pouca num dá. Nesse tempo era do mesmo jeito. As coisas era barata, mas também num dava do mesmo jeito. Era uma chance boa que a gente tinha. Era uma coisa até boa que a gente tinha, porque pelo menos aquilo ali só quem mandava é a gente mesmo, a pessoa. Num tinha outro ali. Já em termo de dizer assim não, eu vou me enlarguecer, vou fazer, não. Num tinha vez não.*[22]

Este "tantinho de terra" era redimensionado, adquirindo novos contornos, invadindo as fronteiras de uma geografia imaginária que transformara o roçado em um "espaço de liberdade". Penso que esta imagem, do roçado como "território livre", estava balizada por dois aspectos: primeiro, entendo que o Sr. Zuza e os demais entrevistados, ao viajarem nas cordas do tempo, reencenavam astuciosamente o seu passado, dialogando constantemente com o seu presente. Assim, interpreto a memória como um lugar movediço, metamorfoseado pelo ato de lembrar,

> *O que a memória realiza é a reinvenção de um passado em comum, o qual fornece os fundamentos para que os homens interpretem o presente, o modifiquem ou preservem, e projetem o futuro. Esse processo é sempre desenvolvido num campo sócio-político historicamente datado, o que confere especificidade e provisoriedade à rememoração das representações e dos fatos pregressos (FERREIRA,1997:71).*

Nesta perspectiva, as fronteiras do tempo se entrelaçavam e se invadiam freqüentemente. Os tempos emergiam imbricados, o que era passado para o historiador era, ao mesmo tempo, passado e presente do narrador.

Segundo, é preciso entender o contexto no qual o roçado fora tramado como "território de liberdade", em um espaço mais amplo, marcado, por um lado, pela falta de oportunidade dos lavradores. Por isto, o roçado era como afirma o Sr. Zuza, "uma chance boa", visto que, em muitos casos, ele representava a única alternativa dos agricultores. Neste caso, os libertava da fuga, da fome e também da morte. E, por outro lado, entendo que o roçado, enquanto território livre eclodira em um mundo extremamente autoritário, onde os proprietários rurais buscavam tolher os direitos mais inalienáveis dos lavradores,como afirmou Celso Furtado, ao referir-se aos trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco:

> *...O status de morador é quase incompatível com o do cidadão. Todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a grande unidade econômico-social que é a plantação de cana. Esses homens pouca ou*

[22]José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003

> *nenhuma consciência têm de integrar um município ou um distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam grupadas em aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma "propriedade", razão pela qual a vinculação impessoal com uma autoridade pública perde nitidez, em face da presença ofuscante da autoridade privada.(FURTADO apud AZEVEDO, 1982:39)*

Mesmo considerando que os agricultores resistiam e redefiniam tal situação, acho que era inegável a ampla dominação que os proprietários de terras exerciam em seus domínios. Tal poder era visibilizado pelos lavradores, como disse o Sr. Zuza:

> *É. Agora, é como eu disse a você: naquele tempo, você num tinha destino pra nada. Ninguém. Ninguém, na época, num tinha não. Era só se fosse um perdido. Talvez num desse nem dez por cento do povo. O povo era pouco também, e todo mundo num era sobre si. Todo mundo tinha um chefão ali, pra guiar ele. Dizer "não, você num faz assim, do jeito que você quer não, aqui é do jeito que eu quero".*[23]

Nesta narrativa, emerge no topo do poder a figura dos proprietários como chefões que, segundo o entrevistado, decidiam o "destino" da maioria deles, lhes concedendo trabalho, lhes impondo "o certo," lhes proibindo o "errado", lhes apontando seus candidatos, entre outras intervenções pessoais na vida dos seus agregados.

Então, fora neste cenário, cerrado por porteiras, que o roçado, aquele "tantinho" de terra, referido anteriormente pelo Sr. Zuza, se transformara num latifúndio de liberdade. Uma liberdade entendida pelos lavradores como uma prática cotidiana de decisão sobre suas vidas, notadamente seus fazeres diários, como, por exemplo, determinarem, no caso dos homens, o trabalho de cada membro da família, técnicas de plantio como o espaçamento entre as plantas, "a escolha" das lavouras como milho, feijão, jerimum, fava e até mesmo o algodão que, embora fosse uma condição dos proprietários de terra, não soava para os agricultores como uma imposição, visto que esta cultura não anulava a produção de alimentos dos lavradores e ainda proporcionava uma pequena monetarização no final da colheita.

Assim, o "tantinho" de terra estava basicamente isento das intervenções cotidianas dos patrões, das suas disciplinas e outras regras inscritas por estes atores sociais. Desta forma, os lavradores instituíam a sua própria racionalidade, produzindo, sobretudo, para sua subsistência.

Era em seus roçados que o Sr. Zuza e outros lavradores podiam se

[23] José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

sentir em paz, vislumbrar um pouco de autonomia, fazer as coisas do seu jeito, em um "mundo" que insistia em lhes dizer o que fazer. Podiam, enfim, ser "senhores de si", e até dizer não aos seus "senhores", pois, nos roçados, os lavradores estavam mais à vontade para contestar os seus patrões, fazendo valer os acordos preestabelecidos, como disse o Sr. Bastim:

> *O negócio era de terça no milho e no feijão. Agora eu toda vida, o primeiro milho quebrava pra levar pro patrão. Aí quando foi um dia eu chamei ele pra nos conversar. Eu digo não esse negócio eu não faço não! A gente, eu quando quebrava pro senhor pei, pei, pei e pra mim a mesma coisa, quando for no fim a gente parte. Se quiser é assim, bem, se não quiser eu saio! Ele queria que eu separasse as carreiras e o feijão também era pro carreira. Eu digo: eu não aceito este negócio não!*
> *... é porque era um negócio sem futuro eu achava que era.*[24]

Este depoimento mostra como o "conformismo e a resistência" brotavam nos campos paraibanos, pois, nesta fala, o morador expressa sua submissão, obediência e zelo ao patrão, quando afirma que "sempre quebrava o primeiro milho para o patrão". Posteriormente, protesta quando ele propõe a terça, ao invés da meia. Este fato indignara o trabalhador: "pois o negócio era de meia". Contrariado, o Sr. Bastim foi taxativo e ameaçou abandonar a fazenda. Neste caso, a sua retirada tinha dois sentidos: primeiro, delatava a insatisfação com o seu patrão, visto que este pretendia mudar as regras do jogo preestabelecidas, intervindo no espaço do lavrador, rompendo, assim, um pacto, entre senhores e homens sem-terra, constituindo a partir do cotidiano, entre estes atores. Segundo, a ameaça de sair da fazenda era, também, uma cartada extrema, capaz de fazer os proprietários repensarem suas práticas em relação aos seus trabalhadores, pois a fuga,dos trabalhadores ou o medo que esta ocorresse, tornou-se dramática para as oligarquias fundiárias paraibanas, notadamente, a partir de 1930. Os documentos consultados na pesquisa mostraram que, neste momento, as elites políticas, fundiárias e técnicas começaram a pensar em estratégias para fixar o homem ao campo. Estas discussões visavam, sobretudo, promover a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e desta forma evitar o exodo.

Desta forma, entendo que o roçado era um dos únicos espaços onde os lavradores exercitavam um direito mínimo à cidadania, onde podiam tomar "pequenas decisões", onde suas vozes, eram menos

[24] Sebastião Simplício dos Santos, 86 anos. Sr. Bastim como é conhecido, nome que também usarei para designá-lo, morou até 1970 em pedra Lavrada. Este agricultor nunca trabalhou no desfibramento do agave, ocupando-se sempre da agricultura tradicional: milho, feijão e algodão, ou ainda trabalhando como vaqueiro., em terras alheias. Este narrador é também um rezador, arte que aprendeu com sua mãe, que também " curava através da fé". Entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

desrespeitadas, onde eles se sentiam mais fortes para negociar com os patrões. Relembro aqui o Sr. Zuza, que travou "a maior luta do mundo" com o proprietário para aumentar seu "tantinho" de terra e foi vitorioso; e também o Sr. Bastim, que recusou a proposta do dono da terra, ao final, fazendo prevalecer a sua opinião.

Assim, os roçados representavam liberdade e também a manutenção da vida dos lavradores, como disse o Sr. Agenor:

> *Assim digamos assim ter aquele amor de trabalhar, de desparecer a vida muitos ah mais você num tem condição mais de trabalhar home pelo amor de Deus, num diz isso não ói o roçado é uma coisa é um despairecimento de vida que a gente tem a gente chega no roçado tem o feijão, tem o milho aqui pra gente é o maior prazer que a gente pode ter.* [25]

Penso que, longe dos patrões e próximos dos seus alimentos, os trabalhadores imprimiram a suas atividades na roça maior dedicação e zelo. Acredito que esta satisfação estava relacionada ao fato de produzirem para si, ou melhor, produzirem "parcialmente para si", notadamente os meeiros e moradores, pois dividiam a sua produção com os proprietários da terra onde moravam ou plantavam. Não obstante, a relação de exploração, os lavradores se sentiam mais satisfeitos em produzirem os seus principais meios de vida.

A vida nos roçados, embora, construída, no presente, como extremamente prazerosa, não era fácil. Os trabalhos ocorriam durante todo o dia e se iniciavam por volta de 6 horas da manhã, entretanto, os horários eram relativamente flexíveis, como disse D.Maria:

> *O roçado da gente, a gente trabalha, a gente trabalha, aí eu tô trabalhando aqui no meu roçado, o roçado é meu eu trabalho a gente diz assim vou tomar um café de 9 horas. Aí eu tô no meu roçado, vou tomar café em casa chega, a gente toma avexado se a gente tiver vamo logo, vamo logo, pra acabar logo. A gente toma aquele café, nós come ali uma batata, um pedaço de rapadura. Volta pra trás quando é de 11 hora, almoça aí ela, eu tô no meu, vou deixar dar 1 hora. Vem de onze e meia mais tarde. Tem gente que num vem, larga de 11 hora. 11 hora pra onze e meia a gente chega quando é de doze e meia a gente chega, quando é de doze e meia, a gente diz agora pronto, pra nós largar mais cedo, aí já a gente já volta porque é do roçado da gente, o horário quem dá é a gente.*[26]

---

[25] Agenor Cassimiro de Oliveira, Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

[26] Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

Na fala desta narradora, emergem vários aspectos importantes. Quando trabalhavam em seus roçados, os lavradores faziam todas as refeições em suas casas, inclusive os lanches entre o desjejum e o almoço. Era um momento importante, sobretudo para as mulheres, que tinham filhos pequenos, pois, ao retornarem rapidamente a suas casas, elas aproveitavam para observar os filhos, saber como estavam, o que faziam, e ainda mais, podiam, por exemplo, experimentar o sal, a comida do almoço, entre outros afazeres que faziam parte de sua rotina de mães e donas de casa. O almoço também era realizado no espaço doméstico, quando pais e filhos sentavam à mesa para conversar, ainda que apressadamente, discutir seus problemas, falar dos seus planos, enfim, do seu próprio cotidiano.

Na voz de D.Maria, aflora a responsabilidade que os lavradores atribuíam a suas lidas, pois, mesmo não estando pressionados pelos relógios, estabeleciam metas que buscavam atingir. Por isto, sobretudo na hora do lanche, quando "dava uma carrerinha em sua casa", ela procurava ser ágil e rápida para não se atrasar nas tarefas do roçado, e assim se sentia no direito de largar o serviço no final da tarde. Um direito que ela e os demais agricultores aprenderam com de seus pais e de seus avós, que era fruto de toda uma concepção de trabalho vinculada aos seus costumes, suas tradições, partilhadas de uma geração para outra. Alguns destes hábitos ainda estavam muito próximos da natureza, notadamente aqueles relacionados aos seus horários, como contou D.Maria, que deitava logo após o jantar, servido próximo das 18 horas e ensinava a seus filhos algumas orações:

> *Eu rezava nem toda noite com eles porque tinha noite que eu procurava eles que eu saía da cozinha eles já dormiam mas eu gostava de rezar sempre ensinava o Pai Nosso, a Ave Maria todos tinham que aprender. Tinha noite que eles não tomavam banho só lavava os pé, eu brigava será que vocês têm coragem de saltar dentro d'uma rede com os pés desse jeito, minha gente? Por caridade, num vão mais tomar banho, 'não tá fazendo frio' eu vou tomar meu banho aí eles dizia 'oh mãe, num quero não', pro desenfado tem que tomar um banho pra poder dormir. Num tinha este negócio de dizer uma televisão para olhar a gente não tinha. Um rádio pra escutar a gente não tinha num tinha nada. Num tinha pra onde a gente ir tinha antes do comerzinho, quando a gente acabava acolá, era rezar ali um Padre Nosso, ou uma Ave Maria umas noite eu rezava muitas e muitas noites eu acordei assentada na cama rezando, rezava e pegava no sono quando eu acordava eu dizia assim meu Deus eu fui feliz, eu fui muito feliz.*[27]

Assim, sem rádio, televisão ou outras formas de entretenimentos,

[27] Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

os agricultores costumavam dormir muito cedo, logo ao escurecer, no início da noite, entre as 19h e 20h e acordavam com os primeiros raios solares, perto das 4 horas da manhã. Conforme os dados colhidos na pesquisa, homens e mulheres despertaram com o clássico canto dos galos, que começava após há 0 hora e se acentuava às 4 horas da manhã. Esta sinfonia era, para os lavradores, seu despertador.

A natureza era mesmo um território de domínio dos agricultores, pois eles aprendiam a medir as horas através das suas observações, sobre o livro do tempo, lendo vários sinais escritos pela natureza, interpretando as vozes dos animais, e o sistema de floração das plantas. Assim, estavam atentos a determinadas flores, como por exemplo, a "flor das 9 horas" e a "flor das 11 horas", que desabrochavam nestas horas, sugerindo aos trabalhadores rurais que era momento de refeições como o lanche e o almoço.

As horas eram, também, comumente identificadas conforme a posição em que o sol se encontrava. Desta forma, para lê-las, os caririseiros olhavam em direção ao céu: se o sol estivesse mais próximo da terra, era cedo; no entanto, se ele tivesse mais distante, passava do meio dia, isto é, já era tarde, e quando ele estava perto do poente, caminhava para o anoitecer, era a "boca da noite".

Este tempo não pautado no relógio era extremamente valorizado pelos trabalhadores rurais, que, muitas vezes, viram suas atividades, no passado, como ocasionais, executadas apenas nos finais de semana, como disse o Sr. Zuza: "Hoje é sexta-feira. Aí você dizia: 'vou apanhar algodão pra fazer a feira amanhã e aí não tinha que ficar ali debaixo de ordem". [28] Não acredito que os lavradores trabalhassem ocasionalmente ou apenas nas sextas-feiras à tarde. Mas acho que o fato de trabalharem livremente, de organizarem seus próprios horários, fazia com que vissem suas atividades como espontâneas, um entretenimento. A cerca disto contou o Sr.Agenor: "*No meu roçado eu às vez chegava cedo demais às vez chegava tarde demais passava era o dia no roçado chegava tarde fora de hora o roçado é muito bom é um despairecimento muito grande que a gente tem é tratar dum roçado.*[29]

Entendo que os lavradores, ao lembrarem do seu cotidiano no roçado, intercambiavam vivências de diferentes momentos de suas vidas, confronto do ontem e do hoje. Embora nem sempre assumido ou percebido, emergia freqüentemente na forma de pensar dos narradores. Neste sentido, concordo com o historiador Carlo Ginzburg quando enfatiza que, de um modo geral, o processo de organização mental funciona

[28] José Alves dos Santos. Entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

[29] Agenor Cassimiro de Oliveira. Entrevistado em Cubati, em novembro de 2003.

em termos comparativos: "...nossa mente funciona comparativamente, e a interferência do passado e das recordações no dia-a-dia revela que sempre existe uma comparação implícita"(GINZBURG, 2000: 202)

Neste quadro de entendimento, compreendo que o outrora no roçado vinha à tona inspirado, também, em outras experiências de trabalho inscritas, a partir da década de 40/50, do século passado, nos corpos e nas mentes dos lavradores, marcadas pela tirania do relógio e o sistema de policiamento. Desta forma, a imagem do roçado como lugar de entretenimento era também fruto do cruzamento dos tempos, tecida por uma cultura do trabalho atravessada por outra racionalidade, que determinava aos trabalhadores rurais novas regras e novas disciplinas.

Os documentos consultados revelaram também que cronograma das atividades diárias era, sobretudo, legitimado pelas experiências cotidianas dos lavradores relacionados a uma vida social pacata e à própria racionalidade de trabalho, que imprimia, também, um sentido ao tempo. Sobre isto, o Sr. Agenor falou:

> *Quando a gente trabalhava por conta da gente, às vez a gente sempre facilitava, pegava de 6 hora, pegava de 7 hora, largava de 4, largava de 5, de 6, na nossa época num tinha horário pra trabalhar, não. Eu trabalhava 8 trabalhava 10 porque a gente só trabalhava marcando hora quando a gente trabalhava pra ganhar o dinheiro, aí era marcada a hora, a hora de pegar, a hora de largar, a hora de tomar o café aí eles marcava aquela hora mas quando era por conta da gente aí a gente num tinha hora marcada, não.* [30]

O fato é que, em seus roçados, os agricultores não precisavam ler as horas com precisão, pois, além de mal equipados para isto, visto não possuírem relógios mecânicos, não achavam necessário tal recurso, pois trabalhavam para si mesmo. Assim, tanto podiam esticar as horas, isto é aumentar o seu dia de serviço ou encolhê-lo, atrasando-se um pouco para a sua lida no roçado, como disse o Sr. Agenor: "a gente sempre facilitava", isto é: adaptava os horários a suas necessidades que, ocasionalmente, variavam como, por exemplo, no caso do nascimento de um filho, ou uma doença em suas famílias. E também podiam ouvir melhor o seu corpo: um dia mais cansado, outro dia, mais disposto, enfim, respeitavam mais seus limites.

Assim, os lavradores se sentiam donos do seu tempo, pois, "na nossa época", como disse o entrevistado, "nós não tinha horário para trabalhar". A época a que o Sr. Agenor se refere é um tempo em que o trabalhador rural trabalhava em seu roçado, não batendo ponto no relógio, em que apesar de trabalhar de sol a sol, fazia o seu tempo, um tempo em que os

[30] Agenor Cassimiro de Oliveira. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

homens não precisavam, diariamente, vender o seu trabalho, por isto, não havia necessidade de medi-lo, era um tempo que não era vendido, e não cronometrado rigorosamente.

Os lavradores, de um modo geral relacionaram os roçados, a segurança, assim, alguns agricultores compararam o roçado a um patrão bom, como relatou o Sr.Severino, já mencionada:: "do roçado eu queria saber, toda vida eu precisei de um roçado, porque o roçado é o que me dá de comer, o roçado é o patrão melhor que o caba tem, porque você tira tudo, o roçado é o patrão melhor".[31] Com base neste o depoimento, noto que a comparação patrão/roçado emergia norteada pela noção de trabalho, pois, ambos proporcionavam serviços aos lavradores, atividades quase sempre pesadas e cansativas, que lhes exigia disciplina e comprometimento,mas, ao mesmo tempo que significava sua sobrevivência, a fartura, a possibilidade de se alimentarem e alimentarem suas famílias, enfim segurança, sobretudo, numa sociedade marcada pela fome.Portanto, ao fazer esta afirmação associando o roçado ao patrão emanava na memória do narrador a imagem de um patrão bondoso, derivada da noção paternalista, na qual o conceito de patrão remete à noção moral de patrocínio caracterizada pela presença e proteção de um senhor que ampara o seu agregado. Na área em estudo, como em várias partes do país, era muito freqüente que os homens desprovidos de terra, buscassem terra para cultivar e deste modo ganhassem um patrão. Estas relações embora, extremamente conflituosas inspiravam, nos trabalhadores rurais, sentimentos como respeito, medo e admiração pelo outro, autor "que lhes concedera a terra. Assim, os lavradores construíam múltiplas imagens dos seus patrões entre as quais as de "senhores magníficos": "Deus no céu e o patrão na terra", homem de bom coração que lhes dava a terra para morar, remédios para tratar de suas famílias e parteiras para colocarem no mundo seus rebentos. Penso que estas representações que os lavradores faziam dos proprietários, estavam alicerçadas no sentido que conferiam a terra, ao próprio roçado. Para aqueles homens a terra era a forma de sobrevivência econômica e era acompanhada de simbolização cultural: a manutenção de suas identidades de trabalhadores rurais, do local que os viu nascer e crescer, onde muitos deles edificaram suas famílias. Enfim, onde estava cravada a sua memória. [32]

O roçado como um patrão benevolente era também um território de segurança, espaço de onde os lavradores retiravam o seu sustento e garantiam sua própria vida. Por estas razões, roçado e "patrão bom" eram

[31] Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

[32] Esta relação de encantamento também tinha seu reverso, sendo, em muitos momentos, substituída por sentimentos de revolta declarada violentamente ou expresso cotidianamente.

comparáveis, porém não se igualavam, pois não existe patrão melhor do que roçado.

Entendo que o equilíbrio entre o patrão bom e o roçado não se completavam, uma vez que as relações entre trabalhadores e patrões eram também permeadas por conflitos de diferentes intensidades. Em muitos momentos, o patrão deixava de ser percebido como o homem magnânimo e generoso que acolhia o agregado. Todavia, o roçado nunca os traía, nem mesmo durante as estiagens, visto que estas, no discurso dos lavradores, são entendidas como desorganizações da própria natureza, que destrói toda a vida no Sertão e no Agreste. Assim, a seca era a grande vilã, causadora de todo o mal que esvazia os rios, os riachos, mata as plantas e destrói os animais. Neste sentido, a lavoura, o milho, e o feijão, enfim, o roçado, tal como os lavradores, e os animais, seriam vítimas da natureza ingrata.

Noto a partir dos relatos dos trabalhadores que estes resistiam cotidianamente, através de falas disfarçadas ou não, e práticas quase invisíveis e assim iam criando táticas e se movendo em um território marcado por relações desiguais. Desta forma, transformavam o seu próprio mundo modificando parte do que lhes era imposto, certamente atribuindo as suas experiências sentidos peculiar ao seu mundo cultural.

***

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. " A fome retiro o juízo- Secas e conflitos Sociais" In Grão. Campina Grande: Ano I ,n.4Set./out., 1985

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Morais. (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AZEVEDO Fernando Antônio. **As Ligas camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

_____. **Variedades de História Cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. "A questão Agrária". In. Boris Fausto (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano; Sociedade e Política (1930-1964). Tomo III. São Paulo: Difel, 1977.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas.** São Paulo: EdUSP, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de Fazer. Petrópolis-TJ: Vozes, 1994.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e Resistência** – Aspectos da Cultura Popular. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA Ramilton Marinho. **Perfil Geo-Econômico dos Municípios do AMPUC.** Cuité. AMPUC/SUDENE, 1985 (mimeografado).

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos** e outros Episódios da História Cultural Francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vergas, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: O Nascimento de Prisões. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. " Carlo Ginzburg" In Maria Lúcia Garcia Pallares- Burke. **As Muitas Faces da História**. Nove entrevistas. São Paulo: UNESP, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWN, Eric J. **Mundos do Trabalho**: Novos Estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA, Francisco Carlos. **A Terra prometida**: Uma História da Questão Agrária Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Caminhando no Chão da Noite** Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais no Campo. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

MIRANDA, Dilmar santos. (coord) Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Cuíte, 1972(Mimeografado)

PANDOLFI, Maria Lia C. de A. O Trabalhador Sertanejo e a "Sujeição". In. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife: Vol.3, nº 1, jun.jul. 1987. pp 123/133.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**: A Origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

VELHO, Otávio Guilherme, **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

SOBRE NOMES E SOBRENOMES. FAMÍLIA NA PARAÍBA, SÉCULOS XIX E XX.

Marisa Tayra Teruya[33]

A escolha dos nomes dos filhos se constitui num ritual associado, freqüentemente, a um sentimento de amorosidade por parte dos pais, responsáveis e pessoas mais próximas e evidenciam os valores do grupo, tais como religiosidade, expectativas de futuro, orgulho familiar, modismos de época, homenagens, alianças, além de, por vezes, uma boa dose de criatividade por parte dos que decidem.

No entanto, neste artigo, pretendo refletir sobre a escolha do nome de um herdeiro como uma estratégia de reforço do capital simbólico de um grupo familiar de elite na Paraíba, entre as décadas finais do século XIX e a primeira metade do século XX, partindo do pressuposto que a adoção de certos padrões de nomenclatura possibilitam uma leitura de certos lugares aos quais pertencem os sujeitos.

Em outras palavras, sugiro que alguns nomes carregam consigo uma carga do que Pierre Bourdieu propõe chamar capital simbólico ou cultural, definido como um conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e interreconhecimento entre sujeitos que transitam em determinado meio (BOURDIEU, 1983). Para ele, em sua forma extrema, o capital é simbolizado por um grande nome, e é herdado; traz consigo a possibilidade de participação em uma determinada rede, mas em proporção direta da sua contribuição para a manutenção ou expansão do capital comum. A família seria o lugar principal da acumulação e transmissão desta espécie de capital.

Os exemplos apresentados constituem parte dos resultados das pesquisas realizadas por ocasião do meu mestrado e doutorado (TERUYA, 1995 e 2002), que buscaram, a partir das abordagens proporcionadas pela História da Família, analisar o papel de casamentos e heranças na trajetória da Família Maia, ao longo do período mencionado, cuja base política está vinculada ao município de Catolé do Rocha, sertão da Paraíba.

A abordagem do tema está vinculada às correntes historiográficas que, a partir dos anos 1970, buscaram questionar e redimensionar um modelo hegemônico de família brasileira, baseado no perfil patriarcal,

[33] Doutora em História e professora da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Contato> mtayra@gmail.com

através de referenciais metodológicos que se deslocavam das análises, ora de viés predominantemente marxista, voltada para mecanismos de sobrevivência e reprodução, ora de um viés mais tradicional, baseado no modelo freyreano[34] e tomado como representação dominante de família, para todo o território brasileiro e com ênfase nas poderosas famílias oligárquicas, a partir das quais orbitavam as outras famílias e se estabeleciam as relações sociais.

A reorientação das abordagens sobre o tema família proporcionou um redimensionamento deste centro patriarcal do poder para uma multiplicidade de arranjos familiares possíveis – "famílias" - não mais família (SAMARA, 1987) e para o estudo das relações entre seus diferentes integrantes, nas suas consultas, barganhas cotidianas e na perspectiva dos ciclos e contextos de vida familiar.

Contudo, revisito a família de elite porque considero que, apesar da multiplicidade de tipos/estruturas de família reveladas pelos estudos mais recentes, a família de tipo patriarcal e suas influências não esgotaram o repertório de questionamentos existentes acerca de suas presenças em pleno século XXI e principalmente à luz destas novas perspectivas (ver TERUYA, 2007), e me apóio em Roberto da Matta, quando este afirma que:

> *Há diversidades, mas há também o poder de modelos dominantes que fornecem paradigmas sociais fundamentais para toda a população, que pode ou não atualizá-los de modo aberto e concreto. Afirmar que o modelo da sociedade é o da família patriarcal não impede que uma viúva ou uma mulher solteira possam viver patriarcalmente; até mesmo um grupo de mulheres pode atualizar um modo de existência de acordo com um paradigma patriarcal, do mesmo modo que um grupo de homens pode viver matriarcalmente.*
> *(...) seu modelo permanece no sistema, como uma forma de revelar sucesso e domínio (...). (Da MATTA, 1987: 126-131)*

Na Paraíba, o tema tem estado muito vinculado aos estudos sobre oligarquias e coronelismo, ou seja, via poder local, justificados pela necessidade de compreender um contexto social onde, ainda hoje, se fazem presentes grupos identificados a partir de interesses de base familiar.

Este exercício de reflexão em torno dos nomes não pretende ser exaustivo e não adentra na descrição das particularidades dos ramos citados. Limita-se a chamar a atenção para algumas pistas que podem vislumbrar possibilidades de pesquisa na área da família e dos estudos

[34] Patriarcal, extenso, masculino, branco, proprietário, provedor e que acabou se afirmando como um sistema ideológico que eliminava as contradições do nosso processo histórico, marcado pelo escravismo, em nome de uma pretensa harmonia social. (ver TERUYA, 2007)

locais sobre o tema.

SOBRE O SOBRENOME QUE SE APRESENTA: MAIA, DE CATOLÉ DO ROCHA

A Família Maia dispensa maiores apresentações no estado da Paraíba. Além de sua atuação política, que a torna conhecida entre a população, principalmente sertaneja, ainda tem sido objeto de várias análises acadêmicas e jornalísticas, que buscam compreender sua permanência no cenário político local e regional (principalmente o fato de manter-se na prefeitura do município de Catolé do Rocha por mais de cem anos, salvo curtos períodos de ostracismo político), a partir da segunda metade do século dezenove e ao longo de todo o século vinte.

Esta sua longevidade política tem sido atrelada a fatores econômicos, com os lucros e à importância da cultura do algodão e da pecuária a partir da segunda metade do século dezenove (MARIZ, 1980); a estudos da antropologia, interessados em entender os fenômenos do exercício do poder (BLONDEL, 1957); nos estudos de caso sobre oligarquia (MAIA, 1986) e mais recentemente, a partir das abordagens proporcionadas pela História da Família, vinculando-a a uma bem sucedida rede de compromissos entre as parentelas oligárquicas locais, na primeira metade do século vinte (LEWIN, 1993) e a partir de mecanismos intra-familiares, vinculadas a estratégias endogâmicas (TERUYA, 1995) e partilhas de herança (TERUYA, 2002).[35]

Utilizo para esta análise, o termo família de elite para designar os Maia, ao entender que o termo sugere um conjunto de pessoas reconhecidas e que se reconhecem como um grupo distinto, com sobrenome notável, posição de destaque e continuidade por várias gerações, em situação de poder econômico, político e prestígio social, associada a relações de parentesco.[36]

[35] O termo família tem muitos sentidos e significados distintos de acordo com a área de conhecimento que a emprega. No campo dos estudos históricos, ainda aponta-se para a multiplicidade de olhares sobre a família e a formação de um consenso quanto à historicidade das formas com as quais se apresenta (tempo, lugar geográfico e lugar social), daí a necessidade de "desnaturalizar" o conceito e esclarecer sempre a partir de onde se está falando. Neste artigo, a família em análise compõe o grupo parental estabelecido por laços de sangue e afinidade (casamentos) e que se reconhecem a partir de um sobrenome comum.

[36] Brioschi (1984). Há controvérsias a respeito da utilização deste termo. Balmori (1990, p.17-19) prefere "família notável" que seria vinculada à riqueza, ao êxito e ao posto político, mas também a uma rede ampla e possível de alianças; Lewin (1993) lembra que no terreno político, não se pode falar de famílias de elites, mas em redes de base familiar, trazendo para o primeiro plano a família extensa ou parentela, esta abrangendo as interligações de parentesco e de amizade entre várias famílias a partir de interesses comuns, formando uma rede política de base familiar. No caso estudado, o termo elite se adequa melhor às práticas intra-familiares reforçadoras do poder simbólico do grupo.

Exemplos de discursos processadores desta identidade de grupo podem ser observados nas falas do próprio grupo sobre si e nas falas dos "de fora":

> *A região de Catolé do Rocha, lá nos confins do sertão paraibano, parece ter sido moldada à sua imagem [coronel Zé Sérgio] e semelhança. Tal a grandeza de sua presença e o peso de sua influência na vida e nos hábitos de sua população, em meio século de ininterrupta atividade política e empresarial. (...) Tudo o que se relaciona à região de Catolé do Rocha tem a ver com a vida desse homem público admirado por uns e combatido por outros, mas respeitado por todos e cujos gestos e atitudes na sua longa vida pública o tornaram sempre apto a conquistas e vitórias políticas espetaculares. (João Manoel de Carvalho,* **O Norte**, *11/11/1992)*[37]
>
> *Os Maia puseram os filhos para estudar. Por isso prosperaram e ocuparam posições de destaque. São diplomatas e sabem muito bem disfarçar. Os Suassuna ficaram no sertão, suas terras perderam valor e muitos deles optaram por bancar os valentões. (Raimundo Suassuna,* **Jornal do Brasil**, *24/11/1985)*
>
> *Quem está no poder só perde eleição se quiser ou se for bobo. Nós, os Maia, não somos bobos. (Coronel Zé Sérgio,* **Jornal do Brasil**, *24/11/1985)*
>
> *Mais de 450 "Maias" se reuniram no último sábado à tarde para se confraternizarem. A família é uma das poucas brasileiras de sobrenome tradicional que mantém um tronco único e realiza anualmente a reunião de parentes com muita festa.*
> *(...) O empresário Arnaldo Maia é um dos que participa desde o primeiro ano do encontro, ainda na capital paraibana. "No mundo em que vivemos, com individualismos e relacionamentos tão distantes, é importante reavivarmos este sentimento de proximidade com a família".*
> *(...) Entre os políticos presentes estiveram o senador José Agripino e seu filho, deputado federal, Felipe Maia, o deputado estadual Lavosier Maia e a senadora Rosalba Ciarline que é casada com um Maia. Felipe Maia, que participa pela primeira vez do encontro como deputado, disse que se sente feliz em poder representar politicamente a família e receber elogios. "Quando cheguei, pessoas me cumprimentaram pelo trabalho que tenho feito. É uma iniciativa muito importante essa de reunir pessoas em torno de um sobrenome comum". (FAMÍLIA...* **Diário de Natal**, *2007: p.6)*

Eis alguns trechos que proporcionam ao recém-chegado, uma idéia inicial sobre a família: poder e esperteza políticas, a base local, o carisma, a confraternização, o *status* de "estudados" e o discurso de quem,

---

[37] João Manoel de Carvalho. Zé Sérgio: a magia e o carisma de um líder. **O Norte**, 11 de novembro de 1992, 1°. caderno, p.3.

ocupando um cargo representativo, o faz em nome da família.

É certo que por conta de um conjunto de fatores, acabou acontecendo que "na Paraíba, Maia e Catolé são sinônimos" (GUIMARÃES, 1988, p.14), e os seus membros reforçam a tradição, cuidando de cultivar esta história de várias maneiras: memórias, nomeação de ruas e monumentos em Catolé, *site* da família, confraternizações, enfim, através de mecanismos de retroalimentação de discursos e iniciativas que vão articulando cada vez mais, o nome da família a uma determinada representação local, associadas a poder de mando, força, riqueza e títulos.

Para os ramos interessados, entender a preservação de um determinado status implica reconsiderar e reformular constantemente estratégias na atualização do conhecimento e das possibilidades de atuação social, notadamente da manipulação dos diferentes tipos de capital: econômico, cultural e social. Algumas estratégias apreendidas em minha pesquisa foram: uma tradição de casamentos endogâmicos; o investimento no ensino universitário, principalmente medicina e direito; a distribuição de cargos públicos entre os aliados; a venda de quinhões de herança para um único herdeiro e finalmente, a prática associada a uma espécie de jogo estabelecido na forma de nomear os descendentes, de tal modo a demarcar a linhagem (status, identidade) de alguns ramos, conforme veremos a seguir.[38]

SOBRE OS NOMES QUE SE APRESENTAM: VINCULANDO E DIFERENCIANDO OS SUJEITOS.

Alguns membros da família Maia elaboraram, nos anos 1950, uma árvore genealógica da família (anexo em TERUYA, 1995). Trata-se de um documento bastante singular: um desenho similar a uma árvore, que vai se abrindo em vários ramos, continuamente, na medida em que as gerações vão sendo anotadas. A árvore inicia-se, na base, com o casal fundador e cada indivíduo com descendentes, apresenta uma ramificação.[39]

A partir das tentativas de entendimento, alguns questionamentos foram sendo elaborados à medida em que eu tentava completar dados a

[38] Por outro lado, é importante anotar a percepção de um processo de afastamento gradual de membros do núcleo dominante, ora por questionarem e transgredirem normas estabelecidas (por exemplo, casamentos não consentidos), ora através de um visível processo de empobrecimento (trata-se de uma multidão que vai sendo excluída e despojada do capital simbólico que o sobrenome pode proporcionar). Este afastamento pode ser acompanhado ao longo de gerações, até o seu desaparecimento da árvore genealógica elaborada pela própria família. (ver TERUYA, 2002)

[39] O desenho que se esparrama através de pequenos traços retos lembra certo tipo de vegetação da caatinga, que confunde as mãos que mergulham pelos galhos mais baixos, tentando capturar ramadas mais recentes.

essa árvore, agora através de um programa específico de computador.

1. Quais os critérios para continuar anotando ou não, a descendência de um membro?
2. Porque alguns indivíduos de uma determinada geração não aparecem na árvore, mesmo tendo suas existências anotadas na memória dos contemporâneos ou em outros registros?
3. Diante de uma alta freqüência de uniões endogâmicas apresentadas pelo grupo, quais os motivos que levam a uma prole estar vinculada à mãe ou ao pai (quando consangüíneos), na árvore?

Em meio a essas interrogações, percebia que alguns nomes permitiam uma localização e encaixe mais fácil na genealogia, por deixar pistas que levavam à filiação e/ou pertencimento de determinados ramos. Estas pistas eram valiosas, diante do grande quebra-cabeça de nomes soltos e informações, por vezes mínimas, encontradas nas mais diversas fontes e permitiam "aos de fora" e "aos de dentro" da família, uma apreensão imediata acerca "de quem se falava", proporcionando inclusive uma apreensão prévia de certos posicionamentos possíveis, como partidos políticos, status econômico ou até mesmo nível educacional. Uma idéia acerca desta apresentação pode ser observada na figura a seguir:

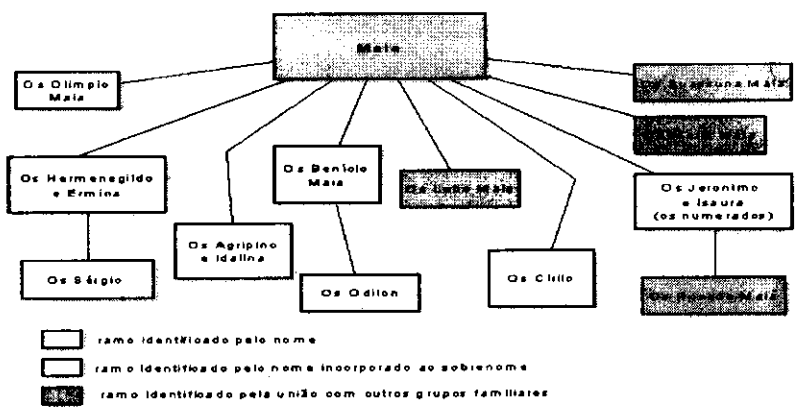

Figura 1. Ilustração dos vários ramos Maia identificados pelo padrão de nomenclatura.
Fontes: Árvore Genealógica da Família Maia, 1954; Inventários da Família Maia dos Cartórios de Catolé do Rocha e Brejo do Cruz, 1870-1970. (In TERUYA, 2002)

Esta Figura 1 permite visualizar alguns ramos da família,

localizadores dos sujeitos no mapa familiar. Para os conhecidos, o nome pressupõe algumas leituras pré-concebidas: os estudados, os políticos, os ricos, os empobrecidos. Desta forma, além do porte do grande nome Maia, há uma segmentação interna, indicadora do *status* dos grupos em foco.

Estas segmentações acabam por se pronunciar quando dois grupos competem num mesmo campo. Como exemplo, o fato ocorrido nos anos 1990, quando do surgimento de um novo líder no cenário político de Catolé do Rocha. Leomar Benício Maia, oriundo dos Benício Maia, que disputou e venceu a campanha para a Prefeitura, em 1997, contra o adversário José Otávio Maia de Vasconcelos, filho do coronel José Sérgio Maia, líder regional de longa data. Ao longo da campanha, os Vasconcelos tentaram a todo custo desvincular a origem do rival, afirmando ser este um falso Maia, muito embora sua ascendência seja indiscutível. (figura 4)

Amparada nestes pressupostos, apresento um aspecto estudado por ocasião da minha pesquisa de tese: a tradição de nomeação de filhos, que a nosso ver, acaba por registrar um determinado ramo e diferenciá-los ante o grupo familiar mais amplo.

SOBRE FORMAS DE NOMEAR

No Brasil, até o século XIX, não havia um sistema consagrado de nomenclatura, sendo que:

> *o costume permitia grande flexibilidade de escolha, seja para os pais no conferir nomes a seus filhos recém-nascidos, seja para os indivíduos que podiam modificar seus nomes quando adultos. No interior de um conjunto de irmãos, havia com freqüência tão ampla variação de sobrenomes que era possível não se encontrar dois com o mesmo nome de família. (...)*
> *(...) No início deste século, assumiu gradualmente a predominância um paradigma puramente bilateral, reunindo os sobrenomes de ambos os pais para formar um sobrenome comum para todos os filhos, independentemente do sexo. Depois de 1930, tornou-se dominante uma propensão para o padrão patrilinear. (LEWIN, 1993, p.121)*

A constância na adoção do sobrenome Maia por toda a descendência, no período estudado, evidencia uma clara preferência do grupo, que também acaba por elaborar um esquema de diferenciação interna na atribuição dos prenomes. Note-se que esta prática não se deu exclusivamente entre os ramos mais bem sucedidos, estando presente também entre os grupos onde os inventários não apontam um alto padrão de riqueza.

Os casos apreendidos foram esquematizados e apresentam-se nas

figuras adiante (2 a 5).

Assim, a figura 2 apresenta a descendência feminina de Felícia Joaquina Fernandes Maia, mostrando como o primeiro nome da mãe é repassado para o segundo nome da filha. Partindo da geração mais nova, pode-se acompanhar a linhagem da seguinte forma: Otília Idalina era filha de Idalina Francisca, que era filha de Francisca Felícia que era filha de Felícia Joaquina.

A figura 3 apresenta uma descendência masculina de chefes políticos locais e aponta padrão similar ao caso anterior: o coronel José Sérgio Maia era filho do Capitão Sérgio Hermenegildo, que era filho do coronel Francisco Hermenegildo. O casal coronel Francisco Hermenegildo Maia de Vasconcelos e Ermínia Maia de Vasconcelos batizou seus filhos com Hermenegildo ou Ermina no segundo nome. Um deles, o coronel Sérgio Hermenegildo Maia de Vasconcelos, casado com Otilia Idalina (filha do coronel João Agripino e Maria Idalina Maia) seguiu com os Sérgio e Sergina.

Importante também observar como estes nomes permitem o acompanhamento da linhagem do ramo mas principalmente, demarca uma determinada irmandade. Por outro lado, observo que a vinculação explicita duas gerações (pais e filhos), enquanto que os exemplos seguintes (figuras 4 e 5) mostram a incorporação de nomes aos sobrenomes, alongando a linhagem de outros ramos.

Na figura 4, pode-se observar como a fusão de nomes ao sobrenome permite reconhecimento para além de uma geração (Figura 4). Os Benício Maia descendem de Benício Maia de Vasconcelos, filho de Maria Olímpia Maia de Vasconcelos e Manoel Antonio Maia de Vasconcelos e, portanto, irmão do coronel Francisco Maia. Seus dois filhos foram Urbano Benício e Manoel Benício. Todos os seus descendentes por linha masculina adotaram o sobrenome Benício Maia.

E por fim, a figura 5, que resgata a descendência de Maria Olympia Maia, cujo nome é incorporado ao sobrenome de toda a descendência (inclusive masculina), insinuando uma influência feminina que mereceria ser mais estudada.

Outros ramos são identificados pela conjugação de sobrenomes, indicadores de alianças inter-familiares como os Lobo Maia, Suassuna Maia (ou Maia Suassuna), Mariz Maia e os Rosado Maia, que indicam as alianças políticas com outros grupos familiares.

Uma forma original de nomear os herdeiros ocorreu entre os Rosado Maia, que numeraram seus filhos, após os nomes Isaura, para as filhas ou Jerônimo, para os filhos. "Os numerados" como ficaram sendo conhecidos, foram de Tércio a Vingt-Un , passando por Sexta, Sétima, Oitava, Nono, Décimo, Onzieme, Duodécimo, Treizieme, Quatorzieme, Quinzieme, Seize, Dix-Sept, Dix-Huit, Dix-Neuf, e Vingt. Deste grupo, Jerônimo Dix-Sept foi Governador do Rio Grande do Norte, em 1950.

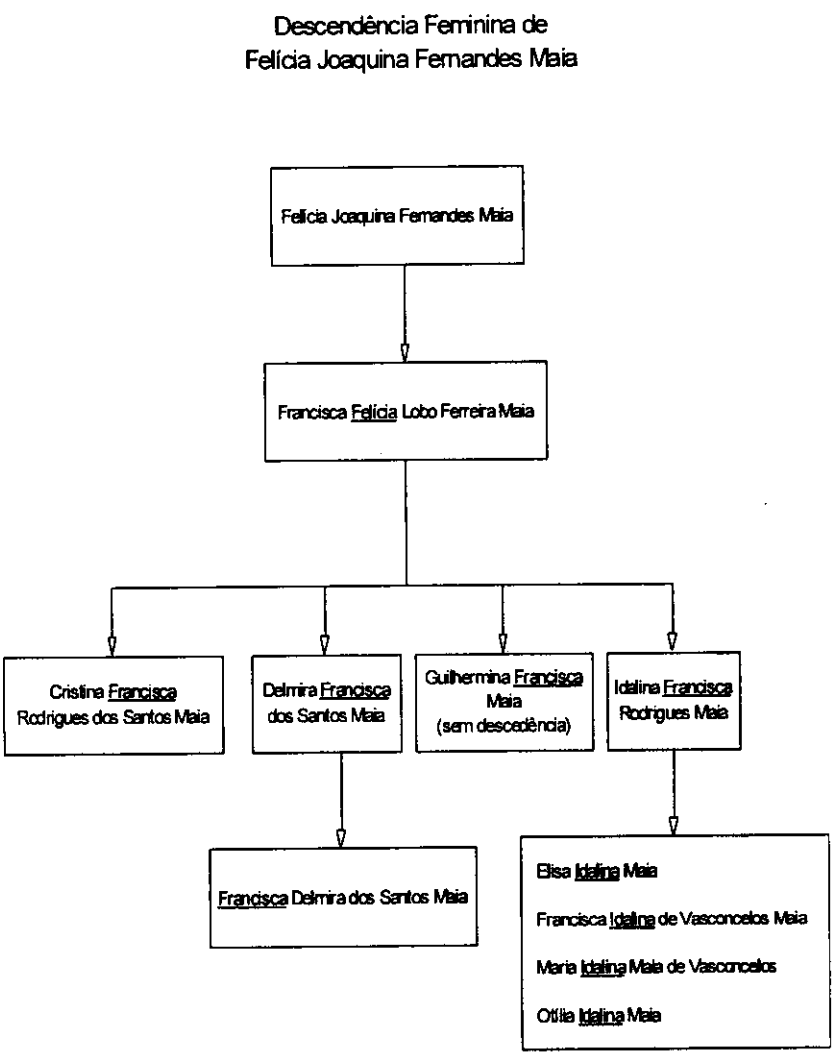

Figura 2. Exemplo de Nomenclatura Feminina: Felícia Joaquina Fernandes Maia e suas descendentes. Fontes: Árvore Genealógica da Família Maia, 1954; Inventários de Delmira Francisca dos Santos Maia (1882), Francisca Delmira dos Santos Maia (1956), Idalina Francisca Rodrigues Maia (1905), Maria Idalina Maia de Vasconcelos (1905); Otília Idalina Maia (1940). (In: TERUYA, 2002)

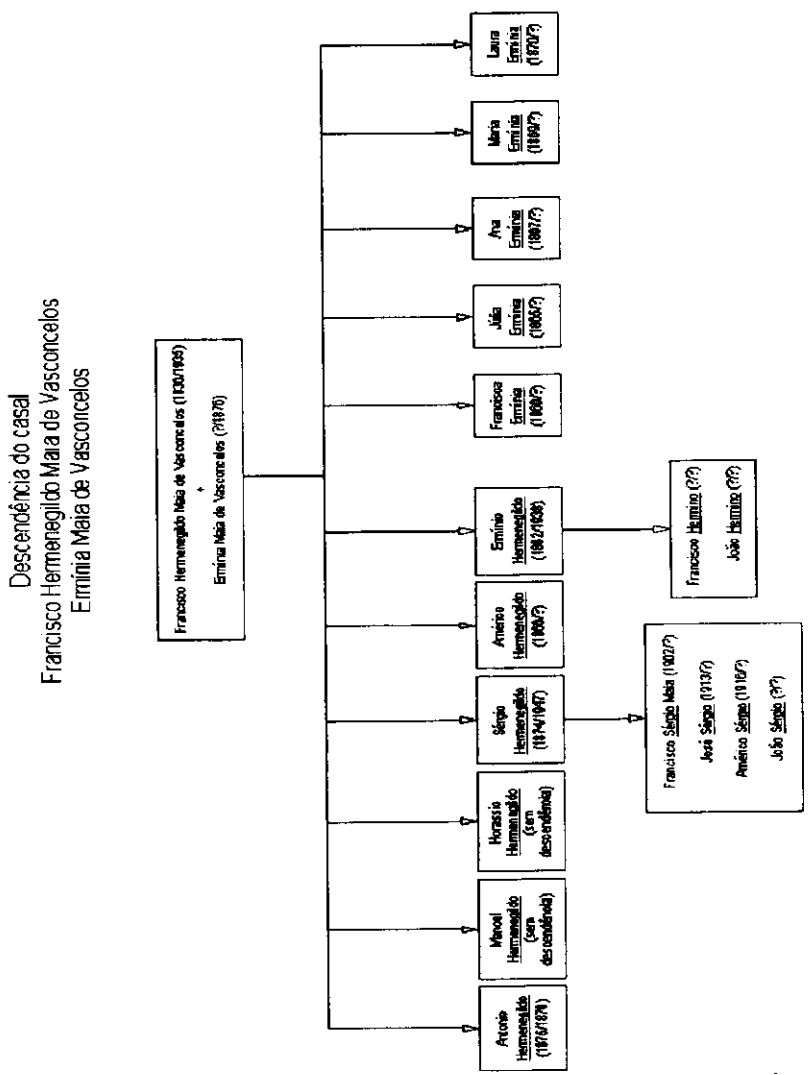

Figura 3. Exemplo de nomenclatura masculina e feminina. Casal Francisco Hermenegildo e Ermínia Maia de Vasconcelos e seus descendentes.
Fontes: Árvore Genealógica da Família Maia, 1954; Inventários de Ermínia Maia de Vasconcelos (1876); Ermínio Hermenegildo Maia de Vasconcelos (1938) e Sérgio Hermenegildo Maia de Vasconcelos (1947); Suassuna, Raimundo. **Uma Estirpe Sertaneja.** Op.cit.pp.58-60. (In: TERUYA, 2002)

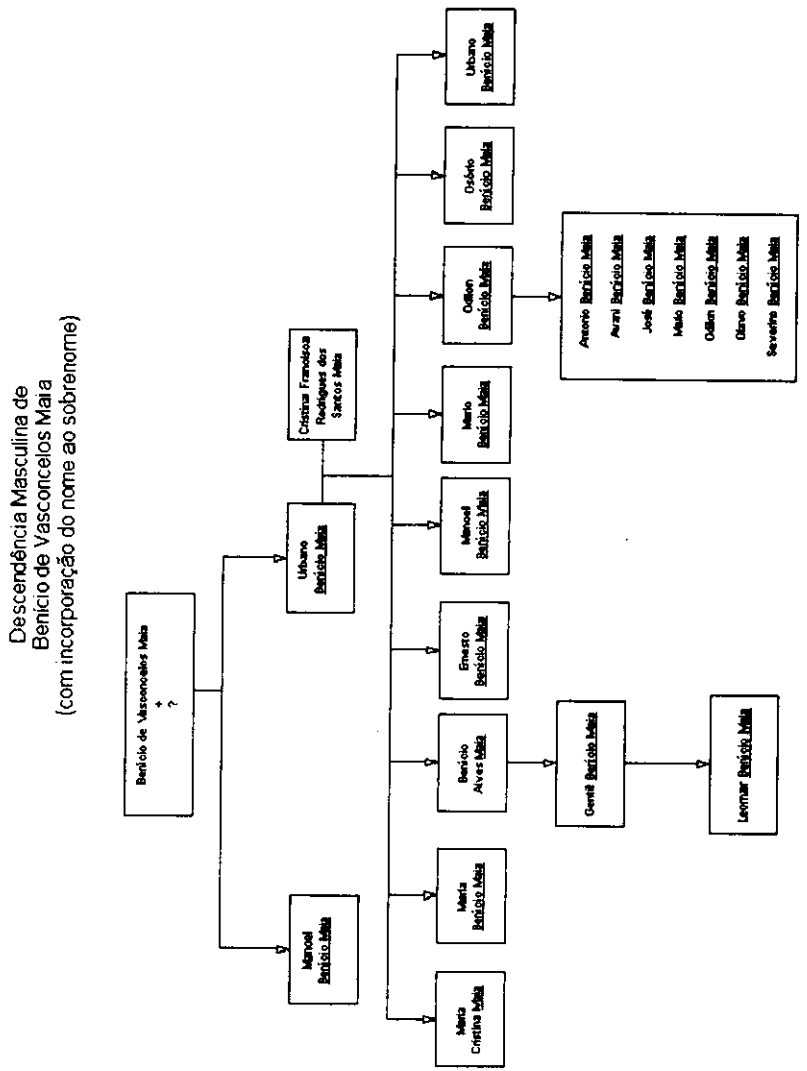

Figura 4. Exemplo de Nomenclatura Masculina com Incorporação do Nome ao Sobrenome: Benício de Vasconcelos Maia e descendentes.
Fontes: Árvore Genealógica da Família Maia, 1954; Inventários de Manoel Benício de Vasconcelos Maia (1927); Benício Alves Maia (1967), Manoel Benício Maia (1964). (In TERUYA, 2002)

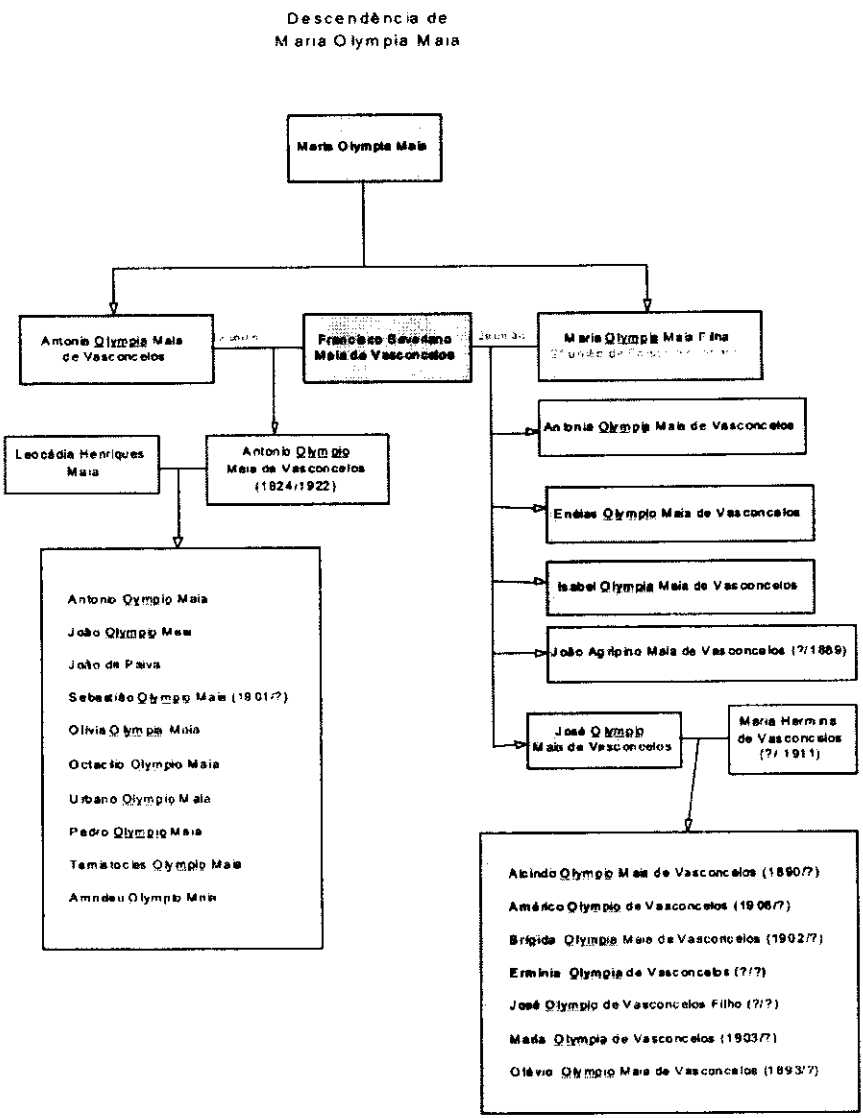

Figura 5. Padrão de Nomenclatura Masculina e Feminina com Incorporação do Nome ao Sobrenome. Descendência de Maria Olympia Maia.
Fontes: Árvore Genealógica da Família Maia, 1954; Inventários de Manoel Benício de Vasconcelos Maia, 1927; Benício Alves Maia, 1967, Manoel Benício Maia, 1964. (In: TERUYA, 2002)

CONSIDERAÇÕES

Estudar uma família é um pouco entrar numa casa sem ser convidado. Remexer papéis, querer entender brigas, pretender descobrir segredos que talvez nunca tenham sido ou revelar planos que nunca foram traçados. É assim que uma pesquisadora não-pertencente ao grupo se sente ao adentrar (mais uma vez), no universo (exemplar) da família analisada.

No entanto, o estranhamento, que atua como farol a guiar a pesquisa nos labirintos das possibilidades de se entender práticas instituídas no suceder das gerações por um determinado grupo, aponta para a compreensão de uma realidade onde o nome atua como uma marca. Enquanto marca, apresenta maior ou menor *status,* dependendo de onde e como se apresenta.

***

REFERÊNCIAS

A) Fontes Manuscritas

- Árvore Genealógica da Família Maia, 1954.
- Inventários:

Benício A. Maia, 1967, pasta 16, proc. 002/67 (Cart. do 2°. Of. de Brejo do Cruz).
Delmira F. dos S. Maia, 1882, pasta 10, proc. 18 (2o. Cart. de N. e Of. de C. do Rocha).
Ermínia Maia de Vasc., 1876, pasta 7, proc. 16 (2o. Cart. de N. e Of. de C. do Rocha).
Erminio H. M. de Vasc., 1941, pasta 57, proc. 2 (2o. Cart. de N. e Of.de C. do Rocha)
Fcisca D.dos S. Maia, 1956, pasta 67, proc. 17 (2o. Cart.de N. e Of. de C. do Rocha).
Idalina F. R. Maia, 1905, pasta 22, proc. 9 (2o. Cart. de Notas e Of. de C. do Rocha).
Mel B. de Vasc. Maia, 1927, pasta 7, proc. 8 (1o. Cart. de Notas e Of. de C. do Rocha)
Manoel B. Maia, 1964, pasta 10, proc. 4 (Cart. do 2°. Of. de Brejo do Cruz).
Maria I. M. de Vasc., 1905, pasta 22, proc. 11 (2o. Cart. de N. e Of. de C. do Rocha).
Otília I. Maia, 1940, pasta 16, proc. 12 (1o. Cart. de Notas e Of. de C. do Rocha).
Sérgio H. M. de Vasc., 1948, pasta 60, proc. 13 (2o. Cart.de Notas e Of. de C.do Rocha)

B) Fontes impressas

ALMEIDA, Ângela (org.). **Pensando a Família no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Ed. UFRJ, 1987.

BALMORI, Diana; VOSS, Stuart; WORTMAN, Miles. **Las alianzas de famílias y la formación del país en América Latina.** Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1990.

BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba.** Rio de Janeiro: FGV, 1957

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRIOSCHI, Lucila R. **Família e Genealogia.** Quatro Gerações de Uma Grande Família do Sudeste Brasileiro. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 1984, mimeo

CARVALHO, João Manoel de. Zé Sérgio: a magia e o carisma de um líder. **O Norte**, 11 de novembro de 1992, 1°. caderno, p.3.

Da MATTA, Roberto. A família como valor. Considerações não familiares sobre a família à brasileira. In: Almeida, Ângela M. (org.). **Pensando a família no Brasil.** Rio de Janeiro,: Espaço e Tempo/ Ed. UFRJ, pp. 115-136.

FAMÍLIA Maia promove confraternização anual. **Diário de Natal**, Natal (RN), Caderno Cidades, p 6, (8/ maio/2007).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987, 27ª. ed.

GUIMARAES, Lena. Coronel é candidato em cidade que domina há 38 anos. In: **Jornal do Brasil.** 14 de Agosto de 1988, caderno 1, p.14.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba.** Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MAIA, Neiliane. Catolé do Rocha. Notas a Propósito de um Domínio Oligárquico. **Textos NDIHR**, n.13, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

MARIZ, Celso. **Notícia Histórica do Catolé do Rocha**, 2 ed., Coleção Mossoroense, v.CXXII, 1980.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu.** São Paulo: Ática, 1983, p. 07-37. (Coleção Grandes Cientistas Sociais,39)

PINTO, José Nêumanne. **Jornal do Brasil**. 24/11/1985, cad.1, p.22.

RAMOS, Severino. **Agripino, o Mago de Catolé.** João Pessoa: A União, 1991.

SAMARA, Eni de M. Tendências Atuais da História da Família no Brasil. In: Almeida, Ângela M. (org.) **Pensando a Família no Brasil**, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, pp.25-36.

TERUYA, Marisa T. Apontamentos Bibliográficos para o estudo da família de elite no Brasil. In: BRANDÃO, Tanya M.P. (org.) **Clio.** Revista de Pesquisa Histórica 2007. Recife: UFPE, 2007, pp. 173-196.

TERUYA, Marisa T. Familia e Poder na Paraíba. (Os Maia de Catolé do Rocha/ PB- Um Estudo de Caso Sobre Práticas Endogâmicas). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.

TERUYA, Marisa T. **Uma Trajetória Sertaneja.** Um Século de Poder e Dispersão Familiar na Paraíba. 1870-1970. Tese de doutoramento. FFLCH-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SECA: RECURSOS E ASSISTÊNCIA COMO POLÍTICA DE ESTADO NA PARAÍBA (1930 - 1940)

Martinho Guedes dos Santos Neto[40]

O CICLO REVOLUCIONÁRIO

Depois de 1930, a política brasileira tomou novos contornos que destacaram, como princípio de atuação do Estado, novos eixos norteadores de ação. Entre os anos de 1931-1940, a moralização do poder e das ações do Estado foi o tom dos discursos e, nessa perspectiva, muitos dos atos do Estado pós-30 foram conduzidtos por essa ideologia, pelo menos em tese. Devido a isso, não poderia ser diferente a ação do Estado frente ao problema das secas no Nordeste, uma vez que, depois do governo de Epitácio Pessoa, não houve uma ação significativa do Estado canalizada para tal problemática.

Após o movimento de 1930, uma nova seca se anunciava, e o Estado, completando sua escalada centralizadora, também esteve presente com ações e recursos. A nova política de secas, empreendida pelo governo provisório foi, sem dúvida, não muito intensa e também não muito incisiva quanto aquela realizada no governo de Epitácio Pessoa. Entretanto, pode-se dizer que a ação estatal no combate à seca de 1932 foi bem mais coordenada e com resultados mais articulados.

O combate a essa seca foi, em vários aspectos, diferente dos anteriores. As mudanças institucionais do pós-30 e a ascensão de interventores tenentes trouxeram para o Norte e Nordeste uma nova dinâmica administrativa sem que, necessariamente, estivesse de acordo com os grupos oligárquicos dos estados. Assim, nesse momento, a centralização do aparato estatal nas mãos dos interventores favoreceu a uma ação coordenada sem que houvesse, obrigatoriamente, uma consulta aos grupos locais.

Desse modo, a centralização do Estado permitiu a Inspetoria das Secas melhor condições de êxito técnico, para conduzir o programa de combate à estiagem de 1932 com regularidade e operosidade. O Estado se colocou como centro das ações coordenadas e deu à assistência aos flagelados um caráter paternal, cuja via de socorro à região atingida se deu através do Ministério da Viação e Obras Públicas e interventoria, sem

[40] Mestre em História e atualmente professor da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB/Campus III.

mais atravessadores particulares (ALMEIDA, 1933, p.222-223).

Para o Ministério de Viação e Obras Públicas, foi nomeado José Américo de Almeida, paraibano, político e articulador do movimento de 30 na Paraíba; logo após o 3 de outubro de 1930, assumiu a interventoria desse estado por pouco mais de quinze dias, até ter sua nomeação confirmada para o cargo de ministro. À frente do Ministério da Viação, José Américo imprimiu uma conduta de reorganização institucional em todos os setores submetidos àquele Ministério: refez contratos, deu continuidade às obras paralisadas, concluiu e estruturou boa parte das ferrovias iniciadas, reordenou as tarifas dos portos de navegação, das companhias ferroviárias e ampliou as vias de comunicação telegráficas.

José Américo procurou ainda, corrigir "o regime de irresponsabilidade dos poderes discricionários," (ALMEIDA, 1982, p.3) empreendendo o combate constante aos interesses particulares e, sobretudo, à reprodução de vícios antigos, quando se tratou de verbas destinadas ao problema das secas. No contexto em que se inseriu a ação do Estado no combate à seca, o Ministério da Viação atuou energicamente de modo a tomar para si toda a responsabilidade pelos efeitos da estiagem.

Com essa postura, podemos constatar um novo tipo de ação do Estado frente à problemática da seca: o Estado não agiu de forma fragmentada por via indireta de ação, mas com uma presença direta e pessoal, como provedor das necessidades daqueles que eram atingidos pela estiagem. A partir da seca de 1932, a presença do Estado foi sentida como responsabilidade constitucionalizada, ou seja, ao Estado caberia – uma vez que, nesse momento a centralização político-administrativa se constituía como uma realidade – todo o empenho no sentido de combater e promover uma assistência direta sem os percalços políticos e eleitoreiros.

Essa não é, no entanto, uma afirmativa unilateral, no sentido de considerar absoluta a ação estatal no combate à seca, mas se trata de uma constatação por força das circunstâncias do momento. Nos primeiros anos do governo provisório de Vargas, havia a necessidade de construir uma postura enérgica e atuante do Estado, para que esse pudesse consolidar sua proposta renovadora, calçada na moralidade e no ordenamento estatal, e essa postura foi claramente demonstrada por José Américo:

> *Há um logar comum que deve ser repetido como uma lição: o problema brasileiro é simplesmente de administração.*
> *Confie-se a homens de experimentada reputação moral e técnica a direção dos nossos serviços públicos, isentando-os de qualquer influência perturbadora da política, que tudo será restaurado (ALMEIDA, 1982, p. 6-7).*

Assim, consideramos que a ação estatal no combate às secas, depois de 1930 foi melhor administrada e melhor executada. Açudes foram construídos, e barragens ampliadas; também foram concluídos todos os açudes do plano de Epitácio Pessoa, os quais haviam sido abandonados quando ele deixou a presidência e, a partir de 1931, a IFOCS inaugurou os serviços complementares, cuja função foi a de:

> *Colaborar nos trabalhos de irrigação, na estrutura dos cadastros de terras e exames, nestas, na formação de florestas protetoras e nas de rendimento de madeira e rama, na arborização marginal dos canais e regimen para explorar os terrenos, fazendo não só a divulgação dos processos de conserva de forragens, fenação, etc, como os ensaios culturais apropriados a investigações da flora regional, introdução das plantas exóticas [...] e, ao mesmo tempo que realizando a campanha educativa da providência e preocupação contra os efeitos das secas (DNOCS. 1985, p. 60).*

A partir de então, a montagem da estrutura de socorro aos flagelados da seca foi orientada por uma base de socorro imediato e pela reorganização da IFOCS; ambas imbricadas em um conjunto de ações que priorizaram a açudagem e a irrigação como pontos norteadores da ação estatal, de acordo com o Decreto nº 19. 687, de 11 de fevereiro de 1931, como noticiou o jornal A União:

> *Na organização ora proposta, o plano dominante, é consequentemente a disseminação de obras de açudagem e irrigação.*
> *Fica, assim, eliminada a complexidade da Inspetoria que a tornava uma obra dispersiva e de difficil e onerosa execução. [...]*
> *Dessa organização cogita o novo regulamento com a instalação de hospedarias de retirantes durante as sêccas prolongadas (A UNIÃO, 25 de fev. de 1931, p. 5).*

Com essa nova reorganização da IFOCS, o Ministério de Viação e Obras Públicas colocou toda a estrutura da inspetoria voltada para a construção e conclusão de açudes, e isso se deveu, entre outros fatores, aos constantes apelos da opinião pública em favor da conclusão do plano de obras do governo de Epitácio Pessoa.

> *A salvação do nordeste está na construcção de grandes barragens na retenção dos cursos d'água que correm para o mar. [...]*
> *Cumpre indagar se o Governo Provisório está no firme propósito de gastar ao menos o que o sr. Artur Bernardes desperdiçou para arrasar a capital de São Paulo, em julho de 1925, e na perseguição da Coluna Prestes, quantia tais fabulosas que ainda hoje não se sabe quanto atingiu, por nunca ter sido publicada [...] É preciso o emprego*

de bastante dinheiro, seja para construção das barragens, seja unicamente para alimentar os famintos (Jornal O POVO. Fortaleza, 17 de maio de 1932.)

Dadas as condições, o que se observou foi uma política cautelosa de empreendimentos quando se tratou de alocar recursos para a seca do Nordeste. Depois do movimento de outubro, o Estado procurou se colocar com responsabilidade frente a essa questão. Nesse momento, a moralidade do Estado estava sendo posta a prova em todos os sentidos e, particularmente, no combate à seca; a ação estatal deveria agir com certa imparcialidade ou, pelo menos, de modo a mostrar serviço.

Contudo, não podemos constatar uma substancial mudança na atuação da IFOCS, tampouco a reorientação nas bases de intervenção do Estado no combate às secas, mas uma ação com vistas a resultados imediatos, ou seja, mesmo havendo uma reestruturação da IFOCS, tais mudanças não significaram uma mudança de estratégia no combate a estiagem, o ciclo revolucionário de ação estatal de combate a seca, limitou a atuação da IFOCS na busca de uma solução hidráulica, sem observar o contexto econômico-social da população nordestina.

Face a essa constatação, o que mudou no pós-30 foi a ampliação do intervencionismo estatal, ou seja, o ciclo revolucionário de combate às secas ultrapassou o pacto oligárquico da Primeira República e ampliou a intervenção do Estado com uma ação centralizada e acordada com as interventorias estaduais, reconduzindo o centro das decisões para a esfera estatal. Nesse momento, o Ministério de Viação e Obras Públicas conduziu a intervenção estatal no Nordeste junto com o plano de combate às secas, como forma de construir uma imagem próxima e atuante do Estado interventor. Mas o que parece organizado e operoso revelou também contradições. No discurso da IFOCS, a intervenção do Estado foi conduzida de modo imparcial, sobre todas as classes e exercendo sua função pública. A Inspetoria procurou "vender" uma ideologia de Estado que estivesse diretamente envolvida com as questões nordestinas através do socorro aos flagelados e de uma assistência direta e precisa de combate às secas.

O Ministério da Viação e Obras Públicas, nesse momento, procurou fazer da IFOCS a porta-voz direta do Estado na região, com a divulgação dos feitos da inspetoria e, consequentemente, do Estado. Assim, os contornos do programa de intervenção e combate às secas nos levam a dois pontos importantes: primeiro, que a ação da IFOCS, na região seca do Nordeste, foi extremamente tendenciosa quanto ao seu raio de atuação; e segundo, as concessões favoreceram a reacomodação das forças políticas nesses estados.

De toda a região atingida pela seca de 1932, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará foram os estados mais beneficiados com as obras e a atuação incisiva da IFOCS, e foi para esses estados que o Ministério da Viação e Obras Públicas canalizou a maior soma de recursos. Para justificar essa predominância, o discurso oficial argumentou que os referidos estados eram os mais populosos, tinham condições topográficas e mesológicas próprias para a construção de açudes e eram os mais atingidos pelas estiagens (BATISTA NETO, 1986, p. 247).

Na verdade, todos esses argumentos têm seus fundamentos na permanência de uma intervenção estatal pautada numa política emergencialista de combate às secas. Os avanços estruturais e operacionais alcançados pela política estatal de combate às secas, no pós-30, ainda trouxeram, em seu bojo ideológico, os estratos do assistencialismo emergencial da Primeira República. Para comprovar isso, basta consultar a proposta de combate às secas formulada pelo Ministério da Viação, que esteve voltada para a construção de obras hidráulicas. Os aspectos econômicos e sociais da região não se configuraram como responsabilidade do órgão executor dos serviços de combate à seca, a IFOCS. Nas palavras do Ministro José Américo,

> *O que convém, precipuamente, como correção da natureza semi-árida do Nordeste, é armazenar a água copiosa [...]*
> *Esta a sua função limitada [da IFOCS], propriamente, ao problema da água, que é o problema do Nordeste. O desenvolvimento econômico da região, sob os demais aspectos, será encargo de outros serviços públicos (ALMEIDA, 1982. p. 379-380).*

Então, tem-se novamente uma política assistencialista, em que a questão social não se configurou como prioridade na atuação do Ministério, a não ser pela assistência prestada aos flagelados nos campos de concentração, para onde eram mandados os retirantes. Esses campos funcionavam como ajuntamento de retirantes, amontoados em barracas de lona ou de palha sem qualquer estrutura, os quais eram sustentados pelos governos estaduais, com verba do Ministério da Viação, e serviam como recrutamentos de trabalhadores para a execução das obras. O crescente número de flagelados em condições precárias facilitou a proliferação de doenças, razão por que o Ministério

> *Tratou de racionalizar a ação benéfica dos socorros profiláticos, em todos os setores onde se desenvolviam as infecções entéricas [...]*
> *Iniciou-se, assim, um intenso policiamento de focos de moscas e mosquitos, reclamando-se urgência para remessa de vacinas anti-tífo-disentéricas, que tiveram aplicação imediata em proporções ainda não verificadas no Brasil (BARBOSA, 1998, p. 70).*

Nesse limite é que podemos dizer que a assistência aos flagelados teve seu aspecto social. Através dos campos de concentração e em decorrência das condições desumanas em que viviam os flagelados, o Estado pôde exercer seu controle social, com subempregos, subsalários, submoradia e subassistência, que favoreceram a submissão dos retirantes.

Outro aspecto emerge ainda desse privilégio concedido a esses três estados. No contexto dos anos de 1930-1940, a política brasileira ainda estava sendo ajustada à nova proposta intervencionista do Governo Provisório e do nascente Estado Novo(1937), então, os contornos da intervenção estatal procuram estruturar uma conduta de ação que, nesse momento, privilegiasse as forças políticas que se mantiveram fieis a Vargas.

Assim, com o apoio total do Norte e Nordeste, o Ceará tinha o Tenente Juarez Távora como filho mais ilustre; o Rio Grande o Norte tinha como interventor o paraibano Irineo Joffily e a Paraíba se configurava como a terra do ministro José Américo; nesse momento, tanto Juarez Távora quanto Irineo Joffily tinham relações próximas com o então ministro, sendo assim, nada mais justo que, em se tratando de combate às secas, houvesse concessão de privilégios àqueles estados, a partir da qual, podemos auferir o segundo ponto da ação do Estado frente ao combate à seca: as concessões favoreceram a reacomodação das forças políticas nesses estados.

A análise da documentação sobre a seca de 1932 e dos documentos das inteventoiras posteriores, nos revela muitos indícios de que houve uma reacomodação política pela concessão de vantagens. No relatório do Ministro José Américo, há todo um esforço em demonstrar isenção política na execução das obras de combate às secas no Nordeste. A todo instante, seu autor apela para a preservação da moralidade dos recursos públicos e sua boa aplicação. É certo que houve realmente cautela quanto à execução das obras, mas, ao mesmo tempo, faltou uma severa isenção de interesses.

Partindo das realizações macro – construção de açudes públicos e particulares – observamos a existência de um balanceamento de tais obras, ou seja, à proporção que se construíram açudes públicos, também foram construídos açudes particulares. No contexto da calamidade nordestina, a justificativa se processou pela representatividade de tais iniciativas constituídas como necessárias (ALMEIDA, 1982. p. 167). A Inspetoria, em nenhum momento, descartou a possibilidade de subsidiar a construção de açudes particulares, ao contrário, regulamentou essa possibilidade como parte do plano de obras da IFOCS, como assinalou Orris Barbosa:

> *O atual plano de obras contra as secas pode ser expresso do seguinte modo:*
> *a) açudagem pública, construída diretamente pela União, desdobrada em quatro sistemas fundamentais: Acaraú e Jaguaribe, no Ceará; Alto Piranhas, na Paraíba e Baixo Assu, no Rio Grande do Norte.*
> *b) açudagem pública, empreendida pelo estado ou município interessado, com o auxílio federal;*
> *c) açudagem particular, com um prémio pago pela União ao construtor;*
> *A açudagem (grande, média e pequena), tem sempre uma função irrigatória, que é objetivo técnico da água armazenada para corrigir os efeitos do clima. A sua utilização pelas massas é a finalidade social dessas obras (BARBOSA, 1998. p. 75-76).*

Observe-se que, pela regulamentação proposta, o Ministério incentivou os particulares a construírem açudes. Os grandes proprietários da região, onde as obras de combate às secas foram intensificadas, foram convidados a construir, em suas terras, açudes com recursos do governo. O período compreendido entre 1930 e 1940 não avançou significativamente a ponto de estabelecer uma moral administrativa consistente e efetiva.

Nos estados, o público e o privado estiveram imbricados quanto aos objetivos públicos das obras de combate às secas, e o financiamento público satisfazia aos interesses particulares, uma vez que os candidatos aos "prêmios" oferecidos pela Inspetoria, com a cumplicidade da fiscalização dos técnicos da IFOCS, extrapolavam os prazos, e o Ministério acabava por pagar a totalidade da obra (BATISTA NETO, 1986, p. 208).[41] Entre 1931 a 1933, 61 açudes estavam em andamento nesse regime de cooperação nos estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

Por esses dados, é possível afirmar que, ao mesmo tempo em que o Estado interventor se constituía como articulador de toda a máquina estatal redefiniu, através das obras de combate às secas, os interesses dos grandes proprietários dessa região, utilizando-se da privatização do espaço político.

Em nenhum momento as iniciativas do Ministério da Viação foram questionadas pela interventoria de Anthenor Navarro, Gratuliano de Brito ou Argemiro de Figueiredo (GURJÃO, 1984); pelo contrário, houve sempre uma continuidade e a aprovação da conduta ministerial. Se, de um lado, as interventorias colocaram o estado acima de todos os interesses particulares, de outro, José Américo fez o papel de conciliador; é o que podemos perceber, por exemplo na administração de Anthenor Navarro: "Em colaboração com o Governo Federal, agiam as interventorias dos

[41] Pelo Artigo 36 do Regulamento da IFOCS, de 1926, ficou definido que, para a construção dos açudes particulares, o Ministério da Viação financiaria 50% do valor total da construção, e o prazo total para conclusão da mesma era de 18 meses.

estados atingidos pela calamidade [...] Na Paraíba, Anthenor Navarro não parava, determinando medidas urgentes, que facilitavam a ação dos engenheiros encarregados das obras encetadas no sertão (BARBOSA, 1998, p. 54).

Assim, a política da seca foi, para a Paraíba, um ponto de ajustamento entre a conduta administrativa dos interventores com seus propósitos intervencionistas do Estado e a rearticulação oligárquica, promovida por José Américo. Em nenhum momento, a administração paraibana apresentou um projeto de combate às secas, cujas verbas fossem exclusivas do tesouro paraibano. Todos esses projetos foram feitos com a participação do Ministério da Viação. Em todos os recantos da Paraíba, o Ministério da Viação se fez presente, construindo, financiando e aprovando obras que agradavam aos chefes políticos, principalmente das cidades do interior.

> *Dessa forma, de nada valem os argumentos retóricos do Ministro José Américo, para quem o regime instalado pelo movimento de 30 inicia um novo tempo no qual as verbas e as obras deixam de estar "ao sabor dos interesses pessoais e regionais". Na verdade, se essa é uma denúncia do Ministro contra o que se praticava no regime anterior, é, também, a entrega do regime por ele, ministro, representado (. BATISTA NETO, 1986, p. 252).*

Portanto, o que encontramos é a acomodação das forças políticas paraibanas através do Ministério da Viação e das verbas de combate à seca, sobretudo, nas administrações de Gratuliano de Brito (1932-1934) e Argemiro de Figueiredo (1935-1940). A açudagem particular foi, assim, a grande responsável por essa articulação. Em todas as grandes cidades da Paraíba houve a iniciativa do Ministério em financiar a construção de açudes junto a esses particulares: "o pequeno açude é o fixador providencial. Se o proprietário o obtém quase de graça, não acarreta despesas de desapropriação nem ônus da administração."[42] Ou seja, na Paraíba, a maior parte das ações da interventoria, no que concerne às obras de combate a seca, passou pela iniciativa do Ministério da Viação.

A todo o momento, a imprensa local colocou a interventoria como a executora de tais obras. Entretanto, após uma leitura cuidadosa das manchetes constatamos que o financiamento, as licitações e o pagamento aos trabalhadores foram feitos via Ministério da Viação, como atestou o Jornal A União:

---

[42] Cf. ALMEIDA, José Américo de. Como controlar as secas. IN: **Jornal Correio do Ceará.** APUD: DIAS, 1988. Op. Cit., p. 213.

> *Com a ascensão do Dr. José Américo de Almeida ao Ministério da Viação, iniciou-se, neste Estado, uma série de serviços públicos cujos resultados se vêm fazendo uma maneira proveitosa para as nossas populações [...] dadas as occupações que vem tendo grande parte dos flagellados nos açudes, nas rodovias e noutros trabalhos. [...]*
> *Ao senhor interventor federal, ao julgar pelas cartas e telegrammas que lhe chegam as mãos, há se attribuido a iniciativa dos referidos melhoramentos. Entretanto, é necessário reiterarmos que os devemos a iniciativa patriótica do nosso eminente conterrâneo que occupa hoje a pasta da Viação no governo provisório. [...]*
> *Assim, os serviços de estrada e açudagem da Parayba se inauguram devidos tão somente a benemerência do preclaro titular da Viação, e a sua exc. devem nessa hora endereçar os beneficiados os seus justos agradecimentos (A UNIÃO, 20 de jan. de 1931. p. 1).*

Com esse limite de atuação, as interventorias, portanto, realizaram uma obra política no que se refere ao combate à seca de 1932 e às ações assistencialistas posteriores (SANTANA, 1999). Nas entrelinhas das visitas dos interventores, como fiscalizadores das obras de açudagem, de construção de estradas ou obras assistenciais nos diversos municípios da Paraíba, a interventoria atuou como articuladora dos objetivos do Ministro da Viação, José Américo de Almeida.

É certo que as contradições políticas do então Ministro da Viação dificultam a percepção dos seus verdadeiros objetivos para com a política paraibana. Em um momento em que o Estado caminhava para uma efetiva centralização burocrática e, ao mesmo tempo, necessitava conquistar apoio, o discurso deveria aludir à moralidade e à responsabilidade do Estado frente ao flagelo da seca. Mas não é difícil compreender o porquê de as realizações do Ministério da Viação no combate à seca de 32 terem assumido um caráter personalístico: "O salvador do norte", "O Ministro do norte", "a política de responsabilidade moral e administrativa empreendida por José Américo" e tantos outros títulos atribuídos à atuação do então ministro construíram uma visão operosa e responsável, cujos fins consolidaram as bases de sua carreira política no estado.
Mesmo depois dos momentos críticos da seca de 1932, até 1940 as ações do Estado interventor foram sendo ajustadas às iniciativas assistencialista do Ministério de Viação e Obras Públicas de Vargas.

Para José Américo, o momento político dos anos de 1930 a 1934 se constituía como um período provisório; não havia base sólida que pudesse prever a durabilidade de um regime de exceção. Então, gradativamente, por sua atuação no Ministério da Viação, ele ampliou sua base de influência na Paraíba. Tanto que, em 1933, o jornal Brasil Novo publicou a seguinte matéria:

> *A PARENTELA DO MINISTRO*
> *[...] seria interessantíssimo abrir-se um concurso para saber-se o número exato de parentes do sr. José Américo que estão ocupando cargos públicos na Paraíba, tenham ou não competência.*
> *Examine-se a situação de cada um dos municípios paraibanos que há de ver-se que em quase todos lá estão os parentes do ministro da Viação e do interventor [Gratuliano de Brito] exercendo cargos remunerados ou influindo e fazendo baixa politicagem de aldeia [...]*
> *Por ora o ministro "Deus pequeno" tem apenas setenta parentes em empregos municipais, estaduais e federais (BRASIL NOVO, 19 de out. de 1933).*

Veja-se que, segundo o jornal, a parentela do ministro da Viação aparece em todas as esferas da administração. Ainda nessa mesma matéria, o jornal acusa José Américo de falso moralismo, uma vez que o discurso do Ministério havia sido de moralidade política e administrativa, sem compromissos ou interesses.

De forma mais emblemática, temos os preparativos para a visita do Ministro, em outubro de 1931, com vistas à inauguração de obras realizadas em conjunto com a interventoria:

> *A notícia da vinda do grande brasileiro a sua terra, ainda este mês, está despertando o maior enthusiasmo no seio de todas as classes, pelo excepcional relevo de sua actuação em defesa da Parayba [...]*
> *A Parayba, que tanto lhe deve, prepara- se para recebel-o (A UNIÃO, 9 de out. de 1931, p. 1).*

A partir do anúncio da visita de José Américo, em meio as providências de combate ao flagelo da seca, muitas manifestações cívicas foram planejadas para exaltar a atuação do "ministro do norte," como benevolente na obra de restauração da dignidade do povo paraibano. Mais uma vez, foi preparada uma grande festa, nos moldes daquela que comemorou o primeiro ano do assassinato de João Pessoa. Não teve a duração de uma semana, mas foi uma manifestação que colocou todos os segmentos da sociedade paraibana juntos, frente ao grande benfeitor do Norte-Nordeste. O pretexto foi a inauguração da ampliação do Quartel do Regimento Policial da Capital e de obras de combate às secas no estado (A UNIÃO, 12, 13 e 14 de out. de 1931, p. 1 e 3).

No jornal A União, de 10 de outubro de 1931, encontramos uma extensa lista de todas as organizações e segmentos sociais da Paraíba responsáveis pela recepção ao Ministro José Américo. O curioso é que nela estão presentes todas as representatividades do estado, desde as lideranças políticas até as classes populares, e o tom, mais uma vez, foi a significativa presença do Estado, representado pelo Ministro da Viação,

pela interventoria e pela atmosfera mítica de exaltação a João Pessoa.

Quanto às realizações de combate às secas, as comemorações deram especial ênfase ao que o Ministério da Viação havia feito: construção de pontes, estradas, poços e frentes de trabalho por todos os recantos da Paraíba. No seu lugar, a interventoria aparecia apenas como facilitadora do conjunto das obras empreendidas. Contudo, isso não implica dizer que a interventoria foi uma mera representação no conjunto das ações de combate à seca de 1932. É certo que todas as iniciativas partiram do Ministério da Viação, mas a presença da interventoria foi consolidada como a parte centralizadora e moralizadora do Estado frente a essas obras e, portanto, como o Estado organizador.

A ASSISTÊNCIA ESTATAL

Com todos os recursos originados do Ministério da Viação e Obras Públicas, o combate à seca de 1932 e as políticas assistencialistas posteriores na Paraíba, foram supervisionadas pelas interventorias de modo incisivo. Um exemplo disso foi a ação do interventor Anthenor Navarro (1930-1932), ele atuou em todos os recantos do estado como articulador e facilitador dos empreendimentos do Ministério da Viação e, por todos os lados, foram vistas obras ou alguma iniciativa que remetesse às ações de combate àquela seca.

Naquele momento, as proporções do flagelo haviam adquirido dimensões colossais; por todos os recantos viam-se retirantes e andarilhos em busca de ajuda e comida. O quadro desolador engrossava as fileiras de famintos, principalmente na capital do estado, para onde seguiam os sertanejos que fugiam da calamidade no sertão. Segundo os documentos analisados, que remetem à atmosfera de 1932, a seca daquele ano foi ampliada em suas conseqüências pela quantidade crescente da população atingida, se comparada às anteriores. Em muitos municípios, o número de habitantes havia aumentado significativamente, sem que houvesse um planejamento preventivo de combate ao flagelo; além disso, as prefeituras não dispunham de recursos que pudessem fazer frente às conseqüências da estiagem.

Esse planejamento jamais foi prioridade dos governos estaduais. Todas as medidas adotadas se caracterizaram por serem emergenciais e executadas no calor da hora. Mesmo as obras do governo Epitácio Pessoa, ampliadas significativamente no período em que ele ocupou a presidência da República, não conseguiram implementar na Paraíba uma estrutura que pudesse suavizar os efeitos dessa seca, gerando condições subumanas, como a que foi encontrada em São João do Cariri: "Acabo de

percorrer todo município encontrando a população em estado lastimável, parte recorrendo a alimentação de chique-chique. Peço vossencia mitigar a situação, ordenar algum trabalho, viação ou outro qualquer de modo a interromper o êxodo. – Ignácio Britto, prefeito" (A UNIÃO, 06 de dez. de 1931, p. 8).

Assim, o quadro desenhado na Paraíba foi o mesmo de antes de 1930. Contudo, havia um diferencial: o socorro estava centralizado, partindo do Estado, com fiscalização e operosidade. É certo que essa afirmativa não se efetiva absolutamente como foi colocada no discurso, como pudemos ver acima, mas o que fez da seca de 1932, diferente das anteriores, em termos da ação do estado, foi a operosidade deste frente à questão. O poder institucionalizado agiu com a função de promover as medidas necessárias à assistência dos flagelados sem que houvesse uma fragmentação administrativa. Nesse sentido, a prática operacional dos serviços realizados pelo Ministério da Viação via Inspetoria de Obras Públicas, que consistia na delegacia da IFOCS nos estados, deu-se pelas interventorias.

Os trabalhos da Inspetoria de Obras Públicas, na Paraíba, foram organizados de modo a pôr em prática todas as obras financiadas pelo Ministério da Viação. O Distrito de Secas, como ficou conhecido, foi responsável pelos estudos e projetos de construção de açudes, estradas, repasse de verbas e pagamento de funcionários. Constantemente levadas ao conhecimento do interventor, as obras que estavam sendo executadas por esse distrito encontraram em Anthenor Navarro a aprovação necessária para um significativo resultado. O Estado paraibano não foi omisso, mas dinâmico e, à proporção que os recursos foram liberados, a interventoria iniciou sua peregrinação fiscalizadora das realizações empreendidas pelo Estado. Nesse sentido o jornal A União noticiou:

> *No intuito de inspeccionar* ***de visu*** *as obras públicas em construção no estado, esteve hontem em Itabayana e em Ingá, o dr, Anthenor Navarro, interventor federal.*
> *Na primeira dessas localidades o chefe de governo ordenou um aterro na estrada que vae dalli a Pilar.*
> *Em Mogeiro determinou o ataque de serviços necessários ao açude local.*
> *Em Ingá visitou os açudes Novo Zabelê e a estrada que liga a villa a Alagoa Grande.*
> *Nesses trabalhos actualmente estão sendo empregados mais de 2.000 homens.*
> *O dr. Anthenor Navarro fez-se acompanhar na excursão de hontem do dr. Ávila Lins, engenheiro chefe das Obras das Seccas, neste estado (A UNIÃO, 03 de jan. de 1931, p. 1).*

Convém observar que Anthenor Navarro tomou todas as providências para que fossem executadas as obras de socorro aos flagelados das secas, estabelecendo, a partir do eixo definidor de José Américo, as prioridades e determinando os locais onde as mesmas seriam realizadas. Com isso, podemos presumir que a iniciativa foi da interventoria, e não, do ministério. Contudo, toda essa execução e operacionalização da interventoria foram feitas em comum acordo com o Ministério da Viação, e o que se viu realizado na Paraíba foi proveniente das dotações do Ministério da Viação, por intermédio de José Américo, e em acordo com a interventoria da Paraíba.

Como resultado dessa "cumplicidade" administrativa, as obras de combate à seca de 1932 assumiram grandes proporções por toda a Paraíba. O estado interventor se colocou como o grande operacionalizador dessas ações, executando e orientando a concretização dos serviços; Anthenor Navarro foi o agente representativo do Estado para os fins de efetivação das obras de combate às secas e, já nos primeiros meses de 1931, a interventoria iniciou sua movimentação com vistas a amenizar os efeitos do flagelo que se prenunciava.

A partir da liberação dos recursos, pelo Ministério da Viação, a interventoria colocou em prática a proposta de José Américo de construção das grandes barragens. Essa proposta passou, então, a se constituir como o sistema geral das obras da IFOCS, ou seja, para o Ministro da Viação, as obras de açudagem deveriam ser o eixo norteador dos trabalhos da IFOCS no combate à estiagem. Para isso, o Ministério da Viação colocou toda a estrutura da Inspetoria voltada para a construção do que foi chamado de "Sistemas Gerais de Obras."[43]

No caso da Paraíba, o Sistema do Alto Piranhas foi o complexo planejado pelo Ministério, com a finalidade de executar as obras de açudagem. Açudes públicos e particulares, em toda a extensão do estado, construídos, restaurados e reconstruídos, caracterizaram as obras de açudagem da Paraíba como mostra o quadro abaixo.

[43] Os sistemas gerais a que me refiro são: I – Sistema de Acaraú, no Ceará; II – Sistema de Jaguaribe, no Ceará; III – Sistema do Alto Piranhas, na Paraíba e IV – Sistema do Baixo-Assú, no Rio Grande do Norte. Todos estabelecidos pela IFOCS. Cf. ALMEIDA, 1982. Op. Cit., p. 380.

Quadro XI – **AÇUDES CONSTRUÍDOS NA PARAÍBA (1930-1**

AÇUDE	LOCALIZAÇÃO	SISTEMA	CAPACIDADE (1.000m³)	ALTURA	CONSTRUÇÃO Início / término	
Barra do Xandu	Cabaceiras	Piranhas	928	12,00m	1930	1932
Pilões	S. João do Rio do Peixe	Piranhas	13.000	14,00m	1932	1933
Riacho dos Cavalos	Catolé do Rocha	Piranhas	17.690	13,50m	1932	1933
Santa Luzia*	Santa Luzia do Sabugi	Piranhas	11.960	19,00m	1932	1933
Soledade**	Soledade	Piranhas	27.058	19,50m	1912	1933
Engº Arcoverde	Condado	Piranhas	35.000	23,00m	1932	1936
Engº Avidos	Cajazeiras	Piranhas	255.000	45,00m	1932	1936
São Gonçalo	Souza	Piranhas	44.600	44,00m	1932	1936

FONTE: DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil:** relatório. João Pessoa: DNOCS, 1935.
* açudes reconstruídos; ** açude restaurado

Em ação conjunta, a interventoria e a Delegacia das Secas da Paraíba percorreram as construções, despachando e colocando em andamento as obras de açudagem. Anthenor Navarro, frequentemente, viajou ao interior do estado, instalando as frentes de trabalho que construíam os açudes e tomando providências complementares de combate ao flagelo; no jornal A União, foi freqüente as notas que noticiavam o desenvolvimento das obras e a quantidade de flagelados empregados. Essas notas tiveram a finalidade de promover a ação estatal constituindo-se como verdadeiros discursos de moralidade e ação responsável por parte do Estado.

> *O governo do estado e a chefia do Districto da Inspetoria das Secas estão encarando a situação com patriotismo e dedicação [...]*
> *Por toda parte, não só neste como nos estados vizinhos, o sr. dr. José D'avila Lins tem mandado dar salários aos famintos, empregando-os, homens, mulheres e creanças na construcção e reconstrucção de rodovias, desobstrucção de açudes, perfuração de poços e serviços outros, considerados de utilidade e impostos como solução de emergência.*
> *[...] a frente da administração do Estado e dos serviços da Inspetoria, na Pararyba se acham so drs. Anthenor Navarro e o dr. D'avila Lins, cujos methodos de trabalho e preoccupações com o bem collectivo dispensam commentários ecomiasticos (A UNIÃO, 27 de jan. de 1931, p. 1).*

Por essas iniciativas, justificou-se a ação do Estado em relação ao problema. Os serviços de emergência foram conceituados como imperativos, frente às condições desoladoras em que se encontravam as populações rurais e citadinas do sertão paraibano. Em nenhum momento

foi colocada a necessidade de soluções duradouras, mas, a efetivação de ações que pudessem dar conta da condição de miséria em que se encontrava a população flagelada.

Assim, a interventoria seguiu por todas as localidades da Paraíba, dando andamento às obras de combate ao flagelo de 1932. Em meados de janeiro de 1931, Anthenor Navarro partiu da capital, com destino às cidades de Sapé, Gurinhém, Guarabira e Itabayana, onde foram inauguradas obras de açudagem e reconstrução de estradas corroçáveis, expedidas novas ordens de serviços e alocados homens e mulheres que pudessem construir novos pequenos açudes (A UNIÃO, 25 de jan. de 1931. p. 1). Nessa região, as obras de açudagem foram concretizadas pela colaboração do Ministério da Viação com particulares.

Para a cidade de Patos, enviaram-se efetivos do corpo de engenharia militar, com a função de ajudar no combate à seca, e cuja instalação, naquela cidade, teve como objetivo ampliar a quantidade de engenheiros envolvidos no planejamento e na construção de estradas e açudes daquela região sertaneja. Aquartelados no alto sertão, os referidos engenheiros iniciaram a construção da estrada que liga aquela cidade a Pombal e outras ramificações vicinais (A UNIÃO, 18 de jan. de 1931. p. 1).

Essas obras, assim como outras de pequeno porte, não estavam alocadas no grande eixo norteador do plano executado pelo Ministro José Américo. Entretanto, elas seriam a solução imediata de socorro aos flagelados; muitas delas não se apresentavam, naquele momento, como uma prioridade ou uma necessidade estrutural, pois haviam sido feitas apenas com a finalidade de promover trabalho e ocupação aos flagelados, que almejavam por alguma renda que pudesse lhes propiciar a aquisição de mantimentos.

Essas pequenas obras serviram, sobretudo, para socorrer as prefeituras que, a todo momento, enviavam ao interventor pedidos de socorro e ajuda financeira. Era freqüente um prefeito enviar telegramas ao interventor Anthenor Navarro, relatando as condições do município, como mostra o exemplo abaixo:

> *Interventor Federal – Cuité, 29 – communicamos vossencia que nesta data telegraphamos ao ministro da viação solicitando providencias urgentes socorros grande número de flagellados dessa localidade. Respeitosos cumprimentos – (as) Pedro Vianna, Geremia Venancio, Ulysses Vianna.*
> *Umbuzeiro, 30 – Município de Umbuzeiro gente morta de fome. Socorro – Tertuliano Guedes, secretário da Prefeitura (A UNIÃO, 01 de fev. de 1931. p. 8).*

Assim, diante das situações relatadas, a interventoria coordenava

a constituição de frentes de trabalho que pudessem suavizar os efeitos da estiagem em algumas localidades. Tais obras, em todos os casos, foram realizadas com a anuência dos prefeitos, pois todos se fizeram colaboradores da interventoria no combate ao flagelo, que se anunciava, e todos aspiravam, para seus municípios, às realizações da IFOCS.

Não foi por acaso que muitas prefeituras se colocaram, naquele momento, em estado de calamidade, pelos crescentes prejuízos causados pela estiagem. O "estado de emergência" significava ajuda do Ministério da Viação e, consequentemente, verbas.

Assim, o que nos ocorre é que houve um amalgamento, da parte de José Américo, junto às prefeituras e a políticos da Paraíba. Os efeitos devastadores da seca que se prenunciava favoreceram o estreitamento das relações do então Ministro, José Américo, com os prefeitos e políticos locais e, consequentemente, a montagem das bases do americismo[44], uma vez que a ação intervencionista de Anthenor Navarro havia desgastado a relação política do Estado com a política local. Em muitas situações, as ações do Ministro José Américo foram enaltecidas como um grande feito para toda a Paraíba, conquistando a afeição de todos e a simpatia daqueles que, por razões diversas, haviam se desentendido com a interventoria. Sendo assim, a pequena açudagem se constituiu como o ponto marcante desse amalgamento.

Com o prolongamento da estiagem e seu clímax em 1932, o Ministério da Viação intensificou a construção de pequenos açudes com a concessão de prêmios aos proprietários que estivessem dispostos a construí-los em suas propriedades, o que favoreceu largamente a influência política de José Américo. Contudo, o acirramento da seca inviabilizou qualquer proposta que pudesse ser executada com o exclusivo financiamento dos proprietários paraibanos. Isso porque,

> *Quem conhece o nosso meio, sabe perfeitamente que são raros os fazendeiros que podem dispender com a construção de um açude determinada importância na esperança de receber um prêmio, que sempre demora em chegar[...](A UNIÃO, 18 de fev. de 1932, p. 1)*
>
> .....
>
> *[assim] presentemente não é possível levar avante esse systema, á falta de recursos com que luctam os nossos fazendeiros." (A UNIÃO, 15 de mar. de 1932, p. 1).*

O impasse conseqüente da falta de recursos dos proprietários paraibanos implicou na busca de soluções que pudessem viabilizar a construção de pequenos açudes, como medida de socorro imediato, uma

[44] Denominação utilizada pela historiografia paraibana para caracterizar a base política que teve José Américo como chefe.

vez que as obras da grande açudagem não conseguiram absorver toda a massa flagelada. A questão foi bem mais complexa do que parece. Solucionar, mesmo que emergencialmente, os efeitos da seca com a construção de pequenos açudes dependiam de vontade política dos proprietários rurais, que jamais construiriam açudes em suas propriedades privadas com fins públicos se não obtivessem concessões ou vantagens. Daí o impasse para cuja solução foi colocada a intervenção direta do Estado como agenciador e financiador.

> *O sr. interventor resolveu então que o Estado cooperasse com seus próprios recursos para financiamento da pequena açudagem.*
> *Para isso receberá a percentagem de recursos que o governo federal lhe concede em emprehendimentos desse gênero, construído as barragens, sem que o particular entre inicialmente com a mínima despesa.*
> *Terminada a construção o dono da propriedade onde foi construído o açude estará obrigado a indemnização de apenas 20% sobre o custo da obra (A UNIÃO, 12 de out. de 1931, p. 1).*

Com essa proposta, o Estado se colocou entre o governo federal e o particular, financiando a construção do público no particular. Tal medida se, por um lado, propiciou a ampliação do número de açudes na Paraíba, por outro, privatizou o plano de combate ao flagelo no estado. Os açudes construídos não deixaram, pois, de ser privados, e os particulares não arcaram com a indenização de 20% sobre o valor da obra.

Considerando todas as medidas adotadas pela interventoria de Anthenor Navarro com vistas à moralização do Estado e ao saneamento dos costumes políticos da Paraíba, essa iniciativa colocou por terra todo o discurso até então alardeado pela interventoria. Contudo, não foi sobre a ação da interventoria que se sentiram os efeitos dessa medida, uma vez que o combate ao flagelo da seca tornou imperativa a ação do Estado, mas, sobre a atuação de José Américo. Isso significa que a concretização da apropriação privada das verbas públicas para a construção de pequenos açudes na Paraíba deu a José Américo a ampliação do seu prestígio junto aos proprietários e políticos.

Por sua atuação no combate à seca de 1932, o então Ministro da Viação viu sua influência política ser consideravelmente ampliada e consolidada. Para a Paraíba, José Américo representou o melhor espírito comunitário e se apresentou como o substituto de João Pessoa. Em ralação às iniciativas de promoção do bem-estar da população paraibana, sua popularidade galgou a simpatia de todos.

Era de se esperar que uma medida bem articulada, como a da pequena açudagem, propiciasse ao então Ministro representatividade junto à elite paraibana. Tendo a interventoria como aliada, gradativamente,

ele construiu uma ampla base de persuasão política. O contexto das secas favoreceu sobremaneira a ascensão de José Américo junto àqueles cidadãos paraibanos de maior influência política, e à interventoria de Anthenor Navarro coube o papel de articulador dessa escalada prestigiosa de consolidação do americismo.

A ampliação do prestígio de José Américo na Paraíba pode ser percebida por um conjunto de ações que tentaram, no momento de calamidade pública, promover uma possível perspectiva de superação da situação subumana e subeconômica pela qual passava a Paraíba em 1932. Nesse conjunto, somam-se também as obras iniciais da construção do porto de Cabedelo.

No momento em que foram dados os primeiros passos para a construção do porto da Paraíba, foi também o momento em que a Paraíba viveu os contratempos da seca. Então, a concretização de um empreendimento dessa natureza foi bastante comemorada, com vistas à possibilidade de emprego para os flagelados e ao soerguimento da economia paraibana. Politicamente, a ação empreendedora do Estado deu à interventoria grande prestígio e a José Américo uma crescente adesão política por toda Paraíba.

Assim, o combate à seca de 1932 foi um empreendimento do Estado, com recursos e assistência a partir de uma política de Estado. A política de seca, desse momento, consolidou a dominação do Estado com a ascensão de José Américo ao patamar de político de prestígio. Embora ele tenha se colocado como neutro e imparcial, o que se viu nas entrelinhas da sua atuação, junto ao Ministério da Viação, foi a ampliação da sua base política na Paraíba. Em nenhum momento, a interventoria teve projetos próprios de combate à seca, partindo todos do Ministério da Viação. Desse modo, a política de combate à seca de 1932, na Paraíba, propiciou, agora sob a liderança de José Américo, a reacomodação das antigas bases políticas.

Posteriormente, nas interventorias de Gratuliano de Brito (1932-1934) e Argemiro de Figueiredo (1935-1940), a ação estatal também esteve atrelada as iniciativas do Ministério de viação e Obras Públicas, não havia uma seca a ser combatida, mas, os remanescentes de 1932 impuseram aos interventores o desenvolvimento de políticas assistencialistas para aqueles que haviam deixado o campo e migrado para as cidades. Sobretudo, no governo de Argemiro de Figueiredo, as ações assistencialistas procuraram imprimir uma lógica de cuidado e empenho do estado frente às necessidades das populações menos favorecidas da Paraíba.

O assistencialismo se configurou, portanto, como ponto de fortalecimento da ação estatal centralizada para os "lavradores urbanos",

vindos do campo para as cidades foram criadas políticas emergenciais de assistência iminente.

Sendo assim, o contexto da seca e, posteriormente, o contexto da ação centralizadora do estado proporcionou do desenvolvimento de políticas assistencialistas que em suma, favoreceu o *loobing* dos agentes de poder. Para a população de baixa renda ou para os chamados "lavradores urbanos" as ações do Estado construíram uma rede de favores ampliada na medida em que consolidaram a atuação das interventorias. Daí ser possível constatar que, em torno da seca o estado pós 1930, na Paraíba, construiu políticas de assistência voltadas para a solução de problemas imediatos; os recursos vindos do ministério de viação e Obras Públicas proporcionaram a emergência de grupos de poder, cujo discurso se utilizou das realizações de combate a seca e assistência aos flagelados para galgar prestígio, como foi o caso de Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida.

***

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. **O ciclo revolucionário do Ministério da Viação.** 2 ed. João Pessoa/Natal: Fundação Guimarães Duque/fundação Casa de José Américo. 1982.

_____, **O Ministério da Viação no Governo Provisório.** Rio de Janeiro: Officina dos Correios e Telegraphos, 1933.

BARBOSA, Orris. **Secca de 32**: impressões sobre a crise nordestina. 2ª ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado. 1998.

BATISTA NETO. José. **Como uma luneta invertida:** intervenção do estado no semi-árido nordestino através do discurso ideológico da IOCS/IFOCS – 1909-1934. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1986. (mimeo).

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **O DNOCS e o novo nordeste:** uma perspectiva histórica (1909-1984). Fortaleza: DNOCS. 1985.

SANTANA, Martha Mª Falcão de C. e Morais. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940.** João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB. 1999.

SANTOS NETO. Martinho Guedes dos. **Os Domínios do Estado**: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFPB, 2007.

FONTES CONSULTADAS

JORNAL A UNIÃO. João Pessoa, 1930. Biblioteca Maurílio de Almeida.
JORNAL A UNIÃO. João Pessoa, 1931. Biblioteca Maurílio de Almeida.
JORNAL A UNIÃO. João Pessoa, 1932. Biblioteca Maurílio de Almeida.
JORNAL BRASIL NOVO. João Pessoa, 1931. Biblioteca Maurílio de Almeida.
JORNAL BRASIL NOVO. João Pessoa, 08 de setembro de 1933. Livro de recortes da Biblioteca Horácio de Almeida.
JORNAL O POVO. Fortaleza, de 1932. Biblioteca Maurílio de Almeida.
PARAHYBA (Estado). **Almanach do Estado da Parayba.** Ano 15. João Pessoa: Imprensa Official. 1932.

A BOTIJA ENCANTADA E O MUNDO AVARENTO

Maria do Socorro Cipriano[45]

Narrada como tesouro *encantado,* a botija é tomada como o elo entre o mundo terreno e o mundo sobrenatural[46]. Segundo a crença, ela permanece oculta até que sua localização seja apontada por uma alma do outro mundo. Para tanto, é necessário que esta alma encontre uma pessoa definida como *merecedora;* apta, portanto, a duelar com as forças diabólicas que tentam levar a alma do morto para o inferno. Para ser um merecedor, a pessoa deve possuir as seguintes qualificações: coragem, fé, e não ser avarenta. Ela ainda precisa seguir fielmente todo o ritual de achamento, tais como desenterrar a botija à noite e depois sair do local onde residia anteriormente. Após o cumprimento de todas as etapas do ritual, o encanto é desfeito: a alma se liberta do mundo terreno e a pessoa escolhida se livra, por sua vez, de sua vida de miséria.

As imagens do avarento e do merecedor aparecem, então, imbricadas nesse universo da riqueza. Para falar então sobre agraciado da botija, é preciso também falar sobre seu doador, indagando quem fora o *dono* dessa alma que vem do "outro mundo", para doar a fortuna que enterrou em vida?

Principalmente nas narrativas dos cordéis que se referem à riqueza encantada, o mundo encontra-se visivelmente polarizado entre ricos e pobres. Embora o folheto a seguir não trate especificamente de encantamento, as duas imagens aparecem aqui bastante emblemáticas através do sugestivo título *O prazer do rico e o sofrimento do pobre*:

Rico é branco pobre é preto
Rico apruma pobre cai
Rico cresce o pobre mingua
Rico entra e pobre sai
Rico pega e pobre larga
Rico é doce e pobre amarga
Rico manda o pobre vai

[45] Docente do Departamento de História, Campus I, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História da UFPE. E-mail: maria.cipriano@bol.com.br

[46] O artigo compõe a tese intitulada **Histórias de botijas e os labirintos do universo assombroso na Paraíba.**

Pobre fica e rico passa
Pobre passa e rico tem
Pobre cumprimenta a todos
Rico o lhe convem
Rico acalma, pobre luta
Rico grita, pobre escuta
Rico chama, pobre vem

Instigantes imagens essas fabricadas por José Pacheco[47]. Neste cordel, embora tenha o poeta afirmado, em sua última estrofe, não ser contra quem "tem o seu capital" (p.8), ele fora bastante incisivo ao demarcar não somente a oposição entre as duas classes sociais, mas o enorme fosso existente entre elas. O rico é descrito pelo autor como aquele a quem "nada falta e tudo tem" (p.1); aquele que tudo pode: "manda", "chama", "grita". E desse lugar de mando ele consegue, inclusive, reverter os preconceitos de cor, "Rico é branco"; o rico segue sua linha reta sem sobressaltos: "apruma", "cresce", "passa" e, se estaciona é por sua própria escolha: "acalma", "fica", porque não precisa movimentar o corpo, ele possui um lugar. O pobre, ao contrário, está sempre em movimento, em "luta"; é aquele que não pode ficar parado porque tem carência de movimento, necessidade de trabalhar: o pobre não tem um lugar. E se o pobre para, "fica"; não é por sua escolha, mas porque ele obedece às ordens de outrem e segue sendo comandado: baixa a cabeça, obedece. Enquanto o rico tem um lugar próprio para estocar, acumular, guardar, ao pobre resta apenas a ausência, a falta de lugar.

A partir dessas imagens, inscritas nesse universo onírico da riqueza encantada, também podemos inferir outra questão: se por um lado o pobre é descrito como aquele que nada tem, por outro, essa mesma instabilidade social impõe um constante movimento: ele vive a eterna busca pela mudança de vida. O próprio autor, afirma no início de seu cordel que "Tem vezes ele é forçado/ a fazer o mal sem querer" (p.1), ou seja, mesmo em situação de desvantagem, ele age e tenta desfazer a ordem, sair de sua situação de pobreza. O pobre se torna, então, um *delinquente*. E aqui, refiro-me ao conceito de delinquência que Michel de Certeau define como sendo percurso, deslocamento pelos "interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do percurso sobre o estado, o relato é delinqüente" (1996, p.216). Nesse sentido, o

[47] José Pacheco Rocha nasceu no ano de 1890, e acredita-se que tenha morrido em 1954. Também há dúvidas sobre sua naturalidade (Correntes - PE ou Maceió - AL), em todo caso, consta que ele morou muitos anos em Maceió e também residiu na cidade de Caruaru. Como tantos outros, vendia seus folhetos nas feiras. (ALMEIDA/SOBRINHO, 1978; ALMEIDA, 2009).

conceito de delinquência pode ser atribuído tanto ao poeta quanto ao seu personagem universal, o pobre.

Assim, quando nas narrativas que tratam de botijas, a imagem sobre o rico aparece como uma sinonímia do avarento, sugerindo-se que a fortuna não deva pertencer a quem não tem qualificações para possuí-la, isso também não significaria uma forma de transitar pelas brechas de uma ordem, de tentar subvertê-la?

A avareza tem, pois, nesse universo da riqueza encantada um lugar de destaque, uma vez que se a botija existe é por que também existe um poupador, o avaro: pessoa atormentada por esconder sua fortuna da vista de outrem; pessoa que não tem paz e, é quase sempre um infeliz, apesar da fortuna. O avaro também é referido como sendo egoísta, injusto e explorador; normalmente associado a um senhor de muitas posses, que "aparenta nada possuir", ou seja, que oculta a fortuna.

Mas esta imagem do avaro, assim descrita, não emerge abruptamente; ela é forjada no Ocidente e tributária do cristianismo. Na Bíblia, encontramos algumas passagens sobre aqueles que arriscam a salvação ao guardarem seus tesouros terrenos, descuidando-se do tesouro celestial. Ao mesmo tempo, tentar preservar os dois tesouros é tarefa inglória, pois significa servir a dois senhores, a Deus e a riqueza (*Mamon*). Em Mateus, encontra-se a seguinte passagem: "Não ajunteis para vós tesouros na terra, onde a ferrugem e as traças corroem, onde os ladrões furam e roubam. Ajuntai para vós tesouros no céu, onde não os consomem nem as traças nem a ferrugem, e os ladrões não furam nem roubam". E completa a sentença: "Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de odiar um e amar o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mamom" (Mt 6,19-24). Em Lucas, o homem avarento parece louco aos olhos de Deus, pois, uma vez morto ele não pode levar sua fortuna para o céu: "Louco, esta noite te pedirão a tua alma, e o que tens preparado para quem será? Assim é aquele que para si ajunta tesouros e não é rico para com Deus" (Lucas 12: 20-21).

A figura do avaro, assim desenhada, é velha conhecida da pintura e da literatura Ocidental. Le Goff afirmou que "a usura é um dos grandes problemas do século XIII" (1989, p.10). Tempos de forte expansão do cristianismo, via-se às portas com o prenúncio de um novo sistema econômico que "ameaçava os velhos valores". Diante de tais mudanças, a Igreja precisava deixar muito clara a sua postura em relação a esse "ladrão do tempo", destinando ao *usurário* um caminho direto ao inferno (p.33-55). Algumas figuras sociais, como os judeus, são associadas diretamente à imagem do usurário, o que somente faz crescer essa intolerância à prática do empréstimo a juros. Mas, eis que surge o purgatório como possibilidade de salvação para o usurário.

ganância (BECKETT, Op. Cit.).

Mas, se, na literatura européia, as imagens do avarento são criadas a partir de figuras sociais como o judeu, o burguês, no Brasil, a imagem do avarento encarna a imagem de coronéis, senhores de engenhos, comerciantes, e mistura-se também à do usurário. No século XIX, Machado de Assis através do conto *Entre Santos,* satiriza a figura do avarento a partir de Sales. O cenário é surrealista: no meio da noite, os santos de uma igreja se reúnem para falar sobre suas decepções com os cristãos e Sales é um desses exemplos. Este, profundamente abalado com a doença de sua mulher, havia pedido para que os santos intercedessem por ela, no entanto, não sabendo expressar-se de outra maneira senão através do dinheiro, o avarento Sales tenta "negociar" a cura da vida da mulher através de centenas de orações (ASSIS, p.1-6).

Inspirado em Gil Vicente e nas histórias de cordéis, Ariano Suassuna também aborda essa figura do avaro na comédia *O Santo e a Porca*. Nesta, o avaro Euricão Árabe é denunciado tanto pelo seu próprio nome "Eurícão", como pela sua atitude bastante suspeita, ao afirmar resolutamente que é pobre - por medo de ser roubado -, embora guarde toda sua fortuna em uma *porca* de madeira. Tal atitude, porém, é notada pela personagem Euro que atira de chofre: "Não, não há quem me convença de que você é tão pobre como vive dizendo! Vá ver que com essa cara e com essa modéstia tem, no mínimo, uma botija escondida". Como teve seu segredo ameaçado, em resposta, Euricão emite apenas um "Aí!" (SUASSUNA, 2006, p. 98-99). Essa personagem se confinou tanto em mundo de avareza que perdeu a noção do tempo e, um dia, ele é surpreendido com a desvalorização de seu dinheiro, ficando ele realmente pobre[50].

A relação entre ricos e pobres, como afirmado anteriormente, é um dos temas mais abordados pelo cordel. Pois, para que a imagem do avaro chegasse até o presente, sendo apropriada da linguagem popular, era necessário que ele tivesse um sentido para alguns grupos, caso contrário, as fábulas de La Fontaine não surtiriam efeitos ao serem reapropriadas por Monteiro Lobato.

Lobato explorou de forma lúdica essa inutilidade do tesouro do avarento, através do conto *Unha de fome*, que é também o nome do avarento. No enredo, o momento em que ele se desespera por ter perdido o tesouro enterrado é presenciado por uma viajante, que o olha e indaga acerca daquela ininteligível atitude de enterrar dinheiro, principalmente

[50] Ao ser questionado sobre a personagem Euricão, Ariano Suassuna explica que, além de tratar-se de uma realidade possível para a sua literatura e o seu teatro, a existência daquele avarento não é de todo absurdo, ao citar um episódio ocorrido na cidade de Taperoá, envolvendo uma pessoa de sua família. Conta que esse parente dirigiu-se à agencia do Banco do Brasil, de Campina Grande (PB) para trocar seu dinheiro que já não tinha mais valor: "guardadas durante tanto tempo que ninguém as conhecia mais" (SUASSUNA, Op. Cit., p.26).

tão longe de sua casa. O avarento responde-lhe que guardara longe de sua vista para não ter que gastá-lo em caso de necessidade. Então, o passante diz: "o tesouro não tinha para você a menor utilidade, e tanto faz que esteja com quem roubou como enterrado aqui. Ponha uma pedra no lugar que dá no mesmo" (Lobato, 2008, p. 80). Essa inutilidade da riqueza faria do avarento um pecador?

Na literatura de cordel, essa inutilidade do dinheiro pelo avarento também o conduz ao caminho do inferno. O folheto *O rico avarento,* de Athayde, inscreve em sua capa a imagem de um homem de idade avançada, abatido, de olheiras profundas, sentado numa poltrona e, à sua frente, um cofre com a porta aberta, cheio de dinheiro: moedas, notas empilhadas e um saco, provavelmente com mais dinheiro. Os seus olhos estão voltados para o cobre e talvez por isso ele apresente-se ao observador tão desgastado pelo tempo. O homem que tocaia seu tesouro perde-se no tempo; certamente trata-se de um avarento, que não usufruíra os lucros que arrematara durante a vida, que não dividiu os bens com ninguém. Representa bem a narrativa que se segue.

Trata-se de um "rico soberbo", diz o autor, que "Amava tanto a riqueza/ Só trabalhava no mundo/ P'ra sustentar a Avareza/ Pela desumanidade/ Nunca ligou a pobreza" (ATHAYDE, 1938, p.1). A história se passa num lugar distante, na Palestina - muito embora, no final do texto, encontre-se a menção à senzala. O rico, ainda jovem, procura casar-se com uma moça de igual fortuna, igual nos "teres", igual na sabedoria, além de compatível com sua idade (era mais nova). A compatibilidade também se daria através de seus nomes, pois ele se chamava José e ela, Maria, o que o rico entende como sendo uma bênção divina. Mas a negativa de Deus se traduziria na impossibilidade do casal de gerar filhos, frustrando qualquer tentativa de perpetuar a fortuna. Insatisfeito, o rico faz um pacto com o Diabo, e como castigo, além da perda de toda a fortuna, o filho pratica as piores atrocidades, num sinal claro de que Deus castigara aquele que somente cuida dos tesouros terrenos.

Perder a fortuna abruptamente parece ser o destino do avarento. No cordel *Triste fim de um orgulhoso*, João Bandeira de Caldas também desenha esse homem que não se compadecendo dos pobres, negando-se sempre a dar esmolas e orgulhando-se de si mesmo, e, ainda, tendo como único deus, o dinheiro, "viu a sua fortuna/ depressa se acabar" (p.1-2). Mas além dessa questão, também é importante observar como a imagem do avarento se delineia através de outros elementos simbólicos. Tal como o quadro de Bosche, alguns desses elementos, como a chave, o ferrolho, o baú, o cofre, a arca, a gaveta, representam esse inacessível mundo dos ricos. Neste último cordel, a porta do rico orgulhoso, também citado como avarento, aparece "toda entrançada de ferro com ferrolhos em cada lado"

(CALDAS, p.3). No conto de Machado de Assis, o cofre aparece como uma extensão do corpo do avarento: "Moeda que lhe cai na mão dificilmente torna a sair; e tudo o que lhe sobra das casas mora dentro de um armário de ferro, fechado a sete chaves. Abre-o às vezes, por horas mortas, contempla o dinheiro alguns minutos, fecha-o outra vez depressa" (p.4).

Trancas, portas, ferrolhos. O mundo da avareza é um mundo impermeável pelas travas: mundo encaixado. Esse mundo fechado que impede a passagem do outro; mundo apartado do fora é o oposto do mundo do pobre, que só existe enquanto evasão. Contudo, de nada adiantam os ferrolhos contra as forças divinas, uma vez que a pobreza repentina aparece-lhe como um resultado do castigo divino. Assim, em sonho, certo avarento verá o letreiro, certamente com as palavras de Deus: 'Rico avarento, diga cadê teu dinheiro? (...) Pra que maltratastes os pobres/por que desprezastes a mim/ adeus até nunca mais/ teu reino chegou ao fim" (p.4).

Esse destino do avarento aparece irreversível na literatura de cordel. No cordel *História do mesquinho de Portugal,* de Cypriano Baraúna[51], o avarento Quirino é avisado em sonho que perderia sua fortuna para um pobre chamado Gonzaga. Após várias peripécias tentando fugir ao destino, o tesouro acaba chegando por engano às mãos do pobre. Mesmo tendo perdido sua fortuna tempos antes de morrer, ainda assim, não consegue fugir ao seu destino e perde também a alma (SENA, p.13). O poeta se eximindo de sentenciá-lo, declara ser este uma condenação natural: "não sou eu o julgador/ o mundo é quem diz assim" (p.13).

Essas narrativas são alusivas a uma ética relativa ao uso da riqueza bastante particular, que fixa padrões de comportamento. O rico avarento deve ser impedido de manter seu dinheiro, pois diz o mesmo poeta Cypriano Baraúna em outra poesia: "Eu não direi que um homem/ estrague o que seja seu", mas o que o torna passível de crítica é "Fazer profissão da usura", sob a pena de ser engolido por ela, ou em suas palavras, de "só por ser misque" morrer (p.1). Castigo esse aplicado àqueles que descumprem o princípio básico, o de compartilhar a fortuna com outrem. A riqueza pertenceria a Deus, e para que haja justeza nas relações entre pobres e ricos é necessário fazer o bom uso dos bens materiais: compartilhá-la.

---

[51] Não constam datas nos dois cordéis pertencentes ao poeta e editor Cipriano Baraúna, muito embora seja possível que ambos tenham sido publicados na primeira metade do século XX, pois observa-se que as capas não apresentam nenhuma gravura. O uso da gravura, uma prática bastante comum popularizar-se-á principalmente a partir de editores como Athayde. Segundo Átila de Almeida e José Sobrinho, Cipriano Batista nasceu em Bananeiras (PB), em 23 de setembro de1906, irmão de Joaquim Batista de Sena, teve a experiência de repentista entre 1927 e 1929, escreveu seu primeiro poema em 1938, *O homem que rinchou porque zombou de frei Damião na cidade de União.* Afirmam ainda os autores que pelo menos, em data da edição do Dicionário dos citados autores, residia em João Pessoa (ALMEIDA/ SOBRINHO, 1978, p. 257-258); ver também (SOBRINHO, 2003).

O termo avarento também aparece na literatura como "misque", esta sendo uma variação da palavra "mesquinho". Para uma descrição do avarento como aquela pessoa que possui apego exagerado à fortuna e que se nega a fazer caridade; ainda existe uma outra denominação usada por alguns poetas, o de sicário, que agregaria, por sua vez, outras desqualificações, tais como a de bandido, de assassino[52].

Dos ricos é exigida uma regra de conduta bastante clara: divisão, compartilhamento. Nesse universo do encantamento, a riqueza é antes uma concessão divina. Emblemático dessa questão é o documentário *O País de São Saruê* (1979), de Vladimir Carvalho, no qual aparece a fala de Zeca Inocêncio. Este, referindo-se ao uso da riqueza pelos donos e gerentes das minas afirma que, apesar do enriquecimento com o ouro, acabaram perdendo tudo e caindo em desgraça. O depoente traça o destino de cada um deles: Vicente Lau, dono da mina São Vicente, descoberta no Vale do Piancó, morrera na miséria; o gerente Cristóvão, que costumava "acender o charuto com uma nota de 500 cruzeiros", tivera o mesmo destino. Sobre Antonio Militão que, segundo o depoente, colocou um dente de ouro num bode, embora não tenha perdido a fortuna, foi citado em sua narrativa. Neste momento, o entrevistador pergunta-lhe se este último também teria ficado pobre, ao que Zeca corrige: "morreu rico, mas não lá, pois mudou-se para Pernambuco", e corrige em seguida, afirmando que teria ido para Alagoas. Ou seja, se não perdeu a fortuna foi porque saiu do Vale do Piancó. Ainda assim, também morrera.

Além desse destino catastrófico desenhado para os ricos do ouro, o depoente mostra como o próprio vilarejo também tivera um destino cruel, após ter vivido um ápice do desenvolvimento econômico: "Vi muita riqueza e vi muito ouro" (...) "tudo acabou. Veio muita riqueza, hoje temo uma pobreza grande" (...) "só quem acaba o ouro é Nosso Senhor, porque foi ele quem botou...".

Essa última frase remete a uma espécie de riqueza prometida, como se ela estivesse ainda à espera de ser explorada, para, enfim, cumprir sua função social. Nessa perspectiva, ele sugere que a miséria e a decadência foram um castigo para aqueles que não souberam ser generosos com o ouro concedido por "Nosso Senhor", ao fazer duas denúncias principais: uma mais explícita se refere ao fato de as autoridades terem interrompido e suspendido a autorização para a exploração do ouro; a outra denúncia, menos explícita, refere-se à forma como a própria exploração do minério foi conduzida, ou seja, como a "ganância" de uns poucos em detrimentos dos trabalhadores e de pessoas que, como ele, ficaram à margem dessa riqueza doada por Nosso Senhor - como ele mesmo afirma.

[52] Ver no dicionário Larousse Ilustrado da Língua Portuguesa: "assassino contratado para cometer qualquer espécie de crime", também significa facínora, cruel, sanguinário.

As pessoas citadas como os que usurparam e subverteram o *uso* do ouro, doado por Deus aos pobres da região, tiveram finais trágicos. Não sem sentido, os episódios que marcam a memória de Inocêncio remetem ao dente de ouro do bode e ao ato de ter-se acendido o cigarro com a queima de dinheiro. Nesse espaço imaginado, há um traço de riso e de diabolização das coisas divinas; neste espaço, onde certamente o carneiro só cumpriria sua primeira função, a de apontar a fortuna; o bode torna-se emblemático.

Zeca Inocêncio, ao falar sobre as dificuldades enfrentadas no período de sua chegada à Piancó, explica que, embora tenha vindo especificamente para trabalhar no garimpo, foi impedido, talvez por estar doente – "minhas condições não dava" -, mas também porque a "ambição era grande". Com isso e "para não morrer de fome", ele passa a vender pão, provavelmente aos trabalhadores.

Estas pistas fornecidas principalmente, por Zeca Inocêncio nos possibilitam perceber certa ambiguidade com relação à noção de riqueza compartilhada, tanto pelos habitantes de Piancó como por outras comunidades, ao localizarem-na entre o divino e o profano. Talvez para Inocêncio, a riqueza advinda do ouro necessitasse da permissão divina para ser considerada legítima[53]. Piancó, tomada pela ganância, não poderia ter outro destino, senão a destruição, tal como fizera Deus a Sodoma e Gomorra.

No universo encantado da botija, o avarento tem igualmente essa imagem de pessoa enredada pela obstinação do ouro e ao mesmo tempo tomada pela busca do enriquecimento desmedido. Como na pintura de Bosch, em que o desfecho da narrativa iconográfica aponta as alternativas do céu ou do inferno, nas narrativas sobre botijas, o avaro poderá alcançar o reino dos céus: se, depois de morto, voltar e doar sua fortuna, ou seja, se ele autorizar seu uso por outrem.

Ao falar sobre as botijas e seu ritual de achamento, o escritor paraibano Ademar Vidal, em seu livro *Lendas e Superstições*, corrobora com essa questão, mostrando como as "almas penadas" ficam até felizes quando têm os seus tesouros revelados:

> *Os mais supersticiosos acreditam que o espírito está ajudando e fica muito satisfeito quando alguém acha o cofre escondido. Porque se assim ocorre, verifica-se a libertação instantânea do mal que o persegue, pois é indispensável que todos sigam para a eternidade com a alma inteiramente leve, portanto purificada pelas boas ações*

[53] Lê Goff mostrou como na tradição cristã ocidental o pecado da *usura* foi articulado ao capitalismo ainda em fase de sua emergência. Tornado um dos grandes problemas do século XIII, a prática da usura coincide com um período em que o capitalismo, enquanto sistema econômico, é prenunciado, e nesse contexto, a usura representa uma ameaça aos "velhos valores cristãos". O usurário é particularmente danoso à sociedade porque "rouba o tempo", ou seja, ele nada mais vende a não ser o tempo que se passa para aquele que espera. Mas o tempo pertence a Deus e não pode ser negociado. (LE GOFF, 1989, p. 33-45).

(1950, p.395).

Nesse sentido, há uma completa inversão dos valores terrenos:

> *Guardar dinheiro das vistas dos outros, em tais condições, não deixa de ser pecado grave, necessitando de perdão. A alegria que os senhores sentem do outro lado do mundo, quando se descobre o seu segredo, é verdadeiramente infinita (Op. Cit., p.396).*

Portanto, diante de tamanha alegria dos senhores avarentos, legitima-se o saque ao tesouro de antepassados, à terra de outrem. Esta violação da riqueza do outro é justificada por efeito de justiça social e a crença numa legitimidade divina. A partir dessa ética estabelecida para o mundo da riqueza encantada, ao doar sua fortuna e realizar o sonho de riqueza de um merecedor, o avarento poderá se safar dos castigos divinos.

***

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Átila Augusto F. de/ SOBRINHO, José Alves. **Dicionário BIO – Bibliográfico de Repentistas e poetas de bancada.** Vol. II e V.II. Editora Universitária/Centro de Ciências e Tecnologia. João Pessoa e Campina Grande, 1978.

ASSIS, Machado de. **Entre Santos. Belém:** Unama, Ver site www.nead.unama.br.

BECKETT, Wendy. **História da Pintura.** São Paulo: Editora Ática, 1992.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** artes do fazer. V. 1 Petrópolis: Vozes, 1996.

LE GOFF, Jacques. **A Bolsa e a Vida:** a usura na Idade Média. 2ª edição. Trad. Rogério Silveira Muoio. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LOBATO, Monteiro. **Fábulas:** Monteiro Lobato. São Paulo: Globo, 2008.

SOBRINHO, José Alves. **Cantadores, Repentistas e Poetas populares.** Campina Grande: Bagagem, 2003.

SUASSUNA, Ariano. **O Santo e a Porca.** 12ª edição. Rio de janeiro: José Olímpio, 2006.

VIDAL, Ademar. **Lendas e Superstições:** Contos Populares Brasileiros. Empresa Gráfica O Cruzeiro S.A.: Rio de Janeiro, 1950.

NARRATIVAS ORAIS: A IMPOSSIBILIDADE DO RETORNO DE TESEU?

Auricélia Lopes Pereira[54]

Teseu então se prepara para entrar no labirinto: coragem, lança para dominar o minotauro e... o fio de Ariadne, aquele que o trará de volta. Teseu não teme o retorno, não teme perder-se por entre as dobras que enganam os contornos do labirinto que o levarão a lugar - nenhum. Senhor de sua história, sabe também do seu fim: Prometera ao pai a volta e assinala a promessa num compromisso: trocaria a vela da morte, a vela preta do seu barco, por uma vela branca anunciadora da vitória sobre o estranho, sobre a diferença em forma de monstro. A dominação já se faz anunciar nos passos do príncipe da Ática: ele não sai da sua terra, do seu mundo, não abandona o seu horizonte para deixar-se dominar e assim, morrer no campo do outro. Seu lugar de autoridade já anuncia a vitória, a apropriação do outro que em terras estranhas espera ter seu corpo decodificado, atravessado pela lança do poder e pelos passos do saber. Teseu tem sua história traçada antes mesmo de vivê-la. Entrando no labirinto, a vitória já se faz certa e o retorno reconhecível, escrito nas teias da história que o escreve e no lugar de autoridade que o define.

A dominação se escreve no corpo do minotauro que silencia e na vitória sobre as dobras do labirinto que já não escondem, que já não se constituem em estranheza e nem se fazem enigmas de um poder sobre o estranhamento. O labirinto (de)codificado é, ele mesmo, o morto posto na escrita do vencedor, tornado citação numa história que já não é sua, em texto que se escreve a partir de outras colunas de significação que já não são as suas e que não lhe pertencem, nem se dirigem a ele. Uma escrita vencedora acompanha os passos de Teseu para fora da ilha de Creta e de volta, o leva de volta à sua mesmidade, ao lugar de onde ele nunca partiu, do qual jamais saiu: o seu mundo, a Ática. Pois a saída não é simplesmente o deslocamento de um lugar para outro; ela não acontece senão quando arrasta consigo o deslizamento, o desencontro, e se faz ferida aberta em nosso corpo a provocar rasura e desassossego. Toda saída é um caminho aberto para a diferença, para o devir, para aquilo que outramente vem, sem fim certo ou data prevista.

[54] Doutoranda em História pela UFPE / Professora do Departamento de História e Geografia da UEPB. E-mail: auricelialpereira@yahoo.com.br.

E, no entanto, na viagem de Teseu - o príncipe da Ática - o esquecimento se faz presença: a vela não é trocada e no mundo de Teseu a morte acontece, o esquecimento provoca a morte do rei Egeu. Mas também ele, o esquecimento, parece estar escrito na história do príncipe que se torna, com a morte do pai, rei. Eis os passos de Teseu em direção ao mundo que é seu. A morte do minotauro é o signo do seu próprio poder, a do pai, signo de sua autoridade.

Como Teseu, o historiador também entra no labirinto e como ele, armado de lança e vestido de mesmidade, sabe que a diferença está lá a ser decodificada, morta pelas palavras de poder que anunciam o seu lugar e que não o fazem sair dele, mesmo estando em outro lugar. O historiador é essa mesmidade que rumina verdades em meio a línguas estranhas que não lhe dizem nada, soam como ecos do seu próprio lugar: línguas a serem (de)codificadas, cortadas por sua lança, devolvidas a uma mesmidade. A história oral, essa outra face da História (?) viveu seus bons momentos de Teseu. O historiador usa a narrativa oral para apanhar a diferença em seus labirintos. Diferença a falar línguas estranhas, a se fazer o outro de um mundo que não lhe dizia nada. Mas como Teseu o historiador usa de sua autoridade e invade esse labirinto, vai ao encontro da diferença para torná-la domada, cortá-la com a lança de autoridade que ele traz desde o princípio. E como Teseu, ele sabe que o retorno é garantido, que o mundo do outro não o dominará, que o monstro da diferença em nada interferirá no seu destino de ser o que é. Nada, nem mesmo a força do estranhamento, o impedirá de usar sua autoridade e falar daquele mundo que não é o dele, mas que ele dominará completamente. E então, a tradução da outreidade se faz: entrevistas, narrativas orais tran-escritas, e a mesmidade se fará presença ali mesmo onde toda a estranheza habita; restando dela apenas os signos que embelezam e se fazem luz no campo textual do outro.

A autoridade é o lugar de verdade do historiador, é o seu fio de Ariadne que permite seu deslocamento para a diferença, seu deslocar-se para o estranhamento, para o labirinto onde o outro habita, mas no qual não se perderá. Desde o princípio a diferença, assim como o minotauro, está destinada a ser domada, a ser citação no texto do outro. Na trajetória do historiador, esse que retornará do mesmo jeito e que não sai do mesmo lugar, também nos seus passos o esquecimento se escreve, não em forma de vela, mas no próprio habitar da linguagem: o historiador em seu barco a navegar por águas que o levarão ao porto seguro esquece que, ao transcrever a fala do outro e ao colocar essa fala em forma de citação em seu texto, ela não carrega mais o significado em si mesma, o significado da fala do outro se estilhaçou no encontro, na transcrição e na citação. O esquecimento autoriza o seu lugar de autoridade, permite falar em nome

do outro como se fosse um decodificador de línguas, sem constrangimento, sem restrição. Ao operacionalizar a fala que vem de alhures e dar-lhe um lugar numa engenharia estranha de sentidos, o historiador tira dessa fala o seu *próprio* e a faz habitar num mundo que não é seu, como o animal empalhado na parede da sala do caçador. Dele só resta estilhaços, restos feitos vitória a anunciar sua morte no mesmo momento que anunciam sua presença.

Entretanto, se o reinado de Teseu não foi implodido pela dúvida, nem pelo tempo a lhe destruir as paredes do palácio, o reinado da "história oral" tornou-se confuso, expande-se demais, girando em torno de um fim. Na década de 50, um fim modesto: emergente nos Estados Unidos surge com o objetivo de coligir material para historiadores futuros. Nesse momento, como chama atenção Philippe Joutard, numa análise rápida da classificação das gerações constituintes da história oral feita por Dunaway, a "história oral" se preocupa com os notáveis da política. Embora no México, desde a metade do século, a preocupação era registrar a fala dos chefes da revolução mexicana e na Itália, já se usasse a história oral com o objetivo de reconstituir a cultura popular. Mas essa última preocupação só se torna dominante nos fins dos anos 60.

Nesse período, a pesquisa oral ganha não só um novo objeto – "povos sem história", mas também um novo estatuto: a pesquisa oral não seria mais apenas uma fonte complementar à documentação escrita, seria ela mesma uma "outra história", marcada pela preocupação de dar voz aos vencidos, aos marginais, às minorias. Naquele momento em que o grito social das minorias crescia, esse grito deveria ser registrado por essa que viria a se instituir como "história oral", num contraponto à história profissional, feita e ensinada nas Universidades. Institui-se como uma história alternativa, marcada pela certeza de que a "história oral" permitiria o acesso à verdade do povo, restituindo sua autenticidade e sua voz. A "história oral" estaria assim, resguardada da corrosão do "outro tipo de história", pois não estaria atravessada por crivos, tampouco pelo olhar dominador do mundo escriturístico.[55]

Na metade da década de 70, tem-se o que Dunaway denomina de terceira geração, que é marcada pela pesquisa oral não mais em torno de experiências individuais, mas de grupos. Continua marcante a preocupação de usar a oralidade para resgatar as classes populares. Multiplicam-se os colóquios internacionais e programas de história oral, vinculados também a museus e arquivos. Entretanto, começa-se a questionar a

[55] Sobre o trabalho, as preocupações e as ilusões desta geração, ver a belíssima discussão que o historiador Durval Muniz faz em seu artigo "As dobras do dizer: da (im)possibilidade da história oral". IN: ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. História – A arte de inventar o passado. SP: EDUSC, 2007. 229-234.

ingenuidade da época anterior em acreditar que a oralidade permitiria atingir diretamente a realidade. É essa geração que começa a questionar o conceito de "história oral" e sua pertinência, uma vez que se quebra a fronteira que separava essa história alternativa da história universitária. O termo fonte oral passa a se impor em detrimento da expressão "história oral", marcada pela idéia de que essa vinha para resolver os problemas e os silêncios deixados pela "outra história".

A quarta geração emerge na década de 90, época marcada pela valorização da subjetividade e pelos movimentos críticos pós-modernistas que Joutard não explora, como se citar a presença pós-modernista nessa geração bastasse por si só. Mas o que essa presença provoca? Que engenharia teórica permite? Joutard aponta para a aceitação do subjetivismo na pesquisa oral, presença antes silenciada pela euforia em torno da oralidade que leva se pensar a "história oral" como uma panacéia, a partir da qual todos os problemas engendrados pela "outra história" seriam por ela resolvidos.

Mas o artigo de Joutard foi produzido em 1995. Uma década e meia depois, poderíamos falar numa quinta geração? Geração não mais preocupada em implodir com o termo "história oral", pois esse já está saturado, estigmatizado. Geração não mais preocupada em reconhecer a subjetividade presente na pesquisa oral, mas dialogando com a hermenêutica e com a filosofia pós-estrutralista, nega o *lugar próprio* da oralidade. As narrativas orais tornam-se monumentos pois, tanto quanto qualquer outro documento, são atravessadas por redes desejantes e por vontade de memória, poder e saber. Sua especificidade não se localiza no fato de possuir uma autenticidade e uma maior garantia de verdade, mas na própria fugacidade da palavra. A palavra que, ao ser pronunciada, instaura vazios de silêncios, que já não vem para colar o mundo das coisas ao mundo da inteligibilidade, vem para se fazer sussurro, não vem para dizer dos acontecimentos, mas para se fazer acontecimento. O acontecimento, diz Deleuze, que não tem como sinonimia o evento. Ele vem da forma que Deleuze o agenciou dos estóicos. Traz consigo o atual e o virtual. E assim, na atualização do acontecimento, algo não se deixa atualizar, escapa da materialidade das coisas, do mundo, da linguagem e até do pensamento. Guarda uma reserva imaterial que potencializa sentidos e faz multiplicá-los ao infinito.

Dessa forma, os relatos orais têm sua especificidade, mas não por serem mais autênticos que as fontes convencionais. A monumentalização dos relatos orais passa pelo mesmo gesto de intensidade, pela mesma vontade de saber e desejo de memória (sempre indócil, crivada e sem fixidez) que atravessa e faz implodir a objetividade dos documentos

escritos. A especificidade da oralidade se dá pelo que Jorge Larrosa, numa leitura belíssima de Maria Zambrano, aciona como lugar de fugacidade da palavra.

Larrosa estabelece, a partir de Maria Zambrano, uma diferença entre a escrita e a oralidade: a escrita remonta a uma materialidade cadavérica, sem alma, o escrito está para uma solidez marmória, pétria e monumental, comparada à fluidez da palavra oral. As palavras têm vida que dar-se a ser "na voz, no hábito da voz, na alma da voz." (LARROSA, 2004, p. 38). A escrita depende, portanto, da voz do leitor (contingente e acontecente) para reviver. Nessa perspectiva há uma diferença entre uma fonte oral e uma fonte escrita que não está na monumentalização do documento, nem no lugar de poder do escrito frente ao oral. Mas na contingência e fluidez do relato. A fluidez e a contingência do escrito se dão pelo leitor e seu olhar-acontecência que se deixa afetar e co-mover diferentemente pelo texto que dar-se a ler. O relato oral não está para este "em si e por si" do escrito que se de-forma no olhar do leitor. Ele é devém: "uma palavra que não aparece na forma do que foi dito, mas na forma do que se vem dizendo, do que se dizendo vem, talvez do ainda por dizer" (LARROSA, 2004, p. 38).

A contingência do relato oral não está apenas no lugar que se dá a ouvir, como no caso do escrito, o lugar que se dá a ler. Mas no gesto que fala e na fala que gestualiza. Essa fala é o *inapropriável* certeauniano, o não-colonizável. Pois no hálito da voz, sons se anunciam sem deixarem-se colonizar. Diferentemente do escrito que obedece a uma memória escriturística e suas regras a impor um início, um meio e um fim, o relato oral, dando-se como devir é também inconcluso, deixando, como lembra Larrosa, sempre uma brecha uma falha, um desejo... Suspeições da própria palavra. Essa suspeição se expande para o ato não passível do ouvir. Na escuta, algo se perde, algo que foi dito, algo que deveria ser dito e se foi nos fluxos, nas dobras, na afetação da própria fala. Esta fugacidade que se inscreve na fala é sua própria poética, uma inventividade astuciosa, imprevista. A poética da oralidade levou Saussure a diferenciar a língua da fala. Também a lingüística estruturalista continuou a enfatizar esta diferença. Em busca do invariante, instaurou sua âncora no código escrito e deslocou a fala para as margens, o não-lugar do qual Michel de Certeau se apropria para pensar *a invenção do cotidiano*: o andar, olhar, o sentar, o falar... Lugares poéticos, instauradores de sentidos.

A palavra assim não vem para produzir o encontro hermenêutico, a decodificação da diferença. Vem, como a palavra pronunciada por Zaratustra, para cortar. Não seria a ponte que une mundos, mas a faca que corta pedaços. Não carrega consigo o significante e o significado. O estrangeiro habita a fala. A palavra não se basta, ela é escuta, é abertura, é

possibilidade. Exposta ao drama do querer dizer fica para o hermeneuta apenas a certeza de que resta um não-dito,um não-falado, algo ainda a ser dito, revisto, reconsiderado. Abrigamos o outro na palavra, diz Levinas. Por isso, não há possibilidade da pergunta pelo significado desse dizer. Na palavra, o silêncio é seu maior dito e sua única face. No dizer a ausência habita, faz morada, anunciando um outro que escapa à toda maquinaria de tradução, abrindo brechas no tempo, anunciando tempos outros, tempos de outras vidas, vidas de outras horas.

A palavra é sempre des-apresentação, estranhamento. Estranha palavra que não se deixa nua à luz do dia, mas mergulha, como diria Blanchot, em um dizer que se faz noite. E sendo assim, talvez o historiador em seu labirinto dele já não possa escapar. O fio de Ariadne já não leva ao início, à tranqüilizadora origem; e o historiador agora perdido no labirinto não tem sua imagem devolvida, não é ele mais o espelho a partir do qual sempre se reconhece. O estrangeiro passa a habitar nele mesmo, querendo desesperadamente fugir daquele "outramente que ser" do qual fala Lévinas. O dizer que o historiador escuta se distancia dos tempos dourados da "história oral", torna-se fugidio, provoca a des- situação do sujeito, esse si que não mais se identifica consigo ao perder seu lugar de tradutor de línguas estranhas. Estranhas línguas que acionam temporalidades desconhecidas, inatingíveis.

É, pois, nesse espaço aberto ao infinito e fechado à compreensão que o hermeneuta em seu labirinto encontra seu Francisco, mas não se encontra com ele. Seu Francisco, morador de rua, não se explica pelos tradicionais clichês sociológicos e econômicos (expropriação do capitalismo selvagem, por exemplo). *Por que ele estava na rua? "Eu fico aqui porque Bernadete vem me buscar."* Seu Francisco espera Bernadete. Sua espera faz do seu tempo uma presentidade, aquilo que não habita apenas um espaço temporal liso, sem estrias, pois seu Francisco se inscreve não apenas no presente. Sua espera por Bernadete articula, um sido (passado), um sendo (presente) e um porvir-sendo (futuro). Desmontando as cristalizações temporais do historiador, sua espera é a própria *inquietação do ser-dasein.* É essa inquietação da qual falava Heidegger que dispensa a temporalidade vulgar e instaura o que ele vem a chamar de intratemporalidade. Uma temporalidade que não se separa do *dasein* e que impossibilita a pureza da oralidade. Impossibilitando, na mesma medida, se pensar a palavra como meio a partir do qual a compreensão se faz acontecer.

O historiador pode, com o seu aparato tecnológico, reter a fala de seu Francisco e fossilizá-la em um arquivo, mas dela não reterá mais nada senão a sua fugacidade. A narrativa de seu Francisco é uma constante recusa da estabilidade do significado. Em sua fala, o seu todo narrativo é um lugar de anti-catálise e de constante denegação do informante. Sua

fala não vem, como a catálise de Barthes, para preencher uma lacuna, fechar uma brecha. Não vem para informar. Sua narrativa, parafraseando Deleuze, é um Egito que se faz ser em palavras, em signos... Signos de silêncio, de lugares mudos, habitados por histórias que não se dão a ler totalmente... Hieróglifos escondidos em alhures: *Onde está Bernadete seu Francisco? "Bernadete está na lister".*

O signo, diz Deleuze, "é o objeto de um encontro, é a contingência do encontro daquilo que lhe faz pensar" (DELEUZE, 2006, p. 81). Entretanto se pensar, como anuncia o filósofo, é traduzir um signo, decifrar; se não há significações explícitas, idéias claras, se "só existem sentidos implicados nos signos" (DELEUZE, 2006, p. 81) e se a verdade não se dá a ler e a ver, tampouco é comunicada, os signos emitidos por seu Francisco, devido à fragilidade dos informantes e das catálises preenchedoras de lacunas tornam, ele mesmo, um enigma, assim como o seu corpo. Sua fala não esclarece... Como o ser amado proustiano, apenas deixa pistas, vestígios de um mundo habitado, mas inalcançável para o historiador em seu labirinto. Sua fala provoca, desperta os sentidos, aciona a curiosidade: Se *"Bernadete está na lister",* Quem é *Bernadete*? O que é a *lister*?

A fala de seu Francisco está muito distante dos sonhos dourados daquelas gerações da "história oral" que acreditam poder recuperar, a partir da oralidade, a verdade dos excluídos, dos silenciados. Em sua fala, assim como nos signos proustianos, tudo é implicado, complicado. Aí, "tudo existe nessas zonas obscuras que penetramos como em criptas para decifrar hieróglifos e lugares secretos." (DELEUZE, 2006, p. 86) Se a primeira fala – *"Eu fico aqui porque Bernadete vem me buscar"* – levou à pergunta seguinte – "Quem é Bernadete?" – a resposta – *"Bernadete está na lister"* – não decifrou o enigma e deixou o hermeneuta mais distante de Champollion e sua vitória sobre os hieróglifos. Se os signos, como nos diz Deleuze, são impressões que forçam o olhar, encontros que nos forçam a interpretar, os signos emitidos por Seu Francisco aproximam-se dos signos amorosos proustianos que "exprimem o mundo desconhecido que nos excluem" (DELEUZE, 2006, p. 08). Mas diferenciam-se deles e tornam-se signos raros porque não se dirigem a nós, não nos são dedicados, como os gestos amados que, mesmo carregados de mundos desconhecidos e de portas fechadas, emitem-nos ao mesmo tempo signos de preferência. Aquela *terra incógnita* do herói proustiano o leva, mesmo em sua estranheza, a uma possível interpretação, se faz anunciar por algum signo conhecido ou previsível como os signos do amor: um sorriso, um olhar comovente, um esperado e gasto eu te amo, o ciúme, a perda, a dor, a queda do paraíso. Entretanto os signos emitidos por seu Francisco são signos carregadamente cardinais, cifrados no tempo.

Toda verdade é verdade do tempo, diz Deleuze. Mas até mesmo

ele, o tempo, na narrativa anti-catálise de seu Francisco, é um enigma, uma incógnita que se volatiliza numa intratemporalidade curiosamente singular:

> *Qual foi o ano? O ano... eu não me lembro qual foi o ano que eu estava. Que ano é? Eu nasci em 1939... foi. Foi aí. Então um dia, né? Ela [Bernadete] chegou com o pai Nelson, e eu estava aqui. Vivia em muito canto. Eu não me lembro qual foi o ano que eu estava. Eu fico aqui agora porque eu sou exclusivo na lister de Bernadete e a lister é exclusiva dos céus.*[56]

Outras *terras incógnitas*. Quem é o *pai Nelson?* Como Bernadete e o pai Nelson chegaram? Por que ele é exclusivo na *lister*? Por que *a lister é exclusiva dos céus?* A relação entre sua exclusividade e a exclusividade dos céus se perde em fios de silêncio e em um olhar tranqüilo e sereno que levaria o herói proustiano ao abismo do ciúme e da ansiedade por não poder possuir a estranheza e colonizar o desconhecido. Seu Francisco não se deixa colonizar, pois sua colonização é o domínio sobre o tempo, como diria Michel de Certeau. O tempo em seu Francisco é dispersão. Dele nada se retém senão os efeitos de suas quebras.

O tempo em seu Francisco não organiza para o hermeneuta nenhum sentido. É, ele mesmo, sentido cifrado e por isso, o referencial de tempo do historiador não o acolhe na sua diferença, nem mesmo e tampouco nos melhores sonhos hermenêuticos. Pertencemos às coisas ditas, e as coisas ditas estão imersas no tempo. Talvez por isso, tenha afirmado Deleuze que o tempo é sempre necessário para a interpretação de um signo. O outro do hermeneuta só se dá a ler, a compreender e a traduzir-se no tempo. Mas o postulado hermenêutico esbarra na poésis de seu Francisco, e dela não se sai senão rasgado, co-movido.

Não há uma defasagem temporal clássica entre o hermeneuta e seu Francisco. Nas lições repetidas pelo historiador os dois são, por assim dizer, personagens do presente. Mas uma defasagem temporal ainda maior se instaura: o *agora* de seu Francisco o separa do hermeneuta como um túnel do tempo se esse fosse um túnel e não um espiral. O *agora* presente na sua fala não é um marcador temporal abstrato, liso; é estriado, atravessado por linhas de inquietação que dizem respeito à sua existência e, portanto, à sua presentidade. O agora existencial, como nos chama atenção Paul Ricoeur, diferencia-se do agora abstrato na medida em que aquele é determinado pelo tempo da *preocupação*, o presente da inquietação do *dasein* que é, por sua vez, inseparável de um esperar (relação com um por-vir) e de um reter (relação com um ser-sido), ou

[56] Francisco, pedinte da Rua Marquês do Herval. Entrevista concedida em junho de 2007.

seja, o agora existencial só é possível numa temporalidade que é própria do *dasein*. Como, pois, enquadrar sua fala em uma moldura linear? A linha que separa o passado (ser-sido) do presente (ser-sendo) e do futuro (por-vir) é tão tênue na fala de seu Francisco que se estilhaça, fundando a intratemporalidade heideggeriana, denunciando esse rasgo no tempo que é o *dasein*.

O tempo se constitui assim, no discurso de seu Francisco em mais um signo a ser interpretado, não é mais a moldura a partir da qual seu Francisco dar-se a ler. Mas... Então uma fagulha de esperança se instaura no olhar do hermeneuta: os signos, assim como os signos do amor proustiano, são, como diria Deleuze, vestígios... Divinos vestígios, ilegíveis vestígios. Mas como também diria ele: ilegíveis, mas não inexplicáveis ou sem interpretação. Fagulha que arde e logo se queima na fala cardinal de seu Francisco: *"Os anos... Eita! os anos passam voando, voa que a gente nem vê num é?!Quantos anos eu tenho? Eu sei que eu nasci em 1939. Faça as conta prá mim, a senhora faz a conta?"*

"Sessenta e oito anos, é? Sessenta e oito anos. É... Sessenta e oito anos." Seu Francisco parecia conversar com ele mesmo. Mesmo assim uma ponte se instaura entre seu Francisco e o hermeneuta... Afinal sua exclamação não se faz estrangeira no seu mundo. Mas a ponte logo se quebra: *"Anos. Quem precisa de anos? Eu arrumo tudo aqui na calçada. Roubaram o saco que botava o cobertor e minhas coisas. Foi. Levaram de noite."* "E o senhor ficou chateado, triste, com raiva?" Insiste o hermeneuta, tentando (de) codificá-lo numa língua conhecida, na sua língua. Mas seu Francisco faz-se dobra: *"Eu? Eu sou feliz porque a lister não é de um dia, é de todos os dias"*. "Ah, seu Francisco o que é a lister?!" Insiste já desesperado o hermeneuta, vendo seu outro escapar-lhe exatamente pelas palavras, antes domínio seu; vendo seu gravador gravar a fala de seu Francisco, mas na mesma operação toda esperança de compreensão se evaporar. A escrita que doma corpos, que coloniza a estranheza e faz falar o corpo que se cala, como diria aquele historiador das artes do cotidiano, não encontra passagem segura nos signos emitidos por seu Francisco. Signos raros, indomáveis, incolonizáveis, corpo que não se deixa possuir, página que não se deixa escrever. Estranheza que se produz numa operação anti-catalisadora, intratemporal e intramundana que faz daquele "filho de Caim", para o hermeneuta já cansado de suas dobras, uma linguagem intolerável e que nem mesmo o mais otimista historiador oral poderia capturar sua autenticidade, sua verdade, sequer seu sentido mais epidérmico, mais superficial.

Quem é, pois, aquele a quem o historiador interroga? Quem é esse que tem sua fala aprisionada no gravador do hermeneuta? Não é um ente, esse objeto quantificável, codificável e explicável da ciência. Seu

lugar de sujeito é atravessado pelo *dasein* heideggeriano. Seu tempo é um tempo dessubstancializado, por isso a noção de *intratemporalidade* de Heidegger, resgatada por Paul Ricoeur, é mais conveniente do que a de temporalidade. A *intratemporalidade* não implica em uma noção de tempo linear, que lhe daria consistência. A intratemporalidade dessubstancializa o tempo, uma vez que a unidade daquilo que Ricoeur denomina os três êxtases temporais (presente, passado e futuro) é eclodida, volatilizada. É a preocupação que determina o próprio sentido do tempo, a *inquietação* do *dasein:* seu Francisco e sua *espera* por Bernadete. Assim, o tempo não seria este ente com o qual o sujeito estaria em relação. É a inquietação existencial e não o abstrato que com-forma a *intratemporalidade* do dasein.

O tempo de seu Francisco move-se e organiza-se a partir da *intratemporalidade* que se articula numa espera – a espera de Bernadete - espera que não é vir-a-ser, um futuro em espera, mas um devir-sendo, pois co-move no presente, co-move o sujeito enquanto *presentidade.* "Presentidade quer dizer: o que constantemente concerne ao homem, que o atinge e que oferece morada" (DUBOIS, 2004, p. 39) Diz Ricoeur: "A condição de ser lançado entre as coisas tende a tornar descrição de nossa temporalidade dependente da descrição das coisas de nossa inquietação" (RICOEUR. 2006, p. 99).

Assim, no diálogo com seu Francisco, esse tempo linear e ôntico, essa experiência primeira, esse tapete sobre o qual se escreve as letras do historiador não disponibiliza lugares de compreensão, mas apenas de fechamento. Tempo que fecha o ser. Talvez por isso, o hermeneuta e o mendigo não se encontrem e a "história oral" tenha perdido seu estatuto. Se o presente é uma sucessão de agoras, a *presentidade* do *dasein* se apresenta como o lugar do (im)possível, na medida em que não traz consigo o sentido organizado nem o acolhimento da compreensão. Presentidade seria esse lugar temporal criado em oposição à noção de presente, na medida em que a idéia de presente parece carregar consigo uma autonomia com relação ao passado e ao futuro. Presentidade seria o contrário, pois é esse arranjo temporal de existência que articula ser-sido, ser-sendo e ser por-vir. Diferente do presente, ela não traz a transparência do lugar temporal, mas a confusão, a mistura dos tempos que não podem mais ser separados. O ser-sido habita a presentidade da mesma forma que o ser-por-vir. Não se constituem com um passado que foi e um futuro que virá, mas como marcas temporais que rasgam, intensificam e tensionam o presente. Assim, o tempo seria esse desdobrar-se para a própria presença, portanto para o ser. Essa presença implica um ser-sido, um porvir e um presente. O ausente, aquilo já não é mais, não se escreve na fala apenas como um passado, mas retorna como presença

como um ser-sido, que, portanto, inquieta, incomoda, faz vibrar. Assim, as lembranças do passado, tendo ausente o seu referente no presente, não chegam a esse tempo como coisas que foram, mas como um ser que tendo sido, afeta e faz dobras no presente, se constituindo em mais corredores que aprisionam o historiador no labirinto e o distanciam de Teseu e sua glória sobre o outro. Da mesma forma, o por-vir não se dá a ler apenas como futuro, mas como uma abertura, uma retenção e uma reserva do e para o presente. A vinda de Bernadete para seu Francisco é um por-vir retido no pressente a partir da espera que o inquieta e portanto o faz ser.

Dessa forma, ao trabalhar com a oralidade o historiador não está diante de uma possibilidade de transparência. As dobras, as intramundanidades e intratemporalidades próprias do *dasein* que vive seu mundo e seu tempo de forma singular se fazem estrangeiras e não se deixam capturar. O *dasein* seria aquilo que Dubois denomina de "rasgo do tempo". Seria esse ser-no-tempo, um ser que não é senão como modalidade temporal, modalidade que não é, mas se faz ser enquanto modalização, enquanto diversidade. "O dasein vem a si mesmo a cada vez a partir de certa relação entre êxtases temporais" (DUBOIS, 2004, p.39) Não é simplesmente aquele que está inscrito num tempo, e é por ele tocado. O *dasein* une o tempo no seu despedaçamento, diria Dubois. O ser do *dasein* é sempre esse poder ser, um possível no qual ele se mantém. Seria esse conceito que remete à mundanidade heideggeriana do mundo, que impõe um significar sempre vivo, uma totalidade aberta de significação e que impede o historiador de ter acesso direto ao mundo do outro, e nesse acesso decodificá-lo.

O ser-no-mundo é essa abertura que se escreve como uma *estrutura existida,* ou seja, não é uma abertura abstrata, mas se dá a ser sempre numa existência. Existência que se faz porta fechada para o hermeneuta que dela pode fossilizar os sons, linguagens presas no gravador, mas nunca compreender seu sentido. È essa existência que diferencia o *agora existencial* do agora vulgar, segundo Paul Ricoeur. O *agora existencial* é determinado pelo presente da preocupação. Dizer agora retém uma significação existencial. Por isso, a presentidade do outro a quem o historiador entrevista se inscreve em páginas de existências paralelas ao mundo dos signos do hermeneuta e seu gravador. E por isso, a impossibilidade do seu retorno triunfal do mundo do outro e sua vitória sobre o labirinto. Se o Teseu da mitologia faz do labirinto e da estranheza que nele habita passagem para sua glória, o Teseu da história vive com ele a sua morte e a denegação do seu lugar, e sem ter nada mais a dizer finge ter dito tudo com um conveniente e (in)conclusivo ponto final.

***

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. As Dobras do Dizer: da (im)possibilidade da história oral. In:_____História - A arte de inventar o passado. SP: EDUSC, 2007, p. 229-234.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____, Michel de. A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles. Conversações. RJ: Editora 34, 1992.

_____, Gilles. A Dobra - Leibniz e o barroco. Campinas: Papirus, 1991.

_____, Gilles. Proust e os Signos: RJ: Forense Universitária, 2006.

DOSSE, François. A História à prova do tempo - da história em migalhas ao resgate do sentido São Paulo: UNESP, 2001.

DUBOIS, Christian. Heidegger - Uma Introdução. RJ: Zahar, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (Orgs). Usos & abusos da História Oral. RJ: Ed. FGV, 1996.

GALANDI, Alberto. Deleuze. SP: Estação liberdade, 2003.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. RJ: Guanabara/Koogan, 1989.

HEIDEGGER, M. Ser e Tempo. 2 vol. RJ: Vozes, 2002.

JENKINS, Keith. A História Repensada. SP: Contexto, 2001.

LARROSA, Jorge. Linguagem e Educação depois de Babel: Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____, Jorge. Linguagem e Educação depois de Babel. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____, Jorge. Tecnologias do Eu. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) Os Sujeitos da Educação: Os estudos Foucaultianos. RJ: Vozes: 2001.

PESAVENTO, Sandra J. Uma Outra Cidade: O mundo dos Excluídos no final do século XIX. SP: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____, Sandra J. Fronteiras do Milênio. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRSG, 2001.

RAJCHAMAN, John. FOUCAULT: A liberdade da filosofia. RJ: Ed. Jorge Zahar, 1985.

RANCIÉRE, Jacques. Os Nomes da História: Um Ensaio da Poética do Saber. SP: EDUC/Pontes, 1994.

REIS, José Carlo. História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. RJ: Ed. FDV, 2003.

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. SP: Papirus, 2006.

TÉTART, Philippe e CHAUVEAU, Agnes. (orgs.) Questões para a história do presente. SP: EDUSC, 1999.

VEYNE, Paul. O Inventário das Diferenças. Lisboa: Gradiva, 1990

_____, Paul. Como se escreve a história: Foucault revoluciona a escrita da história. 4ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

A CIDADE E AS MEMÓRIAS REVISITADAS: OU DE COMO AS MEMÓRIAS (RE)INVENTAM CIDADES

Antonio Clarindo Barbosa de Souza[57]

1 – DE COMO AS MEMÓRIAS (RE)INVENTAM LUGARES

Ao se aproximar o aniversário da cidade de Campina Grande, em 11 de outubro de 2009, fui convidado para dar uma entrevista sobre a História da cidade onde resido e trabalho há 17 anos. Preocupei-me em preparar uma fala condizente com o pouco tempo que o meio midiático TV me ofereceria, pois mesmo gravando uma fala de 20 ou 30 minutos, sabemos que o que vai ao ar, são apenas alguns segundos ou no máximo cinco minutos. Mas o importante deste processo de preparar-me para o depoimento, foi a preocupação que tive em procurar nas minhas memórias algo que pudesse dizer sobre a cidade e suas histórias que fosse condizente com os discursos estabelecidos sobre ela em textos dos memorialistas, dos historiadores locais, dos órgãos de imprensa escritos e mesmo no falar do homem comum. Muní-me de alguns livros já clássicos sobre as datas marcantes da cidade e de outros, ainda não tão clássicos, que apontam para outras leituras possíveis sobre a história da Rainha da Borborema.[58]

Todavia, me peguei lembrando o que já havia lido sobre a cidade e mesmo sobre o que eu, a partir de minhas pesquisas sobre aquele espaço urbano[59], já havia escrito e sedimentado enquanto uma memória, não necessária ou exclusivamente verdadeira do mesmo. No dia da entrevista, dialoguei com o repórter, gravamos a matéria e a mesma foi

---

[57] Prof. dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (mestrado) em História da UFCG

[58] Com referência aos mais clássicos, consultei ALMEIDA, Elpídio de. História de Campina Grande. 2ª edição; João Pessoa; Editora Universitária/UFPB, 1978; CÂMARA, Epaminondas – Datas Campinenses – Campina Grande; Edições Caravela; 1998 e para os autores que traçaram outras diretrizes baseados em novos aportes teóricos consultei AGRA DO Ó, Alarcon – Da cidade de pedra à cidade de papel; Campina Grande; EDUFCG; 2006 e AGRA, Giscard Farias – A Urbs doente e medicada: a higiene na construção de Campina Grande, 1877 a 1935; Campina Grande; Gráfica Marcone, 2006 e SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de – Territórios de Confronto – Campina Grande (1920-1945); Campina Grande; EDUFCG; 2007.

[59] SOUSA, Antonio Clarindo B. - Lazeres permitidos, prazeres proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965); Recife; UFPE – Tese de doutorado; 2002.

apresentada quatro dias depois. Confesso que não assisti, em virtude da incompatibilidade de horários. Mesmo assim, vários alunos, alunas, amigos e amigas vieram me falar que a matéria tinha ficado muito boa, que eu havia explorado muito bem a questão da decadência dos cinemas campinenses a partir dos anos 80 e a inovação, tanto técnica quanto artística, que fora a construção do teatro Severino Cabral nos anos 60, como um mais um marco da modernização e da cultura campinenses.

Fiquei feliz com os comentários. Mas fiquei sempre com uma preocupação (ou com uma pulga atrás da orelha – como se diz). Por que as pessoas estavam concordando tão perfeitamente comigo, com minhas observações, palavras baseadas em leituras, pesquisas e observações? Por que elas não problematizaram coisas do tipo: por que você, professor, escolheu estes dois equipamentos de lazer – uma sala de cinema e uma sala de espetáculos teatrais – para construir seus dizeres sobre a cidade? Por que entrar por esta via e não por outras, como a economia ou a política da cidade nestas vésperas de aniversário? Fiquei a pensar sobre tudo isto, entre uma ida e outra à Universidade. E então, no dia seguinte vi na TV, em outra emissora, uma colega historiadora dando o seu depoimento sobre a cidade. E o contraste com minha fala foi tão gritante que não pude deixar de refletir sobre a pertinência de colocar neste texto que estava sendo pensado havia mais de quatro meses, como as memórias (re)inventam as cidades.

O depoimento, devidamente editado, da colega historiadora, descendente de nobre família campinense e que já formou vários alunos, inclusive historiadores, em colégios e universidades da cidade, apontava não só para outros aspectos como para outros lugares de memórias que passaram ao largo da minha apresentação. Ao fazer referência à produção algodoeira dos anos 30, 40 e 50 do século passado, a colega apontava para a o fato da cidade de Campina Grande, vir paulatinamente apagando a sua memória e clamava pela necessidade desta, manter, por exemplo, nomes de ruas tais quais eles eram antigamente. Defendia que a rua onde houvera a maior concentração de comercialização de algodão tivesse mantido este nome, rua do Algodão, e não ter seu nome mudado para Marquês do Herval pois, segundo ela, era imprescindível que esta marca da economia da cidade ficasse indelevelmente registrada na memória dos jovens campinenses para que eles soubessem, através de tão expressiva nomenclatura das ruas, da pujança econômica que a cidade havia desfrutado, principalmente naquelas décadas.

Os lugares de memória[60] que ela acionou eram/foram bem diversos dos meus. Ao invés de apontar para lugares que foram construídos

[60] Sobre os lugares de memória ver: NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares in: **Projeto História**: São Paulo, SP, 1981.

nas décadas que ela mesmo julgou como de importante crescimento econômico, remeteu-se à três prédios que ela julgava serem os únicos dignos de figurar como patrimônio histórico de Campina Grande, a saber: A antiga cadeia pública (atual e, sintomaticamente, transformado em Museu da cidade); o antigo Grupo Escolar Solon de Lucena (atual Museu Assis Chateubriand da UEPB) e a Catedral Metropolitana da cidade.

Além de serem os prédios mais antigos da cidade, no sentido que estão formatados em um estilo neo-colonial, tais prédios remetem a uma época em que dois grupos das elites[61] se digladiavam na cidade pela manutenção do poder político e pouco havia de democracia participativa dos demais campinenses. Também é interessante notar que os edifícios ressaltados por ela são prédios que poderiam ser identificados com discursos da ordem: seja estatal (cadeia pública), seja religiosa (catedral), seja educacional (primeiro grupo escolar e hoje Museu da Universidade Estadual). Ligadas à ordem ou a discursos que pretendiam diagnosticar e disciplinar os homens, pela fé, pela educação/instrução ou pela coerção, tais construções agora serviriam para indicar que Campina *teve história*.

Aqui seria o caso de fazer uma pausa e perguntar se todas as pessoas que passaram por estes espaços, lembrariam ou os manteriam como lugares de memória, pois os religiosos e os letrados poderiam até recordar de suas boas e sagradas horas passadas nos bancos escolares ou do templo, mas certamente quem sofreu a prisão ou as agruras de uma detenção talvez preferisse esquecer tais lugares.

Mas voltando ao assunto que nos trouxe até aqui, fiquei novamente a meditar sobre o fato de que os espaços escolhidos por ela para ancorar suas memórias fossem de uma época representada como de fausto e glória para Campina Grande, e que ela não viveu, mas que foram sendo construídos por um conjunto de discursos imagéticos discursivos, que hoje se tornaram quase que indiscutíveis na (e sobre a) cidade. O ponto de partida de seu discurso memorialístico e historiográfico, não são apenas as suas próprias memórias de vida, como criança, jovem e adulta que viveu na cidade entre os anos de 1940 e a atualidade, mas sim um aglomerado do que poderíamos chamar de clichés que apontam para a necessidade de, a cada ano, quando das comemorações do aniversário da cidade, reforçarmos este vínculo com um passado supostamente grandioso, desenvolvido e progressista da urbe planaltina.

Por outro lado, temos que pensar o local de fala da colega historiadora. Como membro de uma família tradicional de Campina Grande e, consequentemente, da Paraíba, ela busca firmar suas reminiscências e apoiar outras em marcos que dizem que seus antepassados ajudaram

[61] Sobre este aspecto consultar GURJÃO, Eliete de Queiroz. In: **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**; Campina Grande; PMCG; 2000.

a construir esta pujança. Já eu, forasteiro, como eles chamam aqui, e corajoso por ter a ousadia de escrever sobre Campina Grande – como disse-me ela há alguns anos atrás quando participamos de uma mesa redonda sobre a história da cidade – busquei identificar em minha fala, lugares ainda não ditos para os campinenses, de uma memória que construí a partir de minhas pesquisas em outras fontes. Como não sou da cidade, não me senti obrigado a pensar nos mesmos lugares de memória e nem no fortalecimento de um discurso includente, em que todos os campinenses, de forma indiferenciada e pluriclassista, se apresentassem como portadores destas memórias.

Tentei exatamente o contrário, apontar para lugares específicos. Para o bairro do São José, subúrbio muito próximo do centro, mas com uma vida cultural própria entre os anos de 1945 e 1965 (enfoque de minha pesquisa). Indiquei também a construção do teatro Severino Cabral como local pensado para ser um espaço includente - até por não haver até 1963 uma casa de espetáculos exclusiva para as atividades de teatro, dança e música na cidade, - mas que, ao mesmo tempo, era ou se formou de maneira extremamente excludente, uma vez que a intenção de seus primeiros diretores era exatamente oferecer aos espectadores balé clássico, música e encenações eruditas, atividades que não figuravam entre as atrações preferidas de inúmeros segmentos sociais da cidade.

Ao indicar estes lugares como dissonantes ou como portadores de diferenciações sociais (cinema de bairro/teatro para todos) pretendi indicar que aquilo que se constitui como memórias a serem guardadas por uns podem não significar espaços afetivos para outros. Aqui se processa aquilo que poderíamos chamar de transformação do espaço em lugar[62], comportando este último necessariamente uma relação de afeição, um gosto, um desejo de estar com. Onde as memórias se apegam porque ficam indelevelmente impregnadas não apenas na mente, mas na pele e nos sentidos de quem os frequentou.

A já clássica diferenciação entre Memória e História proposta por Pierre Nora, nos aponta para a questão da afetividade como determinante desta separação. Afirma ele:

> *Porque afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais, flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque*

[62] Sobre o processo de transformação de ESPAÇO em LUGAR ver SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo, Nobel, 1985, p. 6. Na qual ele afirma que: *"...por força de variáveis localizadas, determinado espaço se concretiza e adquire a especificidade de lugar, ou seja, um espaço se transforma em lugar sob o impacto funcional do meio ecológico (complexos ecológicos), das firmas (que produzem bens, serviços e idéias), das instituições (que criam norma, ordens e legislações), das infra-estruturas (que constituem a expressão material e local do trabalho humano) e dos homens que correspondem à força de trabalho capaz de modificar um espaço em lugar."*

> *operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica" (NORA, 1981, p. 9).*

A colega, muito provavelmente, frequentou os lugares que recupera. Eu frequentei os lugares de papel que as fontes me ofereceram. São, portanto, dois tipos de memórias construídas em torno da cidade e que tem outros desdobramentos quando somos chamados a nos pronunciar sobre ela.

Como ainda nos lembra Pierre Nora, mestre de todos nós que nos preocupamos com a memória e com os seus usos:

> *Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é sempre reconstituição problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1981, p. 9).*

Desta maneira, as memórias ou as memórias informacionais dos historiadores não podem ser as únicas possíveis ou autorizadas a se pronunciar sobre assuntos da lembrança. Temos que nos perguntar como as pessoas que não realizam esta operação intelectual, delimitada por um método, encaram esta construção memorialística sobre a vida na cidade.

II - DE COMO AS PESSOAS QUE NÃO SÃO HISTORIADORAS CONSTROEM SUAS MEMÓRIAS

É lugar comum afirmar que as memórias são construídas e reconstruídas incessantemente pelos diversos atores sociais que vivenciaram as transformações urbanas nas cidades, neste caso específico Campina Grande. Todavia, esta vivência pode ancorar-se também na memória de outros, como uma espécie de memória coletiva legada. Neste sentido, a saudosa professora Sandra Jatahy Pesavento conceitualizava a cidade como um lugar em que estas memórias e outras representações culturais poderiam sempre atribuir sentidos que nós historiadores do sensível só poderemos perceber por um processo que ela chamou de tradução, ou seja, nunca mais poderemos sentir o que as pessoas que viveram outro tempo e lugar sentiram ao frequentá-los. Podemos apenas

tentar entender que sentidos eles atribuíam aos mesmos. Assim sendo, a cidade pode ser percebida como: "Uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como é um tecido de relações, mas o que mais importa, na produção do seu imaginário social, é a atribuição de sentido, que lhe é dado de forma individual e coletiva pelos indivíduos que nela habitam." (PESAVENTO, 2000, p. 32).

Esta materialidade pode comportar-se como um quebra cabeça em que as diferentes partes do traçado urbano vão sendo compostas pelas lembranças, memórias e recordações dos diferentes sujeitos-personagens de outros tantos quebra-cabeças que são as histórias vividas nestas cidades. Todavia, memórias consolidadas podem até servir para montar um puzzle de pequenas dimensões, ou parte dele, mas o grande mosaico que é formado por diferentes representações dos mais variados tipos de pessoas, é quase sempre impossível de terminarmos, como um daqueles "rompe-testa" de 1000 peças, nos quais temos que trabalhar em várias ocasiões.

Em sua brilhante análise sobre a história, a memória e o esquecimento, Paul Ricouer, nos traz à lembrança a obra de Aristóteles intitulada *De Memoria et reminiscentia*, na qual o estagirita tenta distinguir a persistência da lembrança em relação à sua recordação. A simples presença no espírito, que seria a evocação, distingue-se da recordação que seria uma busca pelas imagens ou lembranças. Aristóteles nos faz perceber que lembramos do que queremos e marcamos como únicas as lembranças que compartilhamos, por afeto[63], com outros seres. "A memória, nesse sentido particular, é caracterizada inicialmente como afecção (pathos), o que a distingue precisamente da recordação". (RICOEUR, 2007, p. 35).

Desta forma, e assim fugindo do debate e do embate entre as duas concepções de história e de memória que geraram as perguntas iniciais deste texto, busco pensar como as pessoas, ditas comuns, relatariam suas memórias sobre a cidade e como através destes relatos orais de memória, elas acionam certos valores, crenças, mitos e representações que se constituem no eixo principal de discussão de uma história cultural do urbano.

Se perguntássemos a uma pessoa comum sobre o que ela ressaltaria da história de Campina Grande, talvez suas lembranças se projetassem para certos momentos diversionais da vida da cidade, sem necessariamente se prender à existência de classes sociais, grupos políticos ou níveis sócio-econômicos. Assim, quando perguntado sobre como ocorriam os Carnavais em Campina Grande, os lugares redesenhados e os territórios percorridos por um ex-brincante dos festejos mominos são outros, diferenciados daqueles ligados à ordem.

[63] O termo afeto aqui está proposto com os dois sentidos que a palavra comporta. Como afetividade, um modo de gostar e como afecção, pathos, doença, que nos toca e gera sintomas.

Nós tivemos também o GRESSE (Grêmio dos Sub-tenentes e Sargentos do Exército) onde hoje é o bairro...depois do CPUC...onde funcionou até bem pouco tempo o colégio Objetivo. Ali funcionava o GRESSE. Ali ocorreram os grandes carnavais, as grandes soirées e matinées dançantes. Os carnavais da época aconteciam ali de uma forma muito intensa, como também aconteciam no Ypiranga, no Campinense...
Na praça da Bandeira. ...eu participava de um bloco de carnaval que quando nós saíamos no último dia de carnaval, nós nos dirigíamos para a Praça da Bandeira, ali em frente ao correio e havia uma fonte com uma samaritana ao lado e ali nós íamos tomar banho, ali naquela fonte. Dava um problema porque a polícia chegava...."[64]
(Grifos nossos).

Este depoimento saudoso, como vários outros elencados a partir de outras entrevistas que subsidiaram a nossa tese, nos dão mais ou menos um panorama de alguns momentos do carnaval de rua em Campina Grande (décadas de 60 e 70). Mas as lembranças deste depoente navegam entre os espaços fechados e que oportunizavam certas práticas permitidas e os espaços da rua e das praças, nos quais algumas ações desviantes poderiam ocorrer, naqueles dias de inversão carnavalesca. Apesar das memórias ditas oficiais sempre se pautarem por apresentar lugares e práticas da ordem, alguns memoriosos nos deixam entrever que apesar dos espaços, as pessoas e as práticas serem alvo de seguidas tentativas de disciplinamento e normatização, as pessoas mais simples resistiam a isto e sempre encontravam uma forma de reinventar[65] tais lugares.

Numa análise sobre como as memórias e os relatos orais de memória tentam reconstruir a história, as formas como os vários setores da sociedade se apropriavam do presente e do passado da cidade nos interessa, para tentar compreender também como uma comunidade inteira não sucumbe ao poder microfísico que pode ser detectado em todas as instituições e relações sociais.[66] O que nos interessa saber é "... que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos das disciplinas e não se conformam com elas a não ser para alterá-las".[67]

Se nos detivéssemos a perguntar sobre as zonas proibidas e soturnas da noite campinense, veríamos que o que alguns consideravam

[64] Depoimento do Sr. João Dantas, concedido ao autor no dia 04.02.2000.

[65] Sobre a reinvenção dos lugares e dos espaços ver: CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: Artes de fazer – Tomo I; Petrópolis/RJ: Vozes, 1994, p. 38.

[66] FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. e O'BRIEN Patricia. "A história cultural de Michel Foucault" in: HUNT Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 (Coleção o Homem e a História); p. 34-35.

[67] Michel de Certeau. Op. Cit., p. 41.

como o único mundo possível – o mundo do trabalho – era recomposto, recolocado, redefinido pelos boêmios. Assim, os lugares de memória de um boêmio não seriam, com certeza, os prédios públicos, nem a Igreja, nem a Cadeia, nem os clubes carnavalescos privados, mas sim, espaços onde ele teve outras experiências sensíveis que tornaram-se, inclusive, memórias da pele.

> *Aí veio o auge mesmo: 59, 60, foi antes Baiana, não foi antes...A Moreninha foi em 1958 o auge...Em 58 em tinha 18 para 19 anos... Então tinha a Moreninha que era na rua Demóstenes Barbosa que a denominação antiga era rua das Boninas, porque ali antes das Boninas era o Cemitério de Campina, deu lugar àquela fabrica de Marcos de Almeida. .. Então, com o surgimento de Moreninha... mas antes de Moreninha já existia o de Zefa Tiburtino(sic), ...mas era modesto. Vizinho ao de Zefa era o de Juju e em frente o de Juju era o tradicional Moreninha que era de Geni. Então Geni mais um pouquinho a frente, à esquerda, montou um cabaré, logicamente que ela não tinha as mesmas condições da irmã, era um cabaré mais modesto...mais modesto que o anterior. Ah! O de Iraci era de luxo. O de Iraci era onde é hoje aquela movelaria. Não tem a agência do Paraiban na entrada das Boninas? O cabaré era em cima e os quartos para relações sexuais eram no térreo. E na mesma Bonina ainda tinha o de Lurdes, aí parava. Ia para aquela rua Bartolomeu de Gusmão que sai para a João Pessoa.*
> *(Já) O Cabaré de Zé Garçon ficava no terceiro andar do edifício Sibral, de propriedade de Severino Cabral, o pé de chumbo. Para alcançar a diversão, à nossa frente, íngreme, quarenta e quatro degraus, sem problemas, não havia de nossa parte cansaço algum, era a juventude. Que beleza era vê Zito Napy; Zé Relé, Moacir Tié e Mago, dançar tangos. Nós, entretanto, preferíamos os tangos e boleros. Saudades. Juventude que me faz falta.*
> *Quantos amores ao longe, hoje relembrados pelos CDs da vida: o boêmio que voltou; a mulher que ficou na taça; Mimi, Carinhoso, Chão de Estrelas. Hoje, mesmo cansado e alquebrado, reservo um tempo para lembrar o passado, relembrando as meigas primas. Algumas delas sem meios financeiros, procuram e recebem, por merecimento, auxílio. Nunca neguei e nem as releguei. Felizmente. Amei, intensamente as noites e as infortunadas da vida. As prostitutas da vida difícil. A boêmia."*[68]

Por fim, e para não nos alongarmos mais com exemplos de memórias tão dispares, vejamos em que se pautariam as memórias de uma dona de casa e seu esposo, que me concederam entrevista em conjunto enquanto um "corrigia" as memórias do outro. Sobre os espaços de diversão que um

[68] Este texto final lido pelo professor, advogado e boêmio Laércio Agra foi escrito em 1995, continuava inédito até esta entrevista, na qual ele me fez a gentileza de compartilhar suas memórias sobre os cabarés, bares e mulheres da cidade de Campina Grande dos idos de 50 e 60. Entrevista concedida ao autor em 02.02.2001

jovem casal dos anos 60 podia frequentar, eles informam:

> *Os rapazes ficavam encostados nas paredes e as moças passeando. Iam até a Maciel Pinheiro e rodeavam. Era o passeio. Ali era o passeio. A rua toda desfilando e os rapazes de lado.*
> *Na Maciel Pinheiro tinha uma sorveteria? Que hoje em dias é a farmácia Petrópolis.*
> *(o Sr. Severino, o esposo, a interrompe e "corrige" suas lembranças) - Não é na Maciel Pinheiro não. É na Venâncio Neiva. Que a sorveteria...A rádio Borborema era em cima e em baixo a sorveteria Flórida. - Isso. Na esquina (Venâncio Neiva com a Cardoso Vieira) onde hoje é a farmácia. (D.Janira volta a falar) - Aquilo ali era bem animado. Por ali.*
> *Na Maciel Pinheiro havia lojas, sapatarias, mas era como hoje. Hoje está tudo se remodelando, mas era tudo do mesmo jeito. Mas ali mesmo...aquele Clube da Maciel Pinheiro...Aquele primeiro andar?*
> *Sr. Severino - O 31?*
> *D. Janira - Era bem animado também.*[69]

As lembranças do casal, nos levam agora para as ruas do comércio, das compras, do passeio de moças e rapazes, para uma certa área do flerte bem comportado. Interessante é notar que em nenhum momento eles fazem referências aos grande vultos da cidade ou ao desenvolvimento econômico. Suas memórias se referem aos lugares onde se conheceram, se admiraram e se amaram. Onde compraram seus pertences para o casamento, os remédios para os filhos, o edifício da rádio na qual podiam apreciar programas de auditório, a sorveteria, onde, possivelmente passaram horas agradáveis como enamorados, como jovens casados e como pais carinhosos de crianças buliçosas. Estas lembranças conjuntas, nos permitem indagar se eles sabem que há um conjunto de especialistas, denominados historiadores, que se reúnem de vez em quando para tratar de suas palavras como fontes. Se eles percebem que a memória do que viveram pode transformar-se, por uma "operação historiográfica", em matéria de estudo e discussão. Se sabem, ou não, parece não lhes importar, pois o importante é que viveram.

O casal Janira e Severino, casou-se no dia 23 de outubro de 1964, portanto, doze dias depois da festa do 100º aniversário da emancipação política da cidade. Sobre o fausto e a glória comemorados naqueles dias, que deveriam, portanto, ser lembrados por todos para sempre, ela não tem muito a dizer. Não se lembram, dizem apenas:

> *Em José Pinheiro também teve festa. Foi o ano em que nós casamos. Em 23 de outubro de 1964.*
> *É dia 11, nós casamos depois da festa. Na festa ainda passamos*

[69] Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Severino Ramos Barreto e D. Janira Santiago Barreto no dia 07.02.1999

(estávamos) solteiros. À noite a festa era no Açude Velho. Deve ter tido (festa). Mas nós só fomos aqui no Açude Velho. Ficamos ali assistindo. Tinha muito movimento. Música. Cantores.[70]

III - MEMÓRIAS FINGIDAS OU MEMÓRIAS FUGÍDIAS?

Acredito que o passado reconstituído pelo historiador a partir de suas fontes, sejam elas depoimentos orais, sejam matérias jornalísticas, sejam processos crimes, será sempre reconstituído na tentativa de dar/oferecer um sentido. Em certos casos, como nos ensina a historiadora Ângela de Castro Gomes, sobre a cultura política estadonovista este sentido seria dar sequência a uma tradição historiográfica sobre o povo e a nação, que o discurso do historiador e suas obras deveriam sempre tentar recuperar. Embora o exemplo citado pela autora seja vinculado à questão da cultura política dos anos de 1930, creio que nos serve como parâmetro, para pensar o quanto o nosso discurso de historiador oficial ou oficializador de uma memória, acaba ou termina por reafirmar certos lugares e momentos de memórias. Como lembra também Gomes, estas recuperações do passado pela lembrança não excluem "tensões e choques advindos de uma *bricolage* difícil." (GOMES, 2007, p. 51).

A mesma autora afirma ainda com bastante propriedade que:

> *...Se os historiadores estão envolvidos, em graus muito variados, com tais construções memorialísticas, podendo, inclusive, não deter as principais posições do momento em que o processo se desenvolve... são eles que, como profissionais da história se dedicam, a posteriori, a analisá-lo. Um trabalho que exige compreensão de quem nele se envolveu mais diretamente, de quais foram os eventos selecionados por essa memória (com as hierarquias e as omissões); de como e porque o foram e, finalmente, em que circunstâncias e com que objetivos tal projeto se desenvolveu. (GOMES, 2007, p. 50-51).*

Estas tensões não ocorrem apenas por uma tomada de posicionamento de classe social ou identificação de gênero, elas ocorrem pela quantidade e qualidade de informações que podemos dispor. Enquanto nós historiadores exaltamos prédios, espaços ou figuras mitificadas as pessoas comuns exaltam seus momentos de festa, de diversão, de prazeres, de carinho, de desentendimentos, mas também de solidariedade. Esta é maldição dos historiadores: saber o que aconteceu, mas não poder recuperá-lo na sua integralidade. Por mais documentos, informações e generalizações que façamos teremos apenas indícios vagos, imprecisos, cambiantes sobre o que aconteceu ou sobre o que ficou na memória dos nossos colaboradores e nos documentos escritos.

No caso do 145º aniversário da cidade de Campina Grande, eu e

[70] Ibdem.

a colega historiadora usamos estes indícios para formatar um discurso, com mais ou menos certezas, com mais ou menos desejos de verdade, baseados em nossos interesses acadêmicos, pessoais ou familiares, mas o pior de tudo é que os nossos dois depoimentos ajudaram a sedimentar memórias, a fixar informações nas mentes dos jovens ouvintes, a gerar polêmicas com aqueles que acreditam que só pode haver uma única versão da história e serão usados, no futuro, como fontes orais para jovens historiadores e historiadoras dizerem como ocorreu a história e formou-se a historiografia de Campina Grande e da Paraíba. E eu, os possíveis leitores deste texto e a nobre colega historiadora, teremos virado poeira na memória de todos.

***

REFERÊNCIAS

GOMES, Ângela de Castro – "Cultura política e cultura histórica no Estado Novo" in: **Cultura Política e leituras do passado:** historiografia e ensino de História / Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GURJÃO, Eliete de Queiroz – "Para onde o poder vai, a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da monarquia à República Nova" in: **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande.** Campina Grande; PMCG; 2000.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** A problemática dos lugares in: Projeto História; São Paulo, SP, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade:** visões literárias sobre o urbano – Paris; Rio de Janeiro; Porto Alegre. Porto Alegre; Ed. da UFRGS, 2002.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo, Nobel, 1985.

CORPO E PODERES: A RELAÇÃO DIALÓGICA ENTRE CORPO E MODA[71]

Mayrinne Meira Wanderley[72]

Na modernidade, ocorre uma estetização generalizada da vida. O apego às aparências justifica a fixação pelos atos de vestir-se e adornar-se. Segundo Borel (apud CIDREIRA, 2007, p.5), a pele, na sua nudez, não possui existência possível. Ela precisa ser coberta por signos para tornar-se um fator significante. O corpo só falaria quando coberto de artifícios.

Acredito, entretanto, que a nudez também possui uma expressão comunicacional bastante contundente. O movimento renascentista conseguiu estampar seus ideais nos corpos nus das pinturas em telas e afrescos ou lapidados em pedras. Porém, nesta análise focaliza o diálogo entre corpo e vestuário.

Na medida em que o corpo, e não apenas a roupa, é disciplinado segundo uma imagem típico-ideal, ele tem sua capacidade comunicacional reafirmada. Em espetáculo, ele se permite realizar a comunicação interindividual. Quando adornado, emite também mensagens que dizem respeito ao universo simbólico. Segundo David Le Breton,

> *Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perspectivas, mas também expressões dos sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. Antes de qualquer coisa, a existência é corporal. (...) Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo (LE BRETON, 2006, p. 7).*

A aparência produz inter-relações sociais. Através do jogo entre indumentária e corpo individual, este funciona como elemento mediador entre o indivíduo e o corpo social. Dentro desse processo, ele adquire uma importância fundamental enquanto expositor por excelência de indumentárias. É ele quem as expõe, quem as faz circular, que lhes dá

[71] O presente texto foi apresentado na mesa redonda "Gênero, Corpo e poder: territórios da História" e faz parte do primeiro capítulo da dissertação de mestrado da autora.

[72] Graduada em História (DH), mestre e doutoranda em Sociologia (PPGS) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista CAPES. mayrinne@hotmail.com.

forma, mobilidade e identidade, funcionando como um fio condutor de mensagens sobre determinado indivíduo e sociedade.

Consegue, ainda, promover osmose entre dois paradoxos, o *impulso individualizador*, presente na necessidade de afirmação pessoal, e o *impulso socializador*[73], que está no princípio da necessidade de afirmação como membro do grupo. Inscreve-se simultaneamente enquanto experiência e símbolo.

Na compreensão dessa dualidade entre afirmação pessoal e de grupo, retomemos a distinção entre indivíduo e pessoa, desenvolvida por Michel Maffesoli (1996). A primeira noção, em linhas gerais, seria toda interioridade, enquanto a segunda seria essencialmente exterioridade. O autor, defendendo o poder da imagem e da forma na fisionomia social, discorre sobre a importância corporal. Alega que o corpo comunica porque está presente, é concreto, ocupa espaço, favorece o tátil, o visível.

A corporeidade é, então, o ambiente geral no qual os corpos – pessoais, metafóricos, naturais ou místicos – se situam uns em relação aos outros. Nas interações sociais, a onipresença da imagem do corpo e a teatralidade assumem posições centrais. Na teatralidade geral, conclui, em diferentes graus e em função de particularidades, cada um desempenha papel(éis) que é (são) integrado(s) ao conjunto societal. É isso que funda a dialógica entre corpo individual/corpo social.

Nessa relação, o corpo é visto como algo de natureza flexível. Uma matéria-prima exposta à lapidação, passível, portanto, das mais diversas transformações. Por motivações sociais, os indivíduos modificam seus corpos segundo questões estéticas, higiênicas, eróticas ou por modismos[74].

O corpo, portanto, é uma construção social. Os indicativos da origem e da trajetória de cada indivíduo, segundo Feathestone (1997), manifestam-se na conformação do corpo, tamanho, peso, postura, maneira de andar, porte, tom de voz, estilo de fala, senso de desconforto ou desenvoltura corporal, dentre outros fatores. A cultura é, assim, incorporada.

Por meio da *sociologia do gosto*, Pierre Bourdieu afirma que para que haja gostos[75], "é preciso que haja bens classificados de 'bom'

[73] Ambas são expressões utilizadas por Gilda de Mello e Souza (1987).

[74] "Fenômeno passageiro no mundo da moda que acontece em função de um fato, um personagem, um lançamento, um filme, um seriado de televisão ou uma novidade arrebatadora" (SABINO, 2007). No nosso entendimento, o modismo não é o mesmo que moda, ele faz parte dela. A moda é o sistema de mudanças gerador e gerenciador dos modismos. Estes, por sua vez, são aqui vistos como padrões estéticos adotados temporariamente.

[75] Para Bourdieu, o gosto é uma propensão e aptidão à apropriação material e/ou simbólica de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras. Derivado de condições espaciais, o gosto gera esquemas éticos e estéticos que permitem ou não reconhecer distinções simbólicas que se manifestam através das necessidades e preferências de um grupo por objetos de apropriação

ou 'mau' gosto, 'distintos' ou 'vulgares', classificados e ao mesmo tempo desclassificantes" (1989, p.127). De acordo com esse argumento, para consumir o que a moda oferece, seria necessário encaixar-se em certos padrões – em especial, acrescentamos, no corporal.

Na tentativa de alcançar um corpo correspondente ao modelo imposto pela moda, grandes sacrifícios foram feitos ao longo do tempo, desde o inclausuramento em espartilhos até, atualmente, intervenções cirúrgicas de risco e bronzeamentos artificiais. Hoje, quando se acredita viver a propagada *geração saúde*, a saúde é comprometida para atender uma necessidade compulsória de estar nas teias da moda.

Ela própria é um alvo atraente às condenações, críticas e sermões, mas nem por isso deixa de expandir-se. Muitas vezes, a própria rejeição atrai indivíduos aos seus caminhos. Parece valer a pena pagar o alto preço. É como se as tentativas de mudança por si já fossem válidas, fossem sinais prodigiosos de uma vida promissora, através das aparências. Com relação ao espartilho, por exemplo, médicos já tinham discursado exaustivamente sobre seus malefícios, mas o que os arrebatou de vez dos corpos das mulheres, foi a alta-costura de Paul Poiret. A moda possui esse poder de transformação. Ela legitima as novidades e atribui a elas um estatuto de segregadora simbólica e social entre indivíduos e grupos.

Sabe-se que a moda é filha de uma visão burguesa, por isso democrática aos olhos de alguns. Relativizemos, porém, essa visão. Seus caminhos não seguem necessariamente o lugar de sua origem. A moda, afirmamos categoricamente, não permite passivamente o livre gosto. O que se pode perceber no período pesquisado é uma maior profusão de possibilidades, com passos vacilantes, se compararmos ao mundo de opções que se tem atualmente. A própria noção de belo passou a vivenciar essa diversidade. De acordo com Teixeira Coelho,

> *O poeta percebe a sua volta artistas que querem surpreender e um público que pede para ser surpreendido (...) O belo é surpreendente – mas o surpreendente nem sempre é belo (...) Valéry fará comentário idêntico sobre uma arte moderna para a qual o belo é algo morto, uma arte na qual a idéia do belo foi suplantada pelos conceitos de novidade, intensidade, estranheza – todos estes valores de choque (TEIXEIRA COELHO, 1988, p.17).*

Há um corpo-padrão que não deve ser suprimido da análise para não negligenciarmos o poder da normatização. Impõem-se modelos hegemônicos que transformam em universal e universalizante o que é particular. Esse corpo ilusório, cada vez mais, ostenta medidas exíguas.

A década de 1920 consagrou uma mudança radical na silhueta

(ORTIZ, 1983).

feminina. Foi a transformação da silhueta "S" – de seios projetados para frente, cintura afinadíssima e glúteos posicionados para trás – em "I", delgada, alforriada dos espartilhos, liberta também do único ideal estético reservado às mulheres desde então, o de genitora.

Uma via de mão dupla passou a complexificar a relação entre corpo e moda. Concomitantemente, a moda moldando o corpo e o corpo modelando a moda. Chanel é quem melhor ilustrou essa afirmativa. Suas roupas pareciam envolver o corpo numa tênue névoa que o fazia pronunciar-se sutilmente a cada passo dado. O movimento do corpo podia ser observado naturalmente, sem maiores subterfúgios.

Junto à transformação da silhueta feminina, os hábitos, as relações sociais e a moda também sofreram alterações no turbilhão de mudanças que davam indícios ainda tênues do que viria a se tornar a *sociedade da corpolatria*[76]. Definimos assim a sociedade que chega ao atual século, na qual o corpo assume posição central. Se compararmos a mulher dos oitocentos com a mulher do âmbito urbano dos anos 1920, podemos ver que o corpo desta última torna-se mais exposto, pois deixara de estar resguardado em espartilhos, anquinhas e crinolinas[77].

Não queremos, de forma alguma, declarar que os artifícios foram suprimidos ao longo do século XX. Ao contrário, multiplicaram-se e chegaram a locais e profundidades inimagináveis. Afirmamos, porém, que tais artifícios vieram também corroborar com o corpo, segundo os padrões estéticos reinantes, no lugar de apenas adulterá-lo para promover ilusões de ótica.

O relacionamento entre corpo e roupa não mais obedecia a uma unilateralidade, na qual as vestes tinham a exaustiva função de aparentar modificações. Este também passou a definir indumentárias, fortalecendo a interação e ensaiando o equilíbrio da relação entre corpo e roupa. O *corpo-soberba* passou a dar espaço ao *corpo-eficácia*. Não que o segundo não possua o seu alto preço na vida cotidiana e no mercado simbólico. O *corpo-soberba*, contudo, fazia dos seus excessos atributos de poder. O *corpo-eficácia* surgiu como expoente da liberdade e do individualismo feminino no reino da aparência e nas batalhas distintivas.

A silhueta "I" vincula-se totalmente aos ideais de emancipação

[76] Segundo Wanderley Codo e Wilson A. Senne, "Paralelamente com a necessidade de reintegração do corpo com a urgente revalorização do prazer, se estrutura um verdadeiro culto ao corpo, em tudo análogo a qualquer religião dogmática e idólatra, como soem ser as religiões. Em uma palavra, assistimos hoje ao surgimento de um novo universo mágico: a corpolatria" (2004, p.12).

[77] O espartilho (do latim *spartus*, ou Esparta, cidade conhecida pela sua austeridade) consiste, originalmente, num colete reforçado para apertar a cintura e dar elegância às formas do corpo. Já anquinhas é o nome dado ao tipo de enchimento que exagera o volume das ancas. Finalmente crinolina é um tecido forte de crina de cavalo com que se forrava a fíbria da saia para armar os vestidos (CATELLANI, 2003).

feminina. O corpo de porte mais ativo combinava-se com cabelos curtos, imposição da altura como marca de elegância, roupas mais leves e passos aligeirados pelos âmbitos públicos, outrora inacessíveis às mulheres da *boa sociedade*[78].

Passou a representar o produto de uma tarefa obstinada. As roupas realçavam e enalteciam os resultados dessas práticas laboriosas. Georges Vigarello (2006) afirma que as palavras "linha", "reto", "simples" disputavam espaço nos livros de moda. Era a multiplicação das verticalidades. Nas roupas de Chanel, dizia-se, as mulheres compravam a magreza.

A silhueta reta e lisa dessa mulher tomava para si os ideais da vanguarda modernista. Adverte Gilles Lipovetsky (1989) que ela estava em completa consonância com o espaço pictórico cubista; ecoava o universo tubular de Léger; correspondia ao despojamento estilístico de Picasso, Braque, Matisse e, posteriormente, Manet e Cézanne. A moda proclamou a metamorfose do corpo com a depuração das formas.

Os cabelos deveriam ser a *la garçonne*[79], com corte reto e franja, para as mais ousadas, e presos em coques, para as mais conservadoras. As sobrancelhas eram finas e arqueadas, a maquiagem colorida e, no final da década de vinte, pele bronzeada, para combinar com o corpo rijo e cheio de movimentos. O ideal erótico era andrógino. Visual rigorosamente contestado na imprensa e nas ruas.

A androginia significava a busca da mulher pelos seus direitos. Busca que primeiramente encontrou espaço no campo estético. Com a atraente proposta de desvincular a mulher do espartilho, das longas melenas e da gordura parasitária, uma postura individualista foi estabelecida. Individualismo introduzido através do discurso, penetrou no âmbito estético para depois ganhar a vida prática. Através dessas três modificações na aparência, acreditou-se que a mulher teria passado de um lugar meramente passivo para uma posição mais autônoma. De reprodutora à realizadora.

Contraditoriamente, proliferaram-se, na mesma época, os concursos de "misses" e "rainhas". Tais eventos de exaltação à beleza feminina despertaram posturas apaixonadas e indiscutivelmente opostas. Feministas os acusavam de reduzir a mulher ao papel de objeto de desejo. Outros os viam como primeiros passos rumo ao meretrício. Alguns os

[78] O termo refere-se "àqueles que, por meio da aparência e não apenas do dinheiro e do poder, deixam visíveis as diferenças que marcam o abismo existente entre eles e a sociedade comum, 'abismo do prestigio, do estilo de vida, do acesso ao mando'" (RAINHO, 2002, p.17).

[79] Expressão cunhada por Victor Margueritte. Seu romance *La Garçonne*, sucesso de venda na Europa, contava a vida de Monique Lerbier, a heroína que denunciava a hipocrisia burguesa, vivia em aventuras sexuais e transgressões até encontrar o equilíbrio para a sua existência (VIGARELLO, 2006, p.145).

reconheciam como uma estratégia eugenista[80].

O cinema se impôs como referencial maior. Em ritmo industrial, Hollywood fabricou mitos, heróis, divas, percepções e estilos de vida. O artifício e a fotogenia das estrelas nas telas confundiram o mundo real com o irreal, o universo da fantasia com o mundo meramente material. Expressões como *glamour*, para referir-se a uma elegância misteriosa e *it*, destinada ao "algo mais" do qual algumas estrelas eram depositárias, foram cunhadas pelo vocabulário cinematográfico.

A estética do erotismo apareceu com mais vigor. O cinema, acompanhado pela imprensa, legitimou o lado mais hedonista da beleza e do corpo. O sagrado e o profano se mesclaram nas imagens das estrelas de cinema. Paralelamente, esses homens e mulheres de expressões plásticas e atitudes aparentemente inalcançáveis, alimentavam o mercado de consumo aconselhando seus súditos a comprar produtos de beleza para obter resultados semelhantes. Consagrava-se, com a publicidade, a idéia de que perfeição estética não era uma dádiva, mas um processo meritocrático. Era o fruto de cuidados monitorados e reforços continuados.

O indivíduo, nesses discursos, tornou-se o escultor da sua silhueta, total responsável pela sua aparência. Essa é a visão burguesa já entronada no âmbito do trabalho que invadiu fortemente a esfera estética. O corpo ocioso foi substituído pelo esculpido com esforços próprios. Como total responsável pelo seu modo de aparecer, o indivíduo teria que responder tanto pelo triunfo esperado quanto pelo fracasso indesejado. Especialmente a partir da década de 1920, o argumento burguês invadiu o espaço estético com a atividade da transformação.

Para Jean Maisonneuve (1981), existem duas formas de transformação que visam o embelezamento corporal. As *transformações aloplásticas* são efêmeras e superficiais como a maquiagem e os ornamentos. Já as *transformações autoplásticas* são mais profundas, mutilativas e algumas vezes irreversíveis, como as deformações, os *piercings* e as cirurgias plásticas.

Não enxergo o embelezamento como objetivo único dessas transformações, apesar de admitir a força exercida pela tirania de um tipo de beleza. A adequação ou contestação social são outros ideais que se tenta atingir através de alterações bruscas ou mais atenuadas na aparência. Pode ocorrer, então, uma violação dos critérios de beleza do universo estético próprio a uma determinada época e sociedade. Algumas transformações fazem sucesso dentro de grupos específicos e funcionam

[80] George Vigarello (2006, p.154) lança essa questão quando transcreve textos que traduzem o eugenismo através de expressões como "anular os casamentos fisicamente mal resolvidos, promovendo a educação do olho" ou modelos físicos como escolhas "matrimoniais", ou ainda a insistência de melhorar "por todos os meios possíveis a raça humana".

como moeda de identificação. É o que Pierre Bourdieu (1983) denomina *gosto de oposição*. É importante ressaltarmos, contudo, que na década analisada, esse *gosto de oposição* era uma raríssima exceção à regra social geral, que certamente prevalecia. A produção dos modismos e do consumo, possuem fins previamente determinados.

Ao optar por uma indumentária, o indivíduo estabelece um compromisso de significação social com ele mesmo e para a sociedade. É o processo de construção da sua representação plástica ou *estratégia das aparências*[81]. Como artífice de si mesmo, o indivíduo utiliza-se das roupas e do corpo para emitir mensagens sobre ele, uma fabricação da imagem de si. Nessa jornada simbólico-social, a *segunda pele* exerce a função de superfície de projeção, através de uma relação entre a imagem ideal de si e a imagem que acredita ser real de si.

O artifício da vestimenta vive essa vinculação entre imagem ideal e real de si. Através da aparência, da teatralidade de gestos, falas e indumentárias, o indivíduo forja uma identidade com o intuito de identificar-se como um ser individualizado, ao mesmo tempo em que lança uma *estratégia de pertencimento*[82]. Para além desse sentido de pertencimento, a sociedade que estetiza a vida cotidiana, produz indivíduos que buscam inventar e reinventar a si próprios nos modos de aparecer. É o caso do *dândi*, figura central da modernidade de Baudelaire (2004). Através do esforço em alcançar a excelência em termos de aparência, ele constrói uma vida heróica.

Mike Featherstone (1997, p.87) afirma que a vida heróica opõe-se à vida cotidiana quando a vê como algo a ser domado em nome de um propósito maior. Para ele, "a ênfase na vida heróica reside na coragem de lutar por metas extraordinárias e realizá-las na busca de virtude, glória e fama, que contrasta com a busca menor e cotidiana da riqueza, da propriedade e do amor terreno".

O *dândi* faz do seu corpo, seu comportamento e sua existência uma obra de arte, criando um estilo de vida[83] exemplar, "no qual uma aristocracia de espírito se manifesta no desprezo às massas e na preocupação com a realização da originalidade e superioridade no vestuário, na conduta, nos hábitos pessoais e até no mobiliário" (CIDREIRA, 2005, p.26).

---

[81] Expressão criada por Baudrillard (1992).

[82] Entendemos por *estratégia de pertencimento* o conjunto de formas e artifícios utilizados por indivíduos para adequar-se a grupos ou mesmo formá-los, garantindo assim, um processo de identificação através da aparência.

[83] Segundo Bourdieu, trata-se do "conjunto unitário de preferências distintivas que exprime, na lógica específica de cada um, subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagens ou héxis corporal, a mesma intenção expressiva, princípio de unidade de estilo que se entrega diretamente à intuição" (ORTIZ, 1983, p.82).

Pierre Bourdieu, analisando a moda através do conceito de gosto, enumera o *gosto de necessidade* e o *gosto de liberdade*. O primeiro dispensa o excesso e o luxo em nome das necessidades básicas do vestir. O segundo é muito discutível, como tudo o que se pretende livre no império da moda. Surgiria quando o gosto de necessidade não está presente ou já foi suprido. O *dândi*, então,se enquadraria no gosto de liberdade, apesar de preso às amarras sociais, pois "na medida em que cresce a distância objetiva com relação à necessidade, o estilo de vida se torna sempre, cada vez mais, o produto de uma 'estilização da vida', decisão sistemática que orienta e organiza as práticas mais diversas"(1983, p.88).

O mergulho num grandioso mar de artifícios garantiria a singularidade do estilo de vida dandístico. A teatralidade minuciosa é tão completamente incorporada à vida do *dândi* e do seu círculo social, que já é vista como natural. Mas não é, faz parte de sua *estratégia das aparências*.

Para Charles Baudelaire (1996), tudo o que é artificial tem por propósito o controle ou mesmo a correção da natureza que, por sua vez, é da ordem da necessidade, da animalidade, da barbárie. O artifício, então, é positivo por resultar do cálculo e da razão, verdadeira redentora e reformadora da brutalidade natural. O poeta transporta essa idéia para a esfera do belo e considera os adereços representantes legítimos da tentativa permanente e sucessiva de suplantar a natureza. Assim também a moda e a sofisticação da aparência são sintomas do gosto por esse grande ideal humano. Nos diz ele:

> *A mulher está perfeitamente nos seus direitos e cumpre até uma espécie de dever, esforçando-se em parecer mágica e sobrenatural; é preciso que desperte admiração e que fascine; ídolo, deve dourar-se para ser adorada. Deve, pois, colher em todas as artes os meios para elevar-se acima da natureza para melhor subjugar os corações e surpreender os espíritos. Pouco importa que a astúcia e o artifício sejam conhecidos de todos, se o sucesso está assegurado e o efeito é sempre irresistível (1986, 84).*

O artifício não chega a alienar o indivíduo, mas o altera, o transfigura, ainda que momentaneamente, através de metamorfoses fugidias, enchendo-o de sentido. Acreditamos que a partir de uma sinergia com a sedução, ele seja um ponto nodal nos jogos distintivos. É o artifício que promove, no campo visual, as demarcações entre os grupos e posições sociais.

Numa sociedade plutocrática, onde o lugar dos indivíduos e a mobilidade social são determinados justamente pelo poder aquisitivo e pela aparência de poder, o aparecer adquire uma maior significância nas demarcações entre indivíduos e grupos. Passou-se à urgência de um

aparentar apriorístico onde, para ser, deve-se antes parecer.

As articulações simbólicas tornam-se mais complexas na medida em que os símbolos de *status* ficaram menos imputivos, ainda que evidentes. Nessa conjuntura, o corpo e as vestimentas adquiriram uma relevância vital no processo de distinção social. Como legítimos mostruários simbólicos do ter, passaram a engendrar novos códigos de significação e identificação.

***

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

_____. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

CATELLANI, Regina Maria. **Moda ilustrada de A a Z.** Barueri, SP: Manole, 2003.

CIDREIRA, Renata Pitombo. **Os Sentidos da Moda.** São Paulo: Annablume, 2005.

CODO, Wanderley; SENNE, Wilson A. **O que é corpo(latria).** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FEATHERSTONE, M. **Cultura do Consumo e Pós-Modernismo.** São Paulo: Studio Nobel, 1997.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências.** Petrópoles, RJ: Vozes, 1996.

MAISONNEUVE, Jean; BROUCHON-SCHWEITZER, Marilou. **Modeles du corp set pysicologie esthétique.** Paris: PUF, 1981.

MELLO e SOUZA, Gilda de. **O espírito das roupas**: a moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ORTIZ, Renato (org.) **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

RAINHO. Maria do Carmo Teixeira. **A cidade e a moda**: novas pretensões, novas distinções. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

SABINO, Marco. **Dicionário da moda.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TEIXEIRA COELHO (org.). **Modernidade de Baudelaire.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: a higiene do corpo desde a Idade Média. Lisboa: Fragmentos, 1985.

_____. **História da Beleza**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

WANDERLEY, Mayrinne Meira. **Distinções Inscritas**: a moda da elite social parahybana na Era Nova ((1921-1926). Dissertação de Mestrado em Sociologia/ UFPB, João Pessoa, 2008.

_____. A sedução de narciso: a moda do corpo na sociedade do exagero In: PEREIRA, Wellington. **Formas do Cotidiano**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2007.

O CULTO AO CORPO FEMININO ATRAVÉS DA MÍDIA

Edna Maria Nóbrega Araújo [84]

O corpo, como a vida, se encontra em constante transformação. Muitas dessas mudanças são explicitadas na aparência física dos indivíduos. Aparência esta que é sempre reinventada com o passar dos anos.

> *Eu não tenho mais a cara que eu tinha*
> *No espelho essa cara já não é minha*
> *É que quando eu me toquei achei tão estranho*
> *A minha barba estava deste tamanho [...]*
> *(ANTUNES, 1980).*

Quando, nos idos de 1980, o cantor e compositor Arnaldo Antunes, enunciava não se reconhecer no próprio reflexo do espelho, estava sendo significada a compreensão de que o corpo não é mais sinônimo de uma construção única sobre os indivíduos. As mudanças atravessam os corpos, os rostos, a vida, a história.

O corpo é um signo da história. Cada corpo, longe de ser apenas constituído por leis fisiológicas, supostamente imutáveis, não escapa à história. (SANT'ANNA, 2000, p.50, apud NECKEL, 2003, p. 54). Ou seja: não se pode pensar o conceito de corpo apenas a partir dos aspectos biológicos: dos seus ossos, dos seus músculos, órgãos, de suas entranhas, pele e sentidos. O corpo "é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam" (GOELLNER, 2003, p. 29). O corpo é "mutável e mutante" não apenas pelos fatores fisiológicos que sobre ele se operam, mas também pelos fatores sociais e culturais que a ele se atribui.

Para Goellner (2003), pensar o corpo como histórico é pensar a sua tessitura a partir da cultura e da linguagem. Esta perspectiva rompe com a forma naturalista pela qual o corpo foi pensado, explicado, classificado e tratado.

---

[84] Professora do Departamento de Geo-História da Universidade Estadual da Paraíba, doutora pela UFPE. E-mail: edna.n@terra.com.br

> *O corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é, portanto, algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz. (Idem. Ibid., p. 28).*

Ainda sobre o corpo, Goellner afirma:

> *O corpo é também o que dele se diz e aqui estou a afirmar que o corpo é construído, também, pela linguagem. Ou seja, a linguagem não apenas reflete o que existe. Ela própria cria o existente e, com relação ao corpo, a linguagem tem o poder de nomeá-lo, classificá-lo, definir-lhe normalidades e anormalidades, instituir, por exemplo, o que é considerado como corpo belo, jovem e saudável. Representações estas que não são universais nem mesmo fixas. São sempre temporárias, efêmeras, inconstantes e variam conforme o lugar/tempo onde este corpo circula, vive, se expressa, se produz e é produzido. (Idem. Ibid., p. 29).*

"A linguagem institui o que pode ser considerado como belo". É a partir da linguagem, evidentemente, que o conceito de beleza é construído. O corpo é múltiplo. A multiplicidade dos seus sentidos pode ser reconhecida ao observarmos as diferentes alterações do seu conceito ao ser atravessado pelo tempo.

Na obra Vigiar e Punir, Foucault procurou narrar o advento da modernidade como construtor de uma nova forma de poder que, necessariamente, não precisava ser exercido por um grupo ou por uma instituição específica, mas que conseguia se fazer presente no cotidiano e no contexto de construção do mundo capitalista. Para ele, esta nova forma de poder passou a ter um forte desempenho no controle dos corpos e buscava a transformação dos mesmos em dóceis e úteis:

> *(...) Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. (...) Não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica - movimentos, gestos, atitude, rapidez. (...) Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. São o que podemos chamar as disciplinas. (FOUCAULT, 1987, p. 126).*

Na sociedade capitalista, o corpo e as formas de controle que sobre ele deveriam ser exercidas, ainda segundo Foucault, foram organizadas através da associação da disciplina com a medicina.

> *O capitalismo desenvolveu-se em fins do século XVIII e inicio do XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política . (FOUCAULT, 1989, p.80).*

O argumento de Michel Foucault é que o ataque capitalista ao corpo foi construído a partir do poder médico. Ao tratar do *"Nascimento da Medicina Social"*, Foucault demonstra que a sua constituição teve três momentos distintos: medicina de Estado, medicina urbana e medicina da força de trabalho (FOUCAULT, 1989, p. 80), o que lhe permitiu afirmar que nem sempre a medicina foi voltada para a relação corpo / força de trabalho.

Segundo Foucault, no século XVIII, já se podia visualizar a medicina atuando com características civilizatórias. Essa medicina, que ele denominou de urbana, surgiu com vistas a reduzir o medo provocado pelo crescimento das cidades, medo das fábricas, da população numerosa demais, das epidemias.

Segundo Foucault (1989, p. 97), foi essa medicina urbana que influenciou a chamada medicina científica, a qual apareceu, no século XIX, sobretudo na Inglaterra. Foi uma medicina elaborada a partir da preocupação com o enfraquecimento e a degeneração da espécie. Ela buscava o fortalecimento dos indivíduos e a conseqüente melhoria de sua saúde e bem estar. Esta medicina agia tanto para controlar a saúde do corpo das classes mais pobres, objetivando torná-las aptas ao trabalho, quanto para torná-las menos perigosas às classes ricas.

O corpo passava, assim, a ser esquadrinhado pela medicina, sendo possível constatar uma relação entre a medicina, o capitalismo e o conceito de disciplina. Um corpo saudável, dócil e submisso, fabricado pela disciplina, permitiria uma maior exploração da força de trabalho:

> *(...) O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha o desarticula e o recompõe. Uma 'anatomia política', que é também igualmente uma 'mecânica do poder'; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente*

> *para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (...) A disciplina aumenta as forças do corpo em termos econômicos de utilidade e diminui essas mesmas forças em termos políticos de obediência. (FOUCAULT, 1987, p. 127).*

Em nome da saúde do bem-estar, a medicina passou a controlar os corpos a partir de "diferentes métodos disciplinares: a classificação das paixões, a definição do que seriam desvios sexuais, as aparelhagens para corrigir as anatomias defeituosas, os banhos de mar, a modelagem do corpo por meio da atividade física", a criação de tabelas que servissem de base para classificar e estabelecer valores da média da população em peso, idade e nas aparências físicas predeterminadas. A medicina criou "um conjunto de saberes e poderes que investiram no corpo e nele se instauraram, voltados para a educação da gestualidade, a correção do corpo, sua limpeza e higienização" (GOELLNER, 2003, p.35).

As mudanças históricas do conceito de corpo, sob a intervenção da medicina, da ciência e do capitalismo, possibilitaram a emergência, ao longo do século XX, de novas práticas cotidianas voltadas para garantir aos corpos força física, vigor, robustez, dinamicidade e energia, a serem conquistadas, também, com a prática dos banhos de mar, dos passeios ao ar livre, da ginástica, do não uso do espartilho, este último apontado, pelo discurso dos higienistas do final do século XIX, como causador de deformações nos corpos femininos.

Com o passar do tempo, as mulheres se livraram do espartilho e do excesso de roupas, emergindo um discurso defensor da necessidade de liberdade das próprias gordurinhas que antes eram comprimidas e controladas pelo aperto da cintura e escondidas pelas vestimentas. No entanto, o suplício do espartilho não foi substituído por um alívio mas, sim, novos sofrimentos e sacrifícios foram construídos. Aos corpos femininos mais volumosos não era aplicada mais a crítica e a proibição dos higienistas que eram contrários ao uso do espartilho. Com o apoio do discurso médico, diante do respeito que apresenta ao orientar as pessoas com o objetivo de garantir a saúde, os corpos femininos passaram a ser literalmente atravessados pelas ginásticas que, ao longo do século XX, foram sendo enunciadas como moda e sinônimo de saúde e bem estar. "O corpo humano não parece ter se libertado das dolorosas amarras que ao longo dos tempos o confinaram. Ao contrário, novas e mais poderosas forças socioculturais emergem dispostas a escravizá-lo." (SIBÍLIA, 2007, p. 132/3).

A ginástica passou a ser justificada pelo seu caráter educativo,

pelo caráter terapêutico e pelo desenvolvimento da força e da beleza. Ela passou a ser associada à saúde, qualidade de vida, longevidade e beleza. Era preciso "oxigenar as carnes, e alegrar-se graças ao equilíbrio saudável do organismo. A elegância feminina começou a rimar com saúde". (DEL PRIORE, 2000, p. 63).

A exposição de corpos femininos invariavelmente jovens, malhados, bonitos, parece ser o atestado das mulheres saudáveis e o passaporte para a felicidade de todas aquelas que se submeteram às recomendações do discurso midiático sobre saúde e estética.

Encontrar-se atenta às medidas e ao peso, tornou-se indispensável para enunciar os sentidos do corpo ao longo do século XX. "Nas últimas cinco décadas, o 'peso ideal' foi um dos indicadores mais importantes de boa saúde. [...] O que significa que a cinturinha de pilão deixou de ser apenas preocupação estética para se transformar em recomendação médica. O objetivo agora é eliminar aquela 'barriguinha', nociva à estética e à saúde." (NEIVA,Veja, Disponível em: http://www.veja.com.br/ Acesso em: outubro 2007).

Naturalizou-se a produção de corpos "bem-construídos", com proporções equilibradas. Esta produção é construída a partir de muito esforço nas academias. Esse esforço também é naturalizado e tomado como necessário e agradável. Desagradável, afirma-se, é a idéia de exibir o corpo obeso ou fora da forma estabelecida como correta como mostra a matéria da Revista Veja:

> *Se você está sozinho no quarto, fique à vontade e vá para a frente do espelho. Esta é a hora da verdade. Muito provavelmente você não está contente com o que vê. Os pneuzinhos nos flancos, o abdome flácido, os braços finos, as pernas rechonchudas – nada disso combina com a imagem que gostaria de ter e desfilar na praia ou na piscina. Mas não desanime. Dá para melhorar bastante seu corpo se você se dispuser a malhar imediatamente. Um bocado de gente começou há pouco. Cerca de 500.000 brasileiros recorreram às academias no mês passado [outubro], num movimento que se repete de meados da década de 90 para cá. Na antevéspera do verão, os centros de narcisismo explícito registram um aumento de 25% no número de matrículas. (...) Ninguém se transformará num Paulo Zulu ou numa Gisele Buindchen, é claro, mas a vergonha de tirar a camiseta ou a canga diminuirá consideravelmente. (Veja, 28/11/2001).*

Neste sentido, no final do século XX, a exibição, a "descoberta" do corpo construiu uma nova moral: a moral da chamada *boa forma*.

> *Devido à mais nova moral, a da boa forma, a exposição do corpo, em nossos dias, não exige dos indivíduos apenas o controle de suas*

> *pulsões, mas também o (auto)controle de sua aparência física. O decoro, que antes parecia se limitar à não-exposição do corpo nu, se concentra, agora, na observância das regras de sua exposição. (GOLDENBERG; RAMOS, 2002, p. 27).*

Seguindo essa reflexão, Goldenberg e Ramos (2002, p.28) afirmam que "mesmo a exibição do corpo nu, não é considerada, muitas vezes, tão indecente quanto à exibição de um corpo 'fora de forma'.

Se de um lado tem-se a mídia e todo um incentivo para expor o corpo, por outro lado, não pode ser um corpo que apresente sinais de velhice, rugas, celulite, manchas, como também não pode ser um corpo obeso, mas esbelto, malhado, bronzeado.

> *O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre crianças e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado! (...). (FOUCAULT, 1986, 146/7)*

As intervenções sobre o corpo ao mesmo tempo que oferecem liberdade, invoca também estratégias de autocontrole e interdição. A promessa de uma vida longa, de um corpo belo e saudável é acompanhada de discursos que auto-regulam a mulher tornando-a vigia de si mesmo: *fique nua... mas seja magra.* Nesse investimento sobre o corpo não há forma de controle-repressão, tão comum nos séculos XVIII e XIX, mas o controle-estimulação.

As reportagens das revistas, comumente, chamam à atenção para os pontos positivos que a prática da ginástica afirma proporcionar aos indivíduos, misturando os enunciados acerca das formas adquiridas pelo corpo (corpo esculpido) com as temáticas voltadas para a saúde e satisfação pessoal:

> *Que exercício faz bem para o corpo ninguém dúvida. Mas o melhor é que o saudável hábito de reservar uma hora do dia para malhação está se tornando um santo remédio contra a solidão. Pelos parques, em meio a suarentas sessões de corridas, alongamentos ou musculação, velhos amigos colocam novidades em dia, novas amizades florescem e até bonitas e duradouras histórias de amor. (...) A combinação entre corpos bem moldados metidos em shortinhos minúsculos e camisetas colantes pode despertar paixões. (LIMOLLI, Isto É. 15/11/1997).*

A palavra beleza não aparece na citação acima. No entanto, o padrão de beleza para os corpos está apresentado e a sua positividade pode vir a produzir um amor. "Remédio contra a solidão", os exercícios físicos movimentam os corpos que vivem nos parques, que se encontram, que são atravessados pelo conceito de beleza e, enfim, que são felizes.

Sobre a prática cotidiana de exercícios, Maria Lúcia Rodrigues Pessoa, 46 anos, psicanalista, afirma: "Estou mais disposta, minha pele está mais bonita e até pareço mais jovem. Não quero parar nunca mais." (Marie Claire, out/99, p. 12.).

Segundo Alex Branco Fraga (2006, p. 28), para que os serviços voltados para se perder peso "sejam consumidos de maneira mais efetiva e duradoura, com o menor índice de abandono possível, é preciso, primeiramente, que seus usuários consumam idéias. Para aumentar esse tipo de consumo é preciso aumentar a visibilidade da idéia-produto e de seus 'postos-de-venda.'"

Até os anos de 1980, era comum encontrar apenas nas revistas denominadas de femininas, reportagens voltadas para os cuidados com o corpo através da ginástica. Nos anos de 1990, porém, as revistas Veja e Isto É se apropriaram deste tema com freqüência, inclusive através de reportagens de capa. É inegável, portanto, que, ao lado das revistas femininas, essas revistas também exerçam uma forte influência sobre as mulheres. Elas revelam a incorporação do padrão por não terem nas mulheres um público específico.

Nos últimos anos, acentuou-se a compreensão de que a mídia possui uma habilidade inegável quando se trata de elaborar valores e seduzir as pessoas a partir dos ideais que apregoa. Assim, o papel das principais fontes utilizadas na nossa pesquisa, revistas Veja e Isto É, pode ser considerado decisivo na construção de imagens para os corpos.

> *Característica de uma sociedade de abundância que considera a gordura 'ruim' e a obesidade 'vulgar', a estética da magreza é imposta pelo sistema da mídia, que intima as mulheres a seguir dieta e fazer ginásticas sempre novas: aeróbica, aeroginástica, antiginástica (...), musculação, alongamento, aeróbica turbo etc. (...) Esse culto do próprio corpo exige sacrifícios: em primeiro lugar financeiros (proporcionalmente, gasta-se menos em roupas e mais para 'manter' a aparência); a seguir éticos, visto que os meios de comunicação nos repetem que 'a pessoa tem o corpo que merece', o que leva a um novo sentido de responsabilidade. Esse corpo a ser produzido, desnudado na praia, deve estar de acordo com os cânones do momento. (VINCENT, 1992, 311/2).*

As reportagens das revistas Veja e Isto É, produzem discursos enaltecedores dos benefícios para a saúde que as atividades físicas são

capazes de possibilitar. Nesse sentido, os especialistas recomendam e antecipam os milagres das atividades físicas realizadas com o objetivo de melhorar a saúde e a forma dos corpos.

> *Se a sociedade dos produtores coloca a saúde como padrão que seus membros devem atingir, a sociedade dos consumidores acena aos seus com o ideal da aptidão (fitness). Os dois termos – saúde e aptidão – são frequentemente tomados como coextensivos e usados como sinônimos; afinal, ambos se referem aos cuidados com o corpo, ao Estado que se quer que o corpo alcance e ao regime que se deve seguir para realizar essa vontade. Tratar esses termos como sinônimos é, porém, um erro – e não meramente pelos fatos conhecidos de que nem todos os regimes de aptidão 'são bons para a saúde' e de que o que ajuda a manter a saúde não necessariamente leva à aptidão. (BAUMAN, 2001, p. 91).*

Os discursos que propagam a idéia de saúde, beleza, juventude e longevidade encontram-se presentes em diversas instâncias da sociedade e, por isso, contagiam um número cada vez maior de mulheres que desejam se conectar com o estilo de vida da moda, do belo e do saudável. Eles lotam as academias de ginásticas, os parques e praças para realização de algum tipo de atividade física. A atividade física, dita moderada, deixou de ser apenas uma forma de adquirir aptidão física e passou a ser vista como promotora de um estilo de vida saudável. Segundo os especialistas da área (educadores físicos, médicos, fisioterapeutas etc.), através da atividade física é possível alcançar e mesmo modificar comportamentos considerados "perigosos da vida moderna".

> *A disciplina do corpo pela ginástica e pelo esporte revela, assim, a presença do poder em '(...) toda superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina de uma parte, e das tecnologias de regulamentação de outra.' O que são hoje os alertas sempre mais alarmantes contra a obesidade e o sedentarismo das populações? A palavra de ordem é 'livrar-se', livrar-se dos excessos da alimentação, dos vícios, uma vez que eles sobrecarregam a previdência, oneram as seguradoras, diminuem a expectativa de vida das populações! É, portanto, necessário agitar-se! Os programas são agora globais, e o novo higienismo não somente é aceito, como incorporado à vida cotidiana. (SOARES, 2006, p. 80).*

Naturaliza-se a idéia da *boa forma*, da prática de ginástica e das dietas[85] como conquista e manutenção da qualidade de vida. Nos anos de

[85] Embora, no final do século XVI, já existisse alusão às dietas, o mais comum era a presença de corpos

1990, praticamente todas as pessoas fazem ou fizeram algum tipo de dieta e praticam algum tipo de atividade física. Seja para emagrecer, engordar, diminuir o colesterol, aumentar a massa muscular, controlar a pressão arterial, com fins estéticos, etc. Porém, "emagrecer parece ser uma das grandes preocupações da humanidade que envolve homens e mulheres, jovens e adultos." (ANDRADE, 2003, p. 112). O discurso da beleza confunde-se com o da saúde. O discurso médico é apropriado com freqüência pelos esteticistas e pela indústria da beleza. A medicina enquanto uma prática voltada para o bem estar dos indivíduos e para a saúde, comumente, indica a atividade física e a dieta como uma prática preventiva às doenças, sobretudo, as cardíacas e ósseas. A idéia do indivíduo ativo e saudável é manipulada de todas as formas pelos defensores e idealizadores do chamado "corpo perfeito".

Em contrapartida há também parte do público que, além de se ver atingido pelo discurso publicitário, também justifica as suas atitudes em nome da beleza como simples cuidado com a saúde. E, assim, na ânsia da conquista da longevidade, e com qualidade, sequer se questiona a forma com que os discursos são produzidos. Embarca-se na procura dos novos padrões de beleza.

> *Ter um corpo trabalhado, está na ordem do dia e não é à toa que o verbo mais empregado é 'malhar.' Malhar como se malha o ferro, malhar significando o intenso esforço embutido nesse significante. Trabalhar diferentes partes do corpo que precisam ser modificadas. Do joelho ao culote, do braço à panturrilha, o corpo é visto como fragmento; cada parte podendo ser reesculpida, consertada, desconectada de um todo. (DEL PRIORE, 2000, p. 92).*

O sacrifício vivenciado pelas mulheres, do final do século XX, para se manterem próximas ao chamado padrão de beleza, de certo modo lembra o mito de Procusto.[86] Nesse mito existe o relato de que os gregos, ao transitarem entre as cidades de Atenas e Mégara, freqüentemente se deparavam com um bando de bandidos liderados por Procusto. Esses bandidos prendiam e saqueavam os viajantes. Porém, uma característica

mais cheios. Interferir no corpo naquele momento não era uma atitude bem aceita, pois, acreditava-se que a beleza era dada por Deus, e por isso a mulher não precisava do uso de artifício. Porém, algumas mulheres já buscavam manter o "talhe esbelto" através do espartilho ou de regimes alimentares. No século XIX, havia menção aos diferentes métodos voltados para a mulher não engordar. "A Enciclopédia ilustrada das elegâncias femininas propõe, sob esse aspecto, sete métodos diferentes, em 1892. La Vie Parisienne, oito, em 1896, o Carnet Féminin, dez em 1903." (VIGARELLO, 2006, p.131).

[86] Sobre mitologia grega consultar: BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1991, 2.vols. e GRIMAL, Pierre. **A mitologia grega**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

marcava a crueldade do bando: eles obrigavam os viajantes a se deitarem em um leito onde eles tinham seus corpos moldados pela medida da cama. Os pequenos teriam seus corpos distendidos até atingirem o tamanho da cama. Os grandes, cujos membros ultrapassariam o cumprimento da cama, seriam mutilados, de forma a se adequarem ao tamanho do leito. Todos os corpos tornavam-se uniformes, mesmo que não sobrevivessem à tamanha violência.

Na atualidade, podemos questionar: será que as mulheres não procuram seus próprios leitos de Procusto? Quais os sacrifícios que não podem ser assumidos em nome da elegância? Quais sentidos que cercam os discursos sobre as mulheres que ousam não seguir os modelos de beleza sacralizados nas épocas em que vivem? Quais os sacrifícios assumidos para a adaptação ao padrão tido como belo? Não existe certa semelhança entre as inseguranças dos viajantes gregos, ao transitarem por caminhos desconhecidos, e o uso que as mulheres fazem de dietas e remédios desconhecidos, lançados no mercado sem estudos que garantam a segurança de seus usos? Isso também não parece assustador? Não seria também violenta essa necessidade da mulher moldar seu corpo dentro de um padrão? Como adequar as roupas exibidas nas vitrines aos olhares e aos corpos das mulheres que se encontram acima do peso? Recorrer às cirurgias plásticas ou aos exercícios rigorosos das academias, para adequar o corpo às medidas exatas do manequim da loja, considerado o corpo ideal, não seria uma mutilação do corpo? A mídia do final do século XX não pode ser comparada a Procusto? Uma vez que dita um modelo de beleza, que exige da mulher a busca incessante por uma "boa forma" e a necessidade de manter-se eternamente jovem? Não é possível comparar os sofisticados equipamentos de ginástica, que moldam e esquadrinham os corpos, nas modernas academias, com o leito de Procusto?

É possível ignorar a existência dessas novas experiências na história do tempo presente?

Os novos artefatos de Procusto convivem harmoniosamente nas diferentes sociedades do final do século XX. Os membros dos seres humanos, neste caso, não são extirpados com vista à adequação dos corpos ao leito de Procusto, mas, sim, o excesso de peso deve ser eliminado, seja através das dietas, dos remédios[87], das atividades físicas

[87] Toda vez que se fala em medicação, supomos que haja indicação médica. O Brasil consome 90% da produção mundial de fenproporex e, na maioria dos casos, para pessoas que precisam ou querem emagrecer poucos quilos por questões estéticas. (mailto:tommaso@terra.com.br. Acesso em: 05/03/2007).

ou das intervenções cirurgicas[88].

Sem dúvida, o olhar sobre o corpo não é recente, porém, essa lipofobia parece ser algo bem mais recente. Enquanto os muito pobres lutam para conseguir alimento suficiente para garantir a sobrevivência, os mais ricos vivem em busca de dietas ou remédios para emagrecer. No final do século XX, ser gordo não representa mais saúde e prosperidade. Ser gordo representa descuido, que exige ajuste ou disfarce, quer seja em nome da saúde ou da beleza.

***

[88] Desde os anos de 1970, a cirurgia plástica despontou no país, e a partir dos anos seguintes novas técnicas foram sendo empregadas e novas modalidades foram surgindo, transformando o Brasil no segundo país em número de intervenções cirúrgicas, perdendo apenas para os Estados Unidos. O *Caderno Vida, do jornal Zero Hora* de 29/03/2003, afirma que só em 2001 foram realizadas 360 mil cirurgias plásticas no Brasil, sendo que 70% foram realizadas por mulheres, 50% foram cirurgias estéticas e destas 40% lipoaspiração.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Santos Sandra. "Mídia impressa e educação de corpos femininos." In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs). **Corpo gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo. Petrópolis, Vozes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Liquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega.** Petrópolis: Vozes, 1991, 2.vols.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a Mulher.** Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: SENAC, 2000.

FRAGA, Alex Branco. **Exercício da informação**: governo dos corpos no mercado da vida ativa. São Paulo: Autores associados, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____, Michel. **Vigiar e Punir.** 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GOELLNER, Silvana Vilodre. "A produção cultural do corpo." In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.) **Corpo gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo. Petrópolis, Vozes, 2003.

GOLDENBERG, Mirian (org). **Nu e vestido**: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GRIMAL, Pierre. **A mitologia grega.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANT'AANA, Denise B de. (org). **Políticas do Corpo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

_____, Denise, "Descobrir o corpo: uma história sem fim". **Educação e realidade**, vol.25, jul.-dez., p. 49/58. Porto Alegre. [s.e.]. 2000.

SIBILIA, Paula: "Imagens da Beleza pura: o corpo digitalizado." Festival Internacional de Linguagem eletrônica. 2007.

SOARES, Carmen Lúcia (org). **Corpo e História.** 3 ed. São Paulo: Autores Asssociados, 2006.

VIGARELLO, Georges. **História da Beleza:** o corpo e a arte de se embelezar, do renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

VINCENT, Gérard; PROST, Antoine. **História da vida Privada:** da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

REVISTAS:

Isto É, Editora Três, 15/11/1997.
Isto É, Editora Três, 28 /11/2007.
Marie Claire, Edição 103, out/99.
Veja, Abril, 06/2/2008.
Veja, Abril, (Disponível em: http://www.veja.com.br/ Acesso em: outubro 2007).
mailton:tommaso@terra.com.br. Acessado em: 05/03/2007.

FILMOGRAFIA

Título: O Diabo Veste Prada
Gênero: Comédia Romântica
Ano de Lançamento (EUA): 2006
Distribuidora: Fox

DISCOGRAFIA

Título: Não vou me adaptar
Compositor: Arnaldo Antunes
Álbum: Televisão (Titãs).
Gravadora: WEA
Ano de lançamento do álbum: 1985.

ARTE-MANHAS DA HISTÓRIA: NARRATIVAS SOBRE O AMOR EM ANA CRISTINA CÉSAR[89]

Telma Dias Fernandes[90]

> *Era uma vez um conde Del Mar que tinha o Rei na barriga. Era uma vez a princesa Anabela que resolveu furar a barriga do Conde. Anabela pegou um grande alfinete de fralda de nenê e quando o conde dormia, ela foi de mansinho, abaixou a ponte levadiça e espetou o alfinete na barriga do conde. Ouviu-se um grande estrondo: cate, pum! E uma fumaça preta como carvão envolveu o aposento do Del Mar. E Oh!, o que aconteceu? Lindo rei apareceu e o conde fidou magro! E Anabela quis logo casar com o rei.... E no dia do casamento? Ó céus!, ó mares! A princesa sai correndo e se atira no mar! Por que? Por que? Perguntam todos? Era porque as tripas do conde estavam NA MÃO DO REI" (Ana C, 1991) (grifo da autora).*

Esta historinha do rei bonito que sai da barriga do conde inicia o livro *Inéditos e dispersos* de Ana C. Escritos e desenhos de linhas infantis recebem o leitor nas primeiras páginas. São reminiscências de histórias contos de fadas da infância de Ana e de muitas infâncias por várias gerações, guardando alguns territórios até hoje, quando os jogos eletrônicos e os recursos virtuais constituem predominâncias nos afazeres lúdicos das crianças das camadas médias e mais abastadas, nicho social em que Ana C foi criada no Rio de Janeiro.

As recordações infantis emergem junto com noções acerca do amor ideal, da busca do príncipe encantado ensinada às meninas que após inglórios investimentos no amor romântico descobriam-se (descobrem-se) casadas com alguém com as mãos cheias de tripas.

> *Excluídas do processo de criação cultural, as mulheres estavam sujeitas à autoridade/autoria masculina. Virgínia Wolf, escritora e crítica literária inglesa que viveu nas primeiras décadas do século XX, comenta que durante séculos a mulher serviu de espelho mágico dotado do poder de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural. Sem isso, afirma, as glórias de todas as guerras seriam desconhecidas e os super-homens não teriam existido. A mulher serviu também de espelho mágico entre o artista e o Desconhecido, tornando-se musa inspiradora e criatura. Para poder se tornar*

[89] Este artigo se inscreve numa pesquisa sobre história do amor na literatura e, em relação a poeta Ana Cristina César , é um momento inicial das problematizações que envolvem esta autora. A sugestão Arte-manhas do título deste artigo vem do poema de Ana C.. Arte-manhas de um gasto gato, *Inéditos e Dispersos*

[90] Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Professora da Universidade Federal da Paraíba.

criadora, a mulher teria de matar o anjo do lar, a doce criatura que segura o espelho de aumento, e teria de enfrentar a sombra, o outro lado do anjo, o monstro da rebeldia ou da desobediência. O processo de matar o anjo ou o monstro refere-se à percepção das prescrições culturais e das imagens literárias que de tão ubíquas acabam aparecendo também no texto das escritoras. (TELLES, 2004, p.408

NormaTelles, neste texto sobre mulheres escritoras e seus escritos, se reporta a uma história de mulheres do século XIX. O depoimento de Virgínia Wolf, citado por Teles, é do inicio do século XX. Os escritos de Ana C, focalizados neste artigo, datam da segunda metade do século XX, período em que situo minhas análises e, embora a citação acima pertença a momentos anteriores, é possível tecer algumas aproximações no que se refere à representação produzida por Ana Cristina César. O artigo de Teles e publicações em revistas, femininas ou não, livros como os de Poliana, menina; Poliana moça, enfim, uma série de textos que se emaranham e que remetem a um padrão de comportamento feminino dominante ou daquilo que se deseja sejam os desejos femininos, ainda guardavam, entre as décadas de 1950 e 1970, estreitas relações com a afirmativa da escritora inglesa, Virgínea Wolf, quando este aponta para uma supervalorização da presença masculina na vivência das mulheres.

Neste artigo privilegio uma construção de sensibilidades inseridas no (con) texto do qual Ana C. participa e que não se reporta exclusivamente às práticas femininas. Entretanto, são horizontes que querem fazer verticais as questões em torno de um universo cultural que envolve as mulheres. Faz parte de uma preocupação feminista da década de 1970 e 1980 que participa da construção criativa de Ana C.

Toda mulher

A coisa que mais o preocupava
Naquele momento
Era estudo de mulher
Toda mulher
Dos quinze aos dezoito

Não sou mais mulher
Ela quer o sujeito
Coleciona histórias de amor (CÉSAR, 1991, p.131)

Participa da sua vida de poeta, jornalista e professora, participa de construções identitárias femininas. Está presente também nos versos

de Hilda Hilst. "Aflição de ser eu e não ser outra / Aflição de não ser, amor, aquela /Que muitas filhas te deu, casou donzela / E a noite se prepara e se advinha (2002, p.217) Ou quando Ana C. se afirma como: "sou uma mulher do século XIX disfarçada em século XX" (1991, p. 38).

Pensar o amor e o erotismo envolve quase sempre, na sociabilidade contemporânea, considerações sobre gênero (GIDDENS, 1993), ainda que não seja o meu enfoque específico neste artigo. Os versos de Ana C e de Hilda Hilst que cito remetem a um olhar feminino posto na encruzilhada do amor romântico e do amor livre. São momentos significativos nos quais mulheres saem dos casulos, elaboram problematizações acerca dos seus afetos, dos espaços que ocupam, de como se vêem e de como são vistas.

A escrita de Ana C. é parte das representações produzidas por e sobre estes perfis femininos e se insere no âmbito de narrativas transgressoras que treinam o nosso olhar para perceber conflitos. A liberação do erotismo, dos prazeres sensuais convive com antigas e novas exigências que impõem limitações, amarras. A culpa cristã ora se associa ao preconceito forjado no âmago das lutas políticas, da revolução por sociedades justas e iguais, ora está junto com o clamor da culpa adquirida nos divãs dos analistas. Ou ainda convivem num amalgama de todas as culpas. (BAUMAN,2001).

A narrativa que se voltava para os afetos, considerando as sensibilidades como de importância profunda para a vida, enfrentava a resistência dos que desejavam investir todas as energias nas causas políticas revolucionárias como enfrentavam resistências do comportamento moral dominante e politicamente conservador, partidário do governo militar. Ambos eram conservadores em relação às práticas amorosas, aos papéis de gênero.

Na segunda metade do século XX, o mundo de valores ocidentais parecia enfurecer-se: Ética, estética, política, costumes e desejos. Tudo em mutação. A experiência histórica desse período é a experiência do estranhamento.

Parte da literatura, principalmente aquela entendida como literatura marginal, expressão de uma contracultura, tem muito da literatura confessional que compreende a narrativa literária perpassada pelas experiências do vivido pelo próprio autor.

Ao ser entrevistado por Isabel Lustosa, Chartier discute a história autobiográfica:

> *Outro aspecto da ilusão biográfica ou autobiográfica é pensar que as coisas são muito originais, singulares, pessoais, quando são, na verdade, freqüentemente, experiências coletivas, compartilhadas com as pessoas pertencentes a uma mesma geração. Ao fazer um relato autobiográfico é quase impossível evitar cair nesta dupla*

ilusão: ou a ilusão da singularidade das pessoas frente às experiências compartilhadas ou a ilusão da coerência perfeita numa trajetória de vida (http://www.casaruibarbosa.gov.br/).

A narrativa confessional encontra razões de críticas na historiografia, mas a produção historiográfica que se remete a esta possibilidade tem crescido entre os historiadores culturais. Os historiadores costumam produzir uma reflexividade atenta às armadilhas que emergem da história de si. A literatura confessional e a historiografia confessional ou história de si, (GOMES, 2004) tem construído ubíqua parceria.

Ao nos debruçarmos sobre representações acerca de formas de amar é necessário estabelecermos comparações, efetuarmos cruzamentos entre as maneira de representar, problematizar as nossas fontes. Dominique Simonnet chama a atenção para evitar "[...] símbolos enganadores" (2003,p.9). Quando se aponta historicamente a década de 1960 como um momento pontual de rupturas, de resignificações, é preciso ter claro que padrões de valores e comportamentais não se alteram magicamente.

Através da literatura, neste caso uma literatura com rasgos biográficos significativos, é possível problematizar a historicidade, intentando não perceber a narrativa literária como um reflexo mas como representação. A história e a ficção se constituem como formas de representar o passado e de articulação com a memória (CHARTIER, 2009)

A década de 1970, na perspectiva literária, está marcada pela literatura considerada marginal, inferior ou nanica como aparece na crítica literária, principalmente aquela produzida no período mais próximo a própria produção artística (FARIA, DINIZ, MONTEIRO, WERNECK, 2006). Uma narrativa literária que se voltou para o cotidiano e/ou para nuances do íntimo, intestina -, provocando repúdio de significativos setores da crítica literária porque negava as formalidades de estilos literários. Buscavam uma linguagem coloquial, próxima à fala das pessoas nas ruas. Falavam em sexo, quase explícito, e rejeitavam um aparato poético sublime. Não só a forma e o conteúdo dos versos e prosas causaram estranhamentos, também a edição e distribuição muitas vezes se faziam de forma amadorística, os próprios autores e amigos imprimindo e distribuindo. Para muitos leitores e críticos literários é ainda hoje uma literatura marginal, nanica e sem valor poético.

Para outros setores da crítica literária, principalmente após os estudos e publicações de Heloísa Buarque de Holanda e em se tratando, mais especificamente, dos que se ligaram à vida intelectual/artística do Rio de Janeiro, há um crescente reconhecimento desses literatos como

uma expressão de uma historicidade que intentava expressar os desejos e percepções que não eram a dos militantes políticos revolucionários de esquerda, tampouco dos militares e dos seus simpatizantes e ainda dos críticos quanto ao ambiente intelectual, fosse interno ou externo às Instituições universitárias. Momentos pontuais de uma historicidade de que fez parte a contracultura. Havia vida inteligente para além das polarizações de direita e esquerda e das instituições intelectuais.

Em 1976, Heloísa Buarque de Holanda publicou um livro em que aglutinava vários poetas da geração 1960/1970. Eles têm muitos pontos de encontros nas suas trajetórias, ainda que a noção de características de gerações tenha um quinhão complexo de abstração. Quando se fala da geração dos finais dos anos 1960 e década de 1970, é necessário ressaltar que se está diante de um quadro cultural multifacetado. O que se aponta como uma geração portadora de uma fisionomia rebelde, que resignificou necessidades afetivas e questionou perspectivas éticas e comportamentais se está falando de uma parcela pequena no conjunto social. Os desdobramentos das ousadias são posteriores ao que nomeamos como geração de setenta embora atravessem o cotidiano como se fossem práticas de sempre: lutas pelos direitos femininos, as questões pertinentes à sexualidade, principalmente em relação a sexualidade feminina e ao homoerotismo, preocupações de engajamentos em lutas pela preservação do meio-ambiente, alimentação: São práticas de politização dos corpos e dos seus movimentos.

> *Enquanto leio meus seios estão a descoberto. É difícil concentrar-me ao ver seus bicos. Então rabisco as folhas deste álbum. Poética quebrada pelo meio.*
> *Enquanto leio meus textos se fazem descobertos. É difícil esconde-los no meio dessas letras. Então me nutro das tetas dos poetas pensados no meio seio. (CÉSAR, 1991, p. 94)*

O poder é exercício e não algo concreto que se encontra como propriedade de algum grupo social. As relações de poder são relações corporais assim como o seio que se mostra e descobre o texto que se esconde.

O Brasil, entre 1960 e 1990, vivia o período do autoritarismo político. Muitos jovens, motivados pela vontade de liberdade, foram absorvidos e absorveram as lutas revolucionárias, estruturadas principalmente em algumas leituras marxistas da revolução proletária. Para aqueles que se envolviam com a luta armada, com a revolução proletária, contra o governo militar diretamente -, pensar os afetos, os papéis culturalmente construídos para homens e mulheres era algo de

somenos importância. Antes das filigranas, como eram interpretados os afetos, era preciso casa, comida, trabalho. E era mesmo preciso casa, comida e trabalho. Também educação, saúde. Mas não sem lazer, mas sem abdicar do lúdico e da libidinagem. A luta de classes não contemplava todas as relações autoritárias. Estas perpassavam as convivências familiares, o ambiente educacional, as relações amorosas. O autoritarismo em relação aos comportamentos e códigos morais desejáveis se expressava inclusive nos mais diversos grupos revolucionários.

Ana C. fez parte daqueles jovens que não apenas se preocupavam com as relações diretamente vinculadas com o governo militar e o seu projeto sócio-político: ausência de facções partidárias livres, impedimento de associações de todos os naipes, inclusive estudantis, torturas, prisões. Se a relação teoria/pesquisa, a relação professor/aluno eram passíveis de questionamentos, elas incluíam relações de poder que pertenciam mas não se restringiam às interdições promovidas pelo executivo, judiciário e legislativo, pelos poderes da república autoritária e militar.

Os poetas marginais, o que para Heloísa significava aqueles que produziam poesia mantendo-se fora dos cânones oficiais de estilo, de valor estético, de regras gramaticais e comportamentais, e em grande parte por opção de não se render ao sistema ou ainda porque o sistema não os absorvia -, eram poetas que não publicavam pelas grandes editoras. Ana C. fez suas primeiras publicações com recursos próprios, produzindo os livros ela mesma

Para muitos críticos literários, aqueles eram escritos não de poetas, artistas quaisquer que sejam. Eram escritos de ilustres desconhecidos que assim deveriam permanecer. Afinal, tantos palavrões, tantas alusões à sexualidade, tantas histórias de amor pouco românticas e tantos assassinatos gramaticais constituíam algo que poderia servir como fonte pra muita coisa, menos a "verdadeira" poética.

Algumas ou, talvez, mais apropriadamente, todas as publicações circulavam pelos bares, passavam de mãos e mãos amigas e conhecidas, embriagadas, dopadas por ruas e becos. Muitos desses escritos foram esquecidos, criaram bolor, serviram de embrulhos ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 e são principalmente da década de 1970. Alguns dos perfis que permitem esboçar as características da literatura marginal, parte do arcabouço da contracultura, permitiram que muitos se arvorassem à condição de poetas. Tudo seria permitido.

Ana Cristina emerge deste arcabouço crítico de forma heterodoxa. Uns a acusam de plágio (GASPARI), outros defendem a escritora como um ícone pontual de uma nova escrita, uma escrita das citações livres. Mas não só isso. Ana C, como gostava de ser chamada, parece ter conquistado direitos de inserção entre tendências plurais da poética. Drummond lhe

fez um poema, exorcizando saudades.

Ausência

Por muito tempo achei que ausência é falta
E lastimava, ignorante, a falta..
Hoje não a lastimo.
Não há falta na ausência.
Ausência é um estar em mim.
E sinto-a tão pegada, aconchegada nos meus braços
Que rio e danço e invento exclamações alegres.
Porque a ausência, esta ausência assimilada,
Ninguém a rouba mais de mim.
(ANDRADE apud CÉSAR, 1991, p. 147)

Pensar a poética de Ana C e problematizar a historicidade a partir da produção literária de que esta autora faz parte se insere em um movimento de resignificação produzido pela contemporaneidade, que inscreve os poetas marginais ou parte desses no catálogo das grandes editoras. Seus arautos usam becas e vão às bancas de qualificação das universidades brasileiras e de outras paragens. Ganharam o espaço de uma fala que problematizou e se pontua como possibilidades acerca do momento ditatorial do Brasil e dinâmica da cultura Pop, contracultura, literatura marginal.

Ana C. se projeta como uma poeta marginal, mas é também jornalista, professora, aluna de letras que se inseriu na vida acadêmica e a criticou. Ítalo Moriconi, no livro *Ana Cristina César* fala da sua briga ainda no curso de graduação de Letras contra os estruturalistas como teóricos predominantes para os estudos literários.

Estou muito compenetrada no meu pânico.
Lá de dentro tomando medidas preventivas.
Minha filha, lê isso aqui quando você tiver perdido as esperanças como hoje. Você é meu único tesouro. Você morde e grita e não me deixa em paz mas você é meu único tesouro. Então escuta só; toma esse xarope, deita no meu colo, e descansa aqui; dorme que eu cuido de você e não me assusto; dorme, dorme.
Eu sou grande, fico acordada até mais tarde. (CÉSAR, lumiarte.com)

Os estudos literários, ainda que revestido de importância acadêmica não figuravam como únicas preocupações. Escritos de Ana Cristina como de muitos outros literatos e músicos que produziram nesta época estavam apontando para questões políticas e afetivas com horizontes alargados. Ana C era adolescente em 1968 e suas preferências, no que se refere aos movimentos estudantis, se voltavam para a poesia e para questões acadêmicas. Entre os poetas, seu olhar inseriu-se nos versos marginais, aqueles pra quem a ordem pouco tinha a oferecer. Nem o Estado, nem a Revolução. A poética da década de 1970 reconhecia-se, ela mesma, como poética marginal, porque se desejava integrando um grupo que não fosse conivente com a ordem, com a censura, com o autoritarismo.

> *Quero te explicar isso, te passar este quarto imóvel com tudo dentro e nenhuma cidade fora com redes de parentela.*
> *Aqui tenho maquininhas de me distrair, tv de cabeceira, fitas magnéticas, cartões postais, cadernos de tamanhos variados, alicate de unhas, dois pirex e outras mais. Não tem nada lá fora e minha cabeça fala sozinha, assim, com movimento pendular de aparecer e desaparecer. Guarde bem este quarto parado, com maquininhas, cabeça e pêndulo no coração. Fiz uma penteadeira com Bogart e Bacall, très chic. Pronto, acabei esse assunto de quartinho cultural, mas guarde bem – para mais tarde. Fica contando ponto.(CÉSAR, lumiarte.com)*

Parte significativa da juventude nos anos 1970/1980 tencionava a criação de mundos plurais e com outros padrões de normatividade, inclusive no sentido de absorver diversidades, perfis multifacetados. Sofriam existencialmente a ousadia de recriar sentidos. "eu queria/ ao menos manter descerradas as cortinas/na impossibilidade de tangê-las // eu não sabia/ que virar pelo avesso/ era uma experiência mortal. (CÉSAR, 1991, p.45)

A. Corbin (1987) sublinha as dificuldades dos historiadores culturais quando abordam os universos dos afetos porque todos os mecanismos de investigação e análises não são suficientes e adequados quando o objeto tangencia as emoções. São objetos hostis às mensurações.

Mas, devo apontar fragmentos quanto ao amor nos versos de Ana C.

> *Imagino como seria te amar*
> *Teria o gosto estranho das palavras*
> *Que brincamos*
> *E a seriedade de quando esquecemos*

Quais palavras
Imagino como seria te amar:
Desisto da idéia numa verbal volúpia
E recomeço a escrever
Poemas. (CÉSAR, 1991, p.89)

Não se ama como sempre, não há uma essência amorosa, o amar é histórico. Inventamos formas de sentir tanto quanto inventamos os nossos sentimentos, ainda que pareçam essenciais.

A partir dos anos de 1960 (SOHN, 2003) o amor, sexo e casamento deixam de ser obrigatoriamente ungidos em um mesmo ato, em uma mesma vivência. O discurso sobre o amor ganha contornos transgressores, ainda que predomine o ideal de amor romântico e se imponha socialmente o comportamento dos amores convenientes e comportados.

Emerge das reconfigurações éticas, políticas e comportamentais possibilidades de amores plurais, amores que não se pautam necessária e privilegiadamente pelas convenções sociais estabelecidas na normatividade dominante. Os amores podem não se definir pelo sexo biológico. Podem ser rápidos, de um momento. A história da liberação feminina e da homoafetividade são também construções pontuais nessa reconfiguração amorosa.

O prazer sexual ganha contornos que muitas vezes supera a própria exigência, tão própria de momentos românticos, do amor. Entre as décadas de 1960 e 1990 o prazer parecia obrigatório e entre a liberação sexual, principalmente na história das mulheres, e a AIDS, tudo seria possível.

> *[...] havia uma conjunção muita propícia ao amor livre: uma situação econômica florescente [...], um otimismo delirante à direita bem como a esquerda (o câncer ia ser aniquilado, o infarto do miocárdio liquidado), ausência de doenças venéreas [...]. Todas as combinações eróticas eram possíveis, sem outros riscos senão uma gonorreiazinha ou o cansaço físico. De uma hora pra oura o sujeito amoroso podia se imaginar vagueando entre seus desejos, sem freios, nem penalidades. A ciência vencera a velha idéia do pecado sexual. A liberdade parecia não ter limites. Esse era, pelo menos, o clima da época. (BRUCKNER, 2003, p.146)*

Pascoal Bruckner fala sobre a história da França, inclusive aludindo a maio de 68 como o momento culminante de uma dinâmica que fez implodir as regras e as imposições das igrejas, das famílias, dos partidos, enfim, uma emancipação do indivíduo. Mas podemos ampliar para sentidos de construções afetivas para além da experiência francesa, na perspectiva do amor líquido de Zigmun Bauman

Na história do amor construída no Ocidente o amor, o prazer, as formas de vivência da sexualidade e as conjunções (casamentos) tem estado associados ou dissociados e em gradações as mais diversas. Nem sempre sexo significou prazer, (como durante muito tempo nessa história ocidental para a maioria das mulheres) ou amor esteve associado ao sexo ou formas de casamento a um, outro ou ambos. (SIMONNET, 2003).

Na emergência desses amores livres e liberados, o sexo e o prazer sexual ganharam contornos de fetiche e obrigatoriedade. "[...] A sexualidade era o prolongamento da religião, a forma mais imediata e mais acessível de redenção". (BRUCKNER, 2003, p.152). Barthes(1987) expressa estranhamento diante da entronização do sexo. Em *Fragmentos de um discurso amoroso*, Roland Barthes aciona uma alerta de que não há por que se envergonhar desse sentimento, do sentimento amoroso.

Wilhelm Reich (BRUCKNER, 2003) pensou a repressão ao sexo, a interdição ao prazer como o que alimentou os recalques e consubstanciou, entre outras mazelas, os vários autoritarismos políticos e nas relações sociais como um todo, familiar, por exemplo, assim como nas relações afetivas. Foucault, Deleuze e Guattari (BRUCKNER, 2003, p.154) percebem na emergência do amor livre uma construção do sexo como neutralizador de todas as pulsões ruins, o sexo adquiriu uma face de terror, de obrigatoriedade. Focault insiste, em seus diversos trabalhos, inclusive ao se referir às questões que atravessam a sexualidade e às relações amorosas, na premência de perceber as descontinuidades, e as multiplicidades. É preciso inventar novas possibilidades de construções amorosas.

O amor que não se quer romântico, nem obrigatório. O amor não reporta necessariamente a um estado civil, a uma situação social. Amores líquidos, sucessivos amores e plurais.

Acreditei que se amasse de novo
esqueceria outros
pelo menos três ou quatro rostos que amei
Num delírio de arquivística
organizei a memória em alfabetos
como quem conta carneiros e amansa
no entanto flanco aberto não esqueço
e amo em ti os outros rostos (CÉSAR, 1991, p.)

Mary Del Priori em *História do amor no Brasil* discute o amor em diversos (con) textos, percorre diversas formas sob as quais o discurso do

amor se apresenta, pelas quais se faz. Cada contingência histórica enseja suas formas de amar.

A flauta muda

Na saída
Tua mão agarra meu nariz
Tirito ainda da ópera gelada
O comboio da dor desce pelos bairros destreinados
Horas altas e a mãozinha a sacudir esse nariz
Em saudação
Do vagão inexpressivo viaduto
Tremo sem libreto (CÉSAR, 1991, p.101)

Z. Baumam discute em *Amor Liquido*(2004) *e Modernidade Liquida*(2001) regimes de sociabilidade contemporâneos, inclusive, produzindo uma analogia entre momentos da experiência moderna. Nestes estudos, focaliza em relevo o amor, a sexualidade, o erotismo. Amor liquido é o amor que se dissociou dos cânones românticos e elidiu da sua prática o eterno, na saúde e na doença, na alegria e na tristeza. O amor em um beijo:

Um beijo

que tivesse um blue.
Isto é
imitasse feliz a delicadeza, a sua,
assim como um tropeço
que mergulha surdamente
no reino expresso
do prazer.
Espio sem um ai
as evoluções do teu confronto
à minha sombra
desde a escolha
debruçada no menu;
um peixe grelhado
um namorado
uma água

sem gás
de decolagem:
leitor embevecido
talvez ensurdecido
"ao sucesso"
diria meu censor
"à escuta"
diria meu amor (CÉSAR, 1991, p151.)

A narrativa de Ana C convida a perceber que os símbolos utilizados para falar de amor, para construir um sentido amoroso passeia por ícones multifacetados. "Faz três semanas/ espero/ depois da novela/ sem falta/ um telefonema/ de algum ponto/ perdido/ do país." (CÉSAR, 1991,p.130) Um amor singelo que expressa a própria saudade da mesma forma, utilizando uma narrativa que pode ser comum a quaisquer formas de amar.

Nada disfarça o apuro do amor.
Um carro em ré. Memória da água em movimento.
Beijo.
Gosto particular da sua boca. Útimo trem subindo ao céu.
Aguço o ouvido.
Os aparelhos que só fazem som ocupam o lugar
Clandestino da felicidade
Preciso me atar ao velame com as próprias mãos.
Singar.
Daqui ao fundo do horto florestal ouço coisas que
Nunca ouvi, pássaros que gemem. (CÉSAR, 1991, p.196)

Entretanto, uma narrativa que não explicita sexo biológico a quem evocam os versos amorosos. Os versos de Ana C parecem fugir dos endereços certos, são amores sem rótulos. O poema que transcrevo abaixo diz de uma despedida, não importa quais amores se despedem. É claro que um único poema não pode servir como representação do que afirmo, mas, sim, um olhar sobre os poemas aqui transcritos e, sobretudo, um debruço sobre as publicações poéticas de Ana Cristina.

A ponto de

Partir, já sei
Que nossos olhos
Sorriam para sempre
Na distância
Parece pouco?
Chão de sal grosso, e ouro que se racha
A ponto de partir, já sei que nossos olhos sorriem na distância
Lentes escurissimas sob os pilotis (CÉSAR, 1991, p.197)

A literatura de Ana C emerge como uma narrativa poética pontuada pela delicadeza e pelo amor a palavra.

Flores do mais

devagar escreva
uma primeira letra
escrava
nas imediações
construídas
pelos furacões;
devagar meça
a primeira pássara
bisonha que
riscar
o pano da boca
aberto
sobre os vendavais;
devagar imponha
o pulso
que melhor
souber sangrar
sobre a faca
das marés;
devagar imprima
o primeiro
olhar
sobre o galope molhado

dos animais; devagar
peça mais
e mais e
mais (CÉSAR, 1991, p. 97)

***

REFERÊNCIAS:

http://www.casaruibarbosa.gov.br/
http://www.revista.agulha.nom.br/anac.html
http://www.lumiarte.com/luardeoutono/accesar.html
http://www.angelfire.com/ri/casadosol/criticacfa.html
http://www.lumiarte.com/luardeoutono/luvapelica2.html
http://www.lumiarte.com/luardeoutono/accesar.html
D:\Arquivos_Anais\Artigos Completos\Telma Dias Fernandes.pdf

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Caio Fernando. Caio **3D. O essencial da década de 1970.** Rio de Janeiro: Agir, 2005.

_____, Caio Fernando. **Morangos mofados.** Rio de Janeiro: Agir, 2005.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Ausência. IN: CÉSAR, Ana Cristina. **Inéditos e dispersos.** 2ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso.** Lisboa; Edições 70, 1987.

BATAILLE, Georges. **O erotismo.** São Paulo: Arx, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Liquida.** Tradução de Plínio Dentziem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

_____, Zygmunt. **Amor liquido.** Sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de
Carlos Alberto Medeiros. Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BRUCKNER, Pascal. A revolução sexual: gozemos sem entraves. IN: SIMONNET, Dominique ET ali. **A mais bela história do amor:** do primeiro casamento na pré-história à revolução sexual no século XXI. Tradução de Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CESAR, Ana Cristina. **A teus pés.** São Paulo: Ática, 1999.

_____, Ana Cristina. **Inéditos e dispersos.** 2ed. São Paulo: Editora Brasiliense,

1991

CHARTIER, Roger. Entrevista a Isabel Lustosa, disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/, acessado em fevereiro de 2008.

_____, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1990.

_____, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores.** O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. Tradução de Ligia Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

DEL PRIORI, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil.** 7ed. São Paulo: Editora UNESP & Editora Contexto, 2004.

_____, Mary. **História do amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

_____, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia.** v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia.** v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

ERTZOGUE, Marina H. & PARENTE, Temis G. (org). **História e sensibilidade.** Brasília: Paralelo 15, 2006.

FERNANDES, Telma Dias. **Uma leitura da história pelas mãos da autobiografia:** a história em forma de sons, cheiros e tons. a história em forma de desejos. João Pessoa: 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999

GASPARI, Hélio. **A aluna era brilhante, mas plagiou a professora.** Disponível em http://www.revista.agulha.nom.br/hgaspari.html, acessado em maio de 2008.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP,1993.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro:

FGV, 2004.

HILST, Hilda. **Exercícios.** Rio de Janeiro: Editora Globo, 2002.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de e GONÇALVES, M. A. **Anos 70:** ainda sob a tempestade. Rio de Janeiro: Aeroplano: Senac Rio, 2005.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **26 poetas hoje (Org).** Rio de Janeiro: Aeroplano, 1976.

LEMINSKI, Paulo. **Distraídos venceremos.** 5ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

MAIA, Antonio Cavalcanti. Deleuze leitor de Foucault: Elementos para uma crítica da cultura contemporânea. IN: RAGO, Margareth & VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs) **Figuras de Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MORICONI, Ítalo. Ana Cristina César. **O sangue de uma poeta.** Coleção Perfis do Rio. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1996

NÓBREGA, Elisa Mariana Medeiros. **Histórias de confissões e de leituras:** a emergência histórica da edições GLS. Tese de doutorado. Recife: UFPE/PPGH, 2006.

PAZ, Octávio. **Labirinto da solidão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura - o testemunho na Era das Catástrofes.** Campinas: UNICAMP, 2003.

SIMONNET, Dominique ET ali. **A mais bela história do amor:** do primeiro casamento na pré-história à revolução sexual no século XXI. Tradução de Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

SOHN, Anne-Marie. O poder de dizer não. IN: SIMONNET, Dominique ET ali. **A mais bela história do amor:** do primeiro casamento na pré-história à revolução sexual no século XXI. Tradução de Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Difel, 2003

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. IN: DEL PRIORI, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil.** 7ed. São Paulo: Editora UNESP & Editora Contexto, 2004.

VENTURA, Zuenir. **1968 - o ano que não terminou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

A PARAÍBA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A OLIGARQUIA DE ÁLVARO MACHADO (1892-1912)

Monique Cittadino[91]

O MOVIMENTO REPUBLICANO NA PARAÍBA E A GESTÃO VENÂNCIO NEIVA.

A luta, na Paraíba, pela implantação da República caracterizou-se por sua fragilidade e apatia, não se registrando a existência de um partido, jornal ou clube republicano com atuação local. A elite política dominante, apesar das suas disputas e divisões internas, identificava-se em bloco com o regime monárquico que atendia aos seus interesses sócio-econômicos, de tal forma que permanecia fiel ao Imperador e seu regime.

A imprensa paraibana, majoritariamente favorável à monarquia, procurou neutralizar a propaganda republicana. Contudo, não podendo ignorar e ocultar a existência e o avanço da campanha em âmbito nacional, alguns jornais locais abriram espaço para a veiculação dos novos ideais através de colunas como "Movimento Republicano", no jornal Gazeta do Sertão, e "Secção Republicana" na Gazeta da Paraíba.

A inexpressividade do movimento republicano local não impediu, contudo, a existência de paraibanos que advogassem a implantação da República. Convém salientar, entretanto, que a atuação desses políticos deu-se fora do estado: Aristides Lobo foi o líder da ala radical do Partido Republicano e, juntamente com Manuel Acauã, assinou o Manifesto Republicano, em 1870, no Rio de Janeiro; João Coelho Lisboa percorreu diversas províncias divulgando a causa republicana; Maciel Pinheiro e Albino Meira tiveram posição de destaque no movimento pela sua atuação em Pernambuco. (MELLO, 1982:9; RODRIGUES, 1989:14)

As primeiras notícias a respeito da implantação da República chegaram a Paraíba ainda no dia 15 de novembro e suscitaram dúvidas a respeito de sua credibilidade. Após a confirmação oficial, contudo, não conseguiram promover qualquer manifestação de resistência nem tampouco de apoio ou entusiasmo por parte da população ou das lideranças políticas locais. Na verdade, não se verificaram alterações

[91] Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFPB. Mestre em Ciências Sociais pela UFPB e doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

substanciais na cultura política local:

> *O meio político (...) permaneceu basicamente conservador, ferozmente católico romano e incondicionalmente hierárquico e familiar em seus relacionamentos interpessoais. Também não modificou sua dependência em relação à fraude eleitoral, à intimidação violenta e à guerra privada entre famílias como os expedientes principais para alcançar e manter a hegemonia política. (LEWIN, 1993:206)*

As lideranças política locais, de imediato, a despeito de não terem defendido o republicanismo, procuraram, dentro de um pragmático espírito adesista, abraçar a causa republicana, tratando de instituir o novo governo. No dia 18, foi confirmada a deposição do então presidente da província, Gama Rosa, substituído por uma junta governativa presidida pelo tenente-coronel Honorato Ferreira Caldas.[92]

A junta governativa, em função de desentendimentos internos e dos desmandos do seu líder, teve vida curta. A 6 de dezembro, chegava a capital, vindo de Catolé do Rocha, onde exercia o cargo de juiz de direito, o novo governador indicado pelo Governo Provisório, Venâncio Neiva.[93] Simultaneamente, eram nomeados seus assessores diretos: Epitácio Pessoa[94], designado secretário geral, e João Coelho Lisboa, chefe de polícia do estado, substituído, posteriormente, por José Antonio Maria da Cunha Lima.[95]

Venâncio Neiva, em seu governo, buscou organizar o estado, adequando-o ao novo regime republicano federativo. Em 25 de abril de 1891, foram convocadas eleições para o Congresso Constituinte Estadual,

---

[92] Desta junta ainda participavam os capitães João Claudino de Oliveira Cruz e Manoel de Alcântara Coutinho, o tenente Arthur José dos Reis Lisboa e os civis Antonio da Cruz Cordeiro Sênior, Manoel Carlos Gouveia, Tomaz Mindelo, Eugênio Toscano de Brito e o Barão do Abiahy, líder do Partido Conservador, e um dos mais vigorosos defensores do regime monárquico.

[93] A designação de Venâncio Neiva para o governo estadual da Paraíba deu-se por força da influência de seus dois irmãos, os coronéis João e Tude Soares Neiva, militares paraibanos com importante projeção no movimento republicano nacional e que participaram, juntamente com Deodoro da Fonseca, da deposição de D. Pedro II.

[94] Epitácio Pessoa era filho do coronel José da Silva Pessoa e de Henriqueta Barbosa de Lucena, irmã do futuro governador de Pernambuco, o barão de Lucena. Seus pais tinham origem naquele estado, onde a família era proprietária rural. Com a morte do avô materno de Epitácio, o casal migrou para Umbuzeiro, na Paraíba, a fim de tomar posse da fazenda Prosperidade, que pertencia ao pai de Henriqueta. Ainda garoto, Epitácio ficou órfão, passando, então, juntamente com seus irmãos, a viver em Recife, onde residiam os parentes. Epitácio não foi criado pelo barão de Lucena, e, sim, por uma das suas tias, permanecendo em Recife até concluir a Faculdade de Direito. Entretanto suas ligações com o Barão sempre foram próximas, o que lhe valeu, inclusive, a indicação para o cargo de secretário de estado do governo de Venâncio Neiva e a subseqüente vaga de deputado federal pela Paraíba, aos 26 anos. Cf. LEWIN, 1993:144-154.

[95] Naquela ocasião, ainda não existia a figura dos secretários de Estado, de forma que os principais assessores de um governador eram o secretário geral e o chefe de polícia.

instalado a 25 de junho, com as funções de eleger o novo governador e aprovar a primeira constituição estadual republicana. Em junho daquele ano, Neiva foi confirmado no cargo, para um mandato de 4 anos como governador, e, em agosto, foi promulgada a nova constituição. Ele procurou, ainda, organizar o Poder Judiciário e garantir a organização administrativa do estado, agora dividido em municípios, cujo poder executivo seria exercido por um prefeito.

Quanto às disputas políticas provenientes da implantação de um novo regime de governo, Venâncio Neiva fracassou em sua tentativa de garantir o convívio entre interesses opostos. Segundo Inês Caminha,

> *Venâncio Neiva tenta implantar um governo de coalisão, procurando harmonizar os grupos contrários, nascidos das divergências remanescentes do regime anterior. Essa harmonia não se viabilizou, e logo os atritos começaram a ocorrer. (RODRIGUES, 1989:22)*

Neste sentido, em abril de 1890, configura-se a ruptura entre Neiva e o Barão de Abiahy, ex-correligionário, que redundará na apresentação de duas chapas adversárias para escolha dos candidatos ao Congresso Constituinte Nacional, em setembro daquele ano.[96] Apesar de vitoriosa a chapa situacionista, consolida-se a formação de um bloco oposicionista ao governo do estado.[97] Posteriormente, em janeiro de 1891, nova defecção nas bases governistas é registrada com a demissão de Coelho Lisboa do cargo de chefe de polícia do estado. A partir de então, Coelho Lisboa torna-se o principal representante da oposição a Venâncio Neiva, notabilizando-se pelo rigor das suas críticas à gestão venancista.

A IMPLANTAÇÃO DA OLIGARQUIA ALVARISTA

Em dezembro de 1891, por força da deposição de Deodoro da Fonseca e sua substituição por Floriano Peixoto na presidência da República, dá-se, na Paraíba, a queda de Venâncio Neiva e dos grupos oligárquicos a ele vinculados. Assumiu o poder uma junta governativa constituída pelo coronel Cláudio Savaget e pelos civis Eugênio Toscano

[96] Venâncio Neiva havia pertencido, juntamente com o Barão do Abiahy, ao Partido Conservador. No momento da disputa ao Congresso Constituinte, os dois rompem e a maior parte dos antigos conservadores faz opção por manter-se ao lado de Neiva.

[97] Os três candidatos venancistas ao Senado foram o general Almeida Barreto, o coronel João José Soares Neiva e Firmino Gomes da Silveira. Para a Câmara dos Deputados, elegeram-se João da Silva Retumba, Antonio Joaquim do Couto Cartaxo, João Batista de Sá Andrade, o pinto Pedro Américo e Epitácio Pessoa. A Assembléia Constituinte Estadual ficou constituída prioritariamente por antigos Conservadores e por alguns Liberais que prestaram apoio ao venancismo.

de Brito e Joaquim Fernandes de Carvalho, e que buscou desmontar os fundamentos de organização do Estado instituídas por Venâncio Neiva. Assim, declarou sem efeito a Constituição Estadual promulgada naquele mesmo ano; dissolveu o Congresso Constituinte, convocando eleições para uma nova Assembléia e revogou as medidas relativas à organização do poder Judiciário. Finalmente, dispostos a atingir as bases de sustentação do domínio oligárquico recém estabelecido pelo ex-governador, os integrantes da junta promoveram a deposição de prefeitos municipais ligados ao venancismo.[98]

Face à situação de instabilidade política em que mergulha o estado, essa segunda junta governativa foi destituída a 18 de fevereiro de 1892, quando assume, como presidente de Estado indicado pelo Marechal Floriano, Álvaro Machado[99], a quem os antigos liberais do interior da Paraíba tenderam a se vincular. Apesar de afastado da Paraíba e sem experiência administrativa anterior, Álvaro Machado garantiu a implantação de um dos mais longevos domínios oligárquicos do período republicano brasileiro: assumindo o poder em 1892, a oligarquia alvarista dominou a política estadual ao longo dos 20 anos seguintes (1892/1912), muito embora esse domínio não tenha sido absoluto, já que teve de enfrentar a oposição por parte dos venancistas alijados do poder no final de 1891.

Ao assumir o governo, Álvaro Machado buscou montar uma base político-partidária que lhe desse sustentação; assim, em março de 1892, criou o Partido Republicano da Paraíba (PRP), que, embora constituído indiscriminadamente por políticos integrantes dos antigos partidos Liberal e Conservador, giraria, posteriormente, em torno do apoio dos Liberais. Por outro lado, o tom de conciliação política que caracterizaria o documento de criação do partido seria desmentido, na prática, pelo alijamento de todos os integrantes do venancismo do Congresso Constituinte responsável pela elaboração da segunda Constituição estadual, uma vez que tal Congresso foi integrado unicamente por membros do PRP.

---

[98] A substituição efetuada no município de Areia fez com que o chefe político local, José Antonio Maria da Cunha Lima, à frente de sua milícia privada, invadisse a sede da prefeitura e depusesse o novo prefeito, além de ter apreendido o arquivo público municipal. (RODRIGUES 1989:30).

[99] Álvaro Machado, oriundo do município de Areia, mas que desde os 13 anos não morava no estado, deveu sua indicação ao cargo de presidente de estado da Paraíba às influências familiares e ao fato de ser engenheiro militar. Assumiu o governo vindo de Salvador e, com o apoio do monsenhor Walfredo Leal, de tradicional família areiense com a qual os Machado tinham estreitas ligações, formou uma das mais fortes oligarquias da política paraibana. Governou a Paraíba entre os anos de 1892 e 1895, quando se licenciou para disputar uma vaga ao Senado. Eleito, transferiu-se novamente para o Rio de Janeiro, exercendo, sucessivamente, o cargo de senador pela Paraíba até 1912, ano de sua morte. O fato de não se fixar no estado, entretanto, não o impediu de controlar a política paraibana, estabelecendo a hegemonia de seu grupo oligárquico.

Para contrapor-se ao alvarismo, e contando com o apoio de seu ex-secretário de estado, o então deputado federal Epitácio Pessoa, que passaria a desenvolver uma carreira de projeção nacional[100], Venâncio Neiva cria, em 1892, o Partido Autonomista, constituído por oponentes à política de Álvaro Machado. Contudo, ao longo da década de 90, os integrantes do Partido Autonomista e os antigos conservadores ficaram absolutamente ao largo das instâncias de poder local: em 1892, Álvaro Machado garantiu a sua permanência no governo, sendo eleito para um mandato de 4 anos (1892-1896)[101]; nas eleições para os Conselhos Municipais, em 1893, o governador procedeu a uma modificação da legislação eleitoral, sobretudo quanto à constituição das mesas eleitorais e ao processo de apuração, conquistando, assim, todos os governos municipais; nas eleições para o Congresso Nacional, em 1894, os candidatos alvaristas conquistaram as 5 vagas para a Câmara e a única vaga em disputa para o Senado[102]; nas eleições de 1896, quando Gama e Melo substituiu Álvaro Machado na presidência do Estado (1896-1900), realizaram-se, ainda, eleições para Senado e Câmaras Federal e Estadual, tendo o alvarismo ganho em todas as instâncias.[103] A importância das eleições de 1896 para o domínio alvarista é enfatizado por Inês Caminha:

> *As eleições de 1896 marcaram a consagração definitiva do domínio político do alvarismo. Firma-se, então, sua hegemonia nos três níveis da estrutura política. Nos municípios, controlava os Conselhos e dispunha sobre as Intendências. A Assembléia Estadual era, na totalidade, sua aliada. A bancada paraibana na Câmara Federal era constituída por cinco alvaristas. Apenas no Senado remanescia um opositor, Almeida Barreto, solitário entre o próprio Álvaro Machado e Abdon Milanez. A oposição se mostrava, assim, em progressivo e intenso processo de asfixia. (RODRIGUES, 1989:71)*

Certamente, o alvarismo pode ser visto como um caso exemplar

[100] Epitácio Pessoa se projetaria nacionalmente ao ser nomeado, em 1898, ministro do Interior e Justiça pelo presidente Campos Salles, e, posteriormente, em 1902, juiz do Supremo Tribunal Federal.

[101] Walfredo Leal era o primeiro vice-governador e João Tavares de Melo Cavalcanti, o segundo. Álvaro renuncia ao cargo de governador, em 1895, para concorrer ao Senado, passando o cargo para Leal, responsável por concluir o mandato.

[102] Os cinco representantes do PRP eleitos para a Câmara Federal foram: Coelho Lisboa, Desembargador Trindade, Antonio Marques da Silva Mariz, José Antonio Maria da Cunha Lima e Chateaubriand Bandeira de Melo. A vaga para o Senado em disputa foi preenchida por Abdon Milanez, tio de Álvaro Machado. Epitácio Pessoa, concorrendo pelos autonomistas para o cargo de deputado federal não foi eleito.

[103] Para o Senado, foi eleito o próprio Álvaro Machado que havia se desincompatibilizado do cargo de governador para concorrer às eleições. Para a Câmara dos Deputados, o PRP elegeu Antonio Semeão dos Santos Leal, Apolônio Zenaide, João Leite de Paula e Silva, João Pereira de Castro e Pinto e José Peregrino de Araújo.

da estrutura de poder plasmada na Primeira República e assentada em torno daquilo que ficou conhecido como a "política dos governadores". Este arranjo político institucionalizado por Campos Salles garantiu, à concepção federalista e ao próprio sistema republicano brasileiro, a sua sobrevivência e a estabilidade política. Através da "política dos governadores", o governo federal reconhecia a autonomia das oligarquias estaduais, mantendo a frente do poder estadual o grupo oligárquico mais forte no momento, ou seja, o grupo situacionista. Comprometia-se, ainda, a não interferir nas questões internas aos estados, garantindo liberdade de ação aos governos locais. Com isto, as disputas interoligárquicas pelos espaços de poder nas áreas estaduais eram significativamente minimizadas, em virtude do não reconhecimento da legitimidade e das aspirações dos grupos oposicionistas. Em troca, o governo federal recebia das facções dominantes estaduais o compromisso do apoio, no Congresso, às políticas administrativas implementadas em âmbito federal e o compromisso da ausência de oposição. O mesmo princípio era transferido para os planos municipais, com o reconhecimento, pelo governo estadual – através da Comissão de Poderes das Assembléias Legislativas –, das oligarquias dominantes, em troca do apoio no processo eleitoral que se dava no nível municipal. À oposição, em ambos os casos, eram reservados espaços mínimos de atuação política.[104]

Na base da "política dos governadores", funcionando, portanto, como o fundamento do sistema político da República Oligárquica, estava o coronelismo,[105] responsável não só pela garantia dos votos necessários

[104] A respeito, cf. SILVEIRA, Rosa Godoy. **Republicanismo e federalismo**. 1882-1902. Um estudo da implantação da República no Brasil. Brasília: Senado Federal/ João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978; FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 8 ed. São Paulo: Globo, 1989, cap XIII; SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "O processo político partidário na Primeira República". In Carlos Guilherme Mota. **Brasil em perspectiva**. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, pp. 162-226; CARDOSO, Fernando Henrique. "Dos governos militares a Prudente – Campos Sales". In Boris Fausto. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III, Vol I. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 13-50.

[105] Essa é a visão presente no trabalho clássico de Victor Nunes Leal, que não foi, contudo, compartilhada com diversos outros autores que trataram do tema, subseqüentemente. Cf. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 5 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, pp. 21-26. Os trabalhos que se seguiram ao de Nunes Leal tenderam a identificar coronelismo com mandonismo ou com o mero clientelismo, transformando aquilo que eram faces do coronelismo (o exercício do mando ou as práticas assistencialistas e clientelistas) no seu elemento definidor. Isso permitiu que se desenvolvesse, na historiografia, perspectivas da sobrevivência do coronelismo para além do final da Primeira República e, ainda, que surgissem definições como "coronelismo urbano", "novos coronéis", "neocoronelismo", "coronelismo eletrônico", etc. A respeito dessa crítica, vide CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual". In **Dados**. V. 40 N. 2. Rio de Janeiro, 1997, pp. 229-250. A perspectiva que norteia este trabalho é a de que o coronelismo se constituiu como o elemento que garantiu à República Velha – porquanto situado na sua base – a configuração política que ela adquiriu. Sobreviveram à Revolução de 30 e, posteriormente, ao Estado Novo, as permanências do arcaico num contexto que, tendia a se modernizar. Ou seja, característica presentes no coronelismo, mas não exclusivas

para eleger os candidatos das oligarquias, como também, na expressão de José Murilo de Carvalho, pela "estabilidade do sistema":

> *A estabilidade do sistema como um todo exigia que a maioria dos coronéis apoiasse o governo, embora essa maioria pudesse ser eventualmente trocada. As manipulações dos resultados eleitorais sempre beneficiavam um grupo em detrimento de outro e tinham um custo político. Se entravam em conflito com um número significativo de coronéis, os governadores se viam em posição difícil, se não insustentável. (...) Um mínimo de estabilidade do sistema exigia algum tipo de entendimento com os coronéis, ou parte deles, sendo de importância secundária que a contrapartida do coronel se concretizasse exclusivamente em votos. Bastava o apoio tácito, a não rebelião. (CARVALHO, 1997: 236)*

Desta forma, para manter-se no poder, o alvarismo baseou-se no recurso às práticas políticas típicas dos domínios oligárquicos coronelísticos.[106] O nepotismo foi um dos elementos fundamentais nesse processo: em 3 dos 5 quatriênios de domínio alvarista, o governo ficou nas mãos de membros da própria família (Álvaro Machado, Walfredo Leal e João Machado, irmão de Álvaro). A exceção foram os governos de Gama e Melo e de José Peregrino de Araújo. O autoritarismo e a centralização política constituíram-se em outro aspecto presente no alvarismo: a Constituição estadual de 1892, promulgada sob inspiração alvarista, tinha um caráter nitidamente centralizador garantindo, assim, o fortalecimento do Executivo estadual. Através dela, por exemplo, o Executivo adquiria a prerrogativa de interferir no poder Legislativo e ampliava as possibilidades de intervenção e controle sobre os municípios. Pela Lei No. 27, de 02 de março de 1895, a ocupação dos cargos de prefeito e vice-prefeito passava a depender da nomeação pelo Presidente de Estado; eram medidas voltadas para garantir que o poder local, base do domínio oligárquico, permanecesse submetido ao Executivo estadual. As garantias de independência e autonomia do Poder Judiciário foram abolidas na medida em que Álvaro Machado conseguiu aprovação de lei ordinária que lhe facultava, temporariamente, a prerrogativa de aposentar magistrados. Por outro lado, as disputas eleitorais ocorridas ao longo do período caracterizaram-se por se processarem em meio a fraudes, a modificações arbitrárias da legislação eleitoral com intuito de favorecer os correligionários, a decretação de estado de sítio, o que permitia o empastelamento de jornais, a violação de correspondências

dele: o poder local e o exercício do mando, a presença do chefe político, o controle do eleitorado através das práticas assistencialistas e clientelistas, a existência das parentelas, etc. Uma série de elementos que, embora presentes no coronelismo, não permitem a afirmação da sua presença nos dias que correm.

[106] A este respeito, cf REZENDE, 2003: 89-120.

e o impedimento de comunicações telegráficas, a violência contra o eleitorado e, finalmente, a falsificação das atas eleitorais.

CISÕES E DISSIDÊNCIAS NO SEIO DO ALVARISMO

O estabelecimento de um domínio assentado em práticas políticas autoritárias e no costumeiro recurso a medidas fundamentadas na violência e na fraude não impediu, contudo, a ocorrência de atritos, cisões e rupturas no interior da oligarquia, o que possibilitou a criação de espaços aproveitados pela oposição com vistas ao seu crescimento e fortalecimento.

Assim, um dos primeiros golpes no alvarismo ocorreu nas eleições para a Câmara Federal e o Senado, no final da década de 90 (1899), em que, em decorrência de injunções da política nacional,[107] os candidatos da chapa alvarista sofreram a "degola"[108] por parte do presidente Campos Salles, sendo considerados eleitos os candidatos da chapa venancista.[109] Esta vitória venancista em âmbito federal abriu espaço para que, nas eleições seguintes (1900) para o Congresso Estadual e governo do estado, a oposição almejasse conquistar a vitória. Assim, ao término das eleições para o legislativo, alvaristas e venancistas consideraram-se vitoriosos, o que ensejou a inusitada situação da instalação e funcionamento simultâneos de duas assembléias legislativas estaduais, responsáveis, cada uma delas, pela eleição do seu candidato ao governo do Estado: José Peregrino de Araújo (tendo como vices Afonso Lopes Machado e Gervásio Ferreira da Silva), pelos alvaristas, e João Tavares (juntamente com Antonio Massa e Flávio Maroja), pelos venancistas. Diante do impasse e da situação de conflito em que mergulhou a Paraíba, muito embora o presidente Campos Salles tenha também incluído na "degola" a chapa situacionista para a Assembléia Legislativa, o fato de José Peregrino de Araújo deter o controle sobre as forças policiais da capital fez com que Epitácio Pessoa, reconhecendo a impossibilidade de impor o seu grupo como vitorioso, recuasse, aceitando a vitória dos alvaristas, que

[107] O conflito entre o alvarismo e o presidente Campos Salles, que resultou na "degola" dos candidatos daquele grupo, iniciou-se por ocasião da eleição presidencial de 1897, na qual os alvaristas votaram no candidato da oposição, Lauro Sodré, e não no próprio Campos Salles. (LEWIN, 1993:230-231).

[108] A "degola" e o funcionamento paralelo do sistema de verificação dos poderes foram os mecanismos que instrumentalizaram a "política dos governadores". Através da "degola", uma bancada situacionista que ganhasse as eleições não seria reconhecida como vitoriosa pelo sistema de verificação de votos ficando, assim, impedida de assumir os cargos que passariam para as mãos da oposição.

[109] Os venancistas valeram-se, nestas eleições, da presença de Epitácio Pessoa como Ministro da Justiça de Campos Sales. Com isso, garantiu-se a manipulação da Comissão de Verificação de Votos, que promoveu a "degola" dos alvaristas. Por outro lado, os venancistas contaram, ainda, com a posição de Venâncio Neiva como juiz federal na Paraíba, o que lhe permitiu usar dos mesmos mecanismos fraudulentos das oligarquias situacionistas. (RODRIGUES, 1989:78-93).

continuaram a monopolizar a representação no legislativo estadual.[110] Com isso, finalmente, iniciou-se o mandato de José Peregrino.

A "degola" aplicada sobre os candidatos alvaristas vitoriosos nas eleições federais de 1899 é o primeiro golpe neste domínio oligárquico, que perde espaço político em âmbito federal, já que não elege um só representante. Ela pode ser vista, também, não só como uma reprimenda dada por Campos Salles a Álvaro Machado por sua rebeldia quando da indicação do candidato à presidência da República, mas como um caso demonstrativo de que, em algumas situações, o compromisso, por parte do governo federal, de respeito às oligarquias situacionistas, poderia ser rompido, configurando-se espaços que funcionariam, para as oposições, como cunhas a forçar aberturas no sistema de poder vigente. E é exatamente o que ocorre na Paraíba quando, a partir de então, Álvaro Machado vê-se obrigado a aproximar-se progressivamente do grupo venancista-epitacista, no qual Epitácio Pessoa tende a impor sua hegemonia, passando a incorporar integrantes deste grupo à sua coalizão. Assim, em diversos municípios, a partir de 1902, as lideranças dos antigos liberais locais são deslocadas das suas posições de comando, sendo substituídas por seus tradicionais rivais conservadores.[111] Paulatinamente, verificam-se fissuras no interior da composição dominante, que se dão às custas das defecções de alvaristas de primeira hora, descontentes com a nova orientação política assentada na celebração de alianças com os antigos conservadores.[112] É o início do período que passou a ser conhecido como "os anos de anarquia" do domínio alvarista. Referindo-se aos chefes locais situacionistas, afirma Linda Lewin:

> *...eles começaram a ser atingidos pela "anarquia" em 1902, quando as famílias dos Antigos Liberais dos sertões que haviam apoiado lealmente a oligarquia Machado-Leal por toda uma década viram-se forçadas a compartilhar o poder com os seus adversários, os autonomistas. Mais do que isso, em muitos casos elas se viram mesmo substituídas pelos Antigos Conservadores, que, agora como*

[110] Ao final do episódio, Venâncio Neiva, decepcionado com o desfecho negativo para seu grupo, decide pela dissolução formal do Partido Autonomista. Tal fato marca, contudo, o início do processe de penetração dos venancistas-epitacistas no seio do alvarismo.

[111] Em Campina Grande, por exemplo, o coronel Cristiano Lauritzen, importante aliado de Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa, foi nomeado chefe partidário do PRP no município, substituindo seus adversário locais, os Porto, os Agra e os Souza Campos. Posteriormente, outros municípios também tiveram suas chefias destituídas e substituídas por venancistas, como por exemplo, Patos, Umbuzeiro, Taperoá e Alagoa Nova. Em 1904, em seu segundo mandato como governador, Álvaro Machado convocou Pedro da Cunha Pedrosa, antigo venancista, para a Secretaria Geral do Estado. Através deste cargo, Pedrosa podia desempenhar a função estratégica de reintegrar antigos venancistas ao situacionismo alvarista. (MELLO, 1982:29; RODRIGUES, 1989:114; LEWIN, 1993:242-245).

[112] Em 1908, Álvaro Machado e Epitácio Pessoa acertam um pacto que favorecia os antigos autonomistas, dando-lhes metade das cadeiras na Assembléia Legislativa Estadual. (LEWIN, 1993: 241).

> *venancistas e epitacistas (...), procuravam controlar a maioria dos 33 municípios da Paraíba. (LEWIN, 1993: 241)*

Uma importante cisão nas hostes governistas ocorreria em conseqüência da forma como foi conduzido o processo sucessório de José Peregrino, em 1904. Naquela ocasião, o então governador pretendeu indicar Simeão Leal, chefe de polícia do seu governo, para sucedê-lo. Esta indicação, contudo, não era do interesse de Álvaro Machado que via na iniciativa de Peregrino a tentativa para usurpar-lhe o poder. Em conseqüência, Álvaro engendra a sua própria candidatura ao cargo, com a presença de Simeão Leal como vice e, ao fim de um ano de governo, num elaborado processo de engenharia política, arma um esquema que lhe permitiu voltar ao Senado, passando o governo não para o vice governador e sim, para Walfredo Leal, garantindo que a sua liderança não sofresse qualquer ameaça, conforme descrição de Oswaldo Trigueiro:

> *Sem desrespeito à Constituição ou à legislação eleitoral, Álvaro Machado renunciou a três anos de mandato, passou o governo definitivamente ao Walfredo Leal de sempre, e voltou para o Rio de Janeiro vitorioso e fortalecido na perene chefia. Mas, para isso, o Estado, sem contar com a eleição sucessório ordinária, teve de arcar com quatro eleições parciais extraordinárias, indispensáveis ao reajustamento político, que atendia sobretudo aos interesses e comodidades do chefe supremo. Vindo para o governo do Estado, Álvaro abriu vaga no Senado, para o qual foi eleito Walfredo, que, por sua vez, abriu uma vaga na Câmara. Para esta, foi eleito Simeão Leal, que abriu a vaga de Primeiro Vice-Presidente. Para esta foi eleito Walfredo, que abriu vaga no Senado. Como Vice-Presidente, Walfredo tornou-se sucessor de Álvaro, que renunciou ao governo e, em seguida, foi reeleito Senador, na vaga que ele próprio abrira há menos de um ano. (MELLO, 1982:28-29).*

Este episódio, associado às medidas políticas tomadas por Álvaro Machado que levaram ao desprestígio de antigos correligionários, fez com que nomes como o ex-governador Gama e Melo, o próprio José Peregrino e diversos outros chefes locais rompessem com o esquema alvarista. Assim, em 1907, por ocasião das eleições para o governo do estado em substituição ao monsenhor Walfredo Leal, são lançadas duas candidaturas: a de João Machado, irmão de Álvaro Machado e a de Gama e Melo, indicado pela ala dissidente. É um momento crítico para o alvarismo que, além de enfrentar o lançamento da candidatura de um ex-correligionário, quase perdeu a posição majoritária frente à oposição no âmbito do legislativo: a Assembléia Legislativa constituída, naquela ocasião, por 30 parlamentares, dividia-se em 16 deputados governistas

e 14 da oposição; nesta conjuntura de embate e crise, a passagem de dois deputados governistas para as hostes oposicionistas chegou a ser anunciada e só não se configurou em função de grandes articulações e conchavos políticos.[113] Contudo, este momento não selaria, ainda, o ocaso do alvarismo: os acordos travados e a morte de Gama e Melo ocorrida na ocasião garantiram a sobrevida do domínio *de Álvaro Machado na Paraíba.*

Com a morte de Gama e Melo, esvaziou-se a tentativa de enfrentamento ao alvarismo, consolidando-se a indicação do nome de João Machado para a sucessão de Walfredo Leal. Entretanto, nova cisão anunciava-se no horizonte político situacionista: a indicação de João Machado não foi do agrado do senador Coelho Lisboa o qual, anteriormente, havia sido cotado para substituir o Monsenhor e tinha, assim, frustrados os seus planos de ascensão política. Em decorrência, Coelho Lisboa passa a fazer oposição a Álvaro Machado, levantando, da tribuna do Senado, graves acusações contra a oligarquia a que esteve ligado durante 17 anos. Álvaro Machado limitou-se a um único pronunciamento em defesa própria.

> *Após isso, não mais contestou as denúncias, evitando comparecer ao Senado ou cuidando de ali chegar, quando não houvesse mais possibilidade de o adversário se inscrever para falar. Essa atitude levava o acusador a uma irritação que chegava às raias do desespero. (RODRIGUES, 1989:129).*

As denúncias e críticas impetradas por Coelho Lisboa em nada resultaram, com exceção do seu próprio isolamento e decadência política, haja vista não ter conseguido se reeleger nas eleições de 1909 para o Senado.

O governo João Machado (1908-1912) se, por um lado, foi uma das mais profícuas administrações do período alvarista, por outro lado, marcou o encerramento da hegemonia desta oligarquia na política paraibana e a sua substituição pelo epitacismo.

A TRANSIÇÃO ENTRE O DOMÍNIO ALVARISTA E O DOMÍNIO EPITACISTA

A ascensão da oligarquia epitacista ao poder dá-se, de forma

[113] Um dos deputados que ameaçara passar para a oposição foi José Campelo de Albuquerque que, insatisfeito com o fato da prefeitura do município de Mamanguape estar nas mãos dos seus opositores, afirmou que só votaria com a situação caso o prefeito fosse destituído e o cargo passasse às suas mãos. Cf. RODRIGUES, 1989:122. A descrição rica em detalhes e extremamente interessante deste episódio, pode ser vista em PEDROSA, 1963: 81-87.

definitiva, em 1915, com a eleição, para o Congresso Nacional, dos candidatos epitacistas e com a posse do irmão do líder, Antônio Pessoa, no governo do estado. O caminho percorrido pelos epitacistas, entretanto, foi longo e tortuoso. Na primeira década após a queda de Venâncio Neiva, como visto, os venancistas ficaram totalmente alijados do poder com a hegemonia política no estado pertencendo aos alvaristas. Contudo a coalizão alvarista começa a dar sinais de crise a partir da "degola" de 1900, momento em que Álvaro Machado passa a se aproximar dos venancistas em detrimento, inclusive, de alguns dos seus correligionários. As eleições para o governo do estado em 1904 e em 1908 constituíram-se em momentos críticos para o alvarismo e significaram indícios claros de desestabilização do domínio. Em 1904, com a ausência de consenso interno quanto à candidatura do substituto de José Peregrino, o próprio Álvaro Machado, a fim de recompor a ordem interna entre seus aliados, coloca-se como candidato, assumindo, novamente, o governo do estado. A sua presença na Paraíba é breve, passando, logo em seguida, o governo para o vice, monsenhor Walfredo Leal, que se torna responsável por concluir o mandato, voltando Álvaro Machado a assumir o cargo de senador no Rio de Janeiro. As aproximações com o grupo venancista-epitacista continuam ao longo deste período, o que contribui para aumentarem as insatisfações entre seus correligionários, minando, por dentro, as bases sobre as quais se montava o alvarismo. As conseqüências são vistas de forma mais clara nas eleições governamentais de 1907, quando novamente a crise se instala, registrando-se uma efetiva cisão no interior do partido (PRP) entre os partidários de João Machado e os de Gama e Melo. Nesse momento, a presença dos antigos venancistas nos círculos do poder já era inexorável.

O período constituído entre 1912 e 1915 caracterizou-se por ser um período de transição entre o domínio alvarista e o domínio epitacista. O ano de 1912 foi marcado pelo encerramento do domínio de Álvaro Machado sobre sua facção oligárquica, não apenas pelo simbolismo do seu literal desaparecimento (ele morre em janeiro de 1912), mas, fundamentalmente, por dois acontecimentos que se opunham ao domínio alvarista e que só foram neutralizados em razão das ações desenvolvidas por Epitácio Pessoa no plano nacional, o que lhe garantiu ser alçado à condição de líder oligarca. O primeiro destes acontecimentos foi o lançamento, por segmentos oposicionistas, da candidatura a governo do Estado em substituição a João Machado, do coronel Rego Barros, militar vinculado às "salvações nacionais", movimento que pretendia derrubar as oligarquias estaduais, substituindo-as por elites políticas

e 14 da oposição; nesta conjuntura de embate e crise, a passagem de dois deputados governistas para as hostes oposicionistas chegou a ser anunciada e só não se configurou em função de grandes articulações e conchavos políticos.[113] Contudo, este momento não selaria, ainda, o ocaso do alvarismo: os acordos travados e a morte de Gama e Melo ocorrida na ocasião garantiram a sobrevida do domínio *de Álvaro Machado na Paraíba.*

Com a morte de Gama e Melo, esvaziou-se a tentativa de enfrentamento ao alvarismo, consolidando-se a indicação do nome de João Machado para a sucessão de Walfredo Leal. Entretanto, nova cisão anunciava-se no horizonte político situacionista: a indicação de João Machado não foi do agrado do senador Coelho Lisboa o qual, anteriormente, havia sido cotado para substituir o Monsenhor e tinha, assim, frustrados os seus planos de ascensão política. Em decorrência, Coelho Lisboa passa a fazer oposição a Álvaro Machado, levantando, da tribuna do Senado, graves acusações contra a oligarquia a que esteve ligado durante 17 anos. Álvaro Machado limitou-se a um único pronunciamento em defesa própria.

> *Após isso, não mais contestou as denúncias, evitando comparecer ao Senado ou cuidando de ali chegar, quando não houvesse mais possibilidade de o adversário se inscrever para falar. Essa atitude levava o acusador a uma irritação que chegava às raias do desespero. (RODRIGUES, 1989:129).*

As denúncias e críticas impetradas por Coelho Lisboa em nada resultaram, com exceção do seu próprio isolamento e decadência política, haja vista não ter conseguido se reeleger nas eleições de 1909 para o Senado.

O governo João Machado (1908-1912) se, por um lado, foi uma das mais profícuas administrações do período alvarista, por outro lado, marcou o encerramento da hegemonia desta oligarquia na política paraibana e a sua substituição pelo epitacismo.

A TRANSIÇÃO ENTRE O DOMÍNIO ALVARISTA E O DOMÍNIO EPITACISTA

A ascensão da oligarquia epitacista ao poder dá-se, de forma

[113] Um dos deputados que ameaçara passar para a oposição foi José Campelo de Albuquerque que, insatisfeito com o fato da prefeitura do município de Mamanguape estar nas mãos dos seus opositores, afirmou que só votaria com a situação caso o prefeito fosse destituído e o cargo passasse às suas mãos. Cf. RODRIGUES, 1989:122. A descrição rica em detalhes e extremamente interessante deste episódio, pode ser vista em PEDROSA, 1963: 81-87.

definitiva, em 1915, com a eleição, para o Congresso Nacional, dos candidatos epitacistas e com a posse do irmão do líder, Antônio Pessoa, no governo do estado. O caminho percorrido pelos epitacistas, entretanto, foi longo e tortuoso. Na primeira década após a queda de Venâncio Neiva, como visto, os venancistas ficaram totalmente alijados do poder com a hegemonia política no estado pertencendo aos alvaristas. Contudo a coalizão alvarista começa a dar sinais de crise a partir da "degola" de 1900, momento em que Álvaro Machado passa a se aproximar dos venancistas em detrimento, inclusive, de alguns dos seus correligionários. As eleições para o governo do estado em 1904 e em 1908 constituíram-se em momentos críticos para o alvarismo e significaram indícios claros de desestabilização do domínio. Em 1904, com a ausência de consenso interno quanto à candidatura do substituto de José Peregrino, o próprio Álvaro Machado, a fim de recompor a ordem interna entre seus aliados, coloca-se como candidato, assumindo, novamente, o governo do estado. A sua presença na Paraíba é breve, passando, logo em seguida, o governo para o vice, monsenhor Walfredo Leal, que se torna responsável por concluir o mandato, voltando Álvaro Machado a assumir o cargo de senador no Rio de Janeiro. As aproximações com o grupo venancista-epitacista continuam ao longo deste período, o que contribui para aumentarem as insatisfações entre seus correligionários, minando, por dentro, as bases sobre as quais se montava o alvarismo. As conseqüências são vistas de forma mais clara nas eleições governamentais de 1907, quando novamente a crise se instala, registrando-se uma efetiva cisão no interior do partido (PRP) entre os partidários de João Machado e os de Gama e Melo. Nesse momento, a presença dos antigos venancistas nos círculos do poder já era inexorável.

O período constituído entre 1912 e 1915 caracterizou-se por ser um período de transição entre o domínio alvarista e o domínio epitacista. O ano de 1912 foi marcado pelo encerramento do domínio de Álvaro Machado sobre sua facção oligárquica, não apenas pelo simbolismo do seu literal desaparecimento (ele morre em janeiro de 1912), mas, fundamentalmente, por dois acontecimentos que se opunham ao domínio alvarista e que só foram neutralizados em razão das ações desenvolvidas por Epitácio Pessoa no plano nacional, o que lhe garantiu ser alçado à condição de líder oligarca. O primeiro destes acontecimentos foi o lançamento, por segmentos oposicionistas, da candidatura a governo do Estado em substituição a João Machado, do coronel Rego Barros, militar vinculado às "salvações nacionais", movimento que pretendia derrubar as oligarquias estaduais, substituindo-as por elites políticas

não oligárquicas. Sem dúvida, a ascensão de Rego Barros implicaria para a oligarquia alvarista a perda do poder político. Diante da ameaça, os alvaristas conclamaram Epitácio Pessoa, que havia se aposentado do Supremo Tribunal Federal e voltado à política, para um acordo que fizesse frente às pretensões "salvacionistas". Através deste acordo, Walfredo Leal que, até então, era o candidato situacionista, retiraria sua candidatura e passaria a apoiar o nome de Castro Pinto, candidato de consenso para alvaristas e epitacistas.[114] Por outro lado, Epitácio usaria sua influência junto a Hermes da Fonseca a fim de que este abortasse as pretensões de Rego Bastos. Em conseqüência destas articulações, as eleições para governo do estado realizadas em junho de 1912 deram a vitória a Castro Pinto, que tinha como vice-candidato o coronel Antonio Pessoa, irmão de Epitácio.

O segundo episódio a ameaçar o domínio alvarista foi a eclosão de uma revolta armada contra o governo João Machado, capitaneada por antigos liberais depostos de suas posições de liderança entre 1904 e 1908.[115] Este episódio também foi debelado a partir da intervenção federal do presidente Hermes da Fonseca, que enviou tropas para conter os rebeldes que vinham saqueando e assaltando as cidades, desde Patos até as proximidades de Campina Grande.

Esses dois episódios, que coligavam antigos alvaristas descontentes com a exclusão a que haviam sido submetidos, precisaram da intervenção de Epitácio Pessoa, que usou da influência que tinha junto ao presidente para garantir, assim, a sobrevivência da oligarquia que, a partir daí, passa às suas mãos, apesar da presença e pretensões de Walfredo Leal, substituto natural de Álvaro Machado.

Nas eleições de 22 de outubro de 1912, Epitácio elegia-se senador pela Paraíba e preenchia a vaga de Álvaro Machado no diretório do Partido Republicano Conservador Paraibano (PRCP) que havia substituído o PRP.[116] Ele reivindica, ainda, a chefia partidária, mas ainda encontra

[114] João Castro Pinto era um antigo venancista que, em 1904, dentro do movimento de ingresso de venancistas-epitacistas no interior da oligarquia alvarista, foi eleito deputado federal pelo PRP. Foi companheiro de Epitácio Pessoa desde a época da Faculdade de Direito.

[115] Trata-se de Franklin Dantas Correa de Góis, do município de Teixeira, e de Augusto Santa Cruz de Oliveira, de Alagoa de Monteiro, que, substituídos na chefia local, em 1904, pelos seus rivais políticos, lideraram uma insurreição contra o governo João Machado. Sobre o episódio ocorrido no município de Monteiro, confira a dissertação de mestrado de Giulianne Cristina Barros dos Anjos intitulada "A revolta de Augusto Santa Cruz: Drama e Política na Parahyba (1911-1912)", defendida junto ao programa de Pós-Graduação em História da UFCG.

[116] Nas eleições de 1910 para a Presidência da República foi fundado o Partido Republicano Conservador a fim de apoiar a candidatura de Hermes da Fonseca. Naquele momento, Álvaro Machado tratou de incorporar o PRP ao PRC, gerando, assim, o PRCP.

oposição da parte da Comissão Executiva. Em 1913, Epitácio e Walfredo Leal celebram um novo acordo, ficando o PRCP com uma dupla liderança. Assim, entre 1912 e 1915, seguidores de Epitácio e do monsenhor Walfredo Leal ainda tiveram de conviver sob a bandeira do PRCP, o que acarretaria a ocorrência de diversas crises. A proximidade das eleições federais de 1915 (para a Câmara dos Deputados e renovação de 1/3 do Senado) forçou o rompimento definitivo entre as alas, com o lançamento de duas chapas oponentes. A vitória dos candidatos epitacistas e a renúncia, em seguida, do governador Castro Pinto, possibilitando a posse do vice-governador, Antônio Pessoa, consumaram a ascensão de Epitácio Pessoa ao pleno domínio político do estado, inaugurando-se, assim, a oligarquia epitacista, que se encerraria tão-somente com os acontecimentos de 1930.

***

REFERÊNCIAS:

ANJOS, Giulianne Christina Barros dos. **A revolta de Augusto Santa Cruz: drama e política na Parahyba** (1911-1912). Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Dos governos militares a Prudente – Campos Sales". In Boris Fausto. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III, Vol I. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 13-50.

CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual". In **Dados**. V. 40 N. 2. Rio de Janeiro, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 8 ed. São Paulo: Globo, 1989, cap XIII.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 5 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MELLO, Oswaldo Trigueiro de A. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.

PEDROSA, Pedro da Cunha. **Minhas Próprias Memórias**. (Vida Pública). Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1963.

REZENDE, Maria Efigência Lage. 1. "O processo político na 1ª. República e o liberalismo oligárquico". In FERREIRA, J. et DELGADO, L.N. (Orgs). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 89-120.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder**. (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1989.

SILVEIRA, Rosa Godoy. **Republicanismo e federalismo**. 1882-1902. Um estudo da implantação da República no Brasil. Brasília: Senado Federal/ João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "O processo político partidário na Primeira República". In Carlos Guilherme Mota. **Brasil em perspectiva**. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, pp. 162-226.

MOVIMENTO FEMINISTA, HISTÓRIA DAS MULHERES E GÊNERO: POLÍTICA, PODER E SABER

Simone da Silva Costa[117]

Este breve ensaio tem por objetivo identificar os fatores que contribuíram para a definição e consolidação do campo do conhecimento histórico conhecidos como história das mulheres e a emergência do *gênero* como categoria teórica. Não é nossa pretensão realizar, nesse momento e nesse curto espaço, um trabalho historiográfico profundo das raízes desse campo do conhecimento, o que exige grande fôlego.

O resultado das breves leituras realizadas sobre o tema e sobre a compreensão do processo histórico nos permite afirmar que, apesar do título, e da própria estrutura do texto remeter a idéia de uma progressividade ou uma linearidade na formação da história das mulheres e os estudos de gênero, justifica-se por seu caráter metodologicamente didático. Entretanto, esclarecemos desde início que a relação entre o movimento feminista e a história das mulheres e os estudos de gênero, são vertentes que se interligam e que uma não deixou de existir para que a outra pudesse emergir enquanto experiência e saber histórico.

Céli Regina Jardim Pinto, em seu livro *Uma História do Feminismo no Brasil* (2003), afirma que o feminismo é um movimento de luta pela transformação da condição da mulher na sociedade. E, que na virada do século XIX para o XX, constitui em um movimento bem particular, pois lutava para a o reconhecimento da mulher como cidadã. Suas primeiras manifestações no Brasil ocorreram ainda no século XIX, quando se começou a combater a exclusão da mulher no mundo público, desafiando a ordem conservadora.

Argumenta que o movimento possui uma natureza fragmentada, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas. Suas manifestações vão desde reuniões privadas em casas de intelectuais até reuniões com 3.000 participantes. É um movimento que possui muitas tendências com múltiplas manifestações de mulheres solitárias ou organizadas em defesa dos direitos das mulheres. Muitas de suas tendências existiram apenas em determinadas épocas marcadas por situações determinantes do período, outras se pode afirmar que se expressam até hoje no feminismo brasileiro.

[117] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

Para Pinto, o feminismo no Brasil foi um movimento que desde as suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular dentro do contexto histórico brasileiro. No período compreendido entre o final do século XIX até 1932, quando as mulheres brasileiras conquistam o direito do voto, identifica-se duas tendências do movimento feminista: a primeira a autora chamou de feminismo "bem-comportado" liderado por Bertha Lutz e constitui num movimento bem organizado tendo como principal objetivo, a conquista do voto feminino ; a segunda chamada de feminismo "malcomportado" formada por um grupo heterogêneo de mulheres desde as intelectualizadas que publicavam em jornais até anarquistas e líderes operárias, que se posicionavam de forma mais radical frente ao que identificavam como dominação do homem.

Entretanto, o feminismo, enquanto movimento organizado, que aparece no cenário mundial no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX , é determinado pelas primeiras manifestações do movimento sufragista.

A autora define o início do feminismo no Brasil como sendo, antes tudo, um movimento intimamente associado a personalidades, ou seja, mesmo apresentando um certo grau de organização, era resultado do esforço pessoal de alguma mulher que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para a mulher.

Mesmo considerando o movimento feminista, nas primeiras décadas do século XX, como sendo personalista e fragmentado, a autora identifica três vertentes no movimento. A primeira, considera a mais forte e organizada, é a liderada por Bertha Lutz e que tem como objetivo a incorporação da mulher como sujeito portador dos direitos políticos. Esse feminismo lutava pela inclusão da mulher na condição de cidadã – conquista do voto feminino -, mas não discutia a exclusão da mulher como uma decorrência da poder dominador do homem como também não se posicionava para a alteração das relações de gênero. Essa característica de ação e de pensamentos lhe rendeu a denominação de feminismo "bem-comportado" do feminismo brasileiro do período.

A segunda vertente a autora chama de feminismo difuso, por se expressar nas múltiplas manifestações da imprensa feminina alternativa. Formado por mulheres cultas e com presença na vida pública, elas lutavam por direitos políticos e também por outras questões como a educação feminina e pelo fim da dominação masculina. Por publicarem textos que tratavam de temas como sexualidade e divórcio, considerados impróprios para a época, foi considerada a face menos comportada do feminismo brasileiro no início do século XX.

A terceira vertente teve como sua principal expoente Maria

Lacerda de Moura, defendiam a libertação da mulher de forma mais radical tendo como centro das discussões a questão da exploração do trabalho feminino. Formada por mulheres trabalhadoras, intelectuais e militantes dos movimentos de esquerda, se manifestava no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Essa vertente é identificada como a mais radical do movimento feminista.

Essa primeira fase do movimento feminista que vai do final do XIX até as primeiras décadas do XX tem suas ações interrompidas pelo golpe de 1937, reaparecendo no cenário político nacional no pós-68. Entretanto, o feminismo pós-68 assume uma nova tendência, como sendo um movimento social de alcance mundial que tomou conta das últimas décadas do século XX e, que segundo autora, está longe do seu fim.

Também compreendendo o feminismo como um movimento, Maria Amélia de Almeida Teles em *Breve Histórico do feminismo no Brasil*, publicado em 1999, afirma que é a condição histórica das mulheres que permitirá ao movimento assumir uma conotação diferente.

Segundo autora, o feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres e que assume formas diversas conforme as classes sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais.

> *"Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social,econômica, política e ideológica da sociedade". (TELES, 1999: p. 10)*

Aponta o período de 1850 até a conquista do voto feminino como sendo de maior expressão e visibilidade feminina, pois é a partir de então, que elas começam a escrever em revistas e periódicos dirigidos ao público feminino.

Dedicando-se em analisar as vertentes do feminismo adotadas por nós como feminismo "bem-comportado" e feminismo "difuso", a autora afirma que as primeiras reivindicações femininas no Brasil ocorre na primeira metade do século XIX, quando as mulheres começam a reivindicar o direito a educação.

Segundo autora, a condição feminina começa a mudar com o desenvolvimento da industrialização, que impulsiona diversas regiões do mundo e no Brasil no final do século XIX. As mudanças promovidas pela industrialização atingiam setores da economia, da política e da sociedade, surgindo novos espaços para novas idéias e para a participação das mulheres no espaço público, posicionando-se de forma questionadora da sua condição e do seu papel desempenhado na sociedade.

Apesar do número restrito era possível identificar, ainda no século XIX, as primeiras expressões públicas das mulheres sobre o seu papel e a submissão imposta às mulheres, e da necessidade de se lutar por seus direitos como o voto feminino e o direito a educação, através de jornais editados por elas e de cunho feminista. Exemplos como: Jornal das Senhoras (1852), o Belo Sexo (1862), O Sexo Feminino (1873), Eco das Damas (1885), entre outros.

A tônica feminista presente nas publicações no final do século XIX no Brasil representa a forte influência dos movimentos feministas europeus e norte-americano no país, expondo questões como o direito a educação, a conquista do voto, o direito de trabalhar fora do lar e divórcio.

Com o propósito de identificar as contribuições do movimento feminista e a definição do campo de estudos da história das mulheres, Andréa Lisly Gonçalves no livro *História & Gênero*, publicado em 2006, analisa inicialmente a história dos movimentos femininos, afirmando que o movimento feminista que se organiza no século XIX não pode ser a única expressão que demarca a história das mulheres, visto que existiram outras expressões femininas que também colocou as mulheres na cena pública. E, no que diz respeito ao surgimento da história das mulheres, destaca a dificuldade em se "datar um movimento que se manifesta em lugares e mediante formas e iniciativas as mais variadas". Não devendo ser compreendida apenas a partir das questões feministas, mas como "um processo crescente e com ritmos variados da participação da mulher no mercado de trabalho", da sua "presença no espaço público, na atuação de porta-vozes", por meio da escrita, nas publicações em jornais e outros meios.

Considerando a história das mulheres um movimento que vai além do movimento feminista e, mesmo afirmando que a história das mulheres não se restringe ao movimento feminista, deve-se lembrar que a exigência em se escrever a história das mulheres foi um esforço do movimento feminista, que reclamava a presença da mulher na história escrita, isto é, na produção historiográfica.

A escritora e militante do movimento feminista, Virgínia Woolf em conferência realizada para estabelecimentos de ensino femininos em Cambridge no início do século XX, coloca a questão da ausência das mulheres na escrita da história, a qual considerava estranha, irreal, desequilibrada, carente e incompleta. Sugerindo que acrescentasse "um suplemento á história ..., de forma que as mulheres pudessem aparecer ali sem impropriedade".

Segundo Joan Scott, as colocações de Virgínia Woolf constituem em antecipações das formulações teóricas do campo da história das mulheres. Reclamava no início do século XX o que o movimento feminista vai exigir

na década de 1970. A presença da mulher na história. Argumentando que o conhecimento histórico que se pretendia Universal não passava de uma história parcial, por excluírem as mulheres.

Na metade do século passado, questões do tipo: "as mulheres possuem uma história? É possível uma história das mulheres?" estiveram em discussão (décadas de 70 e 80), quando esse campo de estudo começa a entrar em cena. Na década de 1990, passamos da interrogação para a afirmação, e, junto com ela, a publicação de *História das Mulheres no Ocidente,* escrita por Michelle Perrot e Georges Duby, que não só representou um grande avanço nos estudos sobre as mulheres, como provou a sua possibilidade e relevância para a história, tornando-se obra de referência para a temática da mulher.

Sobre a origem do movimento feminista no Ocidente, Michelle Perrot e Geneviève Fraisse em *História das Mulheres no Ocidente* (1991), afirmam que o feminismo nasceu no Ocidente com o objetivo de lutar pela igualdade dos sexos assumindo como prática, a de um movimento coletivo, social e político. Afirmam também que, apesar da existência de expressões feministas em gestos e escritos anteriores ao século XIX, o feminismo de prática revolucionária surge depois de 1830.

Sobre a condição de exclusão das mulheres e a importância do movimento feminista, enquanto movimento social e político em defesa dos direitos das mulheres e da igualdade entre os sexos, Michelle Perrot, no livro *Mulheres Públicas* (1998), afirma que a exclusão afeta algo que é irrevogável, a condição biológica do sexo, pois, "A exclusão das mulheres é particularmente severa, pois, ligada ao sexo, ela não pode ser modificada, como a idade, a nacionalidade ou o nível de riqueza". (p.34)

No que diz respeito a estrutura do movimento feminista, a historiografia de que trata o tema afirma e reafirma o seu caráter fragmentado. Segundo Gonçalves, as oposições entre as militantes foi um fator prejudicial para o movimento por ter gerado as divisões internas nas fileiras do próprio movimento. E, diz:

> *"Se a bandeira do sufrágio universal mobilizou os chamados 'táticos políticos', que a viam como um instrumento que abria a porta para todas as outras reformas, os socialistas defendiam que apenas a superação do capitalismo levaria à conquista definitiva dos direitos das mulheres. Havia, ainda, uma corrente mais moderada e mais pragmática que defendia a luta por mudanças isoladas, sobretudo no campo educacional, reivindicando o direito de ingresso das mulheres no ensino superior". (GONÇALVES, 2006: p.32)*

Considerada uma das vozes mais atuantes do chamado "novo" feminismo no século XX, Simone de Beauvoir inaugura, no meio do século,

a discussão sobre a condição feminina e o(s) feminismo(s) com sua obra *O Segundo Sexo* (1949). Apesar das várias polêmicas que sempre suscitou, tem servido de referência para a maior parte dos ensaios, debates e discussões posteriores, representando uma contribuição significativa para a história das mulheres.

Em *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir refletiu sobre a condição das mulheres na sociedade, e compreendeu que a "figura feminina" e as posturas que lhes são atribuídas nada mais são do que construções do social produzidas de acordo com a história. Publicado em 1949, na França, o livro de Beauvoir passou a ser uma das obras pioneiras dos estudos sobre as mulheres e das relações de gênero, sendo referência para os feminismos dos anos 70. Traduzido para mais de 30 idiomas e publicado em diversos países, o tratado de Beauvoir sobre a "questão da mulher" causou tanto admiração como estranheza, sendo considerada por muitos um atentado à família, ao amor, e à classe operária.

Com a missão de expor a condição feminina, explorava áreas ligadas à situação da mulher no mundo, englobando história, filosofia, economia, biologia, etc., o que tornou Simone de Beauvoir uma teórica do movimento feminista da segunda metade do século XX.

Michelle Perrot, em *Os Excluídos da História*, volta sua atenção para as mulheres, falando da mulher popular rebelde e da dona-de-casa no espaço parisiense do século XIX.

A autora analisa a relação das mulheres com o poder. Poder esse que se apresenta com diversos significados no singular. Possui uma conotação política muito ligada à figura masculina do estado, mas que no plural se estilhaça em diversos significados dentre eles o de influência e nesse as mulheres tem uma grande parcela. Muitos relatos dão conta de que apesar das mulheres serem juridicamente inferiores aos homens na prática ocupa a posição de sexo superior, é a idéia de que as mulheres puxam os fiozinhos dos bastidores e os homens como marionetes de mexem em cena pública. Isso devido ao papel que a mulher possui exercendo o poder na família, na sociedade.

Argumenta que a constituição do espaço político possui uma dupla exclusão: os proletários, as mulheres. Os homens proletários retomam a postura excludente da burguesia contra a capacidade política das mulheres. Essa exclusão das mulheres é contrária à declaração dos direitos do homem, que proclama a igualdade entre os indivíduos. A justificativa utilizada para essa exclusão é apoiada nas descobertas da medicina e da biologia, é um discurso naturalista que insiste na existência de duas espécies com qualidades e aptidões particulares. Aos homens o cérebro, a inteligência, a capacidade de decisão. As mulheres o coração, o sentimento. Isso explica o motivo das mulheres não poderem ocupar

cargos públicos. O "justifica" a ausência das mulheres na produção historiográfica. Pois segundo Perrot, o espaço público privilegia a política, espaço proibido às mulheres.

Scott (1992) afirma que a definição da história das mulheres não deve ser analisada de forma linear, na qual ela passa de saber imediatamente relacionado aos movimentos feministas, para em seguida se estabelecer como saber acadêmico, culminando com o surgimento e a utilização da categoria de gênero. Para Scott, essa análise permite compreender o processo que constitui a história das mulheres como sendo desprovido de politização o que o descaracteriza. E, diz:

> *"A história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história. Embora a história das mulheres esteja certamente associada à emergência do feminismo, este não desapareceu, seja como uma presença na academia ou na sociedade em geral, ainda que os termos de sua organização e de sua existência tenham mudado". (SCOTT, 1992: p.65)*

A presença visível da mulher na sociedade, seja por reivindicações políticas ou imediatas, fez as mulheres reivindicarem para si uma história que falasse de sua trajetória, instigando interessados em pesquisar sobre o tema: "A solicitação supostamente modesta de que a história seja suplementada com informações sobre as mulheres sugere, não apenas que a história como está é incompleta, mas também que o domínio que os historiadores têm do passado é necessariamente parcial" (SCOTT, 1992, p. 79).

É consenso na historiografia que trata do tema que, a constituição da história das mulheres como campo específico do conhecimento teve uma relação direta com o movimento feminista da décadas de 1960-70. Segundo Joan Scott, essa relação direta entre movimento feminista e história das mulheres, não deve ser analisada como relações que se estabeleceram de forma linear. É preciso compreender a constituição do campo da história das mulheres como um processo marcado por suas diversidades, continuidades e permanências.

Analisando a mulher como objeto de estudo da história, Rachel Soihet (1997), apresenta um panorama da visibilidade da mulher na historiografia. Apontando as contribuições de Julles Michelet para os estudos sobre as mulheres e, compreendendo a história positivista como um recuo para a sua afirmação, devido o seu exclusivismo pela política, pelo domínio público e pela utilização das fontes "oficiais".

Segundo autora, *Os Annales* e sua abertura quanto à utilização dos

novos objetos e fontes, favoreceu a história das mulheres indiretamente. A história das mentalidades e a história cultural reforçam a abordagem do feminino. A interdisciplinaridade, uma prática enfatizada nos últimos tempos pelos profissionais de história, assume uma importância crescente nos estudos sobre as mulheres. A criatividade dos historiadores, na busca de pistas do passado feminino, permitiu transpor o silêncio e a invisibilidade que perdurou por tão longo tempo neste terreno.

Para Sohiet, o reconhecimento com relação à história das mulheres, ainda é frágil, não se podendo afirmar que as relações entre os sexos sejam vistas como uma questão fundamental na história.

A história das mulheres nasceu da constatação de que as mesmas foram esquecidas e negadas pela historiografia tradicional, passando a ganhar força a partir dos anos 70 do século passado, com a explosão do feminismo, da antropologia e da história das mentalidades.

Para Mary Del Priore (2003), as feministas fizeram a história das mulheres antes dos historiadores e, somente depois, as universidades abriram suas portas ao tema. Quanto à abordagem, havia duas preocupações sobre o tema: dar visibilidade as mulheres no seio de uma história pouco preocupada com as diferenças sexuais e demonstrar a exploração e a dominação que sofriam e que as subjugava.

No que se refere à história das mulheres, a autora diz que ainda há silêncios, isso porque esta história ainda está por ser feita, e contada, e é por isso que ela é tão necessária. Se há, ainda, tantas questões e perguntas, é porque esta história se abre para novas histórias e para novas maneiras de fazer a história da mulher e das mulheres.

A ampla polêmica travada acerca dos excluídos da história, entre historiadores, sobretudo os europeus, a partir dos anos sessenta, resultou do desenvolvimento de novos espaços conquistados pelas pesquisas voltadas para a História Social, notadamente, com as obras de Thompson, Michelle Perrot, Jim Sharp, Mary Del Priore, Rachel Soihet, entre outros, que privilegiam temas como o urbano, a família, o crime, a educação, a sexualidade, a mulher etc.

A influência da "historiografia da transgressão", de Michel de Foucault, com temas como a sexualidade, a criminalidade e os desvios, fez surgirem artigos, teses ou livros cujos personagens ou objetos/sujeitos de estudo são: a história das concubinas, das prostitutas, das escravas rebeldes, das freiras, das lésbicas, das defloradas, das doidas, das "mal faladas", das pecadoras, das pobres e das escritoras feministas. Para tanto, pesquisaram-se mulheres em todo o país, que se encaixassem nessa linha de comportamento transgressor. O que foi de grande relevância para o desenvolvimento dos estudos sobre a mulher. (DEL PRIORI, 2003)

Com a história cultural, as mulheres são inseridas como objeto da história, focadas sob a ótica das identidades coletivas, de uma ampla variedade de grupos sociais –operárias, camponesas, escravas, pessoas comuns, diversificando-se os temas de investigação histórica. (SOIHET, 1997)

Rachel Soihet e Silva Dias (1997) consideram que, a partir de então, a abertura dos historiadores para os papéis informais, mais visíveis por meio do enfoque do cotidiano, constituiu-se no recurso possível para atingir o objetivo, qual seja, o de obter pistas que possibilitem a reconstrução da experiência concreta das mulheres em sociedade, que têm desempenhado um papel ativo na criação de sua própria história.

Foi a partir dessa tendência e, nesse cenário, que apareceu a noção nova de "cultura feminina", em que gestos e práticas foram/são analisados como formas de cultura e a pesquisa demonstrou/demonstra que os papéis, as práticas e suas relações davam sentido ao social.

A introdução do *gênero* como categoria de análise foi de grande contribuição para os avanços nos estudos sobre as mulheres por incorporar a diversidade e a multiplicidade de interpretações, abrindo campo para a análise de expressões culturais, modos de vida, relações pessoais, redes familiares entre mulheres e entre homens e mulheres.

Segundo Sohiet, *gênero* tem sido desde a década de 1970, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual, como teoria contrária ao determinismo biológico. Tornando-se, inclusive, uma maneira de afirmar as "construções sociais", isto é, a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis determinantes aos homens e às mulheres.

O gênero sublinha também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado – proposta dos que queriam modificar os paradigmas da disciplina.

Outro aspecto em relação aos estudos de gênero reside na rejeição ao caráter fixo e permanente da oposição binária – masculino X feminino – que alimentou as demandas feministas.

Joan Scott argumenta que, no seu uso descritivo, o gênero é apenas um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, mas que não tem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes.

Nos anos 90, a história de Gênero chega ao Brasil. A partir de então, a categoria de *gênero* é vista como uma necessidade de encarar o sexo como uma categoria necessária para a análise social e as relações entre os sexos, referidas ás mudanças históricas. (MATOS, 2000).

Entretanto, o campo de estudo sobre a história de gênero é algo muito recente e que se encontra em construção, e por esta razão, torna-se um grande desafio para quem se aventurar nesse terreno de dificuldades e desequilíbrios (MATOS e SOIHET 1997). O grande desafio deve-se não só à falta de um método e de uma teoria própria como, também, ao fato de o tema ser plural, fazendo-se necessário, portanto, recorrer às mais variadas abordagens, da antropologia à psicanálise, da história das ciências à das artes. Não se pode, então, falar sobre as mulheres sob perspectiva de uma única disciplina.

Uma análise da historiografia paraibana, desde os clássicos, que escreveram pioneiramente a História da Paraíba, como Maximiano Machado – *História da Província da Paraíba*; Irineu Joffily, com *Notas para a História da Paraíba*; e Horácio de Almeida, com *História da Paraíba*, até mesmo à produção acadêmica de nossos cursos de pós-graduação, constatamos uma característica comum: a ausência da mulher como sujeito e agente da História.

O historiador J. M. Hexter argumentou que, a ausência das mulheres na historiografia deve-se ao fato da omissão destas nos grandes acontecimentos políticos e sociais. Mesmo aceitando-se a significativa força do patriarcado em nossa formação social, notadamente em uma sociedade de base agro-exportadora como a paraibana, não aceitamos o estereótipo da mulher passiva, um ser sem história, e vivendo em função do homem, isto é, sem participação política.

Os projetos, RESGATE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER – PARAÍBA: ESTADO E SOCIEDADE – 1928-1940, e MULHER E FRONTEIRAS NA HISTORIOGRAFIA PARAIABANA – 1940-1964, coordenado pela historiadora paraibana Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais Santana, ligado a estrutura de poder político do NIDHIR, PIBIC/CNPq no período de 1997 a 2002, revelou não somente a participação política da mulher paraibana como também abriu caminho para a realização de trabalhos sobre a temática feminina, a exemplo de monografias e dissertações de mestrado.

As décadas de trinta e quarenta na Paraíba representou um período de intensa participação feminina através da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, como atestam as colunas FEMININA nos jornais A UNIÃO e A IMPRENSA.

A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino – associada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - só veio a ser criada em 11 de março de 1933, formada por mulheres de destaque na sociedade local, pela atuação no sistema educacional. Tinha como principal objetivo fazer com que fossem reconhecidos os direitos da mulher através da promoção

da educação feminina. (A UNIÃO, fev. 1933, p.8)

Em texto publicado no jornal *A União*, a presidente da APPF, Lylia Guedes, deixa clara a sua preocupação com relação ao impacto que a associação feminina poderia causar na sociedade paraibana, bem como afirma não ter nenhuma intenção de se colocar contra a Igreja Católica ou contra a ordem governamental.

> *Sr Redator: Meus respeitosos cumprimentos. Rogo-vos a mínima gentileza da publicação, em vosso conceituado jornal, do seguinte esclarecimento que desejo às nossas patrícias, na qualidade de presidente da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, sociedade recém-fundada nesta capital.*
> *Logo ao circular a notícia de nossa instalação, algumas associações católicas eram advertidas pelos seus diretores espirituais de que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com sede no Rio de Janeiro, dirigida pela Dra Bertha Lutz - sociedade por cuja iniciativa fora fundada a nossa, pregava idéias contrárias ao catolicismo. Ora a nossa única intenção foi reunir a família paraibana no laço da maior fraternidade, sem impor princípios que viessem ferir melindres religiosos, políticos ou mesmo regionalistas. A associação com suas sessenta e tantas associadas, em grande parte católicas [...] tendo como preocupação exclusiva o engrandecimento da mulher sem imposição ou restrição alguma às suas crenças que serão respeitadas de modo absoluto. Todas somos mulheres e é isto que nos une.*
> *Apressei-me, pois, em pedir informações às filiadas da Federação, da maneira como tinham sido recebidas pela Igreja Católica e agora que me chega boa documentação sobre o caso, estou habilitada a dizer às minhas distintas consorcias e demais patrícias que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, dirigida pela Dra Bertha Lutz, de cujo programa nos afastamos da parte que pleiteia para a mulher - pela razão já divulgada pela imprensa, mas que se faz oportuno repetir,* **de ser a grande maioria de nossas patrícias indiferentes a tais conquistas** *- foi recebida nos Estados onde fundou filiais, com os maiores aplausos, por parte da Igreja Católica e em alguns parece até que a Igreja e a fundação comungam do mesmo ideal. (A União, jun. 1933, p.1 - grifos nosso)*

O texto apresentado pela presidente da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino é explícito quanto à preocupação com relação à aceitação, não somente da Igreja como da sociedade, a respeito da fundação da seção paraibana da FBPF. A ação da Associação Paraibana com o intuito de promover, entre outros direitos, a educação feminina, o que colocou em evidência a participação da mulher da cena pública. Entretanto, com a ditadura do Estado Novo, as expressões políticas foram fechadas dentre elas a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e suas Associadas a exemplo da paraibana.

Se o Estado Novo, conseguiu silenciar a voz das mulheres que

nos anos vinte e trinta participaram intensamente do cotidiano político paraibano, a partir de sua queda em 1945, vamos assistir o seu ressurgir. Sua presença será uma constante no cenário político partidário que então se descortina com a redemocratização do país.

***

REFERÊNCIAS

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. IN: Marcos de Cézar Freitas (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 217-235.

FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle. "Introdução: ordens e liberdades. IN: DUBY, Georgs e PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente.** Porto: Afrontamento, 1991.

GONÇALVES. Andréa Lisly. História & Gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan. "História das Mulheres". IN: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História.** São Paulo: Unesp, 1992.

SOHIET, Rachel. História das Mulheres. IN: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.) **.Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp.275-296

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve Histórico do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS E CULTURAIS DA POPULAÇÃO NEGRA NA PARAÍBA

Ivonildes da Silva Fonseca[118]
Solange Pereira da Rocha[119]

A presente comunicação enfocará aspectos dos caminhos percorridos pela população negra brasileira que aqui figurarão na forma de ações coletivas por parte de organizações governamentais ou não governamentais. Na tentativa de articular o nacional com o local preencheremos este último com ocorrências no Estado da Paraíba.

A Paraíba segundo dados do PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio) 2007 tem população de 3.655.000 de pessoas das quais 1.334.000 de brancos, 2.316.000 de negros (pretos e pardos), isso significa 36,5% de brancos e 63,3% de negros. São dados que revelam uma predominância de pessoas de ascendência africana nas estatísticas censitárias, todavia esses seres humanos em território paraibano estão a merecer ocupação de melhores lugares sociais.

Os lugares sociais da população negra no Brasil desde o início de sua formação, baseada na escravização de indígenas e de africanos e de seus descendentes, são dignos de merecer o nosso repúdio e o do mundo como de fato ocorreu recentemente. A escravidão, no ano de 1950, foi considerada crime contra a humanidade, constando do Código de Nuremberg elaborado após a Segunda Guerra Mundial e da Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e todas as formas de intolerância (2001), doravante Conferência de Durban (2001), cujo texto evidencia esse posicionamento:

> *12. Reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo, incluindo o tráfico de escravos transatlântico, foram tragédias terríveis na história da humanidade, não apenas por sua barbárie abominável, mas também em termos de sua magnitude, natureza de organização e, especialmente, pela negação da essência das vítimas; ainda reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo são crimes contra a* humanidade e assim devem sempre ser considerados, especialmente o tráfico de escravos transatlântico, estando entre as maiores manifestações e fontes de racismo, discriminação

[118] Professora do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – CH/UEPB e doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – PPGS/UFPB, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Ayala.

[119] Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação da UFPB e doutora pela UFPE.

> racial, xenofobia e intolerância correlata; e que os Africanos e afrodescendentes, Asiáticos e povos de origem asiática, bem como os povos indígenas foram e continuam a ser vítimas destes atos e de suas conseqüências.

Apesar de compulsoriamente ocupar o lugar social de "escravizada", a população negra vem engendrando uma luta secular que caracteriza uma trajetória na qual são pontuadas vitórias no reconhecimento do estatuto da humanidade. Essa trajetória, aqui neste momento, será esboçada a partir dos anos de 1970 pelos significativos feitos de ordem coletiva.

Nos anos de 1970 no Brasil importantes processos foram desencadeados no que diz respeito ao povo negro, dentre esses o da formação do Movimento Negro Organizado que de São Paulo irradia-se para outros Estados da Federação e na Paraíba se consolida no ano de 1979. No dia 18 de junho de 1978, no Brasil, foi fundado, oficialmente, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), o primeiro movimento do povo negro de caráter nacional depois da Frente Negra Brasileira, "com o propósito de ser um movimento amplo para lutar contra o racismo" (FÉLIX, 1996, p. 213). Diferente da proposta integracionista, o MNUCDR propunha a afirmação de uma identidade negra e a discussão do racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira.

A primeira denominação - Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial - fora alterada para Movimento Negro Unificado (MNU) no I Congresso Nacional do MNUCDR, em 1979, no Rio de Janeiro, por se entender que o objetivo da luta deveria ser maior que o combate à discriminação racial, tornando-se uma luta por uma sociedade justa e igualitária (FÉLIX, 1996, p. 213).

Os atos discriminatórios e criminosos ocorridos em São Paulo, dentre os quais, o do Clube Tietê de São Paulo, onde quatro atletas negros foram expulsos do time juvenil do Clube Regata Tietê foram decisivos na formação do Movimento. Outros atos tiveram desfechos trágicos com duas mortes: uma foi a do operário negro, Nilton Lourenço, assassinado por um policial, no bairro da Lapa (MOURA, 2004, p. 50), e a outra, do operário negro, Robson Silveira da Luz, que viera a óbito após sofrer torturas executadas por policiais em uma delegacia de Guaianazes, na Capital paulista (NASCIMENTO, 1981, p. 215);(SILVA, 1988, p. 7); (CARDOSO, 2002, p. 40).

Após a fundação do MNU, os militantes organizaram, em 07 de julho de 1978, em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, o 1º Ato Público, que reuniu mais de três mil negros. Nessa ocasião, fizeram o lançamento de uma carta aberta à população, anunciando um

novo passo contra o racismo. Esse evento aconteceu em São Paulo, mas envolveu outros estados brasileiros (Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas), que se fizeram presentes através de moções de apoio e telegramas de solidariedade. No conjunto dos apoios à criação do MNU, merece destaque a carta do grupo afro-brasileiro "Netos de Zumbi", formado por presidiários, enviada para os organizadores do ato de 07 de julho de 1978.

Oficialmente, esse movimento surgiu em uma localidade que abrigava expressivo número de operários, uma categoria social que experimentava cotidianamente as relações de exploração no trabalho e na rua. Foi um momento de avanço político e organizativo dos trabalhadores brasileiros. Na proposta inicial, o grupo político *"Liga Operária"*, de ideologia trotskista e, depois, transformado em Convergência Socialista, defendia que o movimento receberia qualquer pessoa que comungasse com os objetivos da luta. Após a primeira assembléia nacional, ficou aprovada a participação exclusiva de pessoas negras (FÉLIX, 1996, p. 213).

O movimento repercutiu para outros estados brasileiros, arregimentando grupos já existentes e motivando novas formas de organização e de reivindicação da população negra e oprimida. Os registros encontrados em documentos do Movimento Negro paraibano e em depoimentos da sua militância ressaltam que, como grupo organizado, nasce o *"Movimento Negro de João Pessoa (MNJP)"*, no ano de 1979, permanecendo com essa denominação por mais de dez anos.

Essa organização negra denominada de Movimento na década de 1970 representa o coroamento de propostas, de ações efetivas de uma gente negra que se uniu em forma de Irmandades Religiosas, em comunidades de terreiros religiosos, em partidos políticos . Essa organização em 1970 vem com uma determinação substanciada que é a de afirmar o racismo como elemento estruturante nas relações sociais brasileiras e propõe um movimento amplo como estratégia de desmontá-lo. Para o sucesso desse movimento amplo importante foi afirmar a identidade negra, uma vez que no período compreendido entre 1870 e 1930 a política de embranquecimento ganhara fôlego com a projeção do fim da população negra.

Da força que o Movimento Negro da década de 1970 imprimiu no contexto político-ideológico nacional registra-se no IBGE um aumento da população negra e no plano do governo federal algumas políticas são lançadas das quais as ações afirmativas.

As ações afirmativas entendidas como políticas públicas visam contemplar segmentos sociais que historicamente vêm sofrendo exclusão social, a exemplo de mulheres, pessoas deficientes, pessoas negras dentre

outros e têm formas explicadas por Bernardino (2002, p. 257) como "políticas sensíveis ao critério racial, em que a raça é um dos critérios ao lado de outros, até as políticas de cotas, em que se reserva um percentual de vagas para minorias políticas e culturais."

No ano de 1996, algumas ações por parte do Executivo Nacional, tendo à frente o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso foram decisivas, das quais "o reconhecimento público"[...]"de que o país era racista."; o estímulo da discussão sobre as ações afirmativas quando da divulgação do Plano Nacional dos Direitos Humanos; a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a Valorização da População Negra e do Grupo para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação - GTDEO. No âmbito do Legislativo destacam-se duas ações no senatório federal foram fundamentais no plano das ações afirmativas. Uma delas foi o Projeto de Lei nº 14, em 1995 de autoria da senadora Benedita da Silva, dispondo sobre instituição de cota mínima com observância do critério etnicorracial para os que socialmente eram discriminados em situações de ingresso em instituições de ensino superior; a outra foi da parte do senador Abdias do Nascimento, com o projeto de Lei de nº 75 sobre "medidas de ação compensatória para implementação do princípio da isonomia social do negro" (BERNARDINO, 2002, p. 257-258).

A nossa interpretação sobre o cenário político voltado para essas questões de políticas afirmativas para a população negra se acosta na de Bernardino (2002, p. 259) nos termos que articulam essas ações com a luta do Movimento Negro Unificado ao buscar a mobilização social e também "como uma sintonia entre este e o "movimento negro internacional", destacando a influencia da independência de países africanos e os movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos.

Na Paraíba, o Movimento Negro local presidida por João Balula, comunidades de terreiros das religiões afro-indígenas-brasileiras representadas por Ialorixás e Babalorixás, quilombolas, organizações não-governamentais voltadas para o combate ao racismo, grupos de Hip Hop e Departamentos de instituições de ensino superior através de realização de encontros, ações em escolas, diálogos com gestores públicos faziam o papel de ator político sensibilizando e conclamando a sociedade paraibana da necessidade de reafirmar a identidade negra e de implantar as políticas de ação afirmativa .

Após a Conferência de Durban em 2001, ainda que façamos ressalvas com relação à postura do Estado Brasileiro como signatário das propostas, não podemos desconhecer a importância da sanção da lei 10.639 no ano de 2003 que alterando a Lei 9394/96 torna obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afrobrasileira" e a criação da Secretaria Especial de Políticas da Igualdade Racial - SEPPIR.

A Paraíba participou dessas discussões nacionais e internacionais com a participação de algumas integrantes do Movimento Negro[120] em debates preparatórios da Conferência de Durban, a exemplo da Conferência das Américas, realizada no Chile, no ano de 2000; da Conferência Brasileira Preparatória para Durban, ocorrida no Rio de Janeiro, em 2001, e nesse sentido, procuraram fortalecer as demandas da luta antirracista local, visto que desde a década de 1990 o Movimento Negro da Paraíba vinha organizando sua pauta de reivindicações, materializada no "Documento das Diretrizes para políticas públicas para o povo negro do estado da Paraíba"[121] que propunham ações governamentais nas mais diferentes dimensões sociais, a exemplo de educação, trabalho, habitação, saúde, mulher negra, etc.

Após a Conferência de Durban, organizações negras buscaram ampliar a discussão e implantação de políticas públicas no campo da educação, mais especificamente as ações afirmativas no ensino superior, no ano de 2003, se firmou uma parceria da Bamidelê – Organização de Mulheres Negra na Paraíba, ou Bamidelê-OMN, com o Movimento Negro para realização de dois seminários, um cujo público era os ativistas e as ativistas dos movimentos sociais negros na Paraíba, e outro era a comunidade universitária da Universidade Federal da Paraíba. Dentre os objetivos estavam a necessidade de divulgar informações junto à militância, uma vez que o tema das cotas raciais no ensino superior naquela momento era tão polêmico como na atualidade, bem como se procurava sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância de modificar o sistema de ingresso no ensino superior, visando uma democratização do ensino superior e ações de promoção a igualdade de oportunidade à população negra.[122]

As atividades se realizaram, mas a sensibilização e o compromisso político das autoridades da Paraíba com a implementação políticas públicas para a população negra ainda está para se concretizar, ou seja, mesmo que esse Movimento Negro tenha se iniciado em 1979 e ao longo das décadas tenha se empenhado em convencer o poder público da necessidade de políticas voltadas para o desenvolvimento de mulheres e homens negros, muito pouco se conquistou. Ainda para debater a temática da democratização do ensino superior, além do Seminário de 2003, no

[120] Participaram duas integrantes do então Grupo de Mulheres Negras da Paraíba, que no ano de 2001, se institucionalizou em organização não-governamental denominada Bamidelê: Organização de Mulheres Negras da Paraíba.

[121] Uma versão do mencionado documento, do ano de 2003, encontra-se no portal http://movimentonegropb.vilabol.uol.com.br/frame.htm. Acesso em: 10 jul. 2010.

[122] Conforme consta no Projeto "Políticas Afirmativas para Afro-descendentes", 2002, digitado. Disponível no Acervo Documental da Bamidelê – OMN.

ano seguinte se realizou um segundo na UFPB e na Assembléia Legislativa do estado, porém, novamente, a ressonância foi pífia, pois, somente no ano de 2007, a Universidade Federal da Paraíba elaborou uma Proposta de Cotas e discutiu em todos os seus centros de ensino. A proposta sugeria que 50% das cotas fossem para alunos/as de escolas públicas e desse percentual haveria 22,5% para negros, sendo desses 2,5% para quilombolas, 2,5% para indígenas e 5% para pessoas com deficiência. [123] Contudo, com exceção do Centro de Educação houve uma recusa da referida proposta. Passados dois anos uma nova proposta foi apresentada à comunidade acadêmica e votada e aprovado no Conselho Universitário, o Consepe, em março de 2010. Contudo, essa nova proposta limitou os percentuais reduzindo para 25% de reserva de vagas para alunos de escolas públicas, tendo o recorte etnicorracial (negros e indígenas) e 5% para pessoas com deficiência e com aumento de 5% a cada ano, chegando a 40% em 2014[124], Como podemos perceber, houve uma significativa diminuição do percentual da reserva de vagas e os gestores da UFPB buscam a gradualidade para implementação das cotas.

No âmbito da gestão municipal também identificamos como incipientes as políticas públicas para a população negra, mesmo que tenham ocorrido algumas mudanças na ocupação dos cargos públicos, ou seja, alguns políticos oriundos da "esquerda", passaram a governar municípios paraibanos. Esperava-se que esses gestores fossem mais comprometidos com as demandas sociais dos setores populares. Porém, quando trata de população negra na Paraíba, não conseguimos identificar transformações significativas.

Para fundamentar essas observações, vale ressaltar que, no ano de 2005, a capital da Paraíba passou a ser administrada por um político com forte base política proveniente dos movimentos sociais. No que se refere à população negra, no início de sua gestão, se realizou um seminário "O Negro e o Poder", com a participação de lideranças locais e nacionais para se refletir sobre a situação da população negra em João Pessoa e a criação de mecanismos institucionais para combater o racismo. Naquela oportunidade, as lideranças locais reivindicavam uma Secretaria Municipal de Reparações ao Povo Negro[125], porém, após esse Seminário e outros

[123] A referida Proposta de Ações Afirmativas de 2007 está disponível no <http://www.prg.ufpb.br/A_Afirmativas/Texto%20A%E7%F5es%20Afirmativas%20-%20VFRev%2016-04-06.pdf.> Acesso em: 04 abr. 2009.

[124] A proposta de 2010 está disponível no< http://www.agencia.ufpb.br/vernoticias.php?pk_noticia=11629> Acesso em: 11 jul. 2009.

[125] Ver Relatório do Seminário "O negro e o poder público municipal: aprendendo a lidar com a diferença", 2005, João Pessoa: digitado, p. 04, no qual uma das lideranças fez a seguinte afirmação: "Assim, reitero a necessidade de uma secretaria para os negros dentro do governo municipal, pois ainda é espantoso

debates, se criou, em 2005, a criação da "Assessoria de Políticas Públicas para Diversidade Humana/APPDH" [126], que além de tratar das questões da população negra, deve promover de políticas para as comunidades LGBT, a "equidade de gênero" e o respeito à "diversidade religiosa", enfim, um debate iniciado para se tratar das especificidades históricas e seculares da população negra culminou com a criação um órgão que agregou demandas de vários sujeitos políticos, sem infraestrutura, poder de decisão e sem dotação orçamentária e que, passados cinco anos de sua fundação, ainda não demonstrou mudanças substanciais na vida de mulheres e homens negros de João Pessoa. Em 2009, após quatro anos da sua criação continuava fazendo debate para diagnosticar a situação social da população negra, a exemplo do realizado do Seminário de 2009, cujo tema foi "Consciência Negra: Racismo e Ações Afirmativas", promovido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da APPDH e da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), em parceria com os movimentos sociais negros, no qual um gestor destacou a necessidade de "debate" sobre as desigualdades sociais e o preconceito etnicorracial[127], ou seja, o poder público continua "discutindo" e não cria uma política governamental que procure, de forma consistente e continuada, combater o racismo localmente.

Uma segunda tentativa foi empreendida pelas lideranças negras de João Pessoa para criar um órgão institucional para desenvolvimento de políticas públicas para esse segmento etnicorracial. Assim, no ano de 2008, se procurou criar a Coordendoria de Políticas Públicas para a População Negra. Algumas reuniões foram coordenadas pela Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, mas não teve maiores consequências.

Como políticas públicas concretas para a população negra no âmbito de João Pessoa podemos destacar a discussão e elaboração da diretrizes para implementação da Lei 10.639/03 no referido município, ocorrida ao longo do ano de 2006, com forte atuação de várias organizações negras locais. Dentre os aspectos que merecem destaque estão o Artigo 4º que propõe que "A rede de ensino do município de João Pessoa/PB incluirá, além das áreas recomendadas pelo § 2º da lei 10.639/03 - Artes, Literatura e História Brasileiras - as áreas de Língua Portuguesa, Geografia, História, Matemática e Ciências". Ou seja, todas as

que no século XXI, a humanidade resida ainda sobre a égide de teses e argumentos falaciosos que não reconhecem a diversidade cultural e religiosa existente entre os povos". Estiveram presentes as seguintes organizações negras: Movimento Negro/MOVANE, Federação Independente de Cultos Afro-brasileiros/ FICAB, Instituto de Referência Étnica/IRÊ, Bamidelê-OMN, Terreiro Ilê Axé Omidewá.

[126] Conforme consta no portal <http://sttrans.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/?n=14485> Acesso em: 11 jul. 2010.

[127] Conforme consta no portal <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/?n=12454> Acesso em: 11 jul. 2010.

disciplinas do currículo de educação básica devem inserir a temática da Educação das Relações Etnicorraciais e da História da África e da Cultura Afrobrasileira e o Artigo 12, o parágrafo § 2º enfatiza que "o conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo, como preconiza o art. 26-A, § 1º da lei 10.639/2003, incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros(as) no Brasil, a cultura negra brasileira e o(a) negro(a) na formação da sociedade nacional, valorizando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica, política, religiosa e cultural, dando ênfase ao espaço local", isto é, as diretrizes determinam que se valorize a história e da cultura da população negra da Paraíba.

Contudo, vale destacar que a Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa forneceu capacitações às professoras e aos professores de forma pontual, ainda há que atender as proposições do Ministério de Educação que orienta como formação docente nas relações etnicorraciais os cursos de Atualização ou de Aperfeiçoamento (carga horária superior a 120 horas), assim como é urgente que se adquira materiais didáticos para todas as escolas municipais, implementando, de fato e com qualidade, a Lei 10.639 em João Pessoa.

Mas a falta de políticas públicas não se faz necessário apenas na esfera municipal. O governo estadual da Paraíba só recentemente inaugurou uma fase de diálogo com os movimentos sociais negros e tem buscado adotar políticas para a população negra. Antes de adentrarmos nos poucos avanços que tivemos nos últimos anos, vale destacar que, em maio de 2005, foi realizada a I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade, com a participação da então Ministra da SEPPIR, Matilde Ribeiro, contou com a participação de mais de uma centena de ativistas do estado da Paraíba, que a partir do diagnóstico social produzido pelo Movimento Negro da Paraíba (2003) se produziu Relatório destacando as demandas do "povo negro" da Paraíba. Contudo, nenhum agente político/gestor regulamentou uma política em defesa do combate ao racismo.

Ainda no início do século XXI, na gestão do governo de Cássio Cunha Lima, houve uma tentativa de se criar um órgão para propor e monitorar políticas públicas, trata-se do *Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra*, que "por lei" foi criado e esteve vinculado à Secretaria de Estado da Cidadania e Administração Penitenciária, mas nunca funcionou. Entre as questões que inviabilizou o seu funcionamento esteve a dificuldade em formar um Conselho com paridade entre conselheiros/as governamentais e da sociedade civil. Ainda no início de 2009 se fazia discussões de como viabilizar o funcionamento desse Conselho, mas não houve avanços.

No final da gestão do governo de Cunha Lima (cassado em 17 fevereiro de 2009), se fundou na Paraíba o Fórum Estadual de Educação

e Diversidade Etnicorracial, resultante das ações políticas do Ministério da Educação, visando implantar a Lei 10.639/03, em todas os municípios brasileiros. Esse Fórum tem funcionado com reuniões mensais, porém, suas ações para efetivação da Lei 10.639 têm sido bastante tímidas e ainda há que receber apoio institucional, ou seja, da Secretaria Estadual de Educação, para que os currículos escolares incorporem as mudanças propostas nas Diretrizes da Lei 10.639/03. Como avanço mais visível do atual governo, José Maranhão, podemos destacar o apoio institucional dado para a realização, em 2009, da II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, antecedida por duas conferências regionais (uma Campina Grande e outra João Pessoa) e a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial[128], um órgão permanente, com paridade entre os/as conselheiros/as, sendo de caráter consultivo, deliberativo e pode (e deve) monitorar as políticas públicas no âmbito estadual, está vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH).

Com essa breve trajetória dos sujeitos políticos da contemporaneidade da Paraíba procuramos mostrar que o protagonismo negro sempre esteve presente na luta por dignidade e valorização das pessoas negras e por políticas públicas para um povo que historicamente esteve colocado em segundo plano. Enfim, os desafios de mudança da realidade social da gente negra brasileira e paraibana estão postos e não é uma tarefa de mulheres e homens negros, mas de toda sociedade paraibana.

***

[128] A Lei Nº 8.993 , de 15 de dezembro de 2009, autorizou o Poder Executivo a criar o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CEPIR, na Paraíba, no portal <www.paraiba.pb.gov.br/index.php?option=com_docman.> Acesso em: 20 abr. 2010.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, n.2, 2002, p. 247-273

CARDOSO, Marcos Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte:** 1978-1998. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

DURBAN. Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, 2001. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/legislacao/Declaracao_Durban.pdf> Acesso em: 3 ago 2007.

FÉLIX, João Batista de Jesus. Pequeno histórico do movimento negro contemporâneo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Sousa (Orgs). **Negras imagens:** ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 211-216

FONSECA, Ivonildes da Silva. Movimento negro da Paraíba: breve histórico. In: ROCHA, Solange Pereira da; FONSECA,Ivonildes da Silva.(Orgs.). **População negra na Paraíba:** história, educação, política. Campina Grande: Editora da UFCG. No prelo.

GOMES, Luiz Flávio. Crimes contra a Humanidade: Conceito e Imprescritibilidade (Parte II). Disponível em http://www.lfg.com.br. Acesso em: 05 ago. 2009.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A.; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEI Nº 8.993 , de 15 de dezembro de 2009. Disponível em: *www.paraiba.pb.gov.br/index.php?option=com_docman.* Acesso em: 20 abr. 2010.

MOURA, Clóvis. Formas de resistência do negro escravizado e do afro-descendente. In:

MUNANGA, Kabengele. **O negro na sociedade brasileira:** resistência, participação, contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. A luta afro-brasileira pós-abolição. In: ___. **Pan-africanismo na América do Sul:** emergência de uma rebelião negra. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 178-220.

PARAÍBA. DOCUMENTO das Diretrizes para políticas públicas para o povo negro do estado da Paraíba. Disponível em: http://movimentonegropb.vilabol.uol.com.br/

frame.htm. Acesso em: 10 jul. 2010.

PROJETO "Políticas Afirmativas para Afro-descendentes", 2002, digitado.
PROPOSTA de Ações Afirmativas da UFPB, 2007. Disponível em: http://www.prg.ufpb.br/A.Afirmativas/Texto%20A%E7%F5es%20Afirmativas%20-%20VFRev%2016-04-06.pdf. Acesso em: 04 abr. 2009.

PROPOSTA de Ações Afirmativas da UFPB, 2010. Disponível em: http://www.agencia.ufpb.br/vernoticias.php?pk_noticia=11629 . Acesso em: 11 jul. 2009.

RELATÓRIO do Seminário "O negro e o poder público municipal: aprendendo a lidar com a diferença", 2005, João Pessoa: Digitado

SANTOS, Hélio. Quem poupar a Seppir é contra a Seppir. In: **Jornal Irohin**, 2007. Disponível em: http://www.irohin.org.br/imp/template.php?edition=21&id=142 Acesso em: 11 jul. 2009

SILVA, Jônatas Conceição da. História de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia. In: **Movimento Negro Unificado**. 1978-1988. 10 anos de luta contra o racismo. São Paulo: Confraria do livro, 1988. p. 7- 17.

SILVA, Tânia Maria Correia da. **Lemba Odu**: práticas informacionais no contexto do Movimento Negro na cidade de João Pessoa - PB. João Pessoa, 1999. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, 1999.

SALA DE AULA NÃO É IGREJA, "BIRÔ" DE PROFESSOR NÃO É ALTAR

José Luciano de Queiroz Aires[129]

Aprendemos com o antropólogo Clifford Geertz[130] a prestar mais atenção à hermenêutica das práticas culturais e às simbologias constituintes. Isso não quer dizer que vou procurar interpretar brigas de galos, nem massacres de gatos. Os atores desse teatro são outros. Mas também brigam entre si, em rinhas diferentes, evidentemente. O palco são as escolas públicas estaduais de Campina Grande, lugares de encenação menos violenta, pelo menos fisicamente, de que a matança de gatos estudada por Robert Darnton[131], mas nem por isso deixam de evidenciar uma *violência simbólica*, nos termos do sociólogo francês Pierre Bourdieu[132].

Os símbolos aqui interpretados são as iconografias de santos e santas católicas, a Bíblia sagrada e rituais de religiosidades praticados em escolas públicas ou em igrejas, com a presença de gestores, professores e alunos. Que significados se inscrevem nessa simbologia e quais suas

[129] O autor é Professor da UAEDUC/CDSA da UFCG e Doutorando em História pela UFPE. Joseluciano9@gmail.com.

[130] A história tem dialogado com a antropologia interpretativa geertziana e o seu método da descrição densa. O historiador estadunidense Robert Darnton é um dos mais emblemáticos exemplos dessa aliança. Contudo, as maiores críticas a essa perspectiva de história antropológica hermeneuta advém do historiador italiano da micro-história, Giovani Levi. Ele critica o que considera relativismo cultural em artigo intitulado "Os perigos do Geertismo".

[131] Para Aranha (1998/1999), a narrativa escrita por Contat sobre o massacre de gatos na tipografia francesa do século XVIII: "Interpretando-a ou lendo densamente, o autor explora uma multiplicidade de sentidos relativamente ao episódio narrado. A 'informação nativa', ao passar pelo crivo da 'descrição densa', adquire tons e cores diversos, significados múltiplos e inesperados. Assim, a 'informação nativa', enquanto expressão de uma época e de uma cultura é uma coisa; outra coisa bem diferente é essa mesma informação após submeter-se aos rigores pormenorizados da 'descrição densa', que lê semioticamente o sentido inscrito em cada palavra, em cada gesto, em cada atitude; que lê, enfim, explorando as entrelinhas, etc".

[132] Para Bourdieu, (2004, p. 14/15), o poder simbólico se faz "(...) pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico em forma de uma" illocutionary force" mas desta- entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, a crença cuja produção não é de competência das palavras".

relações com as escolas? Esse texto, porém, não tem a pretensão de aprofundar nas respostas, se propõe, muito mais a levantar questões. Não esperem uma narrativa historiográfica produto de uma operação densa, com recortes específicos e dimensão empírica sofisticada. Essas linhas são recortes de memórias das observações em campo de estágio supervisionado, acompanhando graduandos em História da UEPB em algumas escolas estaduais de Campina Grande. Comecemos teoricamente.

Segundo o historiador Jacques Le Goff (1992, p. 444): *"O Judaísmo e o Cristianismo são religiões da recordação de modo que o livro sagrado e a tradição histórica insistem na necessidade da lembrança como tarefa religiosa fundamental"*. Ele assinala que o ato de rememorar não pode ser entendido senão como uma prática de cunho também pedagógico. No Antigo Testamento, o Deuteronômio apela para o dever da recordação, no que, segundo Le Goff, coloca os judeus como *"o povo da memória por excelência."* No Novo Testamento, a redenção será pela lembrança de Jesus. No cotidiano, as pessoas são chamadas a viver na memória das palavras de Jesus. Aí reside o sentido pedagógico mnemônico, lembrar o passado e tomá-lo como exemplo de vida a ser seguido. O ensino cristão apresenta-se como a memória de Jesus, transmitida pelos apóstolos, seus sucessores. Assim, de acordo com Le Goff (1992, p. 445): *"O ensino Cristão é memória, o culto cristão é comemoração"*.

Recordar Moisés, Jesus, Pedro, Paulo, Maria e tantos outros, é parte da retórica do ensino religioso. Recordar para não esquecer os valores da moral e dos "bons costumes" a serem posta em prática no cotidiano de cada um. Tais valores estão vinculados aos santos e santas e norteiam muito as nossas subjetividades.

Realizar novenário, celebrações ou qualquer tipologia de culto, faz parte das comemorações que são *lugares de memória*, na acepção do historiador francês Pierre Nora. Lugares que se encarregam de lembrar por algo que já se foi, mas parece atemporal em função do processo repetitivo que traz o passado sempre presente, como sendo a essência da escatologia que trará a felicidade humana no mundo sublunar.

São *lugares de memória* as esculturas de Nossa Senhora, a Bíblia e as celebrações que se realizam nas escolas. Porém, não são inocentes, pelo contrário, representam a moral cristã, simbolizam os valores do ocidente medieval e objetivam legitimidade cristocêntrica. Lidos numa perspectiva pós-crítica de currículo, constroem identidades e formam subjetividades. Como nos lembra Tomaz Tadeu da Silva, pensar a questão curricular nos remete imediatamente para uma pergunta básica: O que ensinar? Esta, por sua vez, está intrinsecamente envolvida em outra também importantíssima: Que cidadão formar, que consciência e que sujeito quero construir?

Acompanho, para a escrita desse texto, Popkewitz, na definição de currículo, na qual

> *(...) o currículo é uma imposição do conhecimento do "eu" e do mundo que propicia ordem e disciplina aos indivíduos. A imposição não é feita através da força bruta, mas através da inscrição de sistemas simbólicos de acordo com os quais a pessoa deve interpretar e organizar o mundo e nele agir. (apud STÉPHANOU, 1998, p. 23)*

No mesmo artigo, Maria Stephanou cita outro teórico de currículo, Cherryholmes, se apropriando também de sua conceituação. Para ele, o currículo é tudo que proporcione aprendizado aos alunos nas escolas, explícita ou ocultamente. O currículo não é apenas aquilo que é socializado, mas também se aprende com as exclusões, com os silenciamentos que nem por isso deixam de formar certas visões de mundo.

Fundamentado nesse aparato conceitual, convido vocês a um passeio pelos rastros de minhas memórias e das anotações dos meus cadernos de campo no que vou chamar de etnografia do estágio. Não vou destacar os conteúdos propriamente ditos, prefiro olhar outras práticas da cultura escolar que, a meu ver, precisam ser compreendidas relacionadas às relações de poderes.

Vejamos o que nos diz a legislação. A LDB (1996), no TÍTULO II- Dos princípios e Fins da Educação Nacional, define onze princípios que deverão reger o ensino público. Entre esses, o *"III- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas"*; e o *"IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância"*. (LDB, p. 14). Os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem como um dos temas transversais, *Pluralidade cultural*, cuja justificativa transcrevemos a seguir:

> *Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como por imigrantes de diferentes países. Além disso, as migrações colocam em contato grupos diferenciados. Sabe-se que as regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação. O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (PCNs, 1997).*

Em que pese às divergências teóricas sobre a temática das identidades e diferenças[133], do ponto de vista formal/oficial, parece estarmos muito à frente das práticas escolares cotidianas. A legislação educacional que, inclusive, deverá ser leitura obrigatória na formação dos cursos de licenciaturas, está embasada no debate sobre diversidade cultural. Aliás, desde 1968, a tônica das diferenças e as lutas de movimentos sociais diversos têm ocupado espaço relevante nos debates acadêmicos, nas ONGs e até na mídia (embora, muitas vezes, equivocadamente).

Penso que os profissionais de História precisam, tanto na Educação Básica como nas Universidades, levar mais a sério essas questões; trabalhar na perspectiva das identidades e alteridades como construções contingentes, sem essencialismos ou naturalização de valores que são culturais, portanto, humanos. Retornando ao título do artigo, precisam olhar a escola como espaço das diversidades, por isso, não deveriam fazer delas mais um templo sagrado que legitima o cristianismo deslegitimando outras crenças e até a falta de crenças. Aulas de História não deveriam ser uma espécie de retomada dos sermões jesuíticos nem lugar para evangelização. Se assim for, os profissionais estão indo na contramão da LDB, da Constituição Federal, e mais importante ainda, dos fundamentos teórico-historiográficos de sua própria formação. Ou seja, lêem na academia para justamente fazer o contrário nas práticas pedagógicas (inclusive nas academias, o que é muito pior ainda).

Certa vez um/a aluno/a de um curso de Licenciatura em História me indagou sobre o porquê das críticas que eu fazia em torno da questão do ensino religioso. A pergunta, tal como foi formulada remetia no sentido de que, se falamos tanto em diversidade, deveríamos, também, respeitar a fé dos cristãos. Tive que responder como historiador. O que eu critico não é a fé ou a falta de fé das pessoas. Todos nós devemos ter o direito de escolher em que acreditar como também devemos ter o direito de escolher não acreditar em nada. Entretanto, penso que ao historiador cabe estudar as diversas religiões e religiosidades como construções históricas de sujeitos localizados temporalmente e espacialmente nos seus devidos contextos. E não fazer da escola um espaço ideológico de transmissão de valores de qualquer religião.

O historiador marxista, sobretudo, pensa nas religiões como instrumentos ideológicos que servem as classes dominantes. Ou como práticas de resistências a esses dominantes. O mito Rá, no Egito antigo,

[133] Não faz parte dos objetivos desse artigo entrar na discussão teórica sobre identidades, diferenças, singularidades, multiculturalismo, etc. Esse debate está longe de ser consensual (nem poderia). Entretanto, ressalto que, seja em qualquer perspectiva, é algo que está na ordem do dia dos currículos contemporâneos e da legislação no Brasil.

procurava manter a estabilidade e o controle social em torno do apoio ao Estado faraônico; a Igreja Católica medieval já foi considerada o "bastão do feudalismo"; o protestantismo e o calvinismo, conforme analisou Max Weber, surgiram como a ética do capitalismo moderno; recentemente, no Brasil, a Igreja Católica apoiou o golpe de 1964. Talvez, discussões como essa, realmente, incomodem bastante.

Em suma: na minha concepção, cabe aos historiadores problematizarem as religiões e religiosidades como algo contingente: o surgimento, os conflitos, os sincretismos, as dimensões ideológicas de dominação e resistência, o imaginário e guerras de representações e práticas culturais. Portanto, fazer uma história das religiões é diferente de tentar doutrinar alunos para qualquer religião. Para isso, estes têm as instituições religiosas, a sala de aula não pode ser mais uma. Assim respondi ao questionamento do/a aluno/a.

No dia 10 de setembro de 2007, observando a aula de um estagiário em uma turma de 2º ano do Ensino Médio na Escola Estadual da Prata, quando o aluno propunha uma discussão sobre identidades locais e se reportou aos estereótipos da baianidade, uma aluna fez uma intervenção e afirmou: *"Axé é macumba"*. Em outras aulas sobre a escravidão, quando estagiários se referiam às práticas culturais afro-brasileiras, sempre um aluno ou uma aluna faziam uma intervenção preconceituosa, demonizadora e pejorativa da religião e religiosidade como candomblé e umbanda. O que deve fazer um profissional de História nesses momentos? Fechar os olhos? Deixar esse conhecimento prévio sem nenhuma problematização? Ou pior ainda: reiterar essas afirmações extremamente desrespeitosas para com a cultura do Outro? Laura de Mello e Souza pode muito bem auxiliar os historiadores e historiadoras nesses momentos. Ela mostra, no livro *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, como a Igreja Católica justificou o projeto de colonização e escravidão na América portuguesa, de tal forma que os sentidos da colonização não eram apenas econômicos, mas também culturais. O Brasil colonial era o paraíso de brancos e o inferno dos negros. Por que os negros tinham que ir para o inferno? Consulte-se Laura, ela explica muito bem.

A escola e seu currículo, pelo que tenho visto, (para nem pensar na universidade!!!!), têm se encarregado de continuar essa visão de mundo dicotômica e maniqueísta de "religião de Deus" e "religião do demônio", uma, "normal", a outra "anormal"; uma, que "salva", a outra, que não leva as almas ao céu, e sim, às "profundezas do inferno". É assim que estamos tratando as diferenças, nos deslocando do ofício de historiador para o trono divino do juízo final a condenar os "pecadores" e "salvar os puros"?

Essas definições de norma e transgressão são naturais? Mais uma vez afirmo que o papel da história e seu ensino é desnaturalizar certos discursos, estereótipos, conceitos e categorias que alcançaram a condição de verdade inquestionável.

A essa altura, preciso voltar ao inicio do texto para não perder o fio da meada. Volto e não volto sozinho. Trago Geertz, Darnton, Cherryholmes, Popkewitz, Bourdieu e Stephanou comigo, já que começamos a conversa juntos.

Sei que é preciso investigar mais a fundo, fazer recortes nos tempos e espaços, ouvir os atores envolvidos no processo educacional. Muitos trabalhos poderão seguir nessa direção de uma cultura histórica cristã nas escolas ditas laicas. Estou apenas falando da minha interpretação dos signos dessa cultura que se apresentam em espaços educacionais.

Nas escolas que visitei, em sua grande maioria, tinha uma estátua de Nossa Senhora ou uma Bíblia Sagrada, às vezes na sala da direção ou dos professores, mas também na entrada central das mesmas. Numa determinada escola, obrigatoriamente, quem tiver que adentrar por ela, passará em frente a uma espécie de nicho com uma imagem de nossa Senhora. É ela que recebe a todos que passarem do portão de entrada. Escola é templo? E se lá tivesse uma estátua de Iemanjá, velas coloridas, perfumes e flores brancas? Ou uma pomba gira, seminua, pintada de batom com uma porção de sutiãs e calcinha ao seu lado? Ou um preto velho fumando cachimbo? Não estou propondo a inversão simbólica, apenas provocando para que possamos investigar mais as representações e o imaginário das religiões afro-brasileiras no nível da cultura escolar. No campo hipotético, arriscaria concluir pela quase impossibilidade da permuta de representação. A cultura histórica cristã, hegemônica desde o período colonial, consolidou no imaginário social uma associação das religiões de base africana às forças do "mal", portanto, demoníacas. Isso é uma questão histórico-cultural a ser investigada.

As escolas teriam, portanto, dois caminhos a trilhar para fugir ao *poder simbólico* cristocêntrico. Ou abriria espaço para, além da Bíblia e das imagens católicas, exporem candelabros, balangadães, o mantra sagrado hinduísta, o Alcorão, o *Tei-Gi* taoísta, ou, de outro modo, extinguirem toda e qualquer representação religiosa como parte da decoração de suas salas. No primeiro caso, estou ironizando; defendo a tese da escola laica, portanto, fecho com o segundo caso[134].

[134] Evidentemente que os símbolos e toda ritualística das religiões e religiosidades diversas podem ir às escolas como parte constituinte das metodologias de ensino, tais como: seminários temáticos, peças teatrais, aulas de campo, etc. A propósito das metodologias de ensino, acho interessante a visita aos terreiros de candomblé. Os objetivos e os procedimentos dependerão da proposta do professor ao planejar

Vejo esses símbolos cristãos nas escolas públicas como a briga de galos balinesa, porque lá, de acordo com Geertz, os conflitos da comunidade apareciam nas lutas físicas dos pobres inocentes galos. Também se assemelha ao massacre de gatos interpretados por Darnton porque, na tipografia francesa do século XVIII, os trabalhadores se vingaram da exploração dos patrões pela via indireta da morte dos gatos. No caso que analiso, as brigas e os massacres também são simbólicos, violentam duplamente como diz Bourdieu: afirma-se sobre outras religiões e crenças e oculta a face mais cruel da dominação. São simbólicos, mas são reais, se pensarmos que, na Irlanda, católicos e protestantes brigam mais do que galos e morrem mais do que gatos. São reais se pensarmos que, no Oriente Médio, judeus e muçulmanos se atiram num ódio religioso milenar. Que terreiros de candomblé foram/ainda são perseguidos pelas forças repressivas da sociedade política[135]. De forma poética, e a título de ilustração, citemos a historiadora Rosa Godoy:

A rosa de Hiroshima
desabrocha no 101º andar do World Trade Center,
A figura de Mi Lai
desnuda
a cidade de imagens.
E devolve aos consumidores
a condição humana.

Os arrozais do Vietnã
ardem
nas ruas de Mannhatam.

Os becos da Palestina
se banalizam
entre os escombros de Nova York.

As mesquitas de Bagdá
são catedrais católicas
orando em dor universal
e no medo.

Os lugares se encontram
Sobre as fronteiras do tempo e dos espaços,
Sinalizando
que é preciso
reconfigurar a paisagem.

essa aula, porem, penso que é uma oportunidade relevante para desconstruir a visão demonológica e pejorativa que foi construída em torno das religiões me matriz africana.

[135] Na Revista Saeculum, Zuleica Dantas Pereira Campos mostra como os afro-umbandista eram duplamente perseguidos: pela ditadura varguista do Estado Novo e pelos espíritas Kardecista.

As religiões também geram guerras e conflitos. Em nome de Deus se morre e se mata. O ódio caminha junto com o discurso do "amor o próximo". Seja no plano de guerras declaradas e coletivas com grande chacina, seja no plano cotidiano de uma briga na esquina da rua, o que está em jogo é a intolerância religiosa, o preconceito e a desqualificação do Outro.

E nós, historiadores, vamos ficar morrendo de rir, como os tipógrafos de *Saint Severin* ao encenar o enforcamento dos gatos? Vamos permitir que o currículo ajude a manter ódio e conflitos entre os diversos, colaborando, assim, com o preconceito e as guerras?

***

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (Orgs.) **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Pólvora, 2003.

ARANHA, Gervácio Batista. A história renovada: a emergência dos novos paradigmas. **Revista Saeculum**, João Pessoa: UFPB, jan.dez. 1998/1999.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. Os Afro-unbandista e a resistência na ditadura do Estado Novo. **Revista Saeculum**. João Pessoa: UFPB, n. 8/9, jan. dez. 2002-2003.

DARTON, Robert. Os trabalhadores se revoltam: O grande massacre de gatos na rua Saint-Severin). In: **O Grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural Francesa,** São Paul: Graal, 1988.

GEERTZ. Clifford. **A interpretação das culturas**. R.J., LTC, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. In: **Projeto História**. nº 10, , p. 7-28. São Paulo, 1993.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2.ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2006

Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997, 146p. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf.> Acessado em: 12 jul. 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: Uma Introdução às Teorias de Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Diversidade religiosa**. <http://www.redhbrasil.net/.> Acessado em 12 jul. 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz** - feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

STEPHANOU, Maria. Currículos de História: instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 18, nº. 36, 1998, p. 15-38.

AS TEIAS DA HISTÓRIA GLOBAL, DESCORTINA-SE A HISTÓRIA LOCAL. EXPERIÊNCIAS NA PESQUISA E NA PRODUÇÃO DIDÁTICA

Vilma de Lurdes Barbosa [136]

[...]
Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
Não sou da nação dos condenados!
Não sou do sertão dos ofendidos!
Você sabe bem: Conheço o meu lugar!
(Belchior. Conheço o meu lugar. 1979).

Nosso desafio é vislumbrar o processo de uma história que, observando a dimensão nacional e universal - objeto de construção do mundo ocidental, recoloque na ordem do dia as bases para a elaboração das identidades regionais e locais.

Mesmo diante das dificuldades presentes no delineamento teórico e metodológico de pesquisas sobre as abordagens, representações e fontes a respeito da história regional/local, se torna necessário pensar um conjunto de questões que podem se constituir em novos objetos de investigação e, portanto, estimular novas construções do conhecimento histórico.

Revela-se, nesse sentido, o crescente interesse dos historiadores pela questão regional e local, especialmente, observa-se a multiplicação de estudos e pesquisas acadêmicas acerca desses temas.

> *A História Local tem conhecido, nos últimos anos, um progressivo desenvolvimento devido ao interesse da investigação histórica atual, pelo estudo das comunidades locais que se tem traduzido num crescente número de trabalhos acadêmicos, tendo por objecto a análise de realidades locais ou regionais. (PROENÇA, 1990, p.139).*

No Brasil, a partir do século XIX, com a criação, nas províncias, dos Institutos Históricos Geográficos e, durante a primeira metade do

[136]Professora doutora no Departamento de Metodologia da Educação do Centro de Educação e no Programa de Pós Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisa patrocinada pela CAPES. vilmaufpb@uol.com.br

século XX, com a produção dos memorialistas - configurada em estudos dos espaços históricos locais, buscava-se estabelecer uma identidade nacional brasileira que contemplasse mecanismos de homogeneização na concepção de nação, na qual priorizavam-se os aspectos político-administrativos e econômicos.

O caráter identitário brasileiro caracterizava por si só o fato de ser paraibano, mineiro ou gaúcho. Não se considerava nas diversas regiões, micro-regiões, estados e municípios - para falar apenas dos espaços geo-políticos definidos oficialmente - as suas diversidades, as formas com que as pessoas desenvolviam estratégias diferentes e experiências de sobrevivência, como se organizavam nos sindicatos e associações, como lidavam com a religião e a cultura.

Já a partir da década de 1970, podemos perceber uma preocupação por parte das variadas tendências historiográficas de estudar a questão da história regional e local[137]. Isto se deu em parte pela tentativa de acompanhar e fornecer elementos para a atualização teórica e metodológica que se produzia fora do Brasil, especialmente na França, na Inglaterra, na Itália e nos Estados Unidos, onde observamos o esgotamento de modelos de interpretação e a ruptura de analises sócio-econômicas, como por exemplo, o marxismo. Devemos considerar, ainda, a própria repercussão e influência do processo de redemocratização do estado brasileiro.

Porém, observa-se, nesse caso, o interesse pela temática regional e, por aproximação, pela questão local, mediante reflexões que vão desde análises da historiografia disponível, nos aspectos de seu conteúdo ideológico, econômico, social, político, até a própria análise das concepções teóricas que fundamentaram a elaboração dessa historiografia, passando, com isso, a existir também, um relativo acréscimo na produção histórica sobre realidades regionais e locais.

Nesse percurso, nas duas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI, observamos o que podemos chamar de *revisão* nas concepções do que são as histórias regionais e histórias locais, quando são consideradas novas dimensões, novos olhares, novos objetos e novas preocupações, especialmente em tributo aos protagonistas históricos até então silenciados, excluídos e alijados da historiografia oficial que, a partir de então, alcançam uma maior visibilidade nos processos históricos.

Assim, as discussões emergem, em sua maioria, do estabelecimento dos conceitos de região e território a partir das reflexões e redefinições conceituais da Geografia que, paulatinamente, tem revisado seus

[137] Isto fica bem evidente no XIII Simpósio Nacional da ANPUH, em Curitiba/1985: as reflexões nesse sentido expressaram-se na posterior organização e publicação da Coletânea República em Migalhas: História Regional e Local coordenada pelo professor Marcos A. Silva.

postulados deterministas e tradicionais, passando da região apontada como um dado natural, para uma visão mais crítica, com destaque para as considerações acerca da ação humana e suas contradições sociais na formação, reorganização e apropriação dos espaços.

São perspectivas, conceitos e categorias novas, definidos no sentido de analisar e melhor entender as realidades históricas ímpares que, por admitirem a diversidade nos modos de abordagem, remetem a renovadas construções do conhecimento, sem apontar a exclusão/ oposição a outros enfoques, proporcionando uma apropriada ampliação teórico-metodológica.

Conceitos como regional e local surgem, a nosso ver, de uma necessidade de ordenação para o entendimento do específico e do diferente em relação ao geral e ao particular. Trata-se, portanto, de dimensionar uma melhor perspectiva de compreensão da organização espacial nos seus aspectos temporais. Torna-se importante, pois, apreender a história regional e a história local, dentro das concepções interpretativas da história, das quais se vale o historiador em seu ofício como um recurso teórico-metodológico de abordagem para a pesquisa e o ensino, estabelecendo e ordenando procedimentos de trabalho.

A construção local de uma história tem significado analítico em referência ao sistema do qual foi recortado, porém, numa nova perspectiva, que contemple a revisão das grandes sínteses históricas que, em geral, não comportavam estudos de temas locais. Através do recurso à história local pode-se formular perguntas, suscitar questões, estabelecer a relação entre prática e teoria. É importante estar atento para o fato de que a abordagem local, metodologicamente falando, tem o seu sentido garantido, principalmente se tomada como parte do sistema maior que a integra: a região, o estado nacional, o contexto internacional.

Uma considerável parcela da historiografia local apresenta-se com formato ainda tradicional, pois assume e desenvolve um tratamento personalista, memorialístico, e sem interações espaciais, em geral, na forma de relatos cronológicos dos fatos com pouca ou nenhuma articulação entre si. Tratam as comunidades regionais e locais como se tivessem um destino linear e evolutivo - congênere da história geral, no sentido do *progresso da região*, excluindo a ação histórica dos seus variados segmentos sociais formativos, com suas experiências diferenciadas, apontando, quase sempre, para alguns sujeitos que conduzem os destinos das comunidades.

Porém, recentemente, apresentam-se tentativas de inovação e exploração das possibilidades de construção do conhecimento histórico que considere aspectos relacionais e processuais, de variadas temporalidades e espacialidades num movimento imprescindível para a

sua pesquisa e sua fundamentação.

Na busca do entendimento de procedimentos teórico-metodológicos para o estudo de realidades locais, inicialmente, observamos que se estabeleceu uma reflexão acerca dos contornos de elaboração da história regional e local e, desta feita, na esfera nordestina.

A produção comumente apresenta-se com variados enfoques historiográficos, desde aqueles baseados numa ordem cronológica - política-territorial-administrativa, na relação dualista *centro-periferia* (centro-sul/nordeste, em que o primeiro é identificado com o progresso e o desenvolvimento e, o outro como arcaico e subdesenvolvido), aos que dão veracidade à existência de equilíbrios espaciais subjacentes. Há enfoques ainda, dentro de uma conotação político administrativa, que apontam uma vertente oligárquica que destaca uma história estadualizada e/ou municipalizada em que as diferenças e contradições não são apresentadas convenientemente, ou mesmo, são minoradas, apesar da expressa dominação das oligarquias locais numa dimensão que pouco considera a relação externa dos municípios ou do estado.

As concepções, conceitos e conteúdos das vertentes historiográficas que apresentam análises sobre a historiografia nordestina são bem explanadas e analisadas de forma detalhada, por Silveira (1984; 1985; 1990), em um conjunto de reflexões acerca da temática da história regional e local. A autora faz uma acurada análise que compreende a relação entre obras clássicas e o contexto histórico dos momentos em que elas surgiram, destacando claramente, nelas, o enfoque explicativo para a história da região através do entendimento da intervenção do Estado no espaço regional. Essas obras compuseram, assim, um modelo que configurava uma síntese explicativa geral para a história do Nordeste vista, por alguns, como suficiente para o entendimento do processo de formação do Brasil.

Silveira, em seus estudos, procede a uma revisão do conceito de região e desenvolve a perspectiva de uma análise historiográfica em que concebe a história regional/local como uma construção humana, plena de possibilidades de transformação social, encontrando, para tanto, aporte nos pressupostos da geografia crítica[138].

Assim, temos que, o próprio conceito de região é bastante questionável e motivo de freqüentes estudos. Destacam-se aqueles que encaram a região como um espaço determinado por limites políticos e existindo à mercê dos reflexos da organização política-administrativa

[138] Geografia Crítica – recebe esta denominação pela contestação que empreende aos postulados filosóficos da Geografia Tradicional ou Geografia Pragmática. Essa perspectiva da geografia assume o conteúdo político de sua ciência e a encaram como um instrumento para a transformação social. A esse respeito ver Santos (1978; 2002) e Lacoste (1988).

nacional, ou ainda, que o conceito de região é uma construção, já que é elaborado e re-elaborado sistematicamente a partir de sua abordagem enquanto objeto de estudo, sendo, portanto, relativo em seus resultados e suas configurações.

Nesse sentido, torna-se necessário considerar as contribuições dessas elaborações sobre o conceito de região, pois percebemos que a historiografia vem, em grande parte, tratando da relação nacional/regional/local, partindo da idéia de uma história nacional que seria suficiente para apresentar a história geral da nação. Porém, as questões que se colocam neste artigo aludem à importância de considerar que as primeiras percepções sempre se dão na esfera local, e só depois, na provincial, estadual, central e global.

Mesmo se considerarmos a história do Brasil com o foco centrado na história do Rio de Janeiro ou de São Paulo, devemos nos ater ao fato de que, antes de serem tomadas como história nacional, elas são precisamente, histórias locais, deram-se temporal e espacialmente na esfera local, mesmo sendo de repercussão nacional ou mundial.

Nos últimos anos, os estudos da historiografia regional e local têm considerado as variáveis do conceito de região, somado ao esgotamento das macro-abordagens e das grandes sínteses que, segundo esses estudos, se tornaram insuficientes para o entendimento das realidades mais particularizadas.

Caberia refletir sobre um pensamento que prevalece entre alguns estudiosos quando questionam a história regional ou local e partem para a defesa de uma história nacional, alegando que o *macro* pode explicar, de forma mais producente, a história do país, a história total, na qual com freqüência, considera-se, como sua essência, as noções de progresso e desenvolvimento, tentando dificultar a percepção da historicidade como complexo e tenso fazer.

Voltando ao exemplo da história de São Paulo ou do Rio de Janeiro, essas estão, no plano da cultura histórica, para o Brasil Império e República, como determinantes da história nacional, homogeneizando a construção da história pelos aspectos econômicos e político. Nesse caso, o capitalismo teria universalizado o entendimento do processo histórico, através de um conhecimento exterior, pretensamente universal/nacional, completamente desvinculado das experiências imediatas. É apropriado, para entender essa reflexão, o que afirma Pesavento (1990):

> *De um lado, numa análise "macro", tem-se a generalização de um processo ocorrido numa determinada região por todo o país. Mais especificamente, as formas de realização do capital no centro econômico do país – eixo Rio/São Paulo – são entendidas na sua*

análise, para as diferentes regiões, ou apresentadas como sendo 'nacionais'. (p. 69).

Porém, observando os limites dessa visão, continua:

É claro que se pode contra-argumentar que o capitalismo é um agente unificador da História, ou que o capital universaliza, mas tais análises não dão conta das especificidades regionais. (p. 70).

Logo, segundo este viés interpretativo, que considera as especificidades regionais, antes da história de São Paulo e do Rio de Janeiro *tornarem-se* nacionais, elas concretamente se definiram nas espacialidades/temporalidades regionais e locais. Deve ficar claro que não se está afirmando, por exemplo, que a história nacional deva ser simplesmente o somatório das histórias locais ou regionais que ocorreram e ocorrem em espaços e tempos delimitados e *isolados*, mas que os elementos de construção dessas histórias podem contribuir no entendimento das especificidades e, em muitos casos, apresentarem elementos históricos que, de outra forma, não seriam contemplados, por isso são, em si, imprescindíveis para a compreensão do nacional.

Os acontecimentos locais, sejam eles políticos, econômicos, sociais ou culturais são, na atualidade, muito influenciados pelos fatos que ocorrem no nível global, até pela rapidez das informações e o acesso a elas. Esse fenômeno, paradoxalmente, tem como um dos seus efeitos, a renovada importância do local e uma tendência que se observa de estimular culturas sub-nacionais e regionais, talvez até por questões de resistência e de enfrentamento cultural, em que ocorre a percepção, para os diferentes sujeitos históricos, de que mesmo pensando globalmente as suas ações cotidianas são locais.

Assim, não se pretende com a abordagem regional e local da história, uma proposição para desfazer ou extinguir a construção de uma identidade nacional. Ela na realidade possibilita uma construção diferenciada. Segundo Manique e Proença (1994):

Sob o ponto de vista científico, a história local e regional evita o erro grosseiro de se considerar o nacional como um todo homogêneo, o que, em termos de investigação cientifica, produz uma percepção desfocada e distorcida da dinâmica das sociedades. (p. 25).

Os trabalhos apoiados em fontes e realidades primárias locais, no *micro* – é nesta esfera que se promove uma política das identidades

e também das diferenças –, produzem análises de cunho regional e local. Apresenta-se a possibilidade de interação com o cenário nacional e internacional mais amplo, sem o qual, muitas vezes, se comete um erro equivalente ao da história nacional homogeneizante/homogeneizadora/absoluta, qual seja, o particularismo/localismo/singularidade.

Destarte, da mesma forma que a história nacional pretensamente intenta ser homogeneizante, no sentido de não apresentar diversidades e desigualdades em seu processo histórico constitutivo e, absoluto, quando não admite diferenças e contradições, a história local pode, erroneamente, ficar circunscrita ao localismo e a uma singularidade isolada, se for tratada apenas em seu aspecto físico e individualizador, desconsiderando outras esferas relacionais, e, nesse sentido, Bourdin (2001) afirma "A localidade às vezes não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade, em razão de princípios que vão desde a história a critérios puramente técnicos". (p. 27).

A dinâmica das sociedades demanda a consideração em observar os vários níveis e dimensões históricas, evitando a fragmentação dos espaços ou a imposição de uma versão interpretativa da história que se defina como absoluta, seja ela local, regional, nacional ou internacional. Nessa perspectiva, e destacando o estudo da história local, se torna importante a sua interface com a micro-história.

Levi (1992; 2000), a propósito da micro-história e da possibilidade de interação entre escalas de análise espaço/temporais diferentes, infere um papel destacado ao ponto de vista do historiador no empreendimento da pesquisa e elaboração da história, quando esse se torna parte intrínseca do relato, principalmente ao explicar o processo de pesquisa, as limitações e as evidências documentais, e ainda, as formulações de hipóteses. Fazendo isso, evidencia-se que num trabalho com a micro-história, mesmo tendo como ponto de partida o particular e o individual e, relacionando-o a um contexto também específico, os leitores atentos, mesmo que não possuam formação específica na ciência histórica, podem dialogar e participar do processo da construção em evidência.

Um caso exemplar de uma história que é local e, muitas vezes, até compreendida como individual, mas que apesar de sua especificidade remete a uma pesquisa e a uma construção histórica baseada no procedimento analítico da micro-história, pautado num movimento relacional de temporalidade e espacialidade histórica é o apresentado por Ginzburg (1987), na obra *O Queijo e os vermes – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, na qual faz um importante estudo de abordagem da micro-história. Partindo da vida cotidiana na Itália camponesa, no século XVI, chegando à narração do julgamento de um moleiro friuliano – Domenico Scandella, conhecido por Menocchio,

a partir de dois processos inquisitoriais, distantes quinze anos um do outro, aos quais somou outros documentos que forneceram indicações sobre suas atividades econômicas e sociais, sobre seus filhos e sobre suas leituras.

No prefácio à edição italiana da obra, se procede uma reflexão sobre a importância de estudar o *indivíduo* na história das camadas populares:

> *Que relevância pode ter, num plano geral, as idéias e crenças de um indivíduo único em relação aos do seu nível social? [...] proceder uma investigação capilar sobre um moleiro pode parecer paradoxal ou absurdo. Porém, se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstituir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas. (p. 26).*

Tratando-se, portanto, de uma história pessoal e única de um indivíduo aparentemente fora do comum, em local (Montereale) e época (século XVI) específicos e, do relato dos pormenores do seu julgamento, pouco se apresenta sobre a vida na aldeia ou sobre os próprios inquisidores, o que, em princípio, destaca o perigo de se tentar qualquer tipo de generalização imediata quanto ao cotidiano dos contemporâneos de Menocchio, ou mesmo a tentativa de integrar o seu comportamento num conjunto social mais amplo. Aliás, o autor assegura a individualidade e singularidade, recusando o enquadramento do moleiro num contexto já delineado, respeitando, portanto, sua originalidade.

Ginzburg (1989) afirma que o historiador busca, nos processos inquisitoriais, basicamente o que o inquisidor buscava, ou seja, elementos que transpareçam provas de intimidade, informações sobre o cotidiano e sobre o modo de vida dos acusados, observando atentamente o que diz o texto e considerando que tal documentação traz uma grande carga de julgamento de valores sendo, portanto, tendenciosa, seja pelas intenções dos inquisidores a partir de um julgamento opressor, seja pela pressão emocional que sofria o acusado.

Porém, destacamos que, mesmo se tratando do estudo de um único personagem e com uma reduzida documentação, alguns pontos referentes não só à religião Católica Romana mas também à religião camponesa sami-pagã que existia à época no interior da Europa pré-industrial que convivia com a difusão da imprensa e com a repressão à Reforma Protestante e, em pleno Renascimento, ganham visibilidade em seu relato.

Assim, uma análise baseada na micro-história apresenta possibilidades de entendimento de peculiaridades locais que, de outra forma, não seriam vislumbradas, porém não se limita a elas, abrindo

perspectivas variadas, por desencadear a necessidade de um entendimento prévio do objeto a estudar e por propiciar, a partir do próprio estudo, a ampliação de novos objetos, novas contextualizações, novas leituras da história, sejam elas das mais variadas dimensões espaço-temporais.

A abordagem regional e local da história, considerando o sentido de redimensionar espaços, oferece óticas de análise ao estudo da própria história nacional, numa síntese do enfoque historiográfico, que pode conceber, segundo Amado (1990), que "a história nacional ressalta as semelhanças e a regional/local lida com as diferenças e a multiplicidade". (p. 12). Portanto, a importância do estudo regional/local pode:

> *[...] oferecer novas óticas de análise no estudo de cunho nacional, podendo apontar todas as questões fundamentais da história (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. (p. 12-13).*

Atualmente, ao tratar da renovação no campo da história, ou aquilo que, mais geralmente, se chama *novas tendências* historiográficas apresentam-se a Nova História Francesa, no seu enfoque do cotidiano e da memória, a História Social Inglesa, ao recuperar a experiência social de contextos e de sujeitos históricos silenciados ou desprezados pela historiografia tradicional, bem como, a Micro-história Italiana, ao tratar a relação entre escalas de investigação. Elas elegeram, como campo de estudo, não mais os grandes temas de cultura geral ou as grandes sínteses, mas uma análise dos micro-temas, na qual cabem perfeitamente as referências à história regional e à história local, especialmente como recurso teórico-metodológico de abordagem para a pesquisa e, por extensão, para o ensino de história. Tem-se então a história local:

> *[...] como um princípio metodológico, que encontra sua validade ao atender aos pressupostos da construção de um conhecimento que interage com um saber que se torna significativo e consciente, constituindo-se em sua relevância social. (GASPARELLO, 1996, p. 89).*

Nesse sentido, tem-se apresentado um crédito permanente à construção de abordagens da História que propiciem a articulação das experiências cotidianas nas dimensões da história local, regional, nacional e universal, objeto deste presente estudo.

Destacamos que a história local, como recurso teórico metodológico de abordagem para a pesquisa e para o ensino de história, apesar do crescente interesse em sua aplicação, seja na pesquisa propriamente dita, seja na sua aplicação em sala de aula, tem, no Brasil, ficado circunscrito

para além de trabalhos monográficos, dissertações e teses, às iniciativas e experiências localizadas, especialmente entre grupos de pesquisadores que têm se debruçado sobre a temática, produzindo materiais didáticos ou criando coletivamente projetos de pesquisa específicos e grupos de estudos. Três desses casos são exemplares[139].

Um deles, o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional na UFPB, que há mais de 20 anos realiza atividades através de suas linhas de pesquisa, acerca da história regional, com destaque para a história da Paraíba e, desde a década de 1980, dedica-se também, especificamente, à história local, desta feita com o *Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos* que desenvolve a pesquisa, a produção de materiais didáticos e a formação de professores para a sua aplicação[140].

Temos outro exemplo, a partir de 1996, com o trabalho de um grupo de professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que, inicialmente, através da elaboração do Guia de Fontes para a História de São Gonçalo/RJ, desdobrou suas atividades em outros projetos independentes, entre eles, a análise de alguns conjuntos documentais e a escrita de textos com o objetivo de produzir um livro didático para o primeiro segmento do ensino fundamental. Esse grupo de pesquisadores organiza, também, cursos de extensão para professores da rede pública e, trabalhos com iconografia, lançando a *Exposição Imagens de São Gonçalo: fotografia e história*. Avançando na divulgação do trabalho realizado, é disponibilizado a outros pesquisadores e a população em geral um site[141] contendo informações sobre cada um dos projetos, os artigos e monografias produzidas, além de um banco de imagens.

Por fim, no estado do Ceará, numa iniciativa da Fundação Demócrito Rocha, entidade sem fins lucrativos que é mantida pelo Jornal O Povo, foi criado, desenvolvido e gerenciado o Projeto *A criança e a cidade*. Nele foram produzidos livros didáticos de História e Geografia para as séries iniciais do ensino fundamental que abordam a formação histórico-cultural e geográfica dos municípios, tendo já publicações em 12 deles[142].

[139] Nos reportamos aqui a projetos de pesquisa que produzem materiais e/ou livros didáticos para o ensino da história local, entendida como história dos municípios. Destacamos que outras experiências de produção didática para a história local podem ser observadas como, por exemplo, os livros didáticos de circulação estadual que são produzidos localmente e, inclusive, participam da avaliação do PNLD, a grande parte desses porem não se original de projetos e/ou grupos de pesquisa institucionais.

[140] Esse grupo de pesquisa se encontra atualmente vinculado ao Programa de Pós Graduação em História na Linha de Pesquisa de Ensino de História e Saberes Históricos e, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq, com a denominação de Saberes Históricos: ensino de história, historiografia e patrimônios.

[141] http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/

[142] Dados referentes ao ano de 2005, quando da nossa pesquisa para elaboração da tese de doutora-

A experiência começou com dois livros intitulados *Construindo o Ceará* e, *Fortaleza, a cidade e a criança.* Foram elaborados por professores da Universidade Federal do Ceará, entre eles Ricardo Oriá e Simone Souza, e ambos lançados no início da década de 1990, sendo considerados, pelo MEC em 1992, como os melhores livros didáticos do Nordeste. A proposta de elaboração para os demais livros é de contemplar a participação dos professores locais com a orientação pedagógica da Fundação que, em parceria com as prefeituras locais, imprime e distribui os livros na rede pública de ensino.

Entendemos ser pontual e necessária uma maior visibilidade de projetos dessa natureza – que, com certeza devem existir, através de uma maior divulgação e conexão entre eles, fortalecendo assim a reflexão, a pesquisa, a produção e o ensino da história regional e local. Descortinar a história local, através de experiências em pesquisas históricas que elaborem produtos didáticos para suporte pedagógico de escolas e professores, configura-se como uma ação para novas e necessárias práticas que contemplem as identidades culturais locais e superem abordagens tradicionais e pouco significativas para quem estuda/aprende história.

***

mento.

REFERÊNCIAS.

AMADO. Janaína. História e Região: reconhecendo e reconstruindo espaços. In. SILVA, Marcos (Coord.). **República em Migalhas:** História Regional e Local. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 1990. p. 7-15.

BOURDIN, Alain. **A questão local.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. Construindo um currículo de História. In. NIKITIUK, Sonia (Org.) **Repensando o ensino de História.** São Paulo: Cortez, 1996. p. 83-95.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações. In. GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel. 1989. p. 203-214.

_____. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

LACOSTE, Yves. **A geografia** - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LEVI, Geovanni. **A Herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Sobre a micro-história. In. BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história.** São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161

MANIQUE, Pedro Antônio e PROENÇA. Maria Cândida. **Didática da História:** patrimônio e história local. Lisboa: Texto. 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Regional e transformação social. In. **República em Migalhas:** História Regional e Local. São Paulo: ANPUH, Marco Zero. 1990. p. 67-79.

PROENÇA. Maria Cândida. **Ensinar/Aprender História:** questões de didática aplicada. Coimbra: Livros Horizonte. 1990.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1978.

_____. **Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Marcos A. (Coord.). **República em migalhas:** História Regional e Local. São

Paulo: Marco Zero. 1990.

SILVEIRA. Rosa M. Godoy. **O regionalismo nordestino:** existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

_____. O Nordeste e a questão regional. In. **Encontro Paraibano de História.** João Pessoa, junho de 1985.

_____. Região e História: questão de método. In: **República em Migalhas:** História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero. 1990, p. 18-42.

EIS QUE (S)URGE O TEMPO PRESENTE

Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega[143]

Em 1999, chega ao mercado editorial brasileiro uma obra de artigos "pioneiros" sobre **Questões para uma história do presente** (CHAVENEAU e TÉTARD (orgs.), 1999). Essa coletânea de artigos vem mensurar os debates, através da crítica historiográfica, sobre esse "novo" campo de possibilidades do discurso histórico, considerando três eixos de pesquisa: o historiador e sua pesquisa, a atividade histórica e o subseqüente lugar do historiador frente à história e à sociedade, como frente à comunidade dos historiadores.

As questões para uma história do presente, inicialmente mapeadas pelos historiadores Agnès Chauvenau e Philippe Tétard, consideram os problemas metodológicos, epistemológicos e deontológicos desse recorte historiográfico, que, muitas vezes, é associado ao imediatismo do trabalho histórico, através de sua relação com as representações de uma história imediata, de uma história próxima, e, por fim, de uma história do presente.

Essas problemáticas retornam à antes discutida e novamente incômoda relação entre o sujeito e o objeto, postulando: "qual é a parte da verdade não-histórica?" "Qual pode ser a natureza da deformação da análise e que elementos concorrem para esta deformação?" "Quais são os jogos de influência entre os climas ideológicos e os contextos históricos?" "Qual é a parte de responsabilidade na emergência e na afirmação dos movimentos históricos e historiográficos?" "Há uma responsabilidade do historiador em seu papel cada vez mais valorizado de comentarista do presente ou do imediato?" (CHAVENEAU e TÉTARD (orgs.), 1999).

Direcionados ao campo da epistemologia, esses questionamentos se propõem tanto a uma nova percepção da história do presente, como permitem melhor dimensionar a presença do historiador em seu tempo, considerando a sua própria dimensão histórica. Nesse sentido, teríamos uma genealogia da história do presente a partir de um olhar historiográfico relativo a dois eixos centrais: a dimensão epistemológica (e, por isso, hermenêutica) e a dimensão metodológica.

Ao se questionarem sobre a própria ausência da história do presente na historiografia, Tétard e Chauveau situam essa marginalidade

[143] Professora Doutora da Universidade Estadual da Paraíba.

historiográfica pelo movimento empreendido pela Nova História francesa, quando esta ignora o contemporâneo, o presente e o imediato, ao prosseguir com os postulados dos "pioneiros" dos *Annales*, que tomaram o tempo presente tal como um prisioneiro de guerra, à maneira do personagem literário de Alexandre Dumas na obra **O conde de Monte Cristo**. Isolado numa ilha-prisão, enlouquecido porque marginalizado do convívio dos seus e do seu passado, a receber liturgicamente castigos do seu carcereiro e a se deixar mofar, com seus cabelos, unhas, sujeiras a se superporem como uma nova camada do seu corpo, cada vez mais levado ao que se atribuía à animalidade do humano. Expropriado, encarcerado, desmazelado, quase "enlouquecido" pela ausência da liberdade e pela não ciência do seu cárcere – imagens de um texto literário associado ao passado, que pode nos levar a refletir como, historicamente, o presente se tornou um prisioneiro das malhas de um saber sobre o passado.

Que lugar foi esse atribuído ao imediato, ao presente – associado ao político – pelo movimento dos *Annales*, reafirmado em grande medida por aqueles que assumem a direção dessa revista na década de 70, mesmo postulando uma ruptura através do "anúncio-manifesto" de uma Nova História? Os indícios teóricos apontam para uma marginalização das narrativas do presente.

Como intertextos legitimadores desse tipo de abordagem anunciado por Chauveau e Tétard, dispomos Lucien Febvre, quando demonstra que a análise do presente podia dar a "régua e o compasso à pesquisa histórica", assim como Marc Bloch: "A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente". A recusa, pois, da Nova História não se faz em torno do presente, como temporalidade a ser inserida no campo da história, mas da noção de imediato, de uma história associada ao programa da "escola metódica/positivista", quando esta, segundo interpretação dos *anallistas*, se propunha apenas a uma escrita da história voltada para uma seqüência de fatos que desembocariam num presente a ser glorificado, através dos símbolos maiores da nação e daqueles grandes homens que a tornaram possível.

Mas essa história dada como acabada, generalizável através dessa recusa do presente, qualquer que seja o lugar ocupado/aprisionado, não pode ser entendida num recorte historiográfico como se estivéssemos assistindo a uma narrativa fílmica linearizada, ausente de irrupções temporais, através da introdução de alguns "espaços de liberdade". O próprio Marc Bloch, chamado a conferir autoridade pela crítica histórica para demarcar o território do inimigo maior (a história positivista), na sua obra **Apologia da história ou o ofício do historiador** (BLOCH, 2002), publicada postumamente pelo seu filho Étienne Bloch, nos indica algumas pistas para instrumentalizar o tempo presente como um lugar

fundamental de arquitetura dos textos históricos.

Seu "método regressivo" é demonstrativo desses propósitos, quando, inclusive, postula sobre "O que é, com efeito, o presente?", tentando os "devotos do imediato".

> *Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino da Memória. São palavras, ao mesmo tempo, banais e profundas, do jovem Goethe: não existe presente, apenas devir [...] Condenada a uma eterna transfiguração, uma pretensa ciência do presente se metamorfosearia, a cada momento do seu ser, em ciência do passado (BLOCH, 2002, p.60).*

O imediato transmutado em passado - questão absolutamente demarcada como fugaz, e, portanto, não científica. Mas essa fugacidade é justamente o grande alvo a ser implodido por Bloch, pois seria absurdo tanto pensar numa ciência do passado quanto do presente. A história seria sim uma ciência, mas dos homens em sociedade, num tempo dialético, composto por continuidades e descontinuidades. Mas esta ciência também só pode ser possível quando o historiador, no presente de produção de seu objeto histórico, se volta ao passado através do que os *anallistas* nomearam de "história-problema". Nesse sentido, o presente, enquanto lugar de formulação dos problemas ou da emergência dos objetos históricos, não pode ser associado à fugacidade do passado, ele é elasticamente tratado, de forma a conferir inteligibilidade ao passado, o que pode nos levar a interpretar como o passado é povoado pelo presente e, por isso, indissociável.

Emblemática também é a produção da sua obra **L'Étrange défaite** que, segundo prefácio de Jacques Le Goff, é "provavelmente" o estudo mais perspicaz realizado sobre a derrota francesa de 1940. A Bloch, Le Goff faz as devidas deferências, mas sem deixar de enfatizar a sua diferença relativa aos jornalistas. Qual seria, então, o posicionamento dos historiadores que tratam especificamente de uma história do tempo presente, considerando, também, as produções sociológicas e jornalísticas dos eventos?

Agnès Chauveau e Philippe Tetárd, ao iniciarem a coletânea de textos sobre a história do presente, questionando a sua ausência, argumentam que, mesmo com a ignorância e o desinteresse pelo presente, formulados pelos historiadores da Nova História, teria sido no seio desse movimento historiográfico, "no próprio interior da cidadela", que emergiram duas reflexões fundamentais sobre o presente: o artigo "O retorno do fato" de Pierre Nora, que figura na coleção francesa **Faire de l'Histoire** e o artigo "A história imediata" de Jean Lacouture, publicado na coletânea **A história nova**, organizada por Jacques Le Goff.

Pierre Nora, ao discutir a história contemporânea, a associa a duas imagens contraditórias: a filha degenerada de uma história mais nobre (da Antiguidade, da Idade Média e dos Tempos Modernos), condenada a viver nas sombras e a imagem da soberana inspiradora de qualquer interrogação sobre o passado, depositária dos segredos do presente. Localizada entre essas duas imagens, a história contemporânea ainda não tinha demarcado a sua identidade, assim como sua autonomia.

Pensando a história contemporânea, no início da década de 70, Nora pontua que, mesmo sem uma identidade definida, essa história não pode obliterar de sua própria historicidade: "[...] nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu tempo presente como já possuído de um sentido histórico" (NORA, 1995, p.180). Essa consciência histórica do presente já seria o suficiente para libertar o contemporâneo de sua "imperfeição", principalmente quando essa circulação generalizada da percepção histórica culmina numa redefinição da noção de acontecimento.

Viveríamos um tempo histórico assinalado pelo monopólio da história, porque monopolizado pelo *mass media*: "Nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar" (NORA, 1995, p. 181). A própria condição da existência dos acontecimentos estaria implicado no espaço que a mídia - através do rádio, da imprensa, das imagens-, comporta na nossa contemporaneidade. A esse exemplo, Nora faz uma cartografia de acontecimentos contemporâneos que, por serem capturados pela *mass media*, provocaria um estado de "superinformação crônica" e "subinformação crônica": Maio de 68, a invasão de Praga, o desembarque na Lua, os discursos do julgamento em Nuremberg, entre outros, para demonstrar que o acontecimento chegaria do exterior, com toda a força de um dado, antes de sua elaboração pelo historiador e do seu trabalho do tempo:

> *Ora, considerado globalmente, o sistema informativo dos media fabrica o ininteligível. Bombardeia-nos com um saber interrogativo, sem núcleo, sem sentido, que espera de nós seu sentido, nos frusta e nos satisfaz por sua vez com sua evidência enfadonha: se um reflexo de historiador não interviesse, isso seria, nas circunstâncias extremas, se apenas um ruído que confundiria a inteligibilidade do seu próprio discurso (NORA, 1995, p.186-7).*

O que Nora está pleiteando é que a capacidade crítica do historiador intervenha no próprio acontecimento, para provocar um deslocamento da mensagem narrativa, ao considerar que cada acontecimento está implicado em dimensões não-eventuais. Localizar o presente dos

acontecimentos numa estrutura histórica que comporta não só a análise, como também o duplo sistema que nele se entrecruza: o sistema formal e o sistema de significação. Ao historiador do presente, cabe dar essa densidade analítica aos acontecimentos para não ficar preso à tirania dos eventos produzidos pela mídia, visto que a ele compete a interpretação do acontecimento, inserindo-o num feixe de significações, para assim percebê-lo como a evidência de um sistema de significações mais amplas. Nesse sentido, o acontecimento seria apenas a ponta de um iceberg, competindo ao historiador entendê-lo como um lugar de cristalização e de revelação das estruturas submersas.

"É o nosso presente por inteiro que procura sua própria consciência através do novo estatuto que o acontecimento adquiriu nas sociedades industriais" – e o historiador não pode se furtar dessa tarefa, ao ponto de se ver suplantado por aqueles que produzem uma visibilidade dos eventos e um esvaziamento de sua expressão intelectual.

Jean Lacouture, ao se pronunciar seis anos depois de Pierre Nora, com a publicação do seu artigo "A história imediata", em 1978, também vai demarcar essa urgência da sociedade contemporânea em conferir visibilidade histórica ao seu presente. Fixada como a "secreção" e a "projeção" do nosso século, a emergência histórica do presente é entendida como necessária e inevitável: "Não é por acaso que o veículo e o lugar privilegiado da "história imediata" assumiu a denominação global de meios de comunicação de massa. Estranha imediação, que se baseia no recurso aos meios [...]" (LACOUTURE, 1998, p. 215).

A inundação da comunicação nos "domínios de Clio", que estabelece o desenvolvimento da história imediata, seria o sinal de uma sociedade alucinada por informações, que se coloca no direito de exigir inteligibilidade histórica. Receberíamos, ao acordar, pastas de arquivos, demarcadas pelo tempo instantâneo e convulsivo das comunicações e dos jornalistas-historiadores e, por isso, caberia ao historiador, munido do seu rigor crítico, esmaecer esse estado de bruma e de convulsão.

Essa inevitabilidade do presente, ou do imediato, não é sentida de forma confortável. O artigo de Lacouture deixa ao leitor uma sensação de desconforto frente à essa urgência do presente, provocando um descentramento do ofício historiográfico. O historiador é chamado à conferir inteligibilidade histórica aos acontecimentos irradiados pela mídia, que nessa contemporaneidade, se coloca como o *locus* privilegiado das informações. Sintomático, pois, o desconforto frente às "reportagens ao vivo" do acontecimento "absoluto", imposto por uma maneira "tirânica ou obsedante": "Basta o som ser por acidente, basta a direção parisiense necessitar de repente de um 'comercial', para que a operação de parto histórico cesse de repente" (LACOUTURE, 1998, p. 217).

Segundo Lacouture, não se trataria de confundir história com jornalismo, "para a grande glória deste ou vergonha daquela", mas de perceber as mudanças entre esses dois campos de discurso, posto que a "imperfeição" dos jornalistas seria a "modicidade" de suas fontes e a "raridade" dos cruzamentos feitos: "o jornalista é menos aquele que trabalha com pressa do que aquele que manipula poucos fatos, observações, casos" (LACOUTURE, 1998, p. 218). Seria necessário ao jornalismo o emprego do rigor histórico, a aplicação daquilo que Pierre Nora denomina de consciência crítica do historiador.

Ainda que esses notórios textos, anteriores à criação do IHTP (Instituto Histórico do Tempo Presente), em 1978, componham um orifício para se refletir sobre essa consciência histórica do presente, ainda seria uma postura tímida e hesitante. A crescente capitalização da história do tempo presente está associada a um outro movimento historiográfico: o retorno do fato e o retorno do político. Assim, esse trato do presente não se passa ao largo do trabalho tido como inovador de René Remond que, apesar de isolado, tinha tido uma favorável acolhida. A história renovada do político funcionou como um "agente dinamizador", apresentando "um papel aglutinador e dinâmico".

Os historiadores do político constituiriam a vanguarda da história do presente. Mas o "retorno" do presente não seria tributário apenas do político, pois haveria, ainda, dois outros fatores: o impacto de "geração" e a demanda social. Fatores também pontuados por Eric Hobsbawm, no seu livro **Sobre história**, quando do momento da sua conferência na Universidade de Londres, em 1993, e posterior publicação em folheto com o título: "O presente como história: escrevendo a história de nosso próprio tempo" (HOBSBAWN, 1998).

O impacto da geração, pois, estaria relacionado às tentativas de explicação do presente frente aos acontecimentos do século XX sobre os homens e sua vontade de reação diante daquilo que Hobsbawm nomeou, na sua **Era dos extremos**, de "Era das catástrofes", "da guerra total", "do abismo comum" e "do fim dos impérios" etc (HOBSBAWN, 1995). O estudo do presente também demonstraria a não recusa dos historiadores em trabalhar com os acontecimentos que viveram, possibilitando uma nova singularidade: a reflexão sobre a natureza da presença física do historiador em seu tempo e no seu tema [ver a propósito os estudos de ego-história], promovendo o desenvolvimento de uma consciência histórica auto-reflexiva.

A história do tempo presente, portanto, ao refletir sobre a presença do historiador em seu tema e em seu tempo, põe em funcionamento procedimentos hermenêuticos relativos à subjetividade, desnaturalizando a relação entre o sujeito e o objeto, ao se propor a recompor uma realidade

que não lhe escapa fisicamente.

Imersos em seu tempo, enquanto sujeitos, tratando-o enquanto objeto, os historiadores do presente ressignificariam a própria noção de acontecimento, pois não se trataria mais de discutir o valor real dos fatos na história, mas sua percepção e as condições históricas nas e pelas quais eles são percebidos

Jean-Pierre Rioux, colaborador da coletânea sobre o tempo presente, intitula seu artigo com essa reflexão: "Pode-se fazer uma história do presente?", questionando, dentro do campo epistêmico, se o presente pode ser objeto da história, pois: "Como de fato inscrever um presente fugaz na construção, ou reconstrução, necessariamente temporal ou retroativa, que elabora o historiador confrontando suas hipóteses de trabalho com a dura realidade da documentação e do arquivo recebidos?" (RIOUX, 1999, p. 40).

Para Rioux, o argumento mais utilizado para denegar essa possibilidade histórica é o da proximidade, através de uma forte objeção: "Como traduzir em termos de duração um presente, por definição, efêmero?", ou ainda: "Se nosso presente é doravante uma sucessão de flashes, de delírios partidários e de jogos de espelhos, como sair dele para erigi-lo, em objeto de investigação histórica?". Seria, ainda, preciso considerar a imersão do historiador em seu tema e em seu tempo, como já dito por Chauveau e Tétard e ratificado por Rioux, não sem um irônico prognóstico:

> *Impõem-se, então, a conclusão, adocicada ou sentenciosa de acordo com o humor do detrator: que o historiador abandone a partida, que ceda lugar aos jornalistas seriamente documentados que produzem desde os anos 1960 uma 'história imediata' sem pretensões supérfluas [...] (RIOUX, 1999, p. 42).*

Uma desistência que seria inócua para Rioux, pois o impulso para a história do presente é dado pela própria sociedade, "que lhe sugere não tropeçar diante do obstáculo da proximidade e até mesmo utilizá-lo para melhor saltar". Mas, para onde "saltar"? Segundo Rioux, esse salto teria que ser epistemológico e não simplesmente cronológico. Saltar-se-ia do gosto generalizado pela história ou ativismo de raízes, para vivenciar um "desejo de identidade" através da ambição de uma história atenta tanto ao presente quanto aos olhares dos atores:

> *Ela será uma espécie de evangelho eterno para vivos, cujo historiador poderá ser o apóstolo; um depoimento de boa qualidade científica sobre esse estranho sentimento próprio de nosso tempo, inédito*

> *na torrente do tempo e que atrapalha tão freqüentemente nossos contemporâneos: a consciência, dolorosa ou exaltante, de ter sido, por bem ou por mal, tomados, triturados e designados por uma história catastrófica cujo curso eles jamais dominam (RIOUX, 1999, p. 43).*

A esse "desejo de identidade", acrescentaria uma "espécie de vontade comovente" de lutar contra uma "temerária amnésia" social, efeito de uma "massificação de efemérides". Essa recusa do efêmero, traduzida através da fórmula de Michelet sobre a necessidade social de um Édipo que explicasse seus enigmas, indica tanto o esvaziamento quanto o desejo de preenchimento de sentido. Seria o combate contra a atemporalidade contemporânea, o relativismo da novidade propagado pelas mídias, o "desfazer desse imediatismo que aprisiona a consciência histórica como a folha de plástico 'protege' no congelador um alimento que não se consome?" (RIOUX, 1999, p. 46).

Nesse sentido, Rioux argumenta que a história do presente nasce antes de uma impaciência social do que de um imperativo historiográfico. Contudo, os historiadores do recente teriam "feito bonito", "martelando o bom senso do velho artesão", ao demonstrarem que o argumento da "falta de recuo" não se sustentava metodologicamente, exatamente pela ciência de que é o historiador, utilizando seus instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que produziria, em toda e qualquer historicidade, o "famoso recuo". O que de todo não desconstitui um risco, postulando "questões temerárias" à disciplina histórica.

O estudo do presente poderia estilhaçar os alicerces de uma história que se afirma através de uma série quantificada, anunciadora de uma longa duração, portadora de um sentido oculto, que havia produzido historicamente o atropelo do presente. O presente, por sua vez, examinado pelo historiador, institui uma outra composição hierarquizadora do tempo, em que a combinação do sujeito, do acontecimento e do narrativo, derivaria do valor operatório e explicativo de uma interpretação quantitativa e comprobatória.

A história do presente, pois, seria um "vibrato do inacabado", que animaria repentinamente todo um passado. Assim como animaria as arengas com os "guardiões dos templos da ciência histórica", que subordinariam todo desdobramento do território histórico à sua própria disciplina, "que atiram sem remorsos naqueles que perturbam a sesta".

A linguagem ácida e combativa de Rioux, frente aos guardiões da disciplina histórica, essa "polícia do trabalho" da qual Certeau fala na sua **Escrita da história**, sempre ciente de salvaguardar suas fronteiras e sua excelência, percebe o historiador do presente enquanto "ingênuo,

marginal, agitador por defeito e impotente por vocação". Lugares de sujeito que, para Rioux, só indicariam as fraquezas intelectuais dos honoráveis que, fechados ao diálogo da história com o jornalismo, não percebem o debate provocador e frutífero entre os historiadores, sedentos do atual, e os jornalistas, atrás de legitimidade histórica. Diálogo esse essencial, posto que só nessa atualidade o encontro é desejado e promovido, pois, historicamente, tanto os jornalistas quanto os historiadores teriam crescido em separado, delimitando seus espaços através de uma recíproca indiferença.

O jornalista seria um "sísifo do efêmero", mobilizado em "vencer a angústia da pequena morte diária". Enquanto o historiador, histórica e comodamente, se mobilizaria numa tríplice função: sábio moderno, grão-sacerdote da memória nacional e intelectual. No entanto, Rioux, em seu outro artigo "Entre história e jornalismo", demonstra como esses lugares se metamorfoseiam a partir do diálogo estabelecido entre esses ofícios nos anos de 1960, sem deixar de ressaltar o pioneirismo dos jornalistas, se constituindo como aptos desbravadores e de como esta postura foi desdenhada e ignorada pela corporação universitária.

1939 foi um marco dessa intervenção jornalística, quando Albert Camus lançou uma "fórmula": "o jornalista é o historiador do instante". Desde então, e mais fortemente pós 1960, os jornalistas enunciam não se contentarem mais em registrar o eco da atualidade, mas tratarem de inserir os acontecimentos num percurso retrospectivo e numa problemática de intervenção entre o passado e o presente, através da produção de um material elaborado e crítico.

A empreitada jornalística pós-1960 passou a examinar a atualidade, tratando-a enquanto uma crônica durável, produzindo uma "textura" e uma "espessura" mais próxima do que Rioux nomeia de produto histórico:

> *De administrador do efêmero, o jornalista pôde tornar-se, às vezes, um mediador que se interessa bem mais pelo vivo do que pelo inteligível e não está longe de pretender instalar-se num papel de mestre de cerimônias, senão de demiurgo. Sua história 'imediata' encheu-se de um 'vivido' produzido, relatado e consumido sem ter que sair do dispositivo circular do meio termo (RIOUX, 1999, p. 124).*

Todo esse "vibrato" teria por efeito o abalo de alguns historiadores, incitando-os, no início da década de 80, a explorar o presente, tomando de empréstimo procedimentos da imprensa, tanto na escolha dos temas, marcados pela atualidade, quanto no estilo narrativo, agora mais conciso: "Em suma, em seu contacto permanente com a exigência dos vivos e a impetuosidade do atual". Contudo, mesmo com toda a "fervorosa"

defesa da história do presente de Jean-Pierre Rioux, que se pronunciou positivamente tanto a favor da história do presente quanto do diálogo, para ele, propositivo, entre historiadores e jornalistas, é necessário ainda mensurar uma outra posição epistemológica, dirigida pelos organizadores da coletânea de **Questões para uma história do presente** a Jean-François Sirinelli, com o pretexto de refletir sobre "como um clima ideológico pode influir sobre as orientações historiográficas".

Sem deixar de apontar as dificuldades decorrentes de uma relação epistêmica e metodológica, sobre a história do presente, Sirinelli alerta de forma contundente: "[...] em vez de formular votos piedosos para que surja uma ciência histórica que, tal como uma pepita, poderia ser limpa da ganga lamacenta da história circunvizinha – votos estes que estariam mais para o feitiço -, mais vale assumir o que chamamos comumente de subjetividade (SIRINELLI, 1999, p. 82).

Assim a subjetividade, tal como o processo de garimpagem e descoberta da pepita, permitiria ao historiador melhor controle sobre o ofício, sendo essa consciência o freio necessário para exercitar o que o historiador americano Eugen Weber, em resposta a um jornalista, a respeito da objetividade na história, afirma: não existir imparcialidade, apenas profissionalismo.

Essa captação de Sirinelli em seu artigo intenciona enfatizar que "não há senão o ofício". A partir dele, se tornaria possível a prática historiográfica, fazendo uso do rigor e das regras do método, assim como pôr-se à escuta do presente para "iluminar" o passado. Essa escuta do presente é também marcada pelo que de uma época reverbera, no sentido de que a própria sociedade sinaliza as questões que a mobilizam. O historiador estaria ligado por "múltiplas fibras a seu tempo e à comunidade a qual pertence". Daí não poder se desvincular do seu tempo enquanto sujeito, ator também da história, e das configurações ideológicas e tendências historiográficas.

A esse exemplo, Sirinelli relaciona o "sucesso atual da história cultural", a partir de dois fatores: o recuo ideológico do marxismo, que havia relegado o aspecto cultural como substrato sócio-econômico, este tomado como "verdadeiro interesse"; e a crescente inquietação coletiva a cerca da definição e do lugar da cultura em nossa sociedade, fortemente marcada pela imagem e pelo som. Essas correlações entre uma época e as tendências historiográficas seriam, assim, inseparáveis.

Enquanto "tendência historiográfica", a história do presente é costumeiramente associada à história do político que, por sua vez, é também relacionada ao "retorno" da narrativa. Haveria, portanto, um "retorno do político". René Rémond, convidado a refletir sobre essas "múltiplas fibras", desfaz o feixe: "Em primeiro lugar desfaçamos a

confusão entre história próxima e história política. Muito freqüentemente misturamos as duas porque os mesmos historiadores militaram pelas duas coisas. Mas as duas não coincidem" (RÉMOND, 1999, p. 53).

Curiosamente, René Remond parece desmontar essa relação estreita e já cristalizada pela escrita de tantos sobre a emergência concomitante entre os estudos do presente e do político. Longe de tratar de um procedimento unívoco, o interesse do político não seria exclusividade de uma historicidade do presente, como exemplificam os historiadores da Antiguidade e da Idade Média, que muito contribuíram para o chamado "retorno do político". A própria noção de "retorno" já seria questionável, pelo seu nível de ambigüidade, assim como desastrosa e imprópria: "Não é a mesma política, nem a mesma história política, nem a mesma abordagem, nem inteiramente o mesmo objeto", negando toda e qualquer análise reducionista, afirmando ser o política uma modalidade da prática social.

Esse novo procedimento manifestado por Remond implicaria, também, na ressignificação da noção de acontecimento. O fato não seria nem acidental nem superficial, mas, ao contrário, "ele introduz na nossa visão a contingência e isto é de grande importância". Nesse sentido, o historiador do presente seria mais "atento", principalmente no que diz respeito à contingência histórica, pois este não contaria com a experiência do *a posteriori*.

A esse respeito, também Sirinelli levanta uma problemática: "mais tarde o julgamento do futuro revela-se impiedoso, pois todas as duas muito impregnadas de presente, ou nas quais o presente é mal controlado pelos autores, mal passam a rampa da posteridade" (SIRINELLI, 1999, p.91).

Também a relação com o futuro se apresentaria como um dos riscos/limites para os historiadores do presente. Le Goff, enquanto medievalista, se questiona sobre a diferença entre as fontes da história imediata e as do historiador do futuro. Esta seria uma das diferenças apontadas entre a história imediata e a de períodos anteriores, pois a superabundância das fontes significa uma dificuldade no momento de seu manuseio, principalmente em relação à multiplicação das fontes áudio-visuais, podendo dar espaço "a manipulações inéditas contra as quais a crítica das fontes ainda não está muito estabelecida" (LE GOFF, 1999, p. 100).

Uma segunda diferença seria a "inevitável subjetividade" e sua dificuldade em conciliá-la "honestamente" pois, na historiografia de períodos anteriores, a distância do tempo estaria postulada objetivamente. Por último, a ignorância do futuro figuraria como um outro limite. Todas essas problemáticas pontuadas por Le Goff como limites, seria tanto um

desafio como uma motivação para o progresso da disciplina histórica.

Nomeado por Le Goff como "o outro", o historiador do presente deveria praticar quatro atitudes, para conseguir, em definitivo, a legitimidade da tribo.:

> *Ler o presente, o acontecimento, com uma profundidade histórica suficiente e pertinenente;*
> *Manifestar quanto a suas fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados a suas fontes;*
> *Não se contentar em descrever e contar, mas esforçar-se para explicar;*
> *Tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática na qual todos os historiadores de ontem e de hoje, de outrora e do imediato, se reúnam (LE GOFF, 1999, p. 101-2).*

Robert Frank, ao se ocupar desse debate, o faz no intuito de pontuar os aspectos metodológicos importantes ocasionados pelos historiadores do presente. Ao se dispor a problematizar a contemporaneidade intrínseca entre o historiador e a testemunha, abordando o presente a partir de suas fontes, mais especificamente as fontes orais, ressalta três importantes demandas: a questão da prova e da confiabilidade da fonte oral, questões sobre a memória e, por fim, o estatuto do historiador diante da testemunha.

Para Frank, a história seria um "inquérito quase no sentido policial do termo, com indícios, depoimentos e testemunhas" (FRANK, 1999, p. 106). Nessa definição, o depoimento oral não figuraria enquanto uma "prova", mas como uma contribuição para a busca das provas. Esta atitude metodológica se contrapõe ao que ele denomina de "história militante", fundamentada apenas sobre os registros orais, tendendo a sacralizações, por constituir a oralidade como o único recurso válido para se pensar a história. Tornar-se-ia necessário, principalmente, a aplicação do "método histórico clássico": a crítica interna.

No empreendimento dessa "hipercrítica", o historiador deve considerar o fato de que tanto as fontes escritas quanto as fontes orais são construções e reconstruções, sendo a especificidade da fonte oral, como afirma Jacques Ozouf, a de ser uma fonte provocada pelo historiador: "Quando o historiador, ou o arquivista, interroga a testemunha, ele mesmo constrói a fonte, e seu usuário é ao mesmo tempo a seu modo o produtor. Nesse sentido, há o imediatismo entre a construção da fonte oral e o historiador que a provoca" (FRANK, 1999, p. 107).

O imediatismo, enquanto uma particularidade desse processo metodológico, é reforçado por Frank, através de um acréscimo: "a fonte oral é privilégio do historiador do presente". Privilégio esse vivenciado a partir do que Philippe Joutard nomeou de "laço carnal com a testemunha", caracterizada por uma distância temporal entre a prática de testemunhar e a prática de narrar o testemunho.

Através da pesquisa dessas práticas, o historiador tem a possibilidade de empreender uma arqueologia da memória coletiva, contribuindo para uma "história objetiva do subjetivo", remetendo para a problemática do historiador diante da testemunha: "Há, às vezes, conflito silencioso entre o portador do vivido, que pensa ter direitos em nome desse vivido, e o historiador que, tornando o fato inteligível, vai intelectualizá-lo" (FRANK, 1999, p. 116).

Isso implicaria num trabalho sob "vigilância" que, não necessariamente, seria um empecilho, mas, ao contrário, uma parte fecunda do oficio sendo o historiador do presente o mais apto a tirar partido disso. No entanto, Frank chama a atenção para a necessária mediação:

> *Ela deve ser construída, e passa pela reflexão crítica sobre o tempo e pela colocação do depoimento na perspectiva da espessura da duração, aquela do passado próximo, mas também menos próximo e longínquo. É essa consideração do longo termo que faz a diferença fundamental entre a 'história do presente' e o trabalho sobre a 'atualidade', entre o historiador e o jornalista (FRANK, 1999, p. 117).*

A discussão do tempo presente talvez seja o campo discursivo mais fértil para se refletir a respeito das novas prerrogativas do saber histórico nessa virada de século. Questões relativas à subjetividade da narrativa histórica, pautada pela sua dimensão reflexiva e pela proximidade, cada vez maior, entre o que se convencionou nomear de passado e presente. No entanto, as respostas que essa demanda epistemológica produziu, não se caracterizam por um consenso, pois as "respostas" não apontam para um posicionamento homogêneo frente a esse debate. Mas isso não invalida o próprio exercício dessa consciência histórica do presente, visto que o debate já produziu suas marcas, já sedimentou um campo de discurso, não podendo mais ser relegado a uma marginalidade teórico-metodológica, simplesmente por não apresentar um programa teórico que tente instituir uma escola, fechada num programa único de possibilidades da operação historiográfica. De certa forma, a história do tempo presente é muito recente para que se tenha um catálogo de procedimentos fixos e pré-estabelecidos.

Talvez a história do tempo presente seja o emblema maior da reflexão historiográfica no atual panorama epistemológico, posto que são os historiadores que se ocupam do presente, que se mobilizam em fazer deslocar antigas fronteiras e antigos dogmas, pondo em prática a lição de Michel de Certeau em tornar tratável aquilo que antes se localizava nas margens do império acadêmico, reavaliando os seus limites de pertença e criando linhas de fugas para ressignificar uma tradição de saber caracterizada por uma lógica maniqueísta, a exemplo do debate entre objetividade x subjetividade, realismo x nominalismo etc.

Pois, problematizar o tempo presente, enquanto uma possibilidade historiográfica, implica também em refazer antigas crenças em torno da separação entre o presente e o passado, aleijando "ilusões" já anunciadas, a propósito da bifurcação entre o historiador e seus objetos, através de uma "distância necessária", que só o necessário recuo libertaria os historiadores de suas redes afetivas.

Inaugurada como um pós-trauma dos acontecimentos da II Guerra e da necessidade de criar um campo de explicação para o genocídio nazista, por exemplo, a história do tempo presente postula um jogo entre a relação da história com a verdade e com a sua função cívica.

Todos esses elementos favoreceram a renovação das abordagens no campo do saber histórico, sem que isso significasse a ausência de um discurso pautado pelos signos da dúvida, da incerteza e, principalmente, da idéia de crise, tornando-se necessário "diagnosticar" o estatuto atual da historiografia, expandida para além das fronteiras francesas de produção das narrativas históricas – pois, como lembra a historiadora Joan W. Scoot: "aqueles que esperam que os momentos de mudança sejam confortáveis e isentos de conflitos não aprenderam história" (SCOOT apud BOUTIER e JULIA, 1998, p. 32).

Essa nova preocupação, geradora de crise e de implosões de fronteiras do trabalho historiográfico, é associada à emergência da história do tempo presente e os debates por ela provocados:

> *Certamente foram as exigências da «história do tempo presente» que devolveram a essa antiga questão toda a sua urgência, enquanto que a reflexão metodológica recente tendia a promover o problema da «escritura da história», pondo como que entre parênteses a imperiosa exigência de verdade (BOUTIER e JULIA, 1998, p. 33).*

No entanto, essa inquietação pontua uma outra problemática, anunciada por Claude Langlois: qual a edição necessária para a pesquisa histórica? Para entender esse tipo de problemática se faz necessário também refletir sobre os laços que as políticas editoriais estabelecem

entre a demanda social e a produção acadêmica dos historiadores.

A historiografia reformulou suas problemáticas, porque os sujeitos também não pararam de modificar a percepção das realidades humanas que as cercam, e, por isso, o presente de produção desses novos limites da historiografia não pode se ausentar de permitir que o presente questione e interrogue a história. Os eventos históricos experimentados no século XX "obrigaram" os historiadores a se interrogarem sobre a "opacidade do presente" e sua exclusão das narrativas historiográficas, assim como também sobre a validade dos procedimentos com os quais explicam as transformações e constroem elos de sentido entre as práticas do presente e a elaboração de suas representações passadas, num processo que não pode excluir sua dimensão reflexiva e hermenêutica.

Michel de Certeau é explosivo (com sua força atômica) e clínico nesse sentido:

> *A história presente, a que nós vivemos, nos ensina a compreender de outro modo a história passada, que se escreve ou que se ensina. O saber pode mudar com a experiência. Aliás, sob o viés desse fenômeno particular – a palavra tomada e retomada -, somos levados a um problema fundamental que provavelmente a estabilidade social e as sistematizações que a acompanham ontem haviam obliterado: como pode ocorrer uma mudança? Como nasce um novo dia? (CERTEAU apud BOUTIER e JULIA, 1998, p. 42).*

Ou ainda, como se constitui historiograficamente o tempo presente? Nesse sentido, montar, a partir da escolha desses intertextos teóricos, a trajetória do tempo presente como um desdobramento de uma (nova) consciência histórica que não mais exclui a sua dimensão hermenêutica e auto-reflexiva, talvez possa nos dar indícios do porquê dos trabalhos sobre a história da leitura – essa que parece ser uma das sub-disciplinas temáticas que mais se ocupa dessa operação histórica, visto que, cada vez mais, esse debate sobre a consciência histórica do presente está vinculada a políticas específicas de produção textual, e daquilo que Certeau denomina de economia escriturística: essa prática mítica moderna:

A prática escriturística assumiu valor mítico nos últimos quatro séculos reorganizando aos poucos todos os domínios por onde se estendia a ambição ocidental de fazer sua história e, assim, fazer história. Entendo por mito um discurso fragmentado que se articula sobre as práticas heterogêneas de uma sociedade e que as articula simbolicamente. No Ocidente moderno, nao há mais um discurso recebido que desempenhe esse papel, mas um movimento que é uma prática: escrever (CERTEAU, 1994, p. 224).

***

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história** – ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos**. Cantos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para uma história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

FRANK, Robert. "Questões para as fontes do presente". In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para uma história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos** – o breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LACOUTURE, Jean. "A história imediata". In. LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. "A visão dos outros: um medievalista diante do presente". In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para uma história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

NORA, Pierre. "O retorno do fato". In.: LE GOFF, J. e NORA, P. (orgs.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____, René. "O retorno do político". In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para uma história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

RIOUX, Jean-Pierre. "Pode-se fazer uma história do presente?". In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para uma história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

SIRINELLI, Jean-François. "Ideologia, tempo e história". In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para uma história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

A ERA DAS REVOLUÇÕES E O *CONTINUUM* TEMPORAL

Isamarc Gonçalves Lôbo[144]

O TEMPO PRESENTE, UMA QUESTÃO INTRODUTÓRIA

Uma das questões contemporâneas sobre a problemática do tempo histórico é a do tempo presente. Quando Braudel inicia a discussão sobre a longa duração e estipula que o tempo é múltiplo, recheado de ritmos variados, ele acaba escanteando uma das mais tradicionais discussões historiográficas: é possível uma história do presente?

Vavy Pacheco Borges num livro da coleção Primeiro Passos, que objetiva apresentar **O Que é História**, afirma que fazer "uma história do presente não é, escrever sobre ele, mas sobre indagações e problemas contemporâneos ao historiador. É preciso conhecer o presente e, em história, nós o fazemos sobretudo através do passado, remoto ou bem próximo". Ela ainda completa, dizendo que "a história vista como o estudo do passado parece hoje (1993) para todos um ponto pacífico" (1993, pp. 55-56).

O movimento dos Annales, na sua primeira geração, rompe com essa concepção "puramente passadista do discurso histórico, a correlação passado e presente na construção de uma história que tenha por campo de estudo não somente o passado mas também a sociedade contemporânea" (DOSSE, 1992, p. 67). Lucien Febvre convidava seus pares a inspirar-se nos problemas colocados pelo tempo presente.

Foi a partir das considerações de que as estruturas duráveis são mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura, e que os fenômenos de longa duração são mais decisivos do que os de curto alcance, que a segunda geração dos Annales ignorou o contemporâneo, *a fortiori*, o presente e o imediato.

Entretanto é preciso frisar que Fernand Braudel "reverte a concepção linear do tempo que avança na direção de um aperfeiçoamento contínuo, ele a substitui por um tempo estacionário em que passado,

[144] Professor Mestre da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: ig.lobo@yahoo.com.br . Parte do terceiro capítulo da da dissertação de mestrado intitulada **O tempo presente na obra de Eric Hobsbawm.**

presente e futuro não se diferenciam mais e se reproduzem sem descontinuidade" (DOSSE, 1992, p. 120).

Jean Glénisson, no clássico **Iniciação aos Estudos Históricos,** afirma que os historiadores movem-se no tempo, enquanto duração (que comporta um ontem, um hoje e um amanhã). Afirma, ainda, que este "corresponde ao passado: um passado concebido 'como tal, como matéria e objeto' – objetivado, segundo a linguagem dos filósofos – passível de ser imaginado, de ser explorado, de certa forma" (1979, p. 30).

Se o passado faz parte da consciência humana e, sobretudo, da cultura histórica, a distinção entre passado e presente torna-se um elemento fundante na concepção de tempo de Glénisson. Como toda história, é "essencialmente história do presente", graças à problematização, a própria idéia de presente em história já se define como o nosso tempo. A valorização do tempo longo na década de 1940 colocou a história do presente fora das análises dos historiadores.

Na década de 1970, como uma tentativa de reviver as discussões sobre a história do tempo presente, é fundado na França o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP). Segundo Agnès Chauveau e Philippe Tétart, as locuções história do presente, história próxima e história imediata fazem referência à mesma cronologia. Esses

> *três tempos históricos pertencem ao campo do 'muito contemporâneo', o do século XX amputado de seu primeiro terço. Sob muitos aspectos, as questões que se colocam a um são válidas para os outros dois, porque a contração cronológica, o tipo de arquivo e a natureza dos objetos, dos campos fundam um só e mesmo tema. (CHAUVEAU e TÉTARD, 1999, p. 20)*

Apesar das particularidades entre a história do presente, história do imediato e história próxima, o que define suas características é um tronco comum: são vetores da legibilidade do presente e se definem pela natureza de seus arquivos, dos seus métodos.

Parte da obra de Hobsbawm se dedica à narrativa de uma história do tempo presente. Mesmo compreendendo o tempo como um *cotinuum*, uma interligação do passado, presente e futuro, Hobsbawm pontua a existência de uma zona neutra em que os ventos do tempo se convulsionam: **a zona nebulosa do indivíduo** (ou **zona de penumbra**).

Para Hobsbawm todos nós possuímos esta **zona de penumbra** entre "a história e a memória; entre o passado como um registro geral aberto a um exame mais ou menos isento e o passado como parte lembrada ou experiência de nossas vidas" (HOBSBAWM, 1998, p. 15). Essa terra-de-ninguém no tempo, para os indivíduos

> *se estende do ponto onde as tradições ou memórias familiares começam – digamos da foto de família mais antiga que o familiar vivo mais velho pode identificar ou explicar – ao fim da infância, quando se reconhece que os destinos públicos e privados são inseparáveis e se determinam mutuamente (...) A extensão dessa zona pode variar, bem como a obscuridade e a imprecisão que a caracterizam. (HOBSBAWN, 1998, p. 17)*

No entanto, ela corresponde a um tempo próximo para os indivíduos comuns. A dúvida surge quando se trata de historiadores cujas lembranças pessoais se confundem com as lembranças do ofício.

A **zona de penumbra** destaca ainda o autor, também faz parte da cadeia de DNA das sociedades. Um bom exemplo é a **Era dos Impérios** formada e consolidada no século XIX, que teria influenciado o século XX até quase o seu fim. Para Hobsbawm, o século XX tem como **zona de penumbra**, todo o longo século XIX.

Esta concepção do tempo presente ou da **zona de penumbra** não descarta a influência do passado mais longínquo. Os historiadores, ao lidarem com períodos remotos, sabem que eles são essencialmente estranhos e distantes. No geral, eles sobrevivem através das "relíquias inanimadas dos mortos: palavras e símbolos, escritos, impressos ou gravados, objetos materiais, imagens" (ibid, p. 17).

A grande crítica à história do tempo presente é justamente por ela se dedicar a questões tão próximas, a ponto do historiador sentir os odores pútridos exalados pelos mortos, o que torna sua obra perigosamente engajada. Para Lacouture, os críticos acabam esquecendo que o imediatista (historiador do presente) se neutraliza quando se manifesta. Além do mais, não podemos esquecer que a imparcialidade no campo da história é uma falácia por que nós sempre partimos dos pressupostos de nossa própria época, lugar e situação.

Não podemos esquecer que a história do tempo presente possui seus problemas, a saber: o imediatista ignora o epílogo, o que torna sua análise frágil; a experiência pessoal modela a maneira de se ver o que se deve analisar (os historiadores do presente que o vivenciaram, tem algumas vantagens sobre os que não experimentaram a época que estudam; sabem, sem muito esforço, o que se modificou ou não); o terceiro problema diz respeito às mudanças de prazo curto, que influenciam a visão do historiador, ou seja, o imediatista pode mudar de idéia no calor das mudanças acontecimentais; e em quarto lugar, existe o problema da generalização, das suposições que podem influenciar as análises.

Independente dos problemas do tempo presente enquanto história, ele se insere na idéia de *continuum*, ou seja, faz parte do trio:

presente, passado e futuro. A questão que se coloca é saber se é possível uma história do presente, ou melhor, como o presente aparece na e para a história.

A cronologia acabou separando o passado e o futuro, o primeiro sendo entendido como o que passou e o segundo, como o que virá. Nesse sentido, o presente seria o ponto de intersecção entre ambos. Como "a maior parte da ação humana consciente, baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui-se de um mecanismo de comparação entre passado, presente e futuro" (HOBSBAWM, 1998, p. 50), este trio acaba formando uma inter-relação, ou seja, um *continuum*.[145]

Hobsbawm, mesmo pensando numa relação de proximidade entre o passado e o presente (e, também o futuro), deixa claro que há uma separação nítida entre eles, que ocorre através da experiência individual. É através da memória que o indivíduo aproxima o passado e o presente. O indivíduo se liga, no presente, a um passado que o constituiu enquanto tal.

Como Hobsbawm opera esse relacionamento entre o passado, presente e o futuro? É possível perceber um *continuum* temporal?

A resposta é positiva pelo menos em dois sentidos. Em primeiro lugar, o *continuum* aparece a partir da própria problemática levantada pelo autor. Hobsbawm, ao eleger o século XIX, ou o Longo Século XIX, como foco de suas preocupações acadêmicas, tenta

> *entender e explicar um mundo em processo de transformação revolucionária, localizar as raízes de nosso presente no solo do passado e, talvez, sobretudo, ver o passado como um todo coerente e não (como a especialização histórica tantas vezes nos força a vê-lo) como uma montagem de tópicos isolados: a história de diferentes Estados, da política, da economia, da cultura ou outros. Desde que comecei a me interessar por história, sempre quis saber como se articulam todos esses aspectos da vida passada (ou presente) e por quê. (HOBSBAWM, 1998, p. 11, Grifo meu)*

Assim, **A Era das Revoluções**, **A Era do Capital**, **A Era dos Impérios** e **A Era dos Extremos** formam um todo articulado e, por isso, um *continuum* temporal. As três primeiras obras, compondo um quadro coerente sobre o Longo Século XIX que vai de 1789 à 1914 e, a última, retratando o Breve Século XX, de 1914 à 1991.

Em segundo lugar, o *continuum* temporal aparece nas obras quando o autor busca uma interação entre o passado e o presente (futuro) através

[145] Por exemplo, quando uma criança, na sua ânsia em descobrir o mundo, coloca o seu dedo numa tomada elétrica pela primeira vez e sofre um choque, na sua memória não havia dados que pudessem ser comparados. Já uma segunda vez, a criança fará a correlação entre o fato passado com o fato presente (recolocar o dedo na tomada) com o fato futuro, a dor do choque.

dos exemplos que tenta dar inteligibilidade ao leitor dos fatos passados a partir de coisas mais presentes que fazem parte da memória coletiva ou individual.

A ERA DAS REVOLUÇÕES NUMA PERSPECTIVA TEMPORAL

Como visto acima, o tempo presente em Hosbabawm aparece como *continnum* temporal, uma ligação entre o passado, o presente e futuro. O nosso objetivo é apontar alguns elementos discursivos do autor para construir este *continnum* no livro **A era das revoluções.**

N'**A Era das Revoluções** o tempo presente aparece quando Hobsbawm convoca o seu leitor a rememorar aspectos do presente para entender fatos do passado. Nesse sentido, afirma que o seu leitor ideal "seria aquele construtor teórico, aquele cidadão culto e inteligente, que não tem uma simples curiosidade sobre o passado, mas que deseja compreender como e porque o mundo veio a ser o que é hoje, e para onde se dirige" (HOBSBAWM, 1996, p. 15. Grifo meu). Assim, Hobsbawm busca estabelecer uma relação entre o passado, o presente e o futuro. A relação do *continuum* temporal ocorre graças à curiosidade do leitor que vê na história a possibilidade de entender um momento temporal diferente do seu, e que é, ao mesmo tempo, a base deste.

Nesse sentido, o autor busca legitimar o *continuum* temporal ao generalizar sobre a importância da Era das Revoluções, ao afirmar que a dupla revolução (a Revolução Francesa e a Industrial) "transformou e continua a transformar, o mundo inteiro" (ibid, p. 17, Grifo meu). O passado longínquo é cosido com o presente.

Logo em seguida, Hobsbawm desafia o leitor a dar

> *uma olhada no mundo na década de 1970 [para não sermos tentados a] subestimar a força histórica do socialismo revolucionário e da ideologia comunista nascidos de uma reação contra a dupla revolução e que por volta de 1848 tinham encontrado sua primeira formulação clássica. (ibid, p. 20, Grifo meu)*

Apesar do passado ser o modelador do presente, é este que torna o passado inteligível. Nesse sentido, o autor leva o leitor regressivamente – como Marc Bloch desejava em 1929 –, do conhecido para o desconhecido.

Hobsbawm continua chamando a atenção do leitor para que observe o mundo de 1780, pois "ele era ao mesmo tempo menor e muito maior que o nosso. Era menor geograficamente, porque até mesmo os

homens mais instruídos e bem informados da época (...) conheciam somente pedaços do mundo habitado" (HOBSBAWM, 1996, p. 23. Grifo meu). O leitor é convocado não só para "observar" o passado, mas para compará-lo com sua realidade. Hobsbawm não só liga o passado longínquo com o presente recente, mas faz com que o indivíduo, através de seus conhecimentos, interaja com o passado.

Nesse sentido, o *continuum* temporal ocorre entre a pessoa que conhece o passado, por ser um artífice dele, e o presente, por viver nele, com o sujeito que vive o presente e quer conhecer o passado que agora está relacionado a este presente.

Ainda nesta relação do sujeito que conhece o passado, o historiador, e o sujeito que conhece o presente, o leitor, Hobsbawm destaca que o mundo de 1780 era não só menor espacialmente, como demograficamente, "para fins práticos não se dispõe de recenseamento, todas as estimativas demográficas são pura especulação, mas é evidente que a terra abrigava somente uma fração da população de hoje, provavelmente não muito mais que um terço" (ibid, p. 24. Grifo meu). Hobsbawm complementa afirmando que "os europeus [em 1780], no geral, eram nitidamente mais baixos e mais leves do que hoje" (ibid, p. 24. Grifo meu). O passado flui em direção ao presente e este presente legitima aquele, pois as estimativas demográficas passadas são especulações, enquanto que as estimativas demográficas de 1960 e 1970 são reais. O leitor através de seus conhecimentos e de sua memória aproxima e separa, ao mesmo tempo, o passado e o presente.

O autor comenta que se em 1780, antes da Dupla Revolução,

> *o mundo era em muitos aspectos menor, a simples dificuldade ou incerteza das comunicações faziam-no praticamente maior do que é hoje. Não tenho a intenção de exagerar estas dificuldades. O final do século XVI, uma era de comunicações rápidas e abundantes, e mesmo antes da revolução das ferrovias, eram notáveis os aperfeiçoamentos nas estradas, nos veículos puxados a cavalo e no serviço postal. (ibid, p. 25. Grifo meu)*

Assim, o autor continua levando o leitor a relacionar o seu presente a um passado em que as comunicações eram de extrema precariedade.

Esse mundo de péssimas comunicações é eminentemente rural, com populações que nasciam, cresciam, se procriavam e morriam no campo. A palavra urbano, nesse contexto, podia ser considerada, para Hobsbawm, ambígua.

> *Ela incluí as duas cidades européias que por volta de 1789 podem ser chamadas de genuinamente grandes segundo os nossos padrões – Londres, com cerca de um milhão de habitantes, e Paris com cerca de meio milhão – e umas outras com uma população de 100 mil ou mais. (ibid, p. 27 Grifo meu)*

Mas o termo também incluía uma multidão de pequenas cidades, onde a maioria dos habitantes vivia. O leitor é transportado pela narrativa do presente ao passado para entender que a palavra urbano pode ser empregada tanto para uma grande cidade como para uma de pequeno porte. Nesse sentido, o *continuum* temporal é estabelecido a partir do conhecido para o desconhecido, já que o leitor parte de suas experiências individuais para entender o passado que faz parte de seu presente.

Entretanto, é preciso destacar que nesta visão regressiva, o historiador se coloca, na sua narrativa, no passado, mas conhece o futuro, e quer entender o presente. Nesse sentido, o autor, enquanto ferreiro da história, se coloca entre a bigorna do passado e a espada do futuro, ou melhor, do presente. É por isso que 1780 faz parte da **zona de penumbra** das pessoas no século XX e, por tanto do presente.

Ao tratar das relações de produção no mundo da década de 1780, Hobsbawm afirma que "o observador contemporâneo seria mais diretamente surpreendido pelo amplo desdobramento do comércio, que estava intimamente ligado à exploração colonial" (ibid, p. 35. Grifo meu). O leitor contemporâneo é induzido a se surpreender com o poder de troca desenvolvido graças ao amplo comércio estabelecido naquele passado.

Ao tratar dos movimentos ideológicos dos anos 1780, Hobsabwm comenta que na época, os príncipes

> *adotavam o slogam do 'iluminismo' do mesmo modo como os governos de nosso tempo, por razões análogas, adotam slogans de 'planejamento'; e, como em nossos dias, alguns dos que adotavam slogans em teoria muito pouco fizeram na prática, e a maioria dos que fizeram alguma coisa estava menos interessada nas idéias gerais que estavam por trás da sociedade 'iluminista' (ou 'planejada') do que na vantagem prática de adotar os métodos mais modernos de multiplicação de seus impostos, riqueza e poder. (ibid, p. 39. Grifo meu)*

Hobsbawm, mais uma vez, busca integrar o passado ao presente através de uma estratégia comparativa que ocorre no corpo de sua narrativa histórica.

Segundo Hobsbawm, a expansão industrial do século XVIII acabou criando o seu próprio mercado assim como a própria indústria automobilística moderna. Não foi a demanda de carros existentes na

década de 1890 que criou uma indústria de porte atual, mas a capacidade de produzir carros baratos é que fomentou a atual demanda em massa. Essa aproximação entre o conhecido e o desconhecido, chama a atenção por não se encontrar no corpo da narrativa do autor, mas por se encontrar em uma nota de rodapé.

Segundo Hobsbawm, a agitação política no final do século XVIII é tão grande "que alguns historiadores mais recentes falaram de uma 'era da revolução democrática', em que a Revolução Francesa foi apenas um exemplo, embora o mais dramático e de maior alcance e repercussão" (ibid, p. 72). Assim, Hobsbawm, busca ligar passado e presente a partir de seus pares, ou seja, de "alguns historiadores mais recentes".

Ao tratar da Revolução Francesa, ele sublinha que

> *igualmente, pode-se argumentar que a Revolução Russa de 1917 (que ocupa uma posição de importância análoga em nosso século) foi meramente o mais dramático de toda uma série de movimentos semelhantes, tais como os que – alguns anos antes de 1917 – finalmente puseram fim aos antigos impérios turco e chinês. (ibid, p. 72. Grifo meu)*

Esta ligação ainda é confirmada por Hobsbawm quando afirma que a Revolução Francesa influenciou o mundo de forma direta e universal, "pois ela fornece o padrão para todos os movimentos revolucionários subseqüentes, suas lições (interpretadas segundo o gosto de cada um) tendo sido incorporadas ao socialismo e ao comunismo modernos" (ibid, p. 73. Grifo meu). O autor leva o leitor a entender o passado através do presente, numa perspectiva regressiva. Assim, o leitor é convidado a utilizar sua memória para entender a importância da Revolução Francesa

É nesta perspectiva que Hobsbawm, algumas páginas depois, comenta que a

> *Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento organizado, no sentido moderno, nem por homens que estivessem tentando levar a cabo um programa estruturado. Nem mesmo chegou a ter 'líderes' do tipo que as revoluções do século XX têm apresentado até o surgimento da figura pós-revolucionária de Napoleão. (ibid, pp. 76-77, Grifo meu)*

Foi no decorrer da crise da jovem República Francesa, após a consolidação da Revolução que se inventou a guerra total: a total mobilização de recursos da nação e do fim, em casa e no exterior, da distinção entre soldados e civis. "Só foi em nossa própria época histórica [confirma Hobsbawm], que se manifestaram as tremendas implicações desta descoberta, com o advento da Primeira e Segunda Guerra mundiais"

(ibid, p. 85. Grifo meu). Aqui o autor se coloca, ao mesmo tempo, como historiador e indivíduo, relacionando a sua própria memória – ele foi combatente na Segunda Guerra Mundial – com o passado longínquo da experiência francesa. É bom não esquecer que Hobsbawm trata a Revolução Francesa de forma cronológica, suas fases se sucedem em suas linhas.

Para Hobsbawm, quando a maior parte dos leitores pensa na Revolução Francesa

> *são os acontecimentos de 1789, mais especialmente a República Jacobina do Ano II, que vem à sua[as] mente[s] ... Os conservadores criaram uma imagem duradoura do terror, da ditadura e da histeria e desenfreada sanguinolência, embora pelos padrões do século XX, e mesmo pelos padrões das repressões que se seguiram à comuna de Paris de 1871, suas matanças em massa fossem relativamente modestas. (ibid, p. 96. Grifo meu)*

Já no Termidor, ele afirma não ter sido "uma fase cômoda para se viver, pois a maioria dos homens sentia fome e muitos tinham medo, mas foi um fenômeno tão terrível e irreversível quanto a primeira explosão nuclear, e toda a história tem sido permanentemente transformada por ela" (ibid, p. 90. Grifo meu). O autor busca estimular o leitor, a rememorar o medo atômico que a Guerra Fria aflorou nas populações do mundo no presente, objetivando uma proximidade comparativa com o temor vivido pelos franceses no período do Termidor, durante a Revolução Francesa. Portanto, o ponto de ligação entre o passado e o presente é a memória.

A grande fraqueza da era termidoriana continua o autor, era a falta de apoio político, estavam espremidos entre a aristocracia e os pobres sansculotes. "Era uma situação curiosamente semelhante à da Quarta República, e o resultado foi semelhante: o governo de um general" (ibid, p. 91. Grifo meu). O leitor convocado a rememorar o seu presente, a partir desta passagem, é o francês, e o tempo evocado como o do presente é a década de 1960, época da produção da obra e do governo De Gaulle.

UMA CURTA CONCLUSÃO

Podemos afirmar que o tempo em Hobsbawm é construído, n'**A Era das Revoluções** através de um canal de intrigas narrativas, que buscam explicitar um passado longínquo através de um presente vivido ou rememorado.

Nesse sentido, o autor acaba transformando o passado, nesse caso, os anos entre 1780 e 1848, parte do presente. A sua narrativa não só cria um mundo temporal, como afirma Paul Ricoeur, ela objetiva criar

uma interação entre passado como registro aberto a exame e, portanto, como parte lembrada e experiência vivida ou relembrada.

O tempo presente, nesse sentido, não se resume ao instante, muito pelo contrário, ele congrega a própria noção daquilo que foi vivido e que não existe mais, ou seja, o passado.

***

REFERÊNCIAS

BORGES, Vavy Pacheco. O que é História. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BURKE, P. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Unesp, 1997.

CHAUVEAU, A. e TÉRTAR, Ph. Questões para a história do presente. Bauru, SP: Edusc, 1999.

DOSSE, F. A História em Migalhas: dos Annales a Nova História. Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1992.

HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções 1789-1848. 9 ed. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____, Eric. A Era do Capital 1848-1875. 5 ed. Trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996c.

_____, Eric. A Era dos Impérios 1875-1914. 5 ed. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998a.

LACOUTURE, Jean. "A História imediata". In: LE GOFF, Jacques. A História Nova. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, J. História e Memória. 3 ed. Trad. Bernardo Leitaão (et al.). Campinas, SP: Unicamp, 1994.

UM MALDITO GOVERNO CONSTITUCIONAL: AS JUNTAS GOVERNATIVAS NA PARAÍBA (1821-1823)

Serioja R. C. Mariano[146]

> *Senhor (...) os inimigos dizem que a Sagrada Constituição é obra dos libertinos e pedreiros livres; que tende essencialmente a captivar os índios e os homens de cor; a oprimir a pobreza e destruir a Religião Catholica; que sua Majestade acende a ella involuntários; e que enfim ella brevemente há de acabar, porque forças estrangeiras se reúnem contra ella.*[147]

O relato que o documento acima apresenta mostra como as elites políticas, na década de vinte do oitocentos, percebiam o contexto na "nova ordem" que se instalara com a criação das Juntas Governativas. O medo e a insegurança eram recorrentes, principalmente com os motins que aconteciam nas províncias. Na Paraíba a estratégia política do grupo que apoiava as Cortes portuguesas era mostrar que nem todos viam com bons olhos o sistema constitucional das Cortes portuguesas e os opositores eram acusados de "inimigos da Sagrada Constituição". Ou seja, a propaganda dava conta de que o governo constitucional iria, por exemplo, destruir a religião católica e a Constituição era "obra dos libertinos e pedreiros livres". A referência aos "pedreiros livres" é uma alusão à maçonaria, presente no Brasil, e especificamente no "Norte", desde o final do século XVIII, com os chamados clubes ou lojas, os mais conhecidos sendo Paraíso e Cabo, em Pernambuco. O medo se justificava pela quantidade de acusados de pertencentes à maçonaria em 1817: dos 317 réus defendidos pelo advogado Aragão e Vasconcelos, 62 eram vistos como maçons (MOTA, 1972: 29).

Para os defensores de um governo constitucional, os argumentos de que, com a Constituição portuguesa, os índios e homens de cor, que eram livres, poderiam ser escravizados, não passavam de boatos dos anticonstitucionalistas. Estes, querendo acabar com o novo sistema de governo, espalhavam tais boatos porque acreditavam que os conflitos no

---

[146] Professora do Departamento e do Programa de Pós Graduação em História da UFPB; e líder do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (CNPq/UFPB). Seriojam2@hotmail.com

[147] Carta do governo da Paraíba em que assinaram este documento os membros da Junta Governativa: Galdino da Cruz Vilar, João Marinho Falcão, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha e Augusto Xavier de Carvalho (ex-insurgentes de 1817), no dia 12 de março de 1822. *Apud* PINTO, 1977: 22-24.

interior da província poderiam ser acirrados, tendo em vista a *rusticidade* e, vale dizer, a mestiçagem da população, argumento presente em vários documentos.

De início, o temor da população local refletia as notícias, muitas vezes imprecisas, que vinham do Rio de Janeiro: o monarca D.João VI era contra a Constituição e fora obrigado a voltar para Portugal. As notícias, quase sempre, chegavam com alguns dias e até meses de atraso, sendo divulgadas por emissários, alguns dos quais comercializavam nas feiras do interior, em outros casos eram eclesiásticos que usavam os seus púlpitos para a divulgação.

Portanto, os anos vinte do oitocentos se iniciaram com o descontentamento de algumas vilas da Paraíba diante da aquiescência do rei às Cortes portuguesas. O governo da Paraíba, em uma conjuntura de contestação política, começava a enviar tropas militares para diferentes localidades, como medida de coação, para prevenir qualquer tentativa de motim, a exemplo do que estava acontecendo na província vizinha de Pernambuco. As primeiras seguiram para as vilas de Pilar e Itabaiana e conseguiram silenciar uma reunião que estava marcada para acontecer dias antes da chegada do destacamento militar. Mas, "de novo se tornaram a incendiar os ânimos com a nova installação do Governo que teve lugar a três do mês passado [03 de fevereiro de 1822]", referindo-se o documento à Junta Governativa.

Como forma de aumentar a adesão das províncias ao movimento constitucional e transformá-las em interlocutores das Cortes, foram, pois, implantadas as Juntas Provisórias ou Governativas, em uma nova rede de poder das províncias estruturada por todo o império e de acordo com o liberalismo vintista, que garantia maior autonomia provincial em relação ao Rio de Janeiro, e legitimada por um processo eleitoral. Com essa reordenação dos poderes, as "pátrias locais", através dos seus representantes, assumiram um maior controle na administração local, barrando a tentativa de implementar um governo central no Rio de Janeiro. Essa relação conflituosa entre poder central e poder local se estenderá até depois do I Reinado (SOUZA, 1999: 115-117).

Este sistema administrativo, de Juntas Governativas, era parte integrante de um período de transição e de desestruturação de uma antiga ordem, o Antigo Regime, para os ideais de liberalismo vindos de Portugal e influenciados pela constituição espanhola. Mas, ao mesmo tempo representava, com o sistema constitucional, um retrocesso político dado o controle direto das províncias pelas Cortes, o que é um tanto paradoxal. Em Pernambuco, essa situação mostrava a sua ambigüidade, quando, por exemplo, Recife ora aparecia como favorável a Lisboa e à manutenção dos vínculos com Portugal, ora como defensora dos interesses do Rio de

Janeiro, enquanto a vila de Goiana era mais autonomista.

Nesse contexto, em 1821, a Câmara da Paraíba enviou uma carta de juramento e adesão à Constituição portuguesa, considerando que essa peleja era "estúpida por sermos todos irmãos, todos eguaes em direitos, prerrogativas e privilégios (...)", pois "no seculo de luzes", a razão deveria prevalecer. Uma adesão vista como um "Código Regenerador", capaz de ser compreendida por ***homens ilustrados e não por uma população que padece da "ignorância"***. Para "assentar a glória da Nação" e as bases da felicidade, era preciso que a Constituição fosse jurada e que a Paraíba enviasse representantes para as Cortes.[148] O termo *adesão* - numa referência à identidade e à vinculação ao Estado Imperial português - é recorrente nos discursos.

Os deputados do Brasil que foram para as Cortes iriam representar a "pátria", ou seja, o lugar de origem, da sua comunidade, porém, a "nação" a que pertenciam, ainda era Portugal (JANCSÓ e PIMENTA, 1999). A *Regeneração* era a chave para a implantação de um governo constitucional que iria promover o andamento da "causa da nação" e, através desse novo governo, remover os obstáculos de um governo anterior considerado fraco, que precisava se *regenerar* de um passado *despótico*. Uma nação, para os liberais de Portugal, pensada como a *"vontade geral"* pautada em uma tradição histórico-cultural, concepção diferenciada daquela expressa por deputados do Brasil nas Cortes, o que marcava o caráter nacionalista do pensamento político do Vintismo, do qual, provavelmente, nem todos os habitantes das vilas da Paraíba tinham a percepção (BERBEL, 1999: 38).

As notícias de que Portugal queria recolonizar o Brasil se espalhavam pelo interior da província, muitas vezes com meses de atraso, mas chegavam. Nem todas as vilas da Paraíba aderiram ao sistema constitucional, como Brejo de Areia e Rio do Peixe. Esta última, aliás, foi mais além e se recusou a enviar os eleitores à capital. Até mesmo na capital, considerada reduto daqueles que apoiavam o constitucionalismo português, havia pessoas contrárias:

> *(...) nesta capital, esse termo* **há varias pessoas inimigas da Constituição**, *e que para atrahir sobre os amantes a indignação do Povo, que não soube reflectir,* **os representão com infames cores de revolucionários, persuadindo a gente crédula, que os devotos da Constituição são rebeldes, e que não querem, senão independência**, *chegando a tal ponto o descaramento desses malvados, que levantam a voz atrevida, e protestão acabar de uma vez com esses, que elles chamão insurgentes. Chegou porem o*

[148] Paraíba 12 de outubro de 1821. *DAHU* (Projeto Resgate), Paraíba CX. 2 AHU-ACL-CU-014. CX49, doc. nº3449. Grifos meus.

momento, em que os amigos da Constituição se mostrarão superiores às ameaças, e ocultas maquinações dos inimigos da Nação.[149]

Percebe-se que havia uma inversão. Aqueles considerados "amigos da Constituição", os dirigentes do governo, acusavam os seus adversários, "inimigos da Nação" portuguesa, de representá-los diante da população como revolucionários, rebeldes, insurgentes e a favor da independência. Uma alegação que, segundo os membros da Câmara, não passava de boatos. Os "inimigos" eram homens que haviam lutado em 1817 ao lado dos *realistas* e que estavam no comando até a anistia dos ex-insurretos. Ser considerado *rebelde*, *revolucionário* ou *insurgente* em 1817 tinha toda uma conotação positiva; para *os patriotas*, era sinônimo de orgulho, adjetivos que não têm o mesmo valor simbólico em 1821.

Com um novo sistema administrativo, de redistribuição de cargos e funções, haveria um reordenamento de poderes locais. As tradicionais famílias Carneiro da Cunha, Monteiro da Franca, Albuquerque Maranhão, entre outras, voltavam à cena política. Algumas é bem verdade, jamais haviam se ausentado totalmente do poder.

A posse da Junta Governativa se deu no dia 26 de outubro de 1821, pois corriam boatos de que o governador Rosado estava fazendo prisões de pessoas que jurassem a Constituição portuguesa. A Junta foi eleita e empossada imediatamente, dessa forma, o governador não mais comandaria a Província.[150] A eleição da Junta Governativa, com a ascensão de novos atores políticos e, conseqüentemente, a perda do poder de outros, foi um dos motivos que fizeram com que o governador lutasse contra o constitucionalismo que estava mudando a composição do corpo político. Com novas medidas administrativas, uma "nova ordem" política se instalava: era o momento em que alguns dos antigos insurretos de 1817 voltavam ao governo, após a repressão.

Já no comando, a Junta tratou de mandar embora o ex-governador, que deixou o cargo em novembro de 1821, pois era considerado traidor por tratar com indiferença e frieza a Constituição.[151] Os novos governantes achavam que, com a formação das Juntas, o poder local estaria reforçado e, de certa maneira, as províncias ganhariam mais autonomia (CARVALHO,

[149] Documento assinado pelos membros do governo: Bartolomeu de Aquino e Vasconcelos, Manoel Ferreira Coutinho, João da Silva Guimarães e Manoel Valeriano de Sá Leitão, esse último, no cargo de procurador, Paraíba 12 de outubro de 1821. Grifo meu. *DAHU* (Projeto Resgate), Paraíba CX. 2 AHU-ACL-CU-014, CX49, doc. nº3449.

[150] A Junta era composta pelo Tenente-Coronel João de Araújo Cruz (presidente), Augusto Xavier de Carvalho (secretário) e demais membros: Joaquim Antônio de Oliveira, Francisco Bernardo Cavalcante de Melo e os padres Amaro de Barros Oliveira Lima e Galdino da Costa Vilar.

[151] *As Juntas Governativas e a Independência*, livro que traz documentos referentes a esse período, foi publicado pelo Conselho Federal de Cultura em parceria com o Arquivo Nacional. 1973: 543.

1998). Mas a criação do cargo de Governadores das Armas deixava claro que Portugal pretendia manter um controle militar estrito sobre as províncias.

O ex-governador Rosado foi acusado de não compartilhar do patriotismo, ou seja, de não jurar a Constituição, e de prender pessoas, "hum partido de cidadãos contra cidadãos". Foi ainda acusado de inflamar a discórdia do "Partido contra os Patriotas que eram vítimas do furor". Notem como os *patriotas*[152] são representados como os defensores da causa constitucional, principalmente após o decreto de 24 de fevereiro, pelo qual o governo real, sediado no Rio de Janeiro, prestara juramento e ordenara que todos do Reino deveriam segui-lo.

Segundo o presidente da Câmara, Manoel José Coelho, o ex-governador publicara o decreto e não quisera prestar o juramento, assim como não dera ouvidos aos pedidos de socorro de um grupo que reclamava de insultos e violências na cidade e em algumas vilas. Foi então que a Câmara resolveu criar um governo provisório, que seguia as ordens vindas da Corte e destituía o governador do seu cargo para "sanar o mal, e restabelecer a harmonia, a ordem, inicialmente perturbadas e alteradas".[153] Sanar o mal significava afinar o discurso com as Cortes e organizar a nova forma de administração, eliminando qualquer tentativa de oposição ao regime constitucional.

A organização dos governos provinciais havia sido discutida nas Cortes em setembro anterior, com base no parecer de 21 de agosto. Em linhas gerais, ficava assim definida: o governo era composto por uma Junta, que exercia "toda a autoridade e jurisdição na parte econômica, administrativa e de polícia", e pelo Governador das Armas, que tinha a jurisdição militar, e que respondia diretamente às Cortes, inclusive na sua indicação para o cargo, seguindo o exemplo das províncias do reino de Portugal e Algarves (BERBEL, 1999: 96). Estas medidas representavam, além de uma tentativa de diminuir o poder local, uma ameaça à possibilidade de um governo unificado com sede no Rio.[154]

Quanto à composição do sistema administrativo da Província implementado pelas Cortes, a autoridade do governo ficava a cargo de três membros assim representados: o presidente, secretário e o vereador mais velho, contando ainda com dois assessores.

---

[152] O termo *patriota* muda de conotação no discurso dos governantes, que consideram *patriotas* aqueles que seguem o governo real (MARIANO, 2005).

[153] Carta da Câmara da Paraíba a D. João VI sobre a posição tomada pelo governador Joaquim Rabelo da Fonseca Rosado. 27 de outubro de 1821. *DAHU* (Projeto Resgate). AHU. Paraíba, maço 38. AHU-ACL-CU-014-CX49, doc. nº3450.

[154] O governador das Armas enviado a Paraíba foi o Tenente-Coronel Francisco de Albuquerque Melo, que assumiu o cargo através de Carta Régia de 12 de março de 1822. "As Juntas Governativas e a Independência", 1973: 547-48.

PROVÍNCIA DA PARAÍBA:
COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DAS JUNTAS GOVERNATIVAS ATÉ 1823

Data da Instalação	Membros	Observação
26 de outubro de 1821	João de Araújo Cruz (presidente); Augusto Xavier de Carvalho (secretário), Joaquim Antônio de Oliveira, e Francisco Bernardo Cavalcante de Melo e os padres Amaro de Barros e Galdino da Costa Vilar Lima.	Estavam presentes as Câmaras das vilas do Conde, Alhandra, Pilar, Nova da Rainha, Monte-Mor e de São Miguel.
02 de abril de 1822	João de Araújo Cruz (presidente), Augusto Xavier de Carvalho (secretário), Galdino da Costa Vilar	Reeleição da 1ª Junta Governativa. O presidente foi eleito com 50 votos, o secretário com 67 e o primeiro membro com 43.
Data imprecisa, vide observação ao lado.	Galdino da Costa Vilar (pró-presidente), Augusto Xavier de Carvalho, Joaquim Manoel C. da Cunha e os padres, João Marinho Falcão e Galdino da Costa Vilar Lima.	Em 11 de julho de 1822, João de Araújo Cruz já não assina mais os documentos oficiais.
05 de novembro de 1822	Estevão José Carneiro da Cunha (presidente); Pe João Barbosa Cordeiro (secretário) Manuel Carneiro da Cunha	O presidente obteve 40 votos, seguido pelo secretário com 28 e terceiro membro com 13.
03 de fevereiro de 1823	Estevão José Carneiro da Cunha; Pe João Barbosa Cordeiro (secretário); Manuel Carneiro da Cunha; Pe Antônio da Trindade Antunes Meira, o Capitão-mor João de Albuquerque Maranhão, João Gomes de Almeida e João Ribeiro Pessoa.[155]	Reeleição com os seguintes resultados: 87 votos, 62, 46, 23, 57, 18 e 14, respectivamente. O presidente Estevão Carneiro da Cunha permanece no poder até meados de 1824 quando Filipe Nery foi nomeado por D. Pedro I para assumir o cargo de presidente da província.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das informações contidas nas Atas das Juntas Governativas que fazem parte do livro "As Juntas Governativas e a Independência", publicado pelo Arquivo Nacional. 1973: 543-652.

[155] Vale ressaltar que, a partir de Carta Régia de 05 de outubro de 1822, a Junta passaria a ser composta por sete membros. "As Juntas Governativas e a Independência", 1975:614-616.

A escolha dos representantes da primeira Junta Governativa ocorreu na igreja matriz, sob a presidência do Ouvidor da Comarca, em reunião na qual estiverem presentes dois deputados às Cortes, os oficiais de Primeira e Segunda Linha, o "Povo" e os eclesiásticos. No discurso presente na ata, observa-se a preocupação em deixar claro que os paraibanos queriam "o bem estar na Nação", e por isso elegeram uma Junta. Com esta eleição, os súditos mostravam sua obediência a D. João VI, e sua confiança nos representantes portugueses no Congresso das Cortes, homens vistos como "heróis portugueses".[156] Portanto, a *nação* portuguesa, com seus deputados nas Cortes, tinha todo o apoio de algumas das principais lideranças da Província. Entre estas, é de se notar que, a partir da 3ª Junta, a família Carneiro da Cunha estava representada.

Na província, a situação continuava tensa. Em Itabaiana, a oposição se reuniu para discutir a representatividade das Juntas e o sistema constitucional. O governo havia recebido denúncias de que as autoridades da vila estavam preparadas para "assassinar e roubar a sombra de inventados pretextos de desagravar a causa de El-Rei (...)".[157] A partir dessa denúncia, a Junta mandou um destacamento para reprimir qualquer tentativa de sublevação.

Sob o comando do Tenente-Coronel Francisco Inácio do Vale (português e líder da contra-revolução em 1817), os homens seguiram para a vila, armados com quarenta baionetas. No documento seguinte, consta uma acusação do comando geral contra o tenente-coronel por haver se hospedado na casa do genro de um dos acusados de conspirarem contra o rei, e de que, ao invés de prender os tidos como suspeitos, o militar estava lhes dando proteção, chegando a dizer para os oficiais que se preparavam para efetuarem as prisões, que: "fechasse os olhos que elle também fecharia". Com a acusação de proteger os "criminosos", o militar foi afastado e perdeu o cargo de Comandante das Armas, que estava preterindo, naquele momento, em troca de um posto mais elevado.

Como o tumulto não foi resolvido, o presidente da Junta e o Ouvidor seguiram para Itabaiana para abrir devassa sobre os atos praticados "e premeditados contra a causa constitucional".[158] Ao final do processo, foram acusados e presos dois índios, que ocupavam os cargos de regente e de Sargento-mor da vila de Pilar. A conclusão dessa devassa denota as relações de poder e o prestígio das elites, econômicas e políticas, que continuavam intocáveis e contando com o apoio dos seus amigos e parentes, enquanto outras categorias sociais, como os índios, por

[156] Ata assinada em 26 de outubro de 1821. "As Juntas Governativas e a Independência", 1973: 543-544.

[157] *Apud*, PINTO, 1977:16.

[158] O presidente da Junta era João de Araújo Cruz e o Ouvidor, Francisco de Souza Paraíso.

exemplo, foram os únicos considerados criminosos e, portanto, sujeitos às penalidades da lei.

No interior, os conflitos não cessavam, e foram enviadas tropas do destacamento de linha para pontos diversos da província. Novas reuniões foram feitas e ficou decidido que as autoridades agiriam da seguinte forma: "1º- Que depois de tentados os meios de brandura e persuasão que tem procurado o Sr. Presidente, os rebeldes sejam levados a ferro e fogo; 2º - Que o governo deve dar armamento e munições a cidadãos constitucionais em defesa da causa, 3º - Que as pessoas envolvidas nos tumultos fossem imediatamente presas (...)".[159] O conselho convocado pelo governo era composto por oficiais militares, por prelados seculares e regulares, o Senado da Câmara e os principais negociantes. Ou seja, as elites dirigentes representadas pelos segmentos militar, religioso e civil.

Os conflitos que estavam acontecendo nas vilas do interior foram vistos pelo governo como sendo uma represália dos homens que haviam feito fortuna oprimindo a população e que, com o governo constitucional, perdiam a âncora do seu poder e viam seus privilégios diminuídos. A partir desta justificativa, a Junta Governativa mandou prender Mathias da Gama Cabral e Vasconcelos e João Alves Sanches Massa, considerados os líderes da oposição, "por serem estes dous homens os poderosos coripheos do partido anti-constitucional (...) e para os quaes os povos estavão costumados a olhar como árbitros do seu destino, ostentando especialmente o segundo de ter cabras armados a seu mando (...)"; E por oferecerem ajuda a Pernambuco. Presos em suas residências, logo foi solicitado que fossem transferidos, após a notícia de que estavam preparando uma comitiva para tirá-los da prisão.

A disputa pelo poder local só foi esquecida, temporariamente, quando chegaram notícias de tropas vindas de Portugal, nos navios "Quatro de Abril" e "Voador", que aportaram em Baia da Traição. Com as notícias se espalhando como rastilho de pólvora, os anticonstitucionais seguiram para as vilas de Guarabira e Cuité, segundo o documento, "praticando atrocidades e levando o horror àquelas localidades, matando Paes e mães de famílias e até creanças e cuja culpa só era seguir a Constituição, fallar em abono della, trazer o laço da nação e entoar os hymnos constitucionaes". Em uma clara tentativa de desqualificar os anticonstitucionalistas, o documento os apresenta como sendo do "partido dos malvados".[160]

[159] Alguns nomes dos ditos culpados foram mencionados no documento, são eles: João Alves Sanches Massa, Coronel Mathias da Gama Cabral (estes dois últimos lideraram a contra-revolução em 1817), Manoel da Costa Lima, Domingos José de Carvalho, padre José Antônio Lima, João Gonçalves de Pirpirituba, o sargento-mor Antônio Galdino Alves da Silva, José Pereira Neves, de Guarabira, e Antônio da Silva, do Brejo de Areia. *Apud* PINTO, 1977:22.

[160] Temendo serem presos, Antônio Galdino e Manoel da Costa Lima, respectivamente, filho e genro de Massa, refugiaram-se no navio Quatro de Abril, que estava de partida para Portugal.

As denúncias, com a acusação de anticonstitucionalistas, eram enviadas à Junta provisória do governo, que prosseguia com as investigações. Nas denúncias, o prestígio dos grupos familiares fica claro quando, por exemplo, o sargento-mor do primeiro regimento de Milícias de Brancos, José Maria Correa, é considerado perigoso para o sistema, pois, "estando elle aliado em parentesco com huma família cujo chefe alem de conhecidamente anti-constitucionalista, pode, ou afecta de poder mudar o seo arbítrio a Ordem Publica tendo, ou afectando de ter gente armada a seo mando (...)".[161] No documento também há uma reclamação da inutilidade dos seus serviços enquanto oficial, e argumenta-se sobre a necessidade de serem tomadas medidas urgentes antes que o oficial causasse outra "erupção", inclusive com a recomendação de suspender o pagamento do soldo de vários militares. Em seguida, faz uma crítica ao Governo das Armas, que estava nas mãos de alguém que não fazia parte da Junta, o que, segundo os seus membros, dificultava a tomada de qualquer decisão mais enérgica.[162] Nesta crítica, ao governador das armas, transparece o sentimento de antagonismo aos poderes delegados a um representante de Portugal, e não da terra.

Mas, mesmo com a saída do governador Rosado, o clima de oposição à Constituição portuguesa permanecera. Foi organizado um "partido" anticonstitucional sob o comando do Coronel de Cavalaria de Milícias Mathias Gama Cabral e Vasconcelos e do Capitão João Alves Sanches Massa (ricos proprietários de terras e ex-líderes da contra-revolução em 1817).[163] O filho do último, João Alves Massa, iniciou uma campanha de oposição junto ao seu grupo da 3ª Companhia da força de Linha, da qual fazia parte ocupando o posto de cabo. Esta campanha pretendia impedir a instalação do governo constitucional na Província. Irineu Pinto relata que, após a descoberta do plano e acusação de conspiração, o cabo foi julgado pelo conselho de guerra, mas "devido a grande proteção que tinha, julgaram-no innocente (...)" (*apud* 1977:18-19). A *proteção* é uma referência ao poder econômico e político da sua família. Após a acusação, João Alves Massa (filho) saiu da província para Lisboa com toda a sua

[161] Correspondência enviada ao governo provincial em 21 de junho de 1822, denunciando José Maria Correia por ser anticonstitucionalista. *DAHEPB*/DM CX005. Ver também, "As Juntas Governativas e a Independência", publicado pelo Arquivo Nacional. 1973: 544.

[162] Correspondência enviada ao governo provincial em 21 de junho de 1822, denunciando José Maria Correia por ser anticonstitucionalista. *DAHEPB*/DM CX005.

[163] Ainda faziam parte da oposição: o sargento-mor do Regimento dos Henriques, Manoel Mancio Judici Biquer que teria dito ao Juiz de Fora "que se jurara a Constituição fora por ser obrigado, pois estava certo de que a mesma Constituição era um desaforo e os seus autores uns malvados"; o sargento-mor do Regimento de Milícias de Brancos, José Maria Corrêa, que foi enviado a Lisboa juntamente com os deputados às Cortes.

família.[164]

O que se percebe após a análise da documentação sobre as Juntas Governativas na Paraíba é que a estrutura familiar e suas redes, permeavam toda a política local, sendo parte constitutiva da estrutura de poder. Eram famílias abastadas que ampliaram os seus poderes após a repressão de 1817, mas com o retorno dos antigos insurretos, como Estevão José Carneiro da Cunha e as mudanças na conjuntura política, foram considerados inimigos e expulsos da Província. O cenário se transformara a partir do movimento do Porto. Na década de 1820, a reordenação política em Portugal teve importantes repercussões no Brasil. Com a libertação dos insurretos de 1817, as famílias que estavam no poder - como fora o caso do grupo liderado por Sanches Massa -, perderam o prestígio e o *status* na política local, em uma situação que gerou conflitos e disputas pelo comando do poder na Paraíba. Constatou-se, ainda, que a experiência política, nos anos de 1817 a 1823, foi marcada por uma maior afirmação deste poder local. Essa afirmação foi possível, como demonstrou Denis Bernardes, com o avanço do Constitucionalismo "ou seja: representação, divisão dos poderes, limitação do poder imperial, controle local sobre a renda e a força armada, afirmação dos direitos individuais" (2003: 246), representado pelo sistema político de Juntas Governativas.

***

[164] Já o seu pai, o capitão Sanches Massa, resolveu ficar e foi preso no dia primeiro de março de 1822 e enviado ao Recife, mas logo recebeu a ajuda dos seus parentes, uma família rica, de prestígio e poder: inclusive, no abaixo-assinado de solicitação da soltura de Massa, um dos argumentos utilizados dava conta de que o mesmo havia lutado, "com todos os seus parentes", para manter a "ordem" e a "obediência" em 1817. E que toda a sua família, seu filho, Antonio Galdino da Silva (sargento-mor das ordenanças) e um genro, foram perseguidos e vítimas "dos influentes constitucionais". Alguns membros da família retiravam-se para Portugal "para escaparem dos ferozes da facção revolucionária que pretendia extinguir a dita família pelas antecedências promovidas no dito ano de 1817".

REFERÊNCIAS:

BERBEL, Marcia Regina. **A Nação Como Artefato:** deputados do Brasil nas cortes portuguesas 1821-1822. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1999.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. "Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união". In: **Formação do Estado e da Nação.** São Paulo: Hucitec; FAPESP;UNIJUÌ, 2003, p. 219-249.

CARVALHO, Marcus. "Cavalcantis e Cavalgados – a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824". **Revista Brasileira de História.** São Paulo, 18 (36),1998, p. 331-365.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo. 1999. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)", In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Viagem Incompleta.** A Experiência Brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 1999, p. 127-176.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817:** estruturas e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba.** v. I e II, 2 ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977. (1908).

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria Coroada:** o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1999.

DISCURSOS HISTORIOGRÁFICOS QUE SE TECEM: APROPRIAÇÕES DO CONCEITO DE NORDESTE E DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Joedna Reis de Meneses[165]

A intenção deste texto é analisar a discussão historiográfica sobre o Nordeste, principalmente os trabalhos publicados nas últimas décadas do século XX. Buscar-se-á também destacar as relações do conceito de Nordeste com a noção de industrialização.

Partimos do pressuposto de que os significados do discurso historiográfico são construídos através da relação do historiador com o seu objeto. Quando os autores escolheram trabalhar com o tema do Nordeste, eles trouxeram, de imediato, para os seus estudos, alguns dos sentidos que já haviam sido atribuídos à região.

Assim, o conceito de Nordeste, que foi formulado nas duas primeiras décadas do século XX, foi apropriado em diversos momentos pela historiografia. Desta forma, o olhar que os historiadores lançaram para a mencionada região também contribuiu para algumas das visões do Nordeste que têm sido apropriadas e reapropriadas durante os últimos anos. Não se trata de dizer que os historiadores criaram o conceito de Nordeste mas, sim, de que os diferentes historiadores partem, inevitavelmente, deste conceito quando se trata de trabalhar este tema.

É importante frisar que a historiografia sobre o Nordeste é capaz de construir sentidos para a região mesmo quando não busca assim proceder. Não é necessário que existam nas obras expressões nítidas que, dentre outros aspectos, afirmem que o texto se trata de uma tentativa de conceituar ou significar o Nordeste.

Neste sentido, é possível observar a idéia principal deste texto: o Nordeste não se trata de um espaço homogêneo.

Vários autores que se dedicaram ao estudo do tema, já chamaram atenção para a necessidade de visualizar o Nordeste como um espaço não homogêneo. Como exemplo, podemos citar o trabalho de Rosa Mª Godoy Silveira, intitulado O Regionalismo Nordestino (1984). Através do trabalho de Silveira, é possível constatar que a primeira tentativa de se falar de um Nordeste homogêneo emergiu no momento em que se fundou o próprio conceito de Nordeste (início do século XX). As reelaborações deste conceito marcaram outras tentativas de se pensar o Nordeste de

[165] Professora do Departamento de Geo-História da UEPB e Doutora em História pela UFPE. Contato: joedna@uepb.edu.br

forma homogênea e de se estabelecer imagens definidoras do Nordeste.

O Nordeste tem sido pensado de múltiplas formas. No livro de Silveira, já mencionado, existe um sub-capítulo dedicado a uma apreciação historiográfica do Nordeste. Neste momento do seu trabalho, Silveira buscou mapear diferentes vertentes historiográficas de interpretação do Nordeste e identificou, como principais, as seguintes:

Embora o livro de Silveira não buscasse, de forma central, construir uma análise historiográfica, é possível perceber, a partir dos elementos que ela reuniu para comentar a historiografia sobre o Nordeste, que, no seu livro, encontra-se formulada, em linhas gerais, uma análise que contemplou não apenas Gilberto Freyre, Celso Furtado e Francisco de Oliveira como também há referência a autores e trabalhos de forte repercussão historiográfica, como Djacir Menezes e seu livro "O outro Nordeste" (1937); "A terra e o homem do Nordeste" (1960) de Manoel Correia de Andrade; "Geografia da Fome" (1948) e Geopolítica da fome (1951) de Josué de Castro e outros mais. Os trabalhos analisados por Silveira podem ser tomados como construtores de visibilidades para o Nordeste, como formadores de imagens para se pensar a região.

Da primeira década do século XX a meados do mesmo, buscou-se construir o Nordeste a partir de conceitos que fechassem o campo de análise da região em definições generalizadoras e construtoras, portanto, de uma visão homogênea do Nordeste: o Nordeste da tradição, o Nordeste da cana-de-açúcar, o Nordeste "berço da cultura nacional, o Nordeste que precisava se desenvolver (principalmente a partir da década de 1960), o Nordeste da seca, etc.. Estes conceitos de Nordeste coexistem até hoje, mas existiram ocasiões em que se buscava pensar a região como possível de ser definida através de um deles.

O livro de Durval Muniz de Albuquerque Júnior intitulado "A Invenção do Nordeste e outras artes (1999), também procurou pensar as diferentes formas em que o Nordeste foi imaginado, o livro trata das invenções e reinvenções do conceito de Nordeste. O autor destaca que o conceito de Nordeste foi inventado no começo do século por uma série de discursos que pensavam o Nordeste como a região da tradição e berço da cultura nacional. Tratava-se o Nordeste de uma formulação do Brasil republicano mas que remetia a uma saudade dos tempos da escravidão e do Império. Este conceito de Nordeste, em momento posterior, passou a ser observado por uma leitura marxista de mundo que não mais observava o Nordeste a partir de uma saudade, de uma nostalgia da sociedade escravista mas a partir de uma perspectiva de futuro, de revolução de transformação social, tendo em vista que, na metade do século XX, o Nordeste passou a ser visto como a região problema do capitalismo brasileiro. Desse modo, o Nordeste seria a região de onde sairia a revolução social no Brasil. O

trabalho de Durval Albuquerque, portanto, procura demonstrar que o conceito de Nordeste sofreu deslocamentos, descontinuidades na forma em que ele passou a ser imaginado.

É importante afirmar que diversos autores que trabalharam com o tema do Nordeste e o próprio senso comum não pensaram ou pensam o mesmo como um conceito, como uma noção que, enquanto tal, possui uma discursividade e um campo de saber. Porém, venho colocando desde o início o Nordeste como um conceito, porque acredito que ele corresponde a algo mais do que um recorte físico e geográfico que uma certa historiografia tentou solidificar.

Desde o trabalho de Rosa Maria Godoy Silveira, anteriormente citado e publicado na década de 1980, boa parte dos historiadores e estudiosos que se dedicaram ao estudo do objeto Nordeste, não o abordam mais como um simples recorte espacial homogêneo. De acordo com Silveira, o Nordeste não existe, isto é, não há um único Nordeste para qualquer que seja o sentido que se tente empregar o termo: histórico, político, social, econômico.

Ao tratar do conceito de Nordeste, a autora o estuda a partir das noções de espaço e de região. Ao fazer uso destes conceitos, Silveira tomou por base autores como o francês Alain Lipietz, Milton Santos e Francisco de Oliveira. Este último, sem dúvida, influenciou o seu trabalho de maneira ativa, conforme podemos observar no conceito de Região, formulado por ele, e citado pela autora:

> *Uma região '...seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição'. (SILVEIRA,1990, p.34)*

Evidencia-se, portanto, o fato de que esta noção de região possui uma forte ligação com a concepção materialista da história. Concepção esta que visualiza as relações de produção como o elemento central para o entendimento da região Nordeste, uma vez que o referido pensamento observa a base econômica das sociedades como sendo o elemento central para a compreensão das mesmas. Foi a partir do materialismo histórico que Francisco de Oliveira formulou o seu conceito, amplamente conhecido e discutido por outros autores, de divisão interna do trabalho no Brasil.

Outros autores também tomaram por base esta fundamentação e passaram a abordar o Nordeste a partir do conceito materialista de divisão do trabalho e, por conseguinte, de divisão interna do trabalho no país.

A industrialização é tratada, nestes trabalhos mencionados, como uma atividade econômica que é capaz, a partir da sua presença ou não, de promover uma diferenciação entre os espaços. A relação industrialização e Nordeste é estabelecida a partir deste enfoque essencialmente econômico em que o Nordeste, com base nesta noção de industrialização e, por conseguinte, do conceito de divisão do trabalho, seria uma região, no Brasil, que atenderia aos interesses do capital através do fornecimento de matéria prima e de mão de obra para as regiões que já possuíssem estágios mais "avançados" de desenvolvimento capitalista e industrial. Já que a própria concepção materialista da história também concebe o próprio conceito de espaço como algo que acha-se antes de tudo subordinado às necessidades de acumulação de capital.

Com esta perspectiva de observar o espaço, a região e, por conseguinte, o Nordeste como sendo elementos que estão sempre voltados para atender aos interesses do sistema capitalista, os autores citados elaboraram suas análises privilegiando o aspecto econômico na construção da regionalidade.

Cornelius Castoriadis realizou uma crítica à concepção materialista da história como defensora do determinismo econômico na construção das sociedades. Para ele, a concepção materialista, que se caracteriza pela percepção das forças produtivas como o motor da história, corresponde a uma visão que vem se apresentando como "insustentável". Insustentável, em primeiro lugar, porque apresenta como impulso fundamental à vida humana o impulso econômico; em segundo lugar, porque reduz o movimento da história ao desenvolvimento da tecnologia; em terceiro lugar porque termina generalizando uma análise histórica que tem algo a ver apenas com as sociedades capitalistas para o resto do planeta e, por último, porque a concepção materialista da história trata a humanidade como algo estático que teria "uma natureza humana essencialmente inalterável (CASTORIADIS, 1982, p.41)

> *(...) A teoria que faz do 'desenvolvimento das forças produtivas' o motor da história, pressupõe, implicitamente, um tipo invariável de motivação fundamental dos homens, a grosso modo a motivação econômica: desde sempre, as sociedades humanas teriam visado... primeiro e antes de tudo, o crescimento de sua pro dução e de seu consumo. Mas esta idéia não é apenas materialmente falsa; ela esquece que os tipos de motivação... são criações sociais, que cada cultura institui valores que lhe são próprios e conforma os indivíduos em função deles. (...) O máximo de consumo, de poderio ou de santidade não são objetivos inatos à criança, é a cultura na qual crescerá, que lhe ensinará que ela tem 'necessidade' disso. (CASTORIADIS, 1982, p.37)*

Para o estudo do tema Nordeste, estas observações de Castoriadis nos levam a questionar se, desde o surgimento deste conceito, ele se relacionou com a busca do capitalismo, do desenvolvimento ou tentou configurar uma participação no quadro econômico brasileiro a partir da chamada divisão interna do trabalho. Leva-nos a questionar, portanto, até que nível as regiões e os espaços existem para servir, exclusivamente, aos interesses do capital e, supondo que existissem apenas para tal mérito, leva-nos a pensar se a única maneira que encontrariam, para assim se manterem, seria a da ordem econômica.

Para Francisco de Oliveira (1993), o conceito de divisão do trabalho fornece uma nítida explicação do porque da especificidade do Nordeste diante do Brasil e, desse modo, diante do Centro-Sul do país. Não só da especificidade da região Nordeste como também do seu conceito de crise ao ser colocada em confronto com outros espaços do Brasil.

Se a crise e a divisão do trabalho podem ser tomadas como características centrais para a apreensão do Nordeste, pode-se dizer que o tema da industrialização, para Francisco de Oliveira, trata-se, sem dúvida, de algo que deve ser analisado, essencialmente, através do enfoque econômico. A indústria é tratada como um aspecto da economia que permite a divisão do trabalho.

> *O desenvolvimento industrial da 'região' de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional. (OLIVEIRA, 1993, p.74)*

Segundo Rosa Godoy Silveira, o conceito de divisão do trabalho estaria próximo de uma historiografia fundamentada no materialismo histórico e que, de certa forma, trouxe à tona o que as elites regionais procuravam esconder através do conceito de crise, de crise da economia nordestina. No sentido de demonstrar este aspecto do discurso regional, Silveira fez uso de um conceito teórico que, de maneira semelhante ao de divisão do trabalho, se aproximava do materialismo histórico: o conceito de ideologia, principalmente, o de ideologia dominante.

Com base nesta noção, a ideologia regionalista nordestina da crise passou a ser entendida como uma falsa história das classes dominantes - conforme a própria historiografia brasileira de filiação marxista das décadas de 70 e 80 costumava afirmar - para manter os dominados sob controle. A crise, desta forma, seria supervalorizada para ocultar o que Marilena Chauí, citada por Silveira, chamaria de "crise verdadeira", isto é, a supervalorização da crise serviria para esconder a luta de classes que se dava de maneira externa e interna na região. Neste sentido, percebe-se que há uma tentativa de desvendar a crise verdadeira: a luta de classes.

A obra "O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino", publicada em 1992, de Iná Elias de Castro, traz uma abordagem do Nordeste semelhante a de Silveira, em que autores como Alain Lipietz, Milton Santos, Francisco de Oliveira e a própria Rosa Godoy Silveira serviram de embasamento para suas formulações conceituais acerca do Nordeste, do espaço e da região.

Neste sentido, Iná de Castro percebe o regionalismo nordestino como uma construção histórica que foi formulada pelos grupos dominantes da região:

> *(...) Trata-se de identificar o regionalismo nordestino como uma construção intelectual de suas elites conservadoras. Este regionalismo transparece na apropriação ideológica da região como uma questão que deve ser nacionalmente equacionada, sendo utilizado com sucesso como elemento de barganha nos pactos e alianças políticas com o governo central.(CASTRO,1992, p.19).*

A ideologia regionalista, portanto, constrói um mito para a região. O mito de que o Nordeste está sempre a precisar de algo, de um "pouquinho" mais. Concordo com este aspecto de que a elite, principalmente, a elite política procura se favorecer dos aspectos problemáticos da região, basicamente, de um problema: da seca.

No entanto, é importante salientar que, na década de 1990, foram elaborados outros trabalhos que não percebem o regionalismo nordestino como uma farsa montada pelas elites da região. Como referência a esta mudança na historiografia que discute o Nordeste, nos anos 90, pode-se citar o livro, já mencionado, "A invenção do Nordeste e outras artes", de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Este trabalho, sem dúvida, se diferencia dos trabalhos de Iná de Castro, Francisco de Oliveira e Rosa Godoy Silveira. O conceito de região passa a ser tratado não como um componente a serviço do capitalismo mas, de maneira semelhante ao próprio conceito de Nordeste, como uma construção histórica. A região, emerge na citada obra, como uma construção cultural e não como um espaço exclusivamente econômico ou político. O Nordeste, por sua vez, é tratado como uma invenção, como um conjunto de forças culturais, econômicas e políticas que oferecem forma, vida e fundamentam as imagens que foram construídas em torno desta região. Neste sentido, no seu trabalho Albuquerque Jr. procura

> *levantar as condições históricas de possibilidade dos vários discursos e práticas que deram origem ao recorte espacial Nordeste. Longe de considerar esta região como inscrita na natureza, definida geograficamente ou regionalizada 'pelo desenvolvimento do capitalismo, com a regionalização das relações de produção', que é outra forma de naturalização, ele busca pensar o Nordeste como uma*

> *identidade espacial, construída em um preciso momento histórico, final da primeira década deste século e na segunda década, como produto do entrecruzamento de práticas e discursos 'regionalistas'. (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.5).*

De maneira análoga a Albuquerque Jr., não cremos que a única responsável pela construção do discurso regionalista e pela própria invenção do Nordeste seja a elite regional, uma vez que não acredito nesta capacidade de um pensamento, de uma ideologia, de um enunciado, conseguir ser formado por um único grupo social, por um único indivíduo. O regionalismo nordestino vem conseguindo se manter, como tal, porque encontrou terreno fértil para ser reelaborado na memória de diferentes segmentos sociais, considerados nordestinos ou não.

A noção de memória postulada por Maurice Halbwachs sugere um caráter coletivo para a mesma, tendo em vista que, na memória, estão guardadas as marcas que acumulamos durante a vida e, estas marcas que guardamos, sempre estão inseridas nas relações sociais. A memória, segundo ele, se constitui a partir das relações sociais. Desse modo, não se pode falar na existência de uma memória exclusivamente individual ou exclusivamente coletiva, não se pode falar de um discurso inventado e mantido por um grupo social em detrimento do outro porque a memória, como um conceito próximo da noção de passado, nasce a partir das experiências que travamos nas nossas relações cotidianas:

> *(...) Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente a necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. (HALBWACHS, 1990. p. 54)*

Os pontos de referência a que Halbwachs se refere, sem dúvida, correspondem aos significados que nos são fornecidos a partir das relações sociais que estabelecemos. Os significados que o discurso regionalista construiu para o Nordeste tomam por base a noção de tradição. A tradição busca fornecer um caráter estático às coisas e é neste sentido que ela é utilizada pelo discurso regionalista. Discurso este que circula entre as pessoas e os tempos utilizando a memória na "evocação" de um passado que consiga, ou pelo menos tente, tornar-se eterno.

A noção de tradição, que se faz presente no discurso regionalista nordestino, se relaciona com a própria fundação deste. Ela trabalha no sentido de construir um discurso que transmite a idéia de um Nordeste que não muda e que, assim sendo, é estático. No contexto deste discurso fundado na tradição emerge, sem dúvida, outras noções associadas ao

conceito de Nordeste como a de crise e a de atraso. Porém, o conceito de crise possui o seu outro, ou seja, a ascensão. Assim, se há uma crise, ela se estabelece diante de uma visualização do tempo presente que não confirma uma imagem de riqueza para o Nordeste. Riqueza esta que, como diversos autores já trabalharam, é exaltada pelo discurso regionalista como os valores do passado que não deveriam ser perdidos.

Este tipo de argumento pode ser encontrado, com facilidade, na obra de Gilberto Freyre. Nela, se faz presente o discurso de uma classe em decadência: a oligarquia açucareira. Mas também encontramos, no pensamento freyriano, a apologia ao passado agrícola e rico da região e, desse modo, a constante defesa dos valores culturais que não deveriam ser perdidos, a defesa de uma brasilidade que teria sido fundada no Nordeste.

É importante ressaltar que a maioria dos trabalhos acadêmicos acerca do Nordeste, principalmente em torno do discurso regionalista, fazem menção ao forte papel que Gilberto Freyre possui na formulação do regionalismo nordestino.

O trabalho de Durval Muniz de Albuquerque Júnior também chama atenção para o discurso regionalista e o pensamento de Gilberto Freyre como defensores desta recuperação do passado rico e vitorioso do Nordeste. Para Albuquerque Jr., a construção do discurso regionalista é baseada na manutenção da tradição que, embora seja inventada em busca de um passado rico, fundamenta-se na noção de atraso para se perpetuar:

> *(...) Ao optar pela tradição, pela defesa de um passado em crise teria este discurso regionalista nordestino feito a opção pela própria miséria, pela paralisia, mantendo parte dos privilégios dos grupos, ligados ao latifúndio tradicional, às custas de um processo de retardamento cada vez maior de seu espaço, seja em que aspecto nos detenhamos. (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.122)*

A tradição, defendida pelo discurso regionalista, não consegue trazer de volta o passado glorioso do Nordeste. Assim, ao observarmos o pensamento que o discurso da regionalidade tenta consolidar, percebemos que, antes do início do século XX, antes do próprio conceito de Nordeste ser formulado, todos eram ricos no espaço que mais tarde seria denominado de Nordeste. Inclusive, esta riqueza advinda da terra, da cana de açúcar e, portanto, do latifúndio a que Albuquerque Jr. se refere. Através da busca pela manutenção do maior número de elementos do passado, consolidava-se, gradativamente, a estabilidade dos grupos tradicionais. Tradicionais porque criavam tradição. Tradicionais com positividade, ou seja, a tradição aparece como um conceito que se posiciona do lado do bem, do

lado que não pode ser derrotado. Abandonar a perspectiva da tradição seria o mesmo que enterrar o Nordeste. Daí a necessidade, cada vez mais freqüente, de se construir como tradicionais, de se inventar desta maneira e de tentar cristalizar a imagem de si mesmos e do Nordeste como mais forte a partir da preservação e da vivência do passado. Do passado que, no Nordeste, deveria estar sempre se repetindo e, desse modo, inventando tradições:

> *"Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM RANGER, 1997. p. 9)*

O discurso regionalista faz com que o passado seja convocado e vivido como se fosse o presente. A memória coletiva, neste caso, passa a ser alimentada pela tradição que coloca no presente um passado que não pode ser esquecido, principalmente, quando traz lembranças que solidificam uma antiga imagem de prosperidade. Neste sentido, a reputação da suposta "riqueza homogênea nordestina" é revivida na memória que, por sua vez, fornece subsídios - repetição do passado - para a tradição. O empobrecimento da maioria da população, corresponde a uma falha na repetição, um deslocamento que fez com que aspectos como o latifúndio sobrevivessem e a riqueza homogênea não.

Se o passado de riqueza foi ficando distante, mais se sustentava a idéia de que, no Nordeste, só havia espaço para a consolidação do, então tradicional, atraso. O conceito de atraso, sem dúvida, marca uma outra tradição inventada pelo discurso regionalista. A tradição que tenta estabelecer que, se antes todos eram ricos, agora todos são pobres. A pobreza marca seu espaço nos discursos que se constroem a partir de uma possível defesa do Nordeste. Da defesa do homem flagelado, faminto e sedento do Nordeste. A pobreza marca o seu lugar na luta dos latifundiários e de produtores agrícolas do Nordeste por um espaço maior no cenário brasileiro - talvez na caracterização da saudade por uma antiga exclusividade.

É com base na perspectiva do atraso que se pode começar a visualizar as primeiras disputas entre um pensamento industrializante em contraposição à prosperidade agrícola da região. O discurso transmitido é o de que não é necessário investir em outras atividades produtivas se, no Nordeste, a agricultura significou não só uma simples atividade econômica, mas a própria imagem da riqueza e da glória. A agricultura,

portanto, se construiu como mais uma tradição regional, como mais um aspecto a ser exaltado pelo discurso regional.

Se, no Brasil, a disputa entre agrarismo e industrialismo se deu de maneira marcante, pode-se afirmar que, no Nordeste brasileiro, esta foi a forma predominante através da qual o tema da industrialização foi apropriado. Foi a partir dos pressupostos deste debate que, por volta da década de 1930, a discussão em torno da temática da industrialização, no Nordeste, se realizava de maneira com que a agricultura, sempre que possível, se fizesse um elemento presente nos discursos. Praticamente, entre 1930 e 1950, não é possível observar um discurso que relacione, exclusivamente, industrialização e Nordeste. Os discursos convivem com a defesa da agricultura em primeiro plano e, conseqüentemente, da busca por nenhuma avaria aos produtos agrícolas. O algodão pode ser tomado como um exemplo significativo desta arraigada relação, em diferentes formações discursivas, da agricultura com a industrialização e, neste sentido, de uma valorização enfática da primeira:

> *A alta de preços no algodão provocou, da parte de industriaes sulistas, um protesto que deve ficar archivado como signal de que o apello ao patriotismo dos dirigentes, na linguagem dos prejudicados, não passa de uma sediça banalidade, ocultando interesses muito oppostos aos direitos vitaes da propria nação, cuja riqueza repousa, antes de tudo, na producção agrícola. (...) Intervir na propria lei natural da offerta e da procura, com a mesma facilidade das medidas protecionistas dispensadas à industria nacional, para acorrentar a sorte do agricultor nordestino aos interesses exclusivos da industria, não se compadece com a mais rudimentar orientação administrativa." (A Alta do Algodão: absurdas pretensões de industriaes sulistas contra a principal lavoura do Nordéste." **A União**. João Pessoa, 23.12.1931.-grifos nossos)*

É da forma, acima referenciada, que a noção de industrialização emerge nos jornais, nos livros e em diferentes documentos que, de algum modo, mencionam o Nordeste. Nestes discursos se tornou um lugar comum a constante denúncia dos agricultores com relação a possíveis baixas de lucratividade diante dos industriais do Sul. O discurso que foi sendo formado, através de décadas, acerca da economia nordestina foi construindo, gradativamente, a imagem do Nordeste sacrificado e explorado pelo Centro-Sul. O tema da industrialização emerge no Nordeste como uma contraposição aos possíveis avanços da agricultura "nordestina". A indústria é pensada como algo que vem de fora da região, como algo que tenta penetrá-la e que, desse modo, ameaça a agricultura. O discurso da industrialização é estabelecido como o outro da agricultura.

Emerge como se não fosse possível encarar estas duas atividades econômicas como passíveis de serem situadas em um mesmo espaço, ou seja, no discurso regionalista, uma existe para vencer a outra. Portanto, o Centro-Sul existe para vencer, derrotar o Nordeste.

O tema da industrialização emerge através da relação de alteridade e, desse modo, de construção de identidades para o Centro-Sul e o Nordeste brasileiro: o Nordeste da falta de industrialização e o Centro-Sul que a possui. O Nordeste do atraso em contraposição ao Centro-Sul do progresso. Aos poucos, o Nordeste como o lugar do atraso e da defesa do passado e de um presente agrícola, foi sendo cristalizado nos discursos como distante, como diferente, como o outro e, algumas vezes, como o inimigo político, econômico e cultural do Centro-Sul.

Sem dúvida, a concentração industrial, que tomou forma no Centro-Sul, a partir dos anos 30, contribuiu significativamente para a elaboração destas formações discursivas, tendo em vista que, no Nordeste, o tema da industrialização só passou a ser abordado como o progresso necessário e urgente a partir da segunda metade da década de 1950 e início dos anos 60, quando o discurso do planejamento e do desenvolvimentismo tomou fôlego e impôs uma nova abordagem para a industrialização no Nordeste.

Percebemos que, desde os anos 30, no Centro-Sul, não se cogitava a possibilidade de não mais colocar a indústria como o centro da vida cotidiana e urbana dos seus mais diferentes segmentos sociais. Enquanto isso, no Nordeste, utilizava-se do discurso da industrialização apenas como um confronto discursivo com a agricultura. O discurso regionalista, com o seu apego a práticas econômicas e culturais tradicionais terminou, contraditoriamente, reafirmando a imagem de progresso para os espaços industrializados e de atraso para os que assim não se apresentavam. O discurso regionalista pode ser tomado como contraditório porque tentou expor a agricultura como um caminho único e como um caminho possível. Tornou-se contraditório porque contrapôs as duas atividades econômicas e se colocou, radicalmente, temeroso do futuro. No discurso regionalista havia o temor de que as suas idéias fossem superadas e, desse modo, ao se trabalhar com a idéia de superação, terminava-se reafirmando imagens convencionais como do atraso e do progresso. O progresso, que soaria como algo que poderia engolir e derrotar, e o atraso que poderia até se perpetuar, não rigorosamente como atraso, mas como um tipo diferente de progresso, aquele que não permitiria o rompimento de todas as tradições consolidadas ou inventadas.

Estes discursos, tanto quanto o Nordeste, não possuíram uma feição homogênea, ou seja, podem ter se requerido homogeneizadores,

mas não se concretizaram desta maneira. O próprio confronto discursivo entre Centro-Sul e Nordeste se apresenta como um elemento que nega este caráter homogêneo dos discursos. A própria maneira que a temática da industrialização emergiu no Nordeste, por volta da década de 1930, representou uma descontinuidade no seu conceito e no conceito de Revolução Industrial que foi formulado no final do século XIX. Se tivesse ocorrido uma continuidade, se a história teleológica quisesse ou pudesse comprovar a sua existência e veracidade, a industrialização deveria ter sido observada, em todas as sociedades, como uma convidada bem vinda. A industrialização não seria abominada em nenhum lugar do mundo e em nenhum momento histórico. Percebemos que, no Nordeste, por exemplo, não foi bem assim que ela foi enunciada. Mesmo quando a industrialização passou a fazer parte dos ideais de futuro da sociedade nordestina, ela foi apropriada de maneira diferente das outras sociedades, inclusive de maneira diferente à outras regiões do Brasil, como o Centro-Sul.

A maneira que a Revolução Industrial tem sido tratada delineia a mesma como um movimento histórico universal, ou seja, como se ela fosse vivida, sentida e pensada do mesmo modo, em diferentes épocas e lugares.

No discurso regionalista nordestino, o tema da industrialização emerge de uma determinada maneira, mas não tem sido utilizado da mesma forma, ou seja, nem sempre ele tem sido tratado como uma ameaça. Portanto, devemos observar que os significados não são sempre os mesmos, ou seja, não são absolutos e existem a partir da perspectiva de confronto e do lugar temporal e social em que os discursos são enunciados. Devemos lembrar que os significados, para as diversas noções que conhecemos, são construídos historicamente. Neste sentido, não há significado que não possa ser abalado pela história. Há, sim, os que tentam se perpetuar e, neste caso, aparecem nos discursos como relacionados à noção de tradição.

A temática da industrialização, ao emergir no discurso da regionalidade do Nordeste, é utilizada como um catalisador, como um reforço à diferença do Centro-Sul e do Nordeste. O conceito de industrialização influenciou na invenção da tradição de que o confronto corresponderia a única relação possível de ser estabelecida entre os interesses do Nordeste e do Centro-Sul do país e, de certa forma, entre os interesses agrários e industriais.

Essas idéias, dentre outras, corroboraram na construção do preconceito contra o nordestino. A abordagem desse preconceito tem sido a tônica do tecer historiográfico nesta primeira década do século XXI,

tendo como destaque outras obras de Albuquerque JR, como "Preconceito contra a origem geográfica e de Lugar" (2007) e "Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional" (2008) que poderão vir a ser objeto de reflexão em outros textos.

***

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** Recife: FJN/ Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Durval Muniz de. **Nos Destinos de Fronteira:** história,espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

_____. Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar:** as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da Necessidade:** discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992..

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem Mudança.** Rio de janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977.

FICO, Carlos. e POLITO, Ronald. "A historiografia Brasileira nos últimos 20 anos - tentativa de avaliação crítica." in MALERBA, Jurandir. (Org.) **A velha história**: teoria, método e historiografia. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Carlos. e POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989).** Elementos Para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. (v. 1)

_____, Carlos. e POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989).** Série Dados. Ouro Preto: UFOP, 1994. (v. 2).

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. e RANGER, Terence. (Org.) **A invenção das tradições.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. & NORA, Pierre. **História:** novos problemas. Tradução de Theo Santiago. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião.** SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993..

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. "Região e História: Questão de Método." in **Revista Brasileira de História/República em Migalhas.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero,

1990.

_____, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo Nordestino:** existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

A QUEBRA DA ORDEM CONSTITUCIONAL E A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Paulo Giovani Antonino Nunes[166]

INTRODUÇÃO

Segundo Carlos Fico (2004) com o relativo distanciamento do tempo do golpe-civil militar no Brasil velhos mitos e estereótipos estão sendo quebrados, devido tanto a pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto a um 'desprendimento político' que permite que tabus e ícones da esquerda sejam contestados sem que tais críticas sejam classificadas de 'reacionárias'. Assim, segundo o referido autor, determinadas temáticas começam a ser abordadas, tais como: o pequeno apreço dos principais atores históricos do período do golpe de 64 pela democracia, inclusive a esquerda; o 'deslocamento de sentido', operado sobretudo após a Campanha da Anistia, relativo às esquerdas revolucionárias que foram para a luta armada, outrora apresentadas como integrantes da resistência democrática; o perfil vacilante e o possível golpismo de João Goulart, diferentemente do mito do presidente reformista vitimado pelos reacionários. Também os clichês sobre o golpe de 64, os militares e o regime vão sendo deixados de lado, como a idéia de que só após 1968 houve tortura e censura; a suposição de que os oficiais-generais não tinha responsabilidades pela tortura e o assassinato político; a impressão de que as diversas instancias da repressão formavam um todo homogêneo e articulado; a classificação simplista dos militares em 'duros' ou 'moderados' etc. Enfim, segundo Fico (2004, p. 30), "Por tudo isso, podemos falar de uma nova fase de produção históricas sobre o período".

1. O GOVERNO GOULART, MOVIMENTOS SOCIAIS E O GOLPE CIVIL-MILITAR

Toledo (2004, p.13) afirma que durante o governo de João Goulart, entre setembro de 1961 e março de 1964, um novo contexto político-social emergiu no Brasil, o qual tinha as seguintes características básicas:

[166] Professor do Departamento de História e da Pós-Graduação em História da UFPB, Campus I, João Pessoa.

uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva dos setores militares e empresariais, sendo que a partir de meados de 1963, também as classes médias entram em cena e tudo isso levou ao um inédito acirramento da luta ideológica.

O governo Goulart, tenta debelar a crise econômica através do *Plano Trienal de desenvolvimento econômico-social: 1963-1965*, elaborado pelo então Ministro do Planejamento Celso Furtado. O referido *Plano*, procurava compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento semelhante às do final dos anos de 1950. No entanto, devido uma série de fatores, no final de 1963, o fracasso do *Plano* era reconhecido por todos, "não ocorreu nem desaceleração da inflação nem aceleração do crescimento. Houve, sim, inflação sem crescimento" (TOLEDO, 2004, p. 17). Após o fracasso do Plano, o governo Goulart passou a defender de forma mais enérgica as reformas de base, quais seja, a agrária, a bancária, a fiscal, e a eleitoral.

Quanto as crises político-institucionais se expressam através da convivência do governo Goulart com as tentativas de golpe de Estado. Assim, de acordo com Toledo (2004, p. 18) seu governo nasceu, conviveu e morreu sob o espectro do golpe de Estado: Goulart foi empossado em setembro de 1961, após a fracassada tentativa golpista de Jânio Quadros; a emenda parlamentarista, imposta ao Congresso nacional pela junta militar, pode ser interpretada como um 'golpe branco' e finalmente, em abril de 1964, o golpe de Estado foi, enfim consolidado.

Com relação a crise partidária, ela residiu no fato de que os partidos políticos legais, mostravam-se incapazes de refletir, em toda a sua extensão, a correlação de forças existentes no interior da formação social. Segundo Toledo (1984, p. 68) "era reconhecido que tais agremiações políticas reproduziam com pouca fidelidade a diversidade das tendências e dos conflitos ideológicos que perpassavam a realidade social do País". Para o referido autor, a 'crise de representatividade' dos partidos políticos evidenciam-se por alguns sintomas: tanto o aumento do número de votos em branco e nulos, o chamado "voto de protesto"; como no número de alianças e coligações com perfis ideológicos muitos diferenciados, como as alianças entre PTB e UDN em alguns estados. Todos os principais partidos se encontravam com dissidências. O Partido Social Democrático (PSD) que sempre se beneficiou da máquina administrativa do Estado, tinha a "Ala Moça", que contrariamente às perspectivas da maioria dos membros

do partido - comprometida com a defesa dos grandes proprietários rurais e dos 'industriais tradicionais – condenava o anti-reformismo de suas elites e apoiava as Reformas de Base e algumas propostas nacionalistas. A União Democrática Nacional (UDN), partido ligado a burguesia industrial, antiestatista e antinacionalista tinha a "Bossa Nova", que defendeu as Reformas, a políticas externa independente, a lei de remessa de lucros e a democratização do ensino, tese as quais se opunham os principais dirigentes do partido. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apresentava-se dividido em duas grandes facções: o "grupo compacto" (ou ideológico) e o "grupo fisiológico". O primeiro procurava manter um linha de independência face ao comando populista de Goulart; e o segundo aceitava, sem menor restrição, a política de conciliação do presidente da República, que era também presidente do partido. Diante deste quadro os políticos se expressavam no Congresso Nacional através de frente suprapartidárias: A Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), reunia a maioria dos deputados federais do PTB e do PSB, mais setores 'nacionalistas' do PSD, UDN e PDC) e Ação Democrática Parlamentar (ADP) os parlamentares do PSD, UDN e PSP e até alguns membros do PTB (TOLEDO, 1984, pags. 70 e segs.). Para o referido autor:

> *Tais organizações suprapartidárias constituíam-se, assim, na demonstração eloqüente do aguçamento das contradições sociais e da conseqüente intensificação da luta ideológica de classes no seio da formação social brasileira. O chamado 'realinhamento do sistema partidário', nos anos 60, realizava-se, pois através destes dois 'suprapartidos' dentro do Congresso. Os mais importantes projetos e discussões que passavam pelo Legislativo tinham na verdade, suas decisões encaminhadas por estas duas entidades. Nas votações em plenário, a fidelidade dos parlamentares era dada, em muitas ocasiões, não aos partidos aos quais pertenciam, mas a uma daquelas organizações (TOLEDO, 1984, p. 71).*

Com relação as mobilizações populares elas se dão através do movimento sindical, do movimento camponês, do movimentos estudantil e dos movimentos de militares de baixa patente, sargentos e marinheiros.

O movimento sindical brasileiro teve uma intensa atividade durante o governo Goulart. De 1958 a 1960, no governo Kubitschek, ocorreram 177 greves, enquanto nos três anos seguintes foram 435 paralisações. Mas segundo Toledo (1984, 73) "o que distingue o movimento sindical nestes 3 anos, porém, foi o seu crescente engajamento nas lutas partidárias dessa conjuntura de crise". Em 1962 foi fundado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que embora contrariasse a legislação

sindical brasileira funcionou até abril de 1964. Esta agremiação sindical, junta com outras entidades intersindicais, realizaram ou ameaçaram realizar várias greves de interesse político. Foram motivos para estas mobilizações: defesa da posse de Goulart em agosto de 1961; a pressão para convocação do Plebiscito; a defesa da Revolução Cubana, ameaçada pelos Estados Unidos por ocasião da crise dos mísseis; a pressão sobre o Congresso para a aprovação das Reformas de Base, o apoio aos sargentos, a negação do Estado de Sítio, etc (TOLEDO, 1984, p. 74)

No campo, surgiram as Ligas Camponesas, que nasceram da resistência dos foreiros – pequenos agricultores e não proprietários – contra a tentativa de expulsão das terras onde trabalhavam, por seus proprietários. A primeira Liga foi a do Engenho Galiléia em Pernambuco, em 1955, depois elas se espalharam por todo Brasil, principalmente na região Nordeste. Sua principal bandeira de luta era a Reforma Agrária Radical, e nesta luta associaram-se às demais organizações políticas de todo Pais que, através de comícios, passeatas, manifestos, pressões diretas sobre o Congresso, lutavam pela realização das Reformas de Base. Parte das Ligas, ligavam-se a orientação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outra a do advogado Francisco Julião. No campo, também foram criados neste período os sindicatos rurais, inicialmente sobre a orientação da Igreja Católica, que buscava desta forma "amenizar" a radicalidade das Ligas, mas posteriormente, também sob a orientação de partidos de esquerda, como o PCB e a da esquerda católica, como a Ação Popular (AP). Em dezembro de 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) sob a hegemonia das forças de esquerda, que filiou-se ao CGT.

Entre os movimentos de militares de baixa patente, tivemos o Movimento Nacional dos Sargentos, que reivindicavam melhores condições salariais, alterações dos rígidos regulamentos disciplinares e a alteração do Art. 138 da Constituição de 1946, que lhes vedava o direito de serem eleitos. Estas manifestações dos setores subalternos das Forças Armadas eram severamente contestadas pela maioria da oficialidade e foram causas de conflito entre estas e o governo de João Goulart, que era acusado de permitir a quebra da disciplina militar.

Por fim, no campo da esquerda, tivemos o movimento estudantil, onde defrontavam-se várias correntes de esquerda, tais como o PCB, PC do B, AP, Política Operária (POLOP), entre outras. Os estudantes se expressavam através de sua entidade nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e tinham como reivindicação especifica a Reforma Universitária, mas "postulavam, como tarefa política imediata e decisiva,

a formação de uma 'aliança operária-estudantil-camponesa'" (TOLEDO, 1984, p. 81). Todas essas forças populares, mas um grande número de parlamentares e dirigentes partidários do campo da esquerda e/ ou nacionalistas passaram a compor, para uma atuação política mais sistemática a Frente de Mobilização Popular (FMP).

Para combater os movimentos sociais de orientação nacionalista e de esquerda, os empresários, os militares e a Igreja Católica se organizaram através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Estes órgãos financiados por industriais brasileiros e estrangeiros, banqueiros nacionais e multinacionais, proprietários rurais e companhias de segurança e de publicidade, tinham como principais objetivos: impedir a solidariedade da classe operária; conter a sindicalização dos trabalhadores rurais e a mobilização dos camponeses; apoiar as facções de direita dentro da Igreja Católica; dividir o movimento estudantil; bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e nas Forças Armadas e mobilizar a alta oficialidade militar e as classes médias para a desestabilização do regime "populista". Sua ação política se dava através de grupos de trabalho, formado por intelectuais, burocratas e especialistas com acesso a várias instituições e do financiamento de grupos "democráticos" e anticomunistas. Já sua ação ideológica ocorria através do financiamento de importantes jornais da "grande imprensa" e revistas que se alinhavam na luta anticomunista e anti-Guolart; na edição de livros, jornais, revistas, panfletos; na realização de ciclo de conferências e estudos, seminários, fórum de debates; no patrocínio de programas de rádio e de TV; na produção de filmes, *slides*, *cartuns*, história em quadrinhos e no financiamento de centros de pesquisa, etc.(TOLEDO, 1984, p. 83 e segs.).

A partir de 1962, também grupos de mulheres, através de organizações estaduais, se organizam para combater a "infiltração vermelha". Segundo Simões (1985, p. 67) "Colocando-se sempre como 'mães' e 'esposas' dispostas a 'salvar' o país e a 'defender' seus filhos, elas estavam efetivamente, envolvidas numa ampla campanha de desgaste do governo Goulart e do nacional-reformismo, patrocinado e coordenado pelo complexo IPES/IBAD". De acordo com a referida autora, elas levaram seu protesto a todas as áreas públicas onde detectaram "infiltração comunista", ou seja, na política externa, na educação, nas eleições, nos ministérios e atuavam também na sociedade civil, denunciando e combatendo a "subversão" no movimento dos trabalhadores, no movimento estudantil e no clero. Sua ação se dava na pressão sobre o Legislativo, como no movimento que fizeram contra a posse de San Tiago

Dantas para primeiro ministro, na época do sistema parlamentarista, na luta contra a antecipação do plebiscito e nas lutas contra as reformas da Constituição que procuravam viabilizar as reformas de base. Também se engajaram nas eleições de 1962 para o Congresso Nacional, buscando eleger candidatos "democratas" e na tentativa de impedir manifestações da Frente de Mobilização Popular (FMP), ocasião onde usavam símbolos religiosos como o rosário, para lutar contra a "foice e o martelo".

Neste quadro de conflitos entre forças antagônicas o governo de João Goulart toma algumas medidas que desagradam a "direita", como a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, que tinha sido aprovada pelo Congresso Nacional e a emissão de um decreto com a completa revisão das concessões governamentais na indústria de mineração. Diante destas medidas a direita inicia a "guerra psicológica", a UDN e o chefe do Estado-Maior do Exército, gal. Castelo Branco, declaram que está em curso no país uma 'guerra revolucionária', visando a tomada do poder pelos comunistas e que Goulart estaria insuflando as invasões de terra, as greves operárias e de trabalhadores do campo, além de 'distribuir armas a sindicatos rurais e marítimos'.Além disso fazem denúncias de 'manobras continuístas' de Goulart, que com a proposta de Reforma Constitucional estaria buscando alterar o dispositivo que vedava a reeleição para presidente da República. Enquanto a direita fechava o cerco, esquerda apoiava Goulart "desconfiando" por achar que suas medidas ainda eram muito tímidas para garantir as reformas necessárias para o país. Apoiavam as medidas nacionalistas, mas criticavam o fato do governo manter em vigência a instrução 263 da SUMOC que liberava o câmbio, provocando forte desvalorização do cruzeiro e elevando o custo de vida; criticavam também a abertura de negociações para o reascalonamento das dívidas do Brasil com seus credores em bases confusas, e por fim, setores "brizolistas" desconfiavam das intenções "continuístas" de Goulart. (TOLEDO, p. 92 e segs.).

É no comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, que João Goulart dá de fato uma guinada para a esquerda. Este comício foi organizado pela CGT e pela assessoria sindical de Goulart e visava demonstrar o apoio popular às propostas de Reforma de Base do governo e pressionar o Congresso Nacional no sentido de que este aprovasse rapidamente os projetos encaminhados pelo Executivo. Nele Goulart anunciou a promulgação de dois decretos, o de nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras com mais de 100 hectares que ladeavam as rodovias e ferrovias federais e os açudes públicos federais. Também prometeu enviar ao Congresso

outros projetos de reformas, como a agrária, eleitoral, a universitária e a constitucional. Além disso, anunciou que nos próximos dias decretaria algumas medidas em 'defesa do povo e das classes populares'. Neste seu discurso, Goulart atacou a 'democracia dos monopólios nacionais e internacionais', a 'associação de classes conservadoras', a 'mistificação do anticomunismo', a campanha dos 'rosários da fé contra o povo' e os 'privilégios das minorias proprietárias de terras', etc. (TOLEDO, 1984, p. 95 e segs.).

Ao mesmo tempo em que ocorria o comício da Central do Brasil, as organizações das mulheres elaboravam manifestações contrárias a realização do mesmo, utilizando-se de símbolos religiosos. Segundo Simões (1985, p. 93) além de divulgarem na imprensa a idéia de o comício era comunista e totalitário, "organizaram então um protesto silencioso, mas ideologicamente eficaz, pedindo a todas as famílias da Zona Sul do Rio para acederem uma vela em suas janelas na hora exata do comício". Ao mesmo tempo que se iniciava o referido comício a entidade que organizava as mulheres em São Paulo, a UFC, rezava o terço na Praça da Sé, pela salvação do Brasil.

Depois do comício da Central do Brasil as entidades femininas organizaram passeatas de "desagravo do rosário", que segundo ela tinha sido ofendido por João Goulart e posteriormente, com o apoio da Igreja Católica e de várias entidades empresariais as "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que foram grandes manifestações contra o governo de Goulart. Também após o referido comício Castelo Branco fez considerações críticas a situação político-institucional do país e a chamada "Revolta dos Marinheiros."[167] Esta sublevação dos marinheiros e a posterior anistia que lhes foi concedida por Goulart levou a um consenso dos militares contra ele. Para completar o quadro de conflito, Goulart comparece a uma reunião do Automóvel Clube, onde se estava comemorando o aniversario da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar da Guanabara e denunciou, em discurso, as pressões que vinha sofrendo da direita e afirma que a tentativa de golpe contra seu governo estava sendo financiada pelo imperialismo e pela burguesia associada.

Na madrugada do dia 31 de março, o gal. Mourão Filho, comandante da IV Região Militar de Minas Gerais, ordenou que sua tropas se movimentassem de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, com o

[167] No dia 26 de março, mais de 1000 marinheiros e fuzileiros navais reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, para comemorar o segundo aniversário da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e um contingente de fuzileiros navais, enviado para prender os manifestantes se insubordinaram e se solidarizaram com os revoltosos.

apoio do governador de Minas, Magalhães Pinto e de São Paulo, Adhemar de Barros e recebeu o apoio do gal. Amaury Kruel, do Rio de Janeiro, que ainda tentou um acordo com João Goulart, para que este se afastasse do CGT e da UNE e de outras entidades "subversivas" que poderia manter poder. Jango recusa, e o golpe é desencadeado. João Goulart resolve não resistir, apesar do apelo de vários de seus aliados, para evitar uma guerra civil no país e se exila no Uruguai. A direita no Congresso aprova a declaração de vacância do cargo de Presidente da República e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, foi empossado no cargo (TOLEDO, 1984, p. 103 e segs.).

2. O GOVERNO PEDRO GONDIM E O GOLPE CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA

2.1 O Governo Pedro Gondim o golpe-civil militar na Paraiba

O governo de Pedro Gondim, iniciado de forma interina em 1958 e depois continuado através de eleições em 1960, representou o auge do populismo na Paraíba. Além das relações "fraternas", de seu governo, no período inicial, com o movimento operário, uma das características de seu governo foi a nomeação de técnicos para as secretarias de governo.

Durante o período inicial de seu segundo governo (1961-1965), Pedro Gondim permaneceu fiel aos princípios populistas, pelos quais foi eleito. Frente à crescente mobilização camponesa, no início dos anos sessenta, manteve uma posição de tolerância e compreensão, sem chegar a estimular ou apoiar às ações mais radicais. Também se percebe, nos seus pronunciamentos sobre a questão agrária no Nordeste, uma identificação com as reivindicações dos trabalhadores rurais, por ele consideradas legítimas, e de condenação da estrutura agrária então vigente.

Diante dos conflitos mais sérios envolvendo camponeses e proprietários, a atitude inicial de Gondim pautava-se na concepção de legitimidade das Ligas e, assim, caracterizava-se pela não aceitação do uso da repressão e da violência contra o movimento. Ao não aceitar o uso da violência contra as manifestações dos camponeses, o Governo procura adotar a difícil posição de relativa imparcialidade, esperando que a resolução dos conflitos se desse através de medidas judiciárias, ou seja, pelo respeito às leis. Porém, em um momento de violenta efervescência social, manter uma postura desse tipo significava, no mínimo, deixar

no abandono aqueles que, no momento, eram mais frágeis, no caso, os camponeses, principalmente, levando-se em conta que, no Estado da Paraíba, a justiça ainda era amplamente controlada pelos representantes da classe dominante. Essa posição de Gondim, se, por um lado, evitou que, durante a primeira metade de sua administração, fosse usada a repressão policial contra os camponeses, por outro, não impediu o uso da violência dos proprietários contra os camponeses. Mas, essa posição do Governo do Estado, de respeito às leis, significava um avanço dentro de uma sociedade em que nem esse elemento básico de regulamentação das relações sociais era respeitado pelos grupos dominantes. Além disso, significava também a garantia da manutenção de um mínimo de espaço de expressão para as vozes discordantes.

Essa postura do governo de Gondim, de procurar manter-se como árbitro entre as classes em conflito, era um reflexo da composição populista que o elegeu. Pois ele se encontrava encurralado entre a crescente pressão dos trabalhadores rurais e das forças de esquerda, grupos com os quais mantinha vínculos desde a campanha, e os compromissos com os grupos agrários tradicionais do Estado, com os quais se aliou para se eleger. Assim, sua margem de conciliação era muito reduzida. A dificuldade de atingir um ponto de equilíbrio reflete-se nas respostas dadas pelos seus interlocutores, tanto os grupos de esquerda, quanto os grupos agrários, que ora o aplaudem, ora o criticam. Porém, mesmo o governo Gondim tendo uma atitude dúbia e omissa com relação aos conflitos no campo, ele, na necessidade de atrair as esquerdas, deu amplos espaços aos segmentos vinculados a estas forças. Dessa forma, Gondim sempre deixou clara a sua posição de vinculação às teses reformistas, defendidas por esses grupos. Defendeu as reformas de base, dentre as quais a reforma agrária, apesar de ter tido poucas ações práticas no sentido de realizá-las. Também se incorporou ao movimento pela legalidade, no sentido de garantir a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, e defendeu a volta do presidencialismo no plebiscito de 1963. Também procurou imprimir uma nova feição ao Estado – de acordo com os princípios reformistas e do nacional-desenvolvimentismo, dos qual era defensor – através da tecnificação do aparelho de Estado e da industrialização. O fomento à industrialização tornou-se prioritário para o Governo do Estado, que incentivou a criação dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande, fornecendo-lhes infra-estrutura necessária para instalação e funcionamento de indústrias.

No final de 1963, as crescentes mobilizações dos setores reformistas e de esquerda levaram a uma ruptura com o populismo "gondinista". Três

acontecimentos levaram a um afastamento entre as forças populares e de esquerda e o governo Gondim. Primeiro, uma manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito à lei da meia passagem, que foi reprimida pela polícia; segundo, a tragédia de Mari, e por fim, a invasão da Faculdade de Direito[168]. Estas ocorrências são um marco decisivo do esgotamento "gondinista", que se consubstancia no afastamento do governador das forças populares e de esquerda do Estado e no seu aprisionamento absoluto às classes conservadoras.

Esta posição do governo Gondim deve ser analisada, tendo-se em vista a composição populista que o elegeu, assim como a sua disposição em governar no centro dessa política populista. Pois, por um lado, ele foi eleito com o apoio da UDN, partido de feições conservadoras, que, naquela conjuntura, não tinha como suplantar sua popularidade e terminou apelando para uma aliança, como forma de chegar ao poder. E como Gondim, após sair do PSD, não dispunha de uma máquina partidária capaz de assegurar sua vitória, aceita o apoio udenista. Mas, mesmo contando com o apoio da UDN, Gondim não poderia prescindir do apoio das forças populares e de esquerda, que se tornaram a base de sua campanha e que desempenharam um papel significativo na fase inicial de seu governo. Assim, dentro desse pacto populista, ele fica contido entre duas forças antagônicas que, progressivamente, reforçam a pressão sobre ele, tornando a manutenção do pacto impossível, o que leva à sua ruptura e a uma tomada de posição favorável às forças conservadoras.

A guinada do governo, no sentido de sua vinculação definitiva com os grupos conservadores, já se mostra nas conseqüências do episódio de Mari, onde o Governador, além da medida de praxe representada pela abertura de um inquérito para identificação dos culpados, procede à montagem de um forte esquema de repressão aos camponeses, enviando para os locais de maior tensão um forte aparato policial comandado pelo coronel Luiz de Barros[169]. O governo também fez alterações no aparato policial, tentando reforçar a comunhão que se estabeleceu entre o Governo do Estado e os representantes das Forças Armadas no Estado, após os

[168] Segundo cobertura da imprensa na época, a invasão foi liderada pelo deputado Joacil Pereira de Brito e pelo estudante Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, com o objetivo de desalojar da Faculdade estudantes que protestavam contra a vinda do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, à Paraíba. In: "Grupo anti-lacerdista promoveu, sem motivo, desordens em João Pessoa, *Diário de Pernambuco*, 05 de março de 1964. (apud RODRIGUES, Cláudio José Lopes. *Alienados e Subversivos*. A Aventura Estudantil (1950-1999). João Pessoa: Idéia, 2000, p. 15). O ex-deputado Joacil de Brito Pereira nega que tenha invadido a Faculdade. Ver, BRITO, Joacil de. Eu não invadi a Faculdade. In GUEDES, Nonato. et al. (Orgs). *O jogo da verdade*. Revolução de 64 30 anos depois. João Pessoa: A União, 1994, p. 273- 275.

[169] Um dos mais temidos repressores dos movimentos sociais da Paraíba, posteriormente, durante o regime militar, foi eleito deputado estadual.

desdobramentos dos conflitos de Mari e da Faculdade de Direito, e não permite qualquer tentativa de realização de manifestações contestatórias em João Pessoa e em outras localidades. Estas mudanças de postura do governo Gondim são claros indicativos do novo direcionamento político adotado pelo governo. Muito mais do que apenas o reforço das vinculações com as classes conservadoras, o que se percebe, a partir desse posicionamento do governador, é o estabelecimento, anteriormente ao 31 de março, de uma franca sintonia do Governo do Estado com os interesses e com o pensamento das Forças Armadas.

Enquanto Pedro Gondim se aproximava das forças golpistas, dava-se, ao mesmo tempo, um avanço das forças de direita no sentido de conspiração e de sua organização e reação contra as mobilizações das forças de esquerda, ocorridas antes de 1964. Os proprietários rurais organizaram-se na Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que ficou conhecida como LILA (Liga dos Proprietários). Esta entidade exercia uma atividade paramilitar, voltada para a defesa das suas propriedades privadas.

A articulação do golpe de 64 na Paraíba contou com a participação conjunta dos setores civis e militares, membros da UDN, do PSD e jornalistas. Nada indica que o Governo do Estado tenha tido alguma participação na conspiração golpista, apesar da sintonia de interesses e de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. O mais provável, é que ele tenha sido tomado de surpresa. Além disso, também não tinha uma posição definida, nem tampouco homogênea, a ser assumida. Pois parte do seu secretariado defendia o rompimento com o Governo Federal e a adesão imediata ao golpe; e outra parte pretendia a adoção de uma posição em apoio a João Goulart.

No dia do golpe, Gondim sofreu pressão dos militares para aderir, contudo só tomou sua posição no dia seguinte, com a chegada do líder do governo à Assembléia, Antônio Vital do Rêgo. A partir deste momento, percebendo a irreversibilidade do movimento militar, a fragilidade das forças "janguistas" e, principalmente, a importância do momento para sua sobrevivência política, Pedro Gondim elabora uma nota de apoio ao movimente golpista. Esta decisão garantiu-lhe não apenas a sua permanência à frente do Governo do Estado, como a preservação de sua liberdade, pois, se a decisão tivesse sido outra, ele, provavelmente, teria sido deposto e preso. A partir daí, a adesão de Gondim à "revolução" se dará de forma absoluta e inquestionável (CITADDINO, 1998, p. 100 e segs.).

O golpe militar também tomou de surpresa as forças de esquerda da Paraíba. Na noite de 31 de março, após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – Partido Comunista, CGT, Pacto de Unidade e Ação e Federação das Ligas Camponesas – que foi dissolvido pelas tropas federais. Outra tentativa de reação se deu na cidade de Rio Tinto, onde camponeses e operários, através do sindicato e das Ligas Camponesas e contando com o apoio do prefeito, tomaram a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento e prendeu o prefeito. Em Sousa, o prefeito Antônio Mariz realizou um comício em praça pública e também foi preso. Em Campina Grande, o prefeito Newton Rique deu declarações dizendo-se contrário ao golpe, sendo depois cassado. A partir daí, as forças golpistas dominaram totalmente a situação. A API foi invadida pelo Exército; a CEPLAR também foi invadida por civis engajados no golpe. Foram registradas 178 prisões efetuadas no setor urbano e 172 prisões de trabalhadores rurais e camponeses. Houve o aniquilamento das Ligas Camponesas. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais. A sociedade civil com um todo apoiou o golpe militar. Os jornais publicaram notas de apoio às Forças Armadas, de vários sindicatos e associações. A Assembléia Legislativa, através de seu presidente Clóvis Bezerra (UDN) apóia de imediato o golpe e a Câmara Municipal de João Pessoa, também. Ambas as casas legislativas, antecipando-se às determinações estabelecidas pelo Governo Federal através do AI-1, procederam à cassação dos mandatos de parlamentares supostamente envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas. A Assembléia Legislativa, através de projeto do deputado Joacil de Brito Pereira, cassou inicialmente o deputado Assis Lemos e os suplentes Figueiredo Agra e Agassiz Almeida. E a Câmara de João Pessoa cassou o mandato do vereador Antônio Augusto Arroxelas e dos suplentes, José da Silva Gomes, conhecido como Zé Moscou, e Leonardo Leal. O setor estudantil também foi muito perseguido. As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passado 46 anos do golpe militar várias tipos de interpretações foram formuladas para o fato. Carlos Fico (2004) identifica quatro correntes que buscam fazer análises do golpe militar, uma de ordem memorialística, tanto dos militares quanto dos militantes de esquerda e outras três que ele considera mais sólidas: as tentativas de teorizações da Ciência Política; as análises marxistas e a valorização do papel dos militares.

De acordo com o referido autor, a memorialística, que começou a surgir a partir da fase de distensão do regime militar, constitui o primeiro conjunto de versões sobre o mesmo. Do ponto de vista oficial, livros como os de Luís Viana Filho, chefe da Casa Civil de Castelo Branco, e de Daniel Krieger, líder do governo no Senado, serviram para construir o perfil do primeiro general-presidente como 'moderado' e 'legalista'. Já os trabalhos de Jayme Portela de Mello e Hugo Abreu, destacaram que desmentiam a unidade militar. Com relação aos trabalhos de militantes esquerdistas, destacam-se os livros de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, que contribuíram para a mitificação da figura do ex-guerrilheiro, por vezes tido como um ingênuo, romântico ou tresloucado, diluído no contexto cultural de rebeldia típico dos anos de 1960, algo que não condiz com as efetivas motivações da chamada luta armada. (FICO, 2004, p. 31 e segs.)

Quanto ao que Carlos Fico (2004) chama de teorizações da Ciência Política tem-se entre outras as análises do *brasilianista* Alfred Stepan, no livro *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira.* Stepan afirma que "a instituição militar não é um fator autônomo, mas deve ser pensado com um subsistem que reage a mudanças no conjunto do sistema político" (apud FICO, 2004). Para ele, até 1964, teria havido no Brasil um padrão de relacionamento entre os militares e os civis caracterizável como 'moderado', isto é, os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder, até porque não estariam convencidos de sua capacidade e legitimidade de governar. Então, para Stepan, a singularidade da crise de 1964 estaria na capacidade de transformar tal 'padrão', pois além da percepção de que as instituições civis estavam falhando, os militares também sentiram-se diretamente ameaçados em função da propalada quebra de disciplina e da hierarquia, suposto passo inicial para a dissolução das próprias Forças Armadas, já que Goulart poderia dar um golpe com o apoio dos comunistas e, depois, não controlá-lo mais. Já Wanderley Guilherme dos Santos, no livro *O*

cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira, afirma que a crise brasileira de 1964 foi uma crise de paralisia decisória e o golpe teria sido fundamentalmente o resultado do emperramento do sistema político, antes que uma reação a iniciativas governamentais. No campo do marxismo, uma das principais interpretações é a de Jacob Gorender, no livro *Combate nas Trevas*, onde ele destaca o papel determinante do estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro, onde a burguesia industrial necessitava impor certas medidas de estabilização para enfrentar uma crise cíclica do capitalismo que ia de encontro as reformas de base defendidas pelos setores do nacional-desenvolvimentismo e o caráter preventivo da ação, tendo em vista reais ameaças revolucionárias. Outra interpretação já clássica é a de René Armand Dreifus, no livro *1964: A Conquista do Estado*, que parte do pressuposto de que o domínio econômico do capital multinacional na economia brasileira não encontrava uma correspondente liderança política. Para ele, "Havia uma clara assimetria de poder entre a predominância econômica do bloco multinacional e associado, que se consolidara durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, e sua falta de liderança política" (apud FICO, p. 50). Então a burguesia passa a se organizar através do complexo IPES/IBAD para tentar consolidar uma hegemonia na sociedade condizente com seu poderio econômico. Segundo ele, a atuação dessas associações indicaram ao 'bloco multinacional e associado' a necessidade de um golpe de Estado, já que tentativas anteriores de reformas dentro da lei haviam fracassado, pois politicamente, às forças identificadas com os 'interesses multinacionais e associados' faltava, 'se não o apoio ideológico-programático, pelo menos a estrutura clientelista de apoio popular', daí a inevitabilidade do golpe, único caminho para que tais interesses assomassem ao poder.

Por fim, teríamos a interpretações que destacam o papel dos militares, representada por Gláucio Ari Dillon Soares, no livro *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*, onde afirma que é importante destacar as motivações dos militares para o golpe, que se circunscreveram em três blocos de preocupações: o caos administrativo e a desordem política, o perigo comunista e esquerdista em geral e o ataques à hierarquia e à disciplina militares. A partir de entrevistas realizadas com militares, Soares conclui que, "a concordância entre militares de diferentes orientações políticas e de diferentes armas a respeito do papel secundário que os fatos econômicos desempenharam não deixa lugar a dúvida: o golpe de 64 foi um golpe essencialmente político" (apud FICO, p. 54). Outra importante obra que destaca o papel dos militares é o livro *Visões*

do Golpe. A memória militar sobre 1964, de pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getulio Vargas. Para eles as entrevistas confirmaram a percepção militar majoritária da importância do anticomunismo e do mal-estar com a suposta quebra da hierarquia e da disciplina, além os depoimentos também mostram que, para os militares, o golpe decorreu de uma conspiração desarticulada, visão que, segundo os organizadores, "se contrapõe à interpretação predominante entre os analistas que até agora examinaram o episódio. Para estes, o golpe teria sido produto de um amplo e bem-elaborado plano conspiratório que envolve não apenas e empresariado nacional e os militares, mas também forças econômicas multinacionais" (apud FICO, p. 55)

Para Fico (2004) a junção destes fatores, e muitos outros não mencionados aqui, é que explicariam o episódio do golpe militar, segundo ele:

> *As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares - todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionamento estruturais quanto os processos conjunturais ou os episodio imediato (FICO, 2004, p. 56).*

Mesmo considerando a correção de todas essas interpretações, com relação a derrota das forças de esquerda, concordamos com uma análise de Gorender, feita para o jornal *Movimento*, onde afirma, "na pior das hipóteses, a derrota era provável. Em qualquer caso, não era inevitável. Sobretudo, não era inevitável que fosse tão rápida, arrasadora e desmoralizante". (apud TOLEDO, 1984, p. 110).

***

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1989.

AUED, Bernadete W. **A Vitória dos Vencidos.** Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas (1955-64). Florianópolis: Universitária/UFSC, 1986.

BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em Marcha.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba.** (1945/1964). João Pessoa: Universitária/UFPB/Idéias, 1998.

_____, Monique. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1954-1964). In: **Estrutura de Poder na Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999, p. 111-137.

D'ARAUJO, Maria Celina et all. (Org.) **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DREIFUS, René Armand. **1964. A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH, vol 24, N. 47, 2004, p. 29-60.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**: A Esquerda Brasileira, das Ilusões Perdidas à Luta Armada. São Paulo: Ática, 1987.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

MELO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e Poder Político no Nordeste.** O Caso da Paraíba (1945-1964). João Pessoa: Universitária/UFPB, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito**: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: UFMG, Iuperj, 2003.

SIMÕES, Solange de Deus. **Pátria e Família.** As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 1980.

SOARES, Glauco Ari Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina et all. (OrgS.) **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

STEPAN, Alfred C. **Os militares e a política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol 24, N. 47, 2004, p. 13-28.

_____, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CINEMA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO CONTEMPORÂNEO E SUAS POSSIBILIDADES

Regina Maria Rodrigues Behar[170]

As imagens cinematográficas têm ocupado cada vez mais a atenção dos historiadores nos últimos tempos. Alçado à condição de objeto de estudo e documento da História, o filme carrega potencialidades que podem ser exploradas pelo historiador na compreensão do mundo midiatizado.

> *Estudos de Walter Benjamin, na década de 1930, já problematizavam as artes reprodutíveis como a fotografia e o cinema numa perspectiva filosófica, associando-lhes o despertar de novas sociabilidades e sensibilidades baseadas no olhar. (BENJAMIN, 1987, p. 165-169) E o que se desenhava como tendência na modernidade, se tornou plena realidade no mundo "pós-moderno".*

Em nossa contemporaneidade, marcada pelo tempo da revolução informática, tempo da supremacia dos meios de comunicação, tempo de crises paradigmáticas, a consciência de vivermos num mundo mediado por imagens, que cada vez mais substituem a experiência por seus simulacros, coloca no horizonte a necessidade de pesquisas sobre as mídias e suportes imagéticos, meios privilegiados, em nossas sociedades, da relação dos homens com o mundo. Enfrentar o desafio das imagens tornou-se um imperativo a frente uma realidade que estabelece o princípio da espetacularização da vida, nos termos discutidos por Guy Debord:

> *O espetáculo, como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana - o que em outras épocas fora o tato; o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual (DEBORD, 1997, p.18).*

No império do olhar, a experiência ganhou outras dimensões, como já alertava Susan Sontag em relação à compulsão pelo seu consumo

[170] Regina Behar - Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Mestre em História pela Universidade de Brasília - UnB e Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo - USP.

e à dependência econômica do próprio mundo ocidental em relação ao mercado das imagens:

> *Uma sociedade se torna 'moderna' quando uma de suas atividades principais consiste em produzir e consumir imagens, quando imagens têm poderes excepcionais para determinar nossas necessidades em relação à realidade e são, elas mesmas, cobiçados substitutos da experiência em primeira mão se tornam indispensáveis para a saúde da economia, para a estabilidade do corpo social e para a busca da felicidade privada (SONTAG, 2004, p. 169-170).*

A discussão de Debord, nos anos sessenta, e de Sontag, na década de setenta, já colocava como central a dimensão que o espetáculo das imagens, através da mediação das tecnologias modernas, tomava, nos centros mais avançados do mundo ocidental e, naquele momento, indicavam uma tendência praticamente generalizada no século XXI. Ambos se preocupavam com os "perigos" do imperialismo das imagens e seus usos políticos, econômicos e ideológicos nas sociedades contemporâneas. Mas, estabelecido esse império do olhar, torna-se necessário compreender o que os homens olham, como e para que se produz o que olham.

Na busca por essa compreensão, as narrativas midiáticas, sejam fotográficas, fílmicas ou televisivas, tenham elas o caráter documental, ficcional, artístico ou publicitário, se transformaram em objeto de reflexão das mais diversas áreas das ciências humanas: Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, História entre outras. O debate acadêmico já consolidou uma bibliografia nesses campos do conhecimento, entre os quais nos encontramos, como historiadores, num debate que busca dimensionar as potencialidades e problemas do trabalho com filmes na pesquisa e no ensino de história.

É preciso reconhecer que preocupação dos historiadores com as imagens e a legitimação de seu lugar como fonte documental, data de tempos recentes. A ampliação do conceito de documento, principalmente a partir da década de setenta, levaram a uma das mais importantes renovações no campo dos estudos históricos, capitaneada por uma geração da *Escola dos Annales*. Uma referência historiográfica obrigatória dessa renovação é a coleção coordenada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, composta de três volumes, publicados no Brasil, nos anos oitenta: *História:* Novas Abordagens.; *História:* Novos Problemas. *História:* Novos objetos. Na versão francesa original, foram publicados pela editora

Gallimard, em 1973, como um importante marco nas discussões da *Nova História*. O volume que trata dos novos objetos incluiu o mito, o clima, o inconsciente, a festa e o filme, entre outros. O texto *O filme: uma contra-análise da sociedade?*, de Marc Ferro, trouxe uma contribuição inovadora para pensar o trabalho do historiador com ficções cinematográficas, qual seja, o seu uso documental. Partia Ferro do pressuposto de que o filme (como as obras de arte em todos os tempos) vale "por aquilo que testemunha." O autor carrega o mérito de ter sido pioneiro na abordagem das potencialidades do filme como documento histórico e ter empreendido a defesa de sua legitimidade. Além disso, propôs também uma abordagem centrada na imagem como ponto de partida do trabalho do pesquisador:

> *Partir da imagem, das imagens. Não procurar somente nelas exemplificação, confirmação ou desmentido de um outro saber, aquele da tradição escrita. Considerar as imagens tais como são, com a possibilidade de apelar para outros saberes para melhor compreendê-las (FERRO, 1995, p.203).*

O texto de Ferro se transformou num clássico, de referência obrigatória, e daí em diante, o tema foi vagarosamente ocupando espaço nas pesquisas da área, de modo que o filme entrou definitivamente no rol das fontes e dos objetos de relevância para os estudos históricos, e as imagens cinematográficas hoje estão presentes na produção acadêmica, numa tendência crescente e junto com os acervos orais, têm despertado interesse cada vez maior dos pesquisadores.

As perspectivas que norteiam os estudos históricos sobre o cinema especificamente, partem de três possibilidades, apontadas por Antonio Costa nos anos 80:

a. *"A História do cinema"*: uma abordagem tradicional, que deu origem a obras de referência e manuais. Ela se volta para o inventário dos principais acontecimentos, para uma abordagem das técnicas e das políticas de produção ao longo do tempo e para estudos cronológicos de cinematografias nacionais;[171] b. *"A História no cinema"*: aqui os filmes são vistos como "meios de representação da História, similares a *"outras fontes de arquivo"*. Os estudos se voltam para os chamados filmes históricos e buscam analisar, sob diversas perspectivas, a "representação cinematográfica da história"; c) *"O cinema na História"*: Nesse caso, os trabalhos se voltam para os filmes inseridos em seus contextos históricos de produção e, tratem eles do passado ou do presente, o que está em jogo é seu papel (e de seus criadores) como agentes históricos e sua capacidade

[171] Exemplificam essa tendência, por exemplo, as seguintes obras: Sadoul, G. História do Cinema Mundial. Lisboa: Livros Horizonte, 1983 (três volumes); Stam, Robert. História Social do Cinema Americano. São Paulo: Cultrix, 1975; Ramos, Fernão (org). História do Cinema Brasileiro. São Paulo: Art Editora, 1987.

de intervir enquanto tal. Assim, o cinema pode ser tratado, analisado e criticado a partir de seu papel ativo nos processos históricos. (COSTA, 1989, p. 29-30)

Nos últimos tempos, principalmente a partir do final dos anos 80, quando a Nova História incorporou a influência do campo da lingüística, os estudos sobre o audiovisual e a mídia ganharam novos rumos. O aporte teórico específico da semiótica e o tratamento formal das imagens foram redimensionando o trabalho, com a incorporação de análises específicas da linguagem cinematográfica e seus códigos.

Uma discussão metodológica dessa abordagem encontra-se no inventário coordenado por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, intitulado *Domínios da História*. O texto de autoria do próprio Ciro Flamarion, em co-autoria com Ana Maria Mauad, coloca os termos da análise na perspectiva do diálogo metodológico da história com a semiótica de Christian Metz e Greimas-Vourtés. (CARDOSO e MAUAD, 1997. p. 412-416.)

Mais recente, outra coletânea sobre fontes históricas, coordenada por Carla Bassanezi Pinsky, publicou um texto de Marcos Napolitano na mesma linha de diálogo com os semioticistas. Isso torna necessário aos historiadores que pretendam trabalhar com fontes audiovisuais, certo conhecimento da linguagem cinematográfica e seus códigos, como elementos essenciais para a compreensão do filme como representação da "realidade" ou de virtuais realidades e, neste sentido, independente de qualquer distinção entre o filme documental e o ficcional. (NAPOLITANO, 2005, p. 235-289) Há uma tendência a considerar superadas algumas questões colocadas por Marc Ferro nos anos setenta, principalmente no que se refere à metodologia proposta para aferir a relação do documento fílmico com a 'realidade', estabelecendo seu valor como documento histórico. "Tal metodologia deveria avaliar se o documento fílmico é autêntico ou não em relação aos fatos registrados. Menos 'manipulação' do material bruto filmado significaria mais veracidade." (NAPOLITANO, 2005, p. 244).[172]

Obviamente tais indicações só se aplicariam ao filme documental, pois que o filme de ficção é necessariamente manipulado e, nesse gênero, se inclui o chamado "filme histórico".

Novas posições teóricas ganharam corpo, principalmente a partir do final da década de oitenta, quando a hegemonia dos estudos culturais e o trabalho com a noção de representação como conceito chave, principalmente na versão de Roger Chartier, tornaram-se referência para muitos historiadores (CHARTIER, 1990). Apoiados nessa perspectiva,

[172] O autor remete esta crítica para Eduardo Morettin. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **Questões e Debates**, Curitiba, UFPR n. 20/38, jan-jun/2003. p. 11-42.

os trabalhos com cinema e outras mídias audiovisuais, assumem um lugar um lugar privilegiado, uma vez que lhes é inerente a representação como característica intrínseca. Um filme, antes de qualquer coisa, seja ele documental ou ficcional, é representação: de uma sociedade, um grupo, um fragmento do mundo.

Na renovação dos estudos sobre a relação cinema-história, o sociólogo Pierre Sorlin (SORLIN, 1984) tem sido outra referência importante na discussão da pesquisa com fontes fílmicas, principalmente daquelas cujo foco é a representação do passado, o chamado "filme histórico" que, ancorado no presente de seus realizadores, sempre pode ser considerado como revelador da cultura histórica da sociedade e parcialmente responsável por sua fixação. Sorlin é referência de autores como Marcos Napolitano, no debate cinema-história, e de autores como Eduardo Moretin, um dos críticos das posições de Marc Ferro (MORETIN, 2007, p. 39-64)

HISTÓRIA, FICÇÃO E NARRATIVA: MUITO ALÉM DOS LUMIÉRE

Desde a descoberta das possibilidades narrativas do cinema pelo francês Georges Méliés, o mágico inventor da encenação cinematográfica, as histórias baseadas em fatos e personagens reais e os temas históricos clássicos passaram a freqüentar as telas de cinema.

Como afirma Gomes de Mattos *"As tradições cinematográficas algumas vezes produzem um efeito mais duradouro que as tradições que copiam"* (MATTOS, 2004, p. 16). Os historiadores poderiam dizer que as tradições cinematográficas deturpam os fatos, falseiam a História. A maior parte do tempo, esse "falseamento" tem rebatimento sobre as narrativas que se constroem e com as quais se alimentam as massas sociais, muito mais permeáveis ao apelo da Historia no cinema, que ao gosto pela literatura especializada.

> *Essas questões se colocam como desafios a enfrentar, para aqueles que acreditam nas possibilidades de trabalho com o filme como objeto de estudos, seja na condição de fonte, seja como material com potencial utilização no ensino de História. De certo modo, os autores seguem uma perspectiva aberta pelo pioneiro defensor do cinema no âmbito dos estudos históricos, Marc Ferro, ainda que alguns tenham se voltado para a uma discussão das lacunas de sua abordagem (MORETIN, 2007).*

A perspectiva de Ferro extrapola o "texto" fílmico e volta-se para o contexto de produção, a conjuntura e o sistema político, ou seja, o âmbito do não fílmico que exerce influencia fundamental na feitura do filme e nenhum filme escaparia às ideologias. (FERRO, 1992, p. 79-115).

Considerando, apesar das críticas, a validade da perspectiva geral de Ferro, há uma necessidade se trabalhar com diversas questões: a primeira é que tanto cinema, enquanto indústria e arte, como os filmes, seu produto cultural, devem ser encarados no plural. Assim, é preciso considerar, numa análise desses "produtos", que são os filmes, o seu lugar de produção. A análise de filmes hollywoodianos, por exemplo, voltados para o mercado, partem de pressupostos que devem ser revistos quando o objeto é o cinema independente, o cinema realizado em países periféricos ao grande sistema industrial, ou os filmes experimentais. Os filmes de curta-metragem, e incorporam-se em outro circuito de recepção, muitas vezes numa perspectiva crítica ao sistema hegemônico, ensejando também um olhar diferenciado, como lugar de produção.

O reconhecimento do campo da produção cinematográfica em sua diversidade, na qual co-existem sistemas de mercado cujo objetivo fundamental é o sucesso de bilheteria e os esquemas de produção alternativos, os independentes e os experimentais, demarcam diferentes possibilidades tanto para a pesquisa como na utilização didática dos filmes.

Entender primeiramente a relação cinema-história no campo das representações, perceber o texto imagético em suas dimensões narrativas e compreender a narrativa de histórias como uma necessidade humana é fundamental para compreendermos o fascínio que as historias contadas pelo cinema exercem sobre os homens:

> *Desde os primeiros dias da nossa infância, nosso mundo nos é representado por meio de historias contadas por nossos pais, lidas nos livros, relatadas pelos amigos, ouvidas nas conversas, compartilhadas entre grupos na escola, disseminadas no pátio do recreio. Isso não significa dizer que todas as nossas historias explicam o mundo. Em vez disso, a história na qualidade narrativa nos fornece um meio agradável, inconsciente e envolvente de construir nosso mundo. A narrativa pode ser descrita como uma forma de 'dar sentido' ao nosso mundo social compartilhar esse 'sentido'com os outros. Sua universalidade realça o lugar intrínseco que ocupa na comunicação humana (TURNER, 1988, p. 73).*

O cinema encontrou lugar em nossa sociedade por sua capacidade de contar histórias, e ao longo de seu desenvolvimento técnico, de forma cada vez mais complexa, envolvendo diversas linguagens. O filme é um texto narrativo mais complexo que o romance como indica Jacques

Aumont, *"compreende imagens, palavras, menções escritas, ruídos e música, o que já torna a organização da narrativa fílmica mais complexa."* (AUMONT, 1995, p. 106). Talvez mais complexa pela capacidade de atingir todos os sentidos simultaneamente como experiência estética.

No caso dos chamados "filmes históricos", por exemplo, o cinema envereda pela narrativa de eventos ou personagens históricos como uma releitura mediada pela linguagem complexa e pela perspectiva do espetáculo. Assim, se a dimensão narrativa pode ser o ponto de aproximação entre cinema e história, tratam-se fundamentalmente de narrativas cujas premissas e modos de constituição partem de fundamentos bem diversos. De um lado, o espetáculo como objetivo, e do outro, o conhecimento histórico. O diálogo, pois, não deve escamotear as diferenças nem simplificar as análises.

Assim, é impossível desconsiderar que quando um filme se propõe a narrar um acontecimento histórico como a conquista da América, a Revolução Francesa ou a Inconfidência Mineira, inevitavelmente o espetáculo interfere num campo específico, apropria-se do fato histórico e contribui para fixar interpretações que serão, por seu turno, apropriadas por espectadores, em sua grande maioria sem o conhecimento especializado da narrativa histórica nem nos mecanismos intrínsecos da linguagem e do espetáculo cinematográfico e suas ocultações.[173]

A importância tanto das ficções como dos documentários, enquanto registros históricos ou registros sobre a história, coloca a questão recorrentemente apontada por Marc Ferro em relação às possibilidades do cinema como "contra-análise da sociedade", ainda que Ferro não tenha se referido especificamente ao documentário, mas sim ao cinema de ficção. Tanto um como outro podem se comprometer politicamente com o desvendamento de realidades que se escondem sob a falsa normalidade do cotidiano. Isso é importante, uma vez que consideramos a validade de uma premissa de Ferro de que as funções do historiador dependem de seu compromisso social:

> *O historiador tem por função primeira restituir à sociedade a História da qual os aparelhos institucionais a despossuíram. Interrogar a sociedade, pôr-se à sua escuta, esse é em minha opinião o primeiro dever do historiador. (...) O historiador tem por dever despossuir os aparelhos do monopólio que eles atribuíram a si próprios e que fazem com que sejam a única fonte da história. Não satisfeitos em dominar a sociedade, esses aparelhos (governos, partidos políticos, Igrejas ou sindicatos) acreditam ser sua consciência. O historiador deve ajudar a sociedade a tomar consciência dessa mistificação (FERRO, 1992, p. 76-77).*

[173] Os filmes, históricos ou não, provavelmente não teriam a mesma força como espetáculo, se víssemos o trabalho de making of, que não são apresentados nas telas dos cinemas para o grande público.

E o professor de História? Pode-se dizer que o seu papel é similar ao do historiador, na medida em que são indissociáveis o fazer do professor e do pesquisador como fundamento da atividade docente em nosso campo. No momento da transmissão do conhecimento, o papel do professor de história é disponibilizar as versões possíveis do passado, buscando revelar suas imperfeições, as lacunas que permitem a crítica; e por na mesa de trabalho, ou seja, na sala de aula, as versões não oficiais, inclusive os documentários e ficções alternativos ao cinema comercial, fazendo-os dialogar com outros textos e problematizando os mesmos, enquanto tentativa de "verdade". É necessário que o professor estimule o diálogo com a imagem, num alerta para o seu poder de persuasão, presente em todas as telas que nos cercam, cotidianamente.

Um recurso bastante adequado é a "ficha de leitura", facilitador da organização das idéias do professor e dos alunos, e importante instrumento de trabalho no momento do debate sobre o filme. O preenchimento da ficha pode ser feito individualmente ou em pequenos grupos, e deve incluir os aspectos técnicos e temáticos e, ainda, abrir espaço para a crítica e identificação de chaves interpretativas. Sugerimos que o professor dê algumas "pistas" de leitura, orientadoras da análise do filme sem, no entanto, tentar condicionar o olhar dos alunos, que pode ser surpreendentemente rico. É necessário atentar para a diversidade de fichas de leitura possíveis, considerando principalmente os diferentes campos da ficção e do documentário.

Em relação ao documentário especificamente, há que se considerar sua importância como material didático, principalmente os documentários autorais, que trazem as marcas dos grupos sociais e das posições de seus autores no mundo. Além disso, são uma fonte fantástica para o estudo das sociedades contemporâneas, especificamente falando de uma temporalidade que se inicia no século XX. Apenas como exemplo, podemos dimensionar a importância dessas fontes em documentários como *Nós que aqui estamos por nós esperamos*, de Marcelo Marzagão, que utiliza majoritariamente imagens de arquivo nas quais o século XX, suas conquistas e suas misérias, o avanço científico e as guerras viajam em imagens. Talvez seja ele melhor síntese sobre o século da velocidade, que os texto escrito, ainda que o diretor nos remeta para a obra de Hobsbawm, *A era dos extremos* (1995) como referência fundamental. Tais imagens, introduzidas em sala de aula, permitem explorar aspectos não vislumbrados através dos textos, principalmente a percepção subjetiva, ensejada pela idéia de confrontar os grandes e pequenos personagens, e suas pequenas e grandes histórias. As dimensões subjetivas da história, que muitas vezes passam ao largo nos textos, aqui aparecem magistralmente.

Vale lembrar que também é inerente ao cinema a "manipulação" dos materiais. O filme como produto final de diversas etapas de elaboração que culminam na edição se constitui, literalmente, num produto do corte e da colagem, no sentido de construir um discurso, e é esse discurso que a análise fílmica, realizada pelo historiador deve descortinar e o documentário também não foge a esta regra.

Então, neste sentido, vale a pena considerar a necessidade de trabalhar com a linguagem específica. A compreensão dos elementos do código cinematográfico podem iluminar o trabalho de análise do historiador, porque é certo que o movimento de uma câmera ou o enquadramento de um plano, significam algo num discurso imagético. O uso de um filtro que acentua determinada tonalidade de cor na fotografia, por exemplo, estabelece um sentido que pode ser importante dado numa análise do discurso fílmico. [174]

Seguindo a questão chave de Francis Vanoye e Anne Goliot-Lété, "o que é analisar um filme?" há duas etapas necessárias ao trabalho analítico dos filmes, uma de decomposição e outra de reconstrução:

> *Analisar um filme ou um fragmento é antes de mais nada, no sentido científico do termo, assim como se analisa, por exemplo, a composição química da água, decompô-lo em seus elementos constitutivos. É despedaçar, descosturar, desunir, extrair, separar, destacar e denominar materiais que não se percebem isoladamente "a olho nu", pois é tomado pela totalidade. Parte-se, portanto, do texto fílmico para 'desconstruí-lo e obter um conjunto de elementos distintos do próprio filme." [...] Uma segunda fase consiste, em seguida em estabelecer elos entre esses elementos isolados, em compreender como eles se associam e se tornam cúmplices para fazer surgir um todo significante: reconstruir o filme ou o fragmento (VANOYE, e GOLIOT- LÉTÉ, 1994, p. 15).*

Se na desconstrução temos a perspectiva da descrição, na reconstrução o analista exercita sua capacidade de interpretação. (VANOYE, e GOLIOT- LÉTÉ, 1994, p. 15) Sendo este analista um historiador a que limite deve levar a desconstrução, por quais caminhos, como conduzir a interpretação e até onde é possível levá-la?

Vanoye e Goliot-Lété alertam para um problema recorrente em análises fílmicas apressadas e que também devem ser objeto de cuidado por parte do pesquisador de história: "- a pessoa acredita estar interpretando, reconstruindo, quando se contenta em descrever; - a

[174] No que se refere ao estudo da linguagem cinematográfica vários são os autores que podem oferecer aportes teóricos úteis, a princípio indicaríamos as seguintes leituras: Metz, Chistian. Linguagem e cinema. Trad. Marilda Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1980; Martin, Marcel. A linguagem cinematográfica. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Brasiliense, 2003. Aumont, Jacques et. all (Orgs). A estética do filme. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1995.

pessoa tenta, ao contrário, interpretar antes mesmo de ter descrito: faz uma paráfrase." (VANOYE, e GOLIOT- LÉTÉ, 1994, p 16).

Finalmente, colocada a importância de levar em consideração os aspectos formais da linguagem cinematográfica, o que significa compreender uma série de códigos que dialogam num filme, a imagem, o som, a palavra, a música etc, as especificidades da análise e os caminhos de decomposição e interpretação estarão sempre na dependência das questões colocadas pelo pesquisador. Concluímos reafirmando o papel do historiador/professor de história como sujeito do processo de leitura: são suas perguntas ao filme que estabelecerão o caminho metodológico mais apropriado, da mesma forma que ocorre com outros textos.

***

REFERÊNCIAS:

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**, vol 1. Magia e técnica, arte e política. 3ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Antonio. **Compreender o cinema**. 2ª Ed. São Paulo: Globo, 1989.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: LE GOFF, J. e NORA, P. **História: novos objetos**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

_____. Sobre três maneiras de escrever a história. In: FERRO, Marc. **Cinema e História.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LE GOFF, J. e NORA, P. **História:** Novas Abordagens. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **História:** Novos objetos. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **História:** Novos Problemas. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

AUMONT, Jacques et. all (Orgs). **A estética do filme**. Campinas: Papirus, 1995.

MATTOS, A.C. Gomes. **Publique-se a lenda**: A história do Western. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

METZ, Chistian. **Linguagem e cinema**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

MORETTIN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. In: CAPELATO, M. H., MORETTIN, E. , NAPOLITANO, M. e SALIBA, E. T. **História e Cinema.** São Paulo: Alameda, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a História depois do papel. In: Carla Bassanezi Pinsky. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** São Paulo: Cia das Letras, 2004.

SORLIN, Pierre. **La storia nei film.** Interpretazione del passato. Firenze: La Nuova Itáli, 1984.

TURNER, Graeme. **Cinema como prática social.** São Paulo: Summus, 1997.

Este livro foi impresso
em papel polémt 80g/m² (miolo) e papel Supremo 250g/m² (capa),
com tiragem de 300 exemplares, em julho de 2010.
Sua editoração utilizou os softwares Adobe InDesign CS4 e CorelDRAW! 14.0.
O corpo do texto foi composto com a fonte Cambria,
e na capa foram utilizadas as fontes Cambria.